



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CULTURA E SOCIEDADE**

**DE QUINTAIS, SÍTIOS E FAZENDAS:**  
**POR UMA ETNOGRAFIA DA CAJUCULTURA DE ALTOS, PIAUÍ**

Por

**ERIOSVALDO LIMA BARBOSA**

Orientadora Profa. Dra.

**LÍDIA MARIA PIRES SOARES CARDEL**

**SALVADOR**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CULTURA E SOCIEDADE**

**DE QUINTAIS, SÍTIOS E FAZENDAS:**  
**POR UMA ETNOGRAFIA DA CAJUCULTURA DE ALTOS, PIAUÍ**

Por

**ERIOSVALDO LIMA BARBOSA**

Orientadora Profa. Dra.

**LÍDIA MARIA PIRES SOARES CARDEL**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, como requisito para obtenção do grau de Doutor.

**SALVADOR**

**2013**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias  
Serviço de Processamento Técnico

**B238q** Barbosa, Eriosvaldo Lima  
De quintais, sítios e fazendas: por uma etnografia da cajucultura de Altos, Piauí / Eriosvaldo Lima Barbosa - 2013.  
288 f.: il.

Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lídia Maria Pires Soares Cardel

1. Cajucultura 2. Quintais 3. Sítios 4. Fazendas 5. Ruralidade  
I. Título

**CDD 634.573**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA & SOCIEDADE

**ERIOSVALDO LIMA BARBOSA**

**DE QUINTAIS, SÍTIOS E FAZENDAS: POR UMA ETNOGRAFIA DA  
CAJUCULTURA DE ALTOS, PIAUÍ.**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento em 30 de outubro de 2013, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

*Lidia Maria Pires Soares Cardel*  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lídia M. P. Cardel**

*Antônio da Silva Câmara*  
**Prof. Dr. Antônio da S. Câmara**

*Clóvis R. Zimmermann*  
**Prof. Dr. Clóvis R. Zimmermann**

*Ellen F. Woortmann*  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ellen F. Woortmann**

*Francisco Emanuel Melo Brito*  
**Prof. Dr. Francisco E. M. Brito**

À Dona Lia, minha mãe,  
Lya Sara e Rebeca, minhas filhas.

## AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas participaram da minha caminhada durante os poucos mais de quatro anos em que este trabalho foi desenvolvido; comigo se envolveram e muitas delas participaram de forma ativa, e outras, de forma anônima. A todas estas pessoas ofereço minha profunda gratidão e espero, sinceramente, que possa um dia retribuir.

À Professora Lídia Cardel, orientadora, que com seu pensamento encorajador e desafiador mostrou os melhores caminhos a serem percorridos na pesquisa e, ao mesmo tempo, incitou a abertura de novos horizontes, essenciais para a realização deste trabalho. Sua contribuição para minha formação acadêmica será indelével. Sua paciência e tranquilidade ao longo desses anos tornaram maior a minha responsabilidade. Sua postura profissional me ensinou que ciência se faz com liberdade.

Ao Professor Antônio da Silva Câmara, a quem tive o prazer de conhecer em função do projeto “Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinâmicas territoriais”, inscrito no Programa Capes/Cofecub sob a sua coordenação no âmbito do Brasil. Sempre lhe serei grato pela imprescindível orientação à minha inserção a este Programa, o que proporcionou a realização do meu Doutorado Sandwich na Universidade de Strasbourg, na França.

Aos professores da Universidade de Strasbourg, na França, com os quais convivi em função do Estágio Doutoral: professora Laurence Granchamp-Florentino, minha orientadora; professora Agnès Clerc Renaud, que se tornou uma grande colaboradora de minhas atividades de pesquisa bibliográfica, oportunizando-me o acesso a informações que foram preciosas para a realização de meu trabalho. Também à professora Colette Méchin (Coordenadora do Projeto Capes/Cofecub na França) e à professora Ming Anthony, com as quais tive oportunidade de trabalhar no Projeto Atelier-Brésil, durante minha permanência na França.

Boa parte de minhas atividades do Estágio Doutoral foi desenvolvida no âmbito do *Laboratoire Cultures et Société en Europe*, situado na *Maison Interuniversitaire des Sciences de L'Homme* (MISHA). Por isso mesmo, gostaria de lembrar a cordialidade com que sempre fui recebido pelos seus funcionários, como também pelos funcionários da Biblioteca de Ciências Sociais, especialmente por Dominique cuja ajuda e amizade tornaram sempre prazeroso o tempo que ali permanecia.

Não poderia esquecer dos amigos e das amigas da Université de Strasbourg, brasileiros e não brasileiros: Anna Sargsyan, Marise Pamplona, Eduardo Onofre, Francisco Azevêdo, Érika Barreto, Sandra Meza, Soeli Lemoine, Jimme Sudário e Augusto Sá. À Dra. Doralice Toledo e família, que me recebia tão gentilmente em sua casa.

Desde 2009, quando iniciei o Doutorado na Universidade Federal da Bahia, tive a oportunidade de participar do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR), e de conviver com vários colegas que também desenvolviam suas dissertações e teses no Núcleo. Dentre esses colegas, destaco: Valfrido Moraes Neto, Diana Anunciação Santos, Ubiraneila Capinan Barbosa, Rejane Alves de Oliveira, Rosa dos Ventos Lopes Heimer e Janilson Alves Magalhães. Foi enriquecedora a convivência com todos eles!

Durante a minha passagem pelo Doutorado, conheci pessoas maravilhosas. Gostaria de lembrar o nome de quatro delas, que fizeram diferença em minha vida: Fábio Nieto, Eliane Chaud, Viviane e Manu.

Aos amigos de trabalho do Departamento de Planejamento e Política Agrícola (DPPA), da Universidade Federal do Piauí, que contribuíram para a minha liberação concernente às atividades acadêmicas de sala de aula, possibilitando ocupar-me com exclusividade à pesquisa de doutoramento.

A todos os sócios da Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores (Cooapp) de Altos, especialmente para Gil, seu diretor, que oportunizou minha inserção na Cooperativa e aos sócios da mesma; à Liana, sua esposa, que gentilmente se dispôs a me apresentar a alguns ex-sócios e também sócios da Cooapp.

Além desse casal, meus agradecimentos se estendem aos agricultores-cajucultores com os quais, ao longo da realização deste trabalho, os laços de respeito e amizade extrapolaram a expectativa pesquisador-pesquisado. Assim, meus profundos agradecimentos para Seu Arimatéia e toda a sua família (Luiz, Dona Maria, Francisca e Vó); Seu Campêlo e sua família; Seu Antônio Chaves e sua família; Seu Hildélio e sua família; Seu Carlos e sua família; Seu Erisvaldo Lira e sua família; ao meu amigo Neton e sua família; Seu Pinho e sua família; ao grande amigo Neton, pela sua acolhida, bem como a todas as famílias que contribuíram anonimamente.

A todos os jovens, filhos de agricultores-cajucultores-moradores das Fazendas que, além de terem concordado em dar entrevistas, permitiram-me conhecê-los como pessoas, com

seus sonhos, seus projetos, suas frustrações. O meu trabalho entre as Fazendas teria sido inútil ou incompleto sem as informações e a confiança destes jovens.

As primeiras sementes deste trabalho devo-as à professora Mary Mendes, as quais me vieram através de papezinhos de guardanapos. Após algumas semanas, evoluíram para 10 laudas e, com muita paciência, atenção e trabalho duro, foram batizadas de “projeto de doutorado”. Sempre lhe serei grato por tornar realidade o presente trabalho em apreço, a que se costuma chamar de Tese.

Meus profundos agradecimentos a Barreto e a Rosalvo, dois engenheiros agrônomos com os quais tive a oportunidade de sempre contar. Este trabalho teria apresentado mais lacunas se não fosse o apoio que me deram no trabalho de campo.

À minha grande família.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter auxiliado meus estudos desde a graduação, mestrado e agora no doutorado, através do Programa Capes/Cofecub.



## RESUMO

O programa de reestruturação da modernização da cadeia produtiva do caju foi iniciado, no Brasil, desde 2003 pelas ações da Fundação Banco do Brasil (FBB), e de seus parceiros, visando a sua racionalização produtiva, industrial e comercial para proporcionar geração de trabalho e de aumento de renda de agricultores familiares que cultivem ou queiram cultivar o caju, localizados, principalmente, no Nordeste e na Amazônia. No Nordeste, cerca de 40 municípios estão inseridos neste Programa, especialmente entre os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia e, mais recentemente, Maranhão e Sergipe. O objetivo do presente trabalho é analisar os elementos que constituem e definem a prática da cajucultura no município de Altos, no Piauí, e as condições dos “agricultores-cajucultores” familiares nela inseridos. A proposta da FBB e de seus parceiros ancoram as ações do Programa, e do consequente desenvolvimento da cajucultura às noções dos “fatores de produção como aportes imprescindíveis à modernização no campo, e que veem nas “diversidades de práticas agrícolas e organizacionais” – atualmente existentes neste município – sinais de “desorganização” e de “pobreza tecnológica”, justificando em função disso a baixa produtividade da cajucultura. Contrário a esta perspectiva, partimos da hipótese de que a prática da cajucultura em Altos ocorre, particularmente, a partir de três “Sistemas Produtivos” coexistentes, notadamente: Quintais, Sítios e Fazendas. A análise etnográfica, além de nos ter levado a compreender práticas agrícolas e organizacionais próprias do cultivo do caju, realizadas por “agricultores-cajucultores” familiares inseridos nestes diferentes “Sistemas Produtivos”, revelaram-nos, ainda, formas distintas de ruralidades neles existentes, criadas pelo trabalho, mas, especialmente, pelas possibilidades sociais e econômicas dispostas variavelmente segundo a constituição dos grupos familiares.

**Palavras-chave:** Quintais, Sítios, Fazendas, Cajucultura, Ruralidade.

## ABSTRACT

The restructuring program for the modernization of the chain of cashew production was initiated, in Brazil, since 2003 by Bank of Brazil Foundation (FBB) and its partners, aimed at the productive, industrial and commercial rationalization, in order to provide employment and increased income of family farmers who want to grow or cultivate cashew, located primarily in the Northeast and the Amazon. In the Northeast, about 40 counties are included in this program, especially among the states of Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte and Bahia and more recently, Maranhão and Sergipe. This study aims at analyzing the elements that constitute and define the process of cashew cultivation in Altos, Piauí, and the condition of the cashew family farmers located in the city. The proposal from FBB and its partners anchor the program actions and the consequent development of cashew cultivation to the notions of “factors of production” as indispensable contributions to modernization in the field, and they see in the "diversity of agricultural practices and organizational", currently existing in this city, signs of "disorganization" and "technological poverty", justifying the low productivity of cashew cultivation. Against this perspective, we started from the assumption that the practice of cashew cultivation in Altos occurs, particularly from three coexisting "Production Systems", which are: Backyards, Farms and Ranches. The analysis, besides leading us to understand agricultural and organizational practices which are inherent in the cultivation of cashew performed by family cashew farmers in these “Production Systems”, it showed us distinct forms of ruralities created by the work, but especially by social and economic possibilities variably arranged, according to the constitution of the family groups.

**Key-words:** Backyards, Farms, Ranches, Cashew Cultivation, Rurality.

## RÈSUMÉ

Le Programme de restructuration de la modernisation de la chaîne productive du *caju* (un fruit extrait d'un arbre de la famille Anacardiaceae appelé en portugais de *cajueiro*) a commencé au Brésil depuis 2003 par l'action de la Fondation de la Banque du Brésil (FBB) et de ses partenaires, ayant comme but la rationalisation productive, industriel et commercial pour soutenir la création d'emplois et l'augmentation du revenu des agriculteurs familiaux qui cultivent ou qui ont envie de travailler avec le *caju*, situés surtout dans le nord-est du pays et dans l'Amazonie. Dans la région des Nord-est brésiliens environs quarante villes sont inscrites dans ce Programme, y compris les états du Ceara, Piaui, Rio Grande do Norte et Bahia et, plus récemment, Maranhão et Sergipe. L'objectif de ce travail est d'analyser les éléments qui constituent et définissent la pratique de la *cajucultura* (l'activité d'exploration du fruit) dans la ville de Altos, dans l'état do Piaui, et les conditions des «agriculteurs-cajucultores» familiaux qui y sont insérés. La proposition du FBB et de ses partenaires soutiennent les actions du Programme en plus du développement de la *cajucultura* sur les notions de «facteurs de production comme des thèmes indispensables à la modernisation dans les zones rurales, et que voient dans les «diversités des pratiques agricoles et organisationnelles», qui actuellement sont présentes dans ces villes, des signes de «désorganisation» et de «pauvreté technologique», qui justifient la basse productivité de la *cajucultura*. Au contraire de cette perspective, nous partons de l'hypothèse auquel la pratique de la *cajucultura* dans la ville de Altos a lieu, surtout, à partir de trois «Systèmes Productives» qui coexistent: Les jardins, les petites propriétés, et les fermes. Les analyses nous ont amené à comprendre les pratiques agricoles et d'organisation, propres de la culture du *caju*, mises en pratique par les «agriculteurs-cajucultores» familiaux insérés dans ces différents «Systèmes Productifs», en plus de formes distinctes de ruralités créées par le travail, mais surtout par les possibilités sociales et économiques placées de formes diverses selon la constitution du groupe familial.

**Mots-clés:** Jardins, Petites Propriétés, Fermes, Cajucultura, Ruralité

**LISTA DE ABREVIATURAS**

ACA	Aliança Africana do Caju
ACC	Amêndoa da Castanha de Caju
ACG	Aliança do Caju na Gâmbia
ACI	<i>African Cashew Initiative</i>
Aicaju	Associação das Indústrias do Caju (Moçambique)
Apsem	Associação Piauiense de Produtores de Sementes
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTS	Banco de Tecnologias Sociais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cnae	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPCa	Centro Nacional de Pesquisa de Caju
Cocajupi	Central de Cooperativas de Cajucultores do Piauí
Cofecub	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Cooapp	Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores
Dnpea	Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação
Emater	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAF	Federação dos Agricultores Familiares
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FBB	Fundação Banco do Brasil
Finor	Fundo de Investimento no Nordeste
Fiset	Fundo de Investimentos Setoriais
Fostat	<i>Food and Agriculture Organization Statistics</i>
GPS	Sistema de Posicionamento Global
Ibge	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incaju	Instituto de Fomento do Caju
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interpi	Instituto de Terras do Estado do Piauí
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCC	Líquido da Castanha de Caju
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Mapa Municipal Estatístico
MSR	Mapa de Setores Rurais
MSU	Mapa de Setores Urbanos
PAM	Produção Agrícola Municipal
Papp	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PEA	Plano de Exploração Anual
PET	Programa Especial de Treinamento
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Prpa	Plano Estadual de Reforma Agrária do Piauí
PSF	Programa de Saúde da Família
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e às Pequenas Empresas
Sidra	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<i>Usaid</i>	<i>United States Agency for International Development</i>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Destaque do Setor 37 do Mapa Municipal Estatístico de Altos.....	55
Figura 02. Mapa Municipal de Altos com destaque dos Setores Censitários do IBGE .....	56
Figura 03. Mapa de Altos com destaque para as comunidades georeferenciadas, segundo os Setores .....	61
Figura 04. Estrutura das unidades de observação da cajucultura de Altos, Piauí.....	67
Figura 05. Número de Quintais, Sítios e Fazendas segundo os Setores.....	72
Figura 06. Dois modelos teóricos de percepção dos “quintais” .....	86
Figura 07. Sítios com máxima e com mínima campesinidade, segundo os Setores.....	89
Figura 08. Área (ha) de caju ocupada pelos Quintais, Sítios e Fazendas segundo os Setores em Altos.....	93
Figura 09. Perfil da castanha de caju do universo pesquisado .....	126
Figura 10. Máquina de corte manual de castanha de caju .....	126
Figura 11. % de ocupação com a cajucultura de Altos, segundo os Setores .....	137
Figura 12. Exemplo de poda de formação do cajueiro .....	143
Figura 13. Quintais velhos e o uso da terra .....	144
Figura 14. Quintal Novo e Quintais Velhos .....	146
Figura 15. “Cerca de engano” .....	153
Figura 16. Número de crianças (0-10 anos) e de idosos (60-80 anos) segundo os Setores....	155
Figura 17. % de crianças nos Quintais que compõe o “tamanho da obrigação” .....	157
Figura 18. Proporções de “sementes de castanhas”, “mudas doadas” e “mudas próprias” utilizadas no cultivo do caju nos Quintais, segundo os Setores .....	160
Figura 19. Área (ha) com caju comum e anão-precoce nos Quintais, segundo os Setores ....	162
Figura 20. Sistemas de espaçamentos para o cultivo do caju, propostos pela Embrapa .....	168
Figura 21. Representação da “roça no toco” .....	168
Figura 22. Disposição das sementes de castanha de caju na cova.....	169

Figura 23. % de família que se encontra em "situação difícil" nos Quintais, segundo as comunidades e Setores.....	175
Figura 24. % da agricultura, da pecuária e de atividades não-agrícolas na composição da renda dos Quintais, segundo os Setores. ....	179
Figura 25. Sítio com mínima campesinidade, com destaque para o ordenamento dos espaços e uso da terra.....	193
Figura 26. Sítio com mínima campesinidade, com destaques para o sistema quadrado de espaçamento e exploração do caju.....	194
Figura 27. “Sítio com máxima campesinidade” com destaque para o uso do sistema quadrado de espaçamento no cultivo do “caju mestiço” .....	209
Figura 28. “Sítio com máxima campesinidade” com destaque pra o uso da terra com o caju .....	210
Figura 29. Número e localização das Fazendas, segundo os Setores .....	222
Figura 30. Exemplo de roça de caju anão-precoce, com destaque para a roça de caju comum envelhecido.....	234
Figura 31. Principais tipos de cajueiros improdutivos presentes nas Fazendas .....	239
Figura 32. Quebradeira de côco de babaçu.....	243

## LISTA DE BOXES

Boxe 1. Principais clones comerciais de caju anão-precoce .....	69
Boxe 2. Recomendações das principais podas no cajueiro .....	142
Boxe 3. Sugestões de espaçamentos para o cultivo do caju comum e anão-precoce, segundo o SEBRAE.....	167



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Percentual das comunidades pesquisadas por Setor.....	59
Gráfico 02. Desenho amostral do <i>survey</i> .....	60
Gráfico 03. Horizonte hipotético de transformação de terras em Altos .....	84
Gráfico 04. Elementos de concentração fundiária a partir dos Sistemas Produtivos (Quintais, Sítios e Fazendas) .....	95
Gráfico 05. Evolução da tendência da quantidade produtiva (ton) das principais culturas permanentes de Altos (1990-2011).....	129
Gráfico 06. Evolução da tendência da área colhida (ha) das principais culturas permanentes de Altos (1990-2011).....	130
Gráfico 07. Evolução da tendência da quantidade produtiva (ton) das principais culturas temporárias de Altos (1990-2011).....	131
Gráfico 08. Evolução da área plantada do caju e da manga de Altos, Piauí .....	133
Gráfico 09. Área plantada, produção e rendimento médio produtivo do caju em Altos, Piauí .....	134
Gráfico 10. Estabelecimentos e área da agricultura familiar e patronal de Altos, Piauí .....	135
Gráfico 11. Evolução da laranja no período 1990-2010 em Altos, Piauí.....	190
Gráfico 12. Área com caju anão-precoce e caju comum nos Quintais, segundo os Setores ..	163
Gráfico 13. Percentual de “Sítios com mínima campesinidade” endividados .....	188
Gráfico 14. Heterogeneidade na formação da roça de caju entre os “Sítios com máxima campesinidade”, segundo os Setores .....	232
Gráfico 15. Número de jovens de Fazendas que migram, segundo os Setores .....	225
Gráfico 16. Perfil cajuícola das Fazendas, segundo os Setores.....	232

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Número de comunidades dos Setores e da pesquisa.....	58
Tabela 02. Composição amostral de informantes do <i>survey</i> .....	60
Tabela 03. Perfil cajuícola de Altos, Piauí .....	71
Tabela 04. Percentual de caju anão-precoce e de caju comum segundo os “sistemas produtivos” .....	73
Tabela 05. Principais diferenças agronômicas entre o caju anão-precoce e o caju comum .....	73
Tabela 06. <i>Ranking</i> da produção de caju segundo as Mesorregiões Geográficas do Piauí.....	74
Tabela 07. Utilização das terras segundo o número, a área e o percentual dos estabelecimentos agropecuários em Altos, Piauí .....	77
Tabela 08. Composição do PIB de Altos segundo os setores da economia .....	124
Tabela 09. Perfil do setor de serviços de Altos, Piauí .....	124
Tabela 10. Perfil do setor da indústria de Altos, Piauí .....	125
Tabela 11. Número de empregos formais em Altos segundo os setores da economia (2011)	128
Tabela 12. Comunidades por Setores que utilizam mudas doadas no plantio de caju .....	161
Tabela 13. Comunidades com área de caju anão precoce, segundo os Setores.....	163
Tabela 14. Comunidades nos Quintais por Setor com área de caju anão precoce .....	164
Tabela 15. Ciclo agrícola das principais culturas nos Quintais.....	166
Tabela 16. Fatores de composição de renda média bruta anual de uma família de Quintal...	177
Tabela 17. Principais características agronômicas entre o caju anão-precoce e o caju comum .....	198
Tabela 18. Principais fatores de composição de renda bruta anual de uma família de “Sítio com mínima campesinidade” .....	202
Tabela 19. Principais fatores de composição de renda bruta anual de uma família de “Sítio com máxima campesinidade” .....	218
Tabela 20. Fatores de composição de renda média bruta anual de uma família de moradores de Fazenda.....	240

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
1. Neto de Camponês, Filho de uma História.....	20
2. De Homens, Castanhas e Cajus: definindo o problema da pesquisa.....	30
3. De Comunidades, Castanhas e Cajus: adendos metodológicos ou de como um <i>survey</i> se transforma em estratégia de trabalho de campo.....	41
4. O Parque Cajuícola de Altos .....	69
5. Aspectos Gerais do Município de Altos.....	75
<b>CAPÍTULO I – De Homens, Castanhas e Cajus: construindo o aceiramento do campo teórico</b> .....	79
1.1. Os Sistemas Produtivos da Cajucultura de Altos: Quintais, Sítios e Fazendas.....	79
1.2. Os Agricultores-cajucultores dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas e a Agricultura Familiar e Camponesa.....	102
1.3. Os Agricultores-cajucultores-familiares dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas como Protagonistas da Cajucultura Moderna em Altos, Piauí.....	110
1.4. Cajucultura e Desenvolvimento .....	117
<b>CAPÍTULO II – A Cajucultura de Altos no Quadro das Culturas Permanentes e Temporárias</b> .....	123
<b>CAPÍTULO III – A Cajucultura nos Quintais</b> .....	139
3.1. A Natureza das Relações Produtivas e Organizacionais .....	139
3.2. Formação da “roça de caju” e a lógica do consorciamento.....	150
3.3. Entre o “caju de raça fraca” e o “caju de raça forte” .....	157
3.4. “Cuidados com o cajueiro” e a Lógica de Produção Familiar .....	165
<b>CAPÍTULO IV – A Cajucultura nos Sítios</b> .....	185
4.1. Cajucultura nos “Sítios com mínima campesinidade”: a natureza das relações produtivas e organizacionais .....	185
4.1.1. Formação da roça de caju .....	192
4.1.2. Entre o “caju moderno” e o “caju antigo” .....	197
4.1.3. A cajucultura e a lógica de produtividade.....	197

4.2. A Cajucultura nos “Sítios com máxima campesinidade”: a natureza das relações produtivas e organizacionais .....	204
4.2.1. Formação da roça de caju .....	208
4.2.2. Entre o “caju verdadeiro” e o “caju falso” .....	215
4.2.3. A cajucultura e a lógica de produtividade.....	216
<b>CAPÍTULO V – A Cajucultura nas Fazendas.....</b>	<b>221</b>
5.1. A natureza das relações produtivas e organizacionais .....	221
5.1.1 Formação da roça de caju .....	231
5.1.2 Entre o caju comum, a mata e a Fazenda.....	236
5.1.3 A cajucultura e a lógica de produtividade .....	240
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>249</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>249</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>269</b>

# INTRODUÇÃO

## 1. Neto de Camponês, Filho de uma História

Não foi apenas na universidade onde aprendi as primeiras lições das múltiplas e incansáveis tentativas de se reunir significados plausíveis sobre a problemática que gira em torno da compreensão da vida camponesa em seus mais variados aspectos, como tem sido estudada pelos seus especialistas. Mas foi nela, obviamente, onde refinei “o meu olhar”, que se opunha e, ao mesmo tempo, ajustava-se, num movimento constante e contraditório aos escrutínios dos “procedimentos da ordem do discurso acadêmico”, segundo assinala Foucault (2009), como requisito básico e imprescindível à qualificação de meus enunciados, e à aceitação dos mesmos por parte da comunidade científica à qual, agora, ponho-me a prova ao querer estudar os elementos que caracterizam a prática da cajucultura do município de Altos, no Piauí, e em que condições se dá a participação do agricultor-cajucultor<sup>1</sup> familiar nela inserido.

Com isso quero invocar que, à busca da compreensão desse objeto de estudo, a dimensão da subjetividade foi uma fonte inesgotável da qual se alimentou todo o meu empreendimento científico que, por natureza, prescreve objetividade, mas que é eivado por aquela fonte que o anima e o inspira a ponto de moldá-lo sem o comprometer, acento tão bem colocado por Weber (1973) que anuncia essa subjetividade nos termos de uma “não neutralidade científica”. Em outras palavras, como afirma Martinelli (2000, p. 2), nossas escolhas são, quase sempre, fruto de *raisons de hasard* ou de necessidades ajustadas às circunstâncias da carreira, por razões de afinidades ou de antipatias pessoais. Biografia e ciência são cúmplices na busca daquilo que nós, cientistas sociais, tanto desejamos compreender, como o fez Aguiar (1978, p. 125-151) ao empregar dois métodos de investigação aliando-os sistematicamente à sua biografia e ao aporte teórico-científico necessário, em busca de respostas às questões que se faziam sobre duas

---

<sup>1</sup> Prefiro usar o termo “agricultor-cajucultor” ao termo “cajucultores” em razão deste último termo escamotear a riqueza empírica sob a qual está assentada a multifacetada prática que caracteriza o modo de vida dos agricultores em estudo, e também por ser desse modo que eles se autodenominam. Além disso, aprendi com meus avós e pais, como descreverei em seguida, que ser pedreiro-agricultor ou agricultor-pedreiro era apenas uma alternativa ressaltada numa ou noutra dessas atividades, conforme fosse o período do ano cujo objetivo principal era ser “trabalhador em tempo integral”, sem importar com a forma que isso viesse assumir. Essa preocupação é da academia.

formas coexistentes de produção do artesanato: manual e industrial. É com a expressão feliz “emoção raciocinada” que Sergio Miceli introduz a obra “Esboço de autoanálise” de Bourdieu (2005, p. 7-20), referindo-se a mesma como resultado do encontro entre biografia e teoria tematizada por Bourdieu, dando sustentação e sentido à realização desta obra. No mesmo sentido, Woortmann (1995, p. 16), em “Herdeiros, parentes e compadres”, utilizou-se de sua “própria história de parentesco” como requisito para estudar as questões de parentesco do “outro”, foco de seu trabalho.

Neste contexto, ao qual poderíamos acrescentar tantos outros exemplos, sinto-me assim também motivado a expor parte de minha subjetividade – em honra à memória daqueles que primeiro me ensinaram –, como requisito importante que me conduziu ao que agora apresento como resultado cujo itinerário teve seu início muito antes mesmo do desejo de estudar o objeto acima anunciado.

Minha convivência com o universo camponês nasceu a partir dos relatos de trajetórias de vidas vividas e contadas pelos meus avós e pelos meus pais. As primeiras lições foram aprendidas em casa, conversando com eles, uma vez que tiveram suas vidas traçadas sob o sol causticante da caatinga Paraibana. Segundo Halbwachs (1990, p. 71), a história vivida não se confunde com história escrita, pois a primeira se apoia na memória; o passado vivido “tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que o pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”.

Ainda agora, ao escrever essas linhas apoiando-me na memória, lembro de como meus avós contavam-me como viveram suas vidas trabalhando com a terra, e de como seus pais (meus bisavós) vieram parar na cidade de Campina Grande, na Paraíba, onde meus pais se encontraram e se casaram, terra também onde nasci.

Os efeitos das secas ocorridas nos anos de 1908 e, especialmente, em 1915 foram catastróficos para uma população que dependia exclusivamente da terra para viver, e já durante muito tempo “vivia à míngua” com os repiquetes de outras secas. Meus bisavós viram-se forçados a migrar para a cidade de Campina Grande em busca de emprego e moradia; suas terras ficaram para trás, como as pegadas deixadas nos torrões de barro daquilo que um dia fora açude, daquilo que um dia fora vida. Mas, o êxodo não foi o fim deles, pois diferente de uma visão do *continuum folk-urbano* da Escola de Chicago, que prescreve o florescimento das cidades com prejuízo da população rural e, conseqüentemente, do “desaparecimento da

campesinidade como um modo de vida”, compreendemos como Cardel (2004) que há uma lógica de (re)construção camponesa na migração.

Meu avô paterno, após ter chegado a Campina Grande em função da seca, trazia consigo, além de galinhas e farinha, 11 inocentes filhos para criar. “Os meninos, já em idade de trabalhar, foram arranjando serviço de servente de pedreiro e as meninas ficavam em casa comigo”, dizia minha avó Dalvina. Um dos meninos era o meu pai que, por arranjo do destino, foi trabalhar de servente de pedreiro com meu avô materno, Seu Biu.

Mas antes disso, meu avô Biu era vaqueiro<sup>2</sup> da Fazenda Caluête, localizada na microrregião do Cariri paraibano. O dono da fazenda, como de costume, era absenteísta. As responsabilidades de trabalho, em função disso, tendiam a aumentar. A remuneração era feita uma vez por ano na ocasião da apartação<sup>3</sup>, que se dava através do sistema de “quarteação”: a cada quatro bezerros nascidos, um era do vaqueiro. Como o vaqueiro Antônio, personagem do romance de Oliveira Paiva (1977), meu avô esperou o nascimento de sua última filha (após a frustração da morte de 10 filhos) para retirar-se “desse julgo”, conforme ele mesmo assim me dizia, ao se referir ao trabalho que exercia na Fazenda Caluête, quando jovem.

Diferentemente do vaqueiro Antônio, narrado por Oliveira Paiva, meu avô não apurou quase nada com o “dinheiro de seu gadinho”. Sem muito recurso, mas com o suficiente para livrar-se daquilo a que ele mesmo referia-se como “julgo”, decidiu ir embora para Campina Grande com minha avó e suas três filhas – a mais velha era minha mãe – para morar na beira do açude de Bodocongó, aonde, em ali chegando, foi trabalhar de vigia em uma fábrica de sabão. Depois de algum tempo de aprendizado, passou a exercer a atividade de pedreiro que, conforme me dizia, era “mais rendoso”. Mesmo que não fosse “mais rentável”, o fundamental era livrar-se da situação que o inseria numa relação de subserviência, em contraste com os valores de trabalho livre que ele mesmo parecia tão destemido buscar, em resposta à submissão

---

<sup>2</sup> “Vaqueiro de fazenda” e “vaqueiro desportista” são duas modalidades de “ser vaqueiro” que compõem um dos temas por mim estudado durante a realização do mestrado. Conferir em: BARBOSA, Eriosvaldo Lima. Valeu o Boi! O negócio da vaquejada. Teresina: EDUFPI, 2006. Segundo Andrade (1973, p. 153), a realidade do vaqueiro (de fazenda) começa a se modificar profundamente no sertão nordestino quando da introdução, no Brasil, do gado raceado nas primeiras décadas do século XX; assim, o sistema de pagamento por “quarteação” foi substituído e o vaqueiro se torna assalariado.

<sup>3</sup> No final de cada inverno, quando se costumava remeter ao mercado os bois gordos do ano, reuniam-se os vaqueiros de várias ribeiras (fazendas) para apartar o gado, separando os animais de propriedades diversas, ferrando os novos e curando de bicheira os doentes. Nisso consistia a apartação, uma atividade ligada à zona do pastoreio e, nesse momento, separava-se também o gado que pertencia ao vaqueiro (BARBOSA, 2006, p. 37).

que a condição de “morador” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 38-58; HEREDIA, 1988, p. 116-128) o impunha.

À noite, em sua casa, ensinava a “cartilha” aos filhos de seus amigos, que o recompensavam em forma de remuneração simbólica, “pois o importante mesmo [dizia ele], era que os meninos aprendessem a ler”. Um de seus alunos era o meu pai, que já trabalhava de servente para ele, há um tempo. Foi nesse ambiente de “sala de aula” que meus pais se conheceram e se casaram: ele com 16 anos, ela com 15.

Minha avó materna, Dona Branca, não queria o casamento porque Seu Deda, meu avô paterno, era “passarinheiro” e essa atividade era tida por eles, à época, como sendo de “preguiçoso”. Meu avô paterno, Seu Deda, diferentemente de meu avô materno, Seu Biu – que desenvolveu outras atividades não-agrícolas – desde que chegou a Campina Grande nunca fez outra coisa que não fosse “pegar passarinho no mato para vender na feira”, dizia minha avó, Dona Branca. Os passarinhos que vendiam e dos quais viviam eram pegos em “terras de conhecidos”, não em suas próprias terras que ficavam muito distantes de Campina Grande, onde morava.

Meu avô Deda sempre trabalhou em terra de seus pais (meus bisavôs), que depois, através do processo de partilha – critério importante da preservação do patrimônio da terra e da reprodução camponesa através das relações de parentesco, como formula Woortmann (1995, p. 16) – que se dava pelo casamento, passou a ter seu “próprio pedaço de terra” que as secas o fizeram abandoná-la. Contudo, até chegar a Campina Grande e tornar-se “passarinheiro” em “terra de conhecido”, não sabia o que era submissão. Ser “passarinheiro” em “terra de conhecido” tornou-se o único vínculo por meio do qual podia acessar seus valores com a terra; manter-se ligado a ela, cultivando seus valores, embora de forma “estigmática” (GOFFMAN, 1988) através da alcunha de “passarinheiro”, misturada à de “preguiçoso”, como assim seus pares o viam. Meu pai dizia que ele, Seu Deda, “nunca falava disso com eles [referindo-se aos filhos], mas achava que ele pagava um preço muito alto por ter abandonado as terras de Taperoá”.

O fato é que Seu Deda conseguia prover a sua família com o dinheiro advindo das vendas dos passarinhos, mas isso seus pares preferiam não enxergar. “Seu Deda passarinho” vivia na “liminaridade” (TURNER, 1974, p. 116), o espaço “confuso” e indeterminado entre cidade e campo marcado pelo “mato”, pois morava na cidade, mas vivia a maior parte do tempo no “mato” pegando passarinho – exigência que a sua nova tarefa impunha. Com isso, parecia não



querer ligação alguma com a cidade e nem com os seus pares. Quando ia ao “mato”, parecia que maquinava a morte da cidade, pois a negava e a repudiava. “Ninguém o via nos bares, nas praças ou na igreja”, dizia meu pai; vida para ele parecia somente aquela que o mato lhe proporcionava. “A gente só via ele [dizia meu pai] apenas duas vezes por mês, quando ele trazia os passarinhos para vender”.

O “mato”<sup>4</sup>, ainda hoje, é uma categoria que permanece viva no discurso popular: ele é o lugar do descartável, sinônimo de lixo, “joga no mato”, do bicho papão, lugar das feras, do boi bravo desgarrado, das ervas daninhas, lugar do medo, lugar da erva que cura, da erva que mata, lugar do perigo, da sombra, das sobras, lugar onde se enterra bicho morto, lugar de ladrão se esconder, lugar de poderes mágicos do qual se deve manter distância, lugar, enfim, do “não-lugar” que se contrapõe a outro tipo de “lugar”: lugar da roça, lugar do cultivo, lugar da moradia, lugar de convívio, lugar da vida regrada, lugar da casa e não da rua, como diria Da Matta (1991), lugar antropológico para usar uma terminologia de Augé (1994).

Não era sem razão que meu avô Deda reunia em torno de si os estereótipos de “passarinheiro e preguiçoso”, pois suas atividades, bem como a sua própria pessoa, estavam diretamente relacionadas com essa noção de “mato”, que por definição é ambígua e liminar. Além disso, esses estereótipos evidenciam o próprio “sistema de classificação” adotado pelo grupo à época, como formula Durkheim e Mauss (1984), para os quais a matéria-prima de ordem e classificação social encontra-se nas “categorias coletivas de pensamento”, cuja categoria “mato” deveria funcionar como fator significante, responsável pelas motivações e concepções do grupo para pensar sua própria realidade, ou, como postula Lévi-Strauss (1970), “como nomenclatura privilegiada que denota os arranjos sociológicos” do grupo, os quais estão na base de toda construção lógica do mesmo.

Diante disso, minha avó, Dona Branca, não tinha dúvida de não querer que “esse tipo de pessoa entrasse na família”. Sua motivação ancorava-se nos arranjos sociológicos, os quais informavam, com certa precisão, “o conjunto de ordem e classificação social” do qual o fato de meu avô Deda ser “passarinheiro e preguiçoso” representava, apenas, um de seus detalhes manifestos.

---

<sup>4</sup> “Mato” é uma categoria que aparece em Ellen Woortmann (1995, p. 247-250) como um dos elementos que compõem o sentido de ‘sítio’. A autora informa que este se constitui num espaço que é resultado da articulação com outros espaços, tais como: mato, capoeira, roçado, pasto, quintal, etc., ou seja, embora o mato seja um espaço inserido num espaço maior que é o sítio, seu sentido repousa na oposição com outros espaços.

Nem por isso meus pais deixaram de se casar. As famílias entraram num acordo tácito e os casaram (WOORTMANN, 1995)<sup>5</sup>. Todavia, os cuidados para que os filhos não se tornassem “passarinheiros e preguiçosos” tornaram-se uma preocupação constante no seio familiar, principalmente por parte de minha avó, Dona Branca, e de minha mãe, Dona Lia.

Da relação de meus pais nasceram nove filhos, sete vivos, dos quais sou o terceiro. Minha avó aceitou-me como afilhado, já que fui batizado às pressas, pois aos quatro meses de vida sofria de “doença de menino”, como assim chamavam. Desse episódio, minha avó passa a ser também minha madrinha, uma espécie de “mãe espiritual”, conforme postula Woortmann (1995, p. 285)<sup>6</sup>. Com isso, seus cuidados para comigo aumentaram, mas proporcionalmente, como que por recompensa, os poderes também. Desde tenra idade fui influenciado por ela a seguir os passos de Vô Biu, seu esposo, e não os de Vô Deda, esposo de Vó Dalvina.

Vô Biu, assim como Vô Deda, nunca deixou os vínculos com a terra; mesmo trabalhando na construção civil como pedreiro, juntamente com meu pai, que à época era servente de pedreiro, “botava seu roçado”<sup>7</sup> e dele cuidava nos finais de semana: plantava feijão, fava, milho, abóbora, batata inglesa, batata doce e amendoim. A terra em que trabalhava era arrendada através do sistema de “terça”<sup>8</sup>, isto é, tudo que era produzido ‘pagava-se’ com os próprios produtos, a terça parte da produção. Mesmo assim, após o pagamento da terça, meu avô conseguia levar para casa, sobre lombos de jumentos pertencentes a tropeiros da época, feijão e fava suficientes para se comer o ano todo. Amendoim e batata inglesa eram destinados ao mercado para serem convertidos noutras mercadorias para o consumo doméstico<sup>9</sup>, tais como café e açúcar, e outras para o uso de higiene pessoal, como sabão e perfume.

---

<sup>5</sup> Segundo Woortmann (1995, p. 157), entre os camponeses o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo.

<sup>6</sup> Para Woortmann (1995, p. 285), a madrinha é uma espécie de “mãe espiritual” presente nas sociedades de tradição cristã, que mantém com seus afilhados determinadas relações de obrigação social e ritual.

<sup>7</sup> “Botar roçado” é uma expressão típica da Paraíba, que significa cultivar a terra com milho, feijão, fava, abóbora, maxixe, amendoim, batata inglesa e batata doce, macaxeira, etc. No Piauí, costuma-se chamar “botar roça” e, além disso, a expressão cobre um sentido maior do que o empregado na Paraíba: pode ser roça de caju, roça de feijão, roça de macaxeira, roça de melancia, etc., ou seja, o termo é empregado para exprimir culturas anuais e culturas permanentes. Na Paraíba, o termo “roçado” refere-se apenas às culturas anuais, uma vez que a terra coberta por culturas temporárias é chamada de sítio e não de roçado.

<sup>8</sup> A ‘terça’ lembra um antigo costume praticado no feudalismo chamado de ‘talha’, cuja produção do servo deveria ser entregue ao nobre, geralmente um terço da produção.

<sup>9</sup> Essa é a forma simples de troca, que se constitui na conversão de M-D-M, onde: M é mercadoria, que vendida transforma-se em dinheiro (D) e através deste adquire-se outra mercadoria (M) que terá valor de uso. Segundo Marx (1974, p. 187), “o conjunto da circulação M-D-M constitui, em primeiro lugar, a série total das metamorfoses percorridas por cada mercadoria particular para ser imediatamente valor de uso para o seu dono”. Woortmann (1995, p. 286), ao analisar o sítio em Lagoa da Mata (Sergipe), percebe que o gado corresponde a uma atividade

Assim como meu avô Biu, meu pai costumava também “botar roçado” e, nos finais de semana, envolvia toda a família em seu projeto “pequeno-camponês”. Assim como meu avô Biu, toda sua vida foi marcada pelo enfrentamento de dois espaços: o da construção civil e o do roçado. A terra onde plantava era arrendada através do “sistema de meia”, isto é, a metade de tudo que era produzido devia-se dar ao dono da terra, em forma de ‘pagamento’, o qual era feito na hora da colheita. O vaqueiro vinha buscar a ‘meia’ do patrão e a levava no trator, o mesmo utilizado para preparar a terra para os arrendatários, serviço este já incluso na ‘meia’. Assim, após 15 anos de trabalho, entre um tijolo e outro, entre uma lavoura e outra, meu pai passou a cultivar em sua própria terra. Mas isso é outra história...

Ao completar 17 anos, fui estudar no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, a 70 km de Campina Grande, na Paraíba, atendendo a uma solicitação de meu pai, que não queria que eu me tornasse pedreiro. Concluí o curso em 1988, três anos depois.

No início de 1989 fui estagiar na EMATER da Paraíba. Na época, as ações deste órgão resumiam-se na execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), criado durante o governo de José Sarney, em 1985<sup>10</sup>. O estágio consistia em acompanhar os técnicos em visitas às comunidades<sup>11</sup> para ‘sensibilizar’ o produtor a aceitar o PAPP. Apesar da inexperiência, pois ainda não era um técnico e sim um estagiário, considerava essa ação de ‘sensibilizar’ muito estranha: se o PAPP era bom, então, para que fazer isso? Os produtores já eram sensíveis, pensava. Percebendo a minha inquietude, os técnicos pediam para eu ficar calado, prestar atenção nas reuniões para ‘aprender a lidar com o produtor’. Percebia que muitos produtores não queriam nada com o PAPP, mas mesmo assim os técnicos insistiam em sua plausibilidade. Tal fato causava-me desconforto, porém não sabia como e nem onde buscar respostas às minhas inquietações, até o momento em que fui estagiar no PATAC (Programa de

---

meio, uma espécie de reserva de valor; garantia contra efeitos da seca; uma forma de acumulação ou de poupança destinada para a compra de terra, indenizar filhos não-herdeiros e viabilizar a própria lavoura.

<sup>10</sup> De acordo com Chaloult (1985, p. 271-280), esse Programa foi criado em 1º de abril segundo Decreto nº 91.179, e consistia essencialmente na atuação de sete segmentos: ação fundiária, recursos hídricos, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural, comercialização e apoio às pequenas comunidades rurais.

<sup>11</sup> O termo comunidade será bastante mencionado ao longo deste trabalho, sobretudo na Seção 3. Desde já, gostaria de informar que este termo será utilizado no sentido mais empírico do que teórico, ou seja, por comunidade compreendemos um conjunto de residências localizadas no universo empírico da presente pesquisa, cujos membros estão normalmente ligados por laços de parentesco (consanguinidade e afinidade), mas não necessariamente que seja esta a sua característica mais relevante, além do fato deles compartilharem de um mesmo “lugar” (CERTEAU, 1994), e com ele identificar-se como o “lugar” onde vivem.

Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades), ainda em 1989, que durou pouco mais de dois meses.

Após a conclusão desse último estágio, ainda em 1989, fui trabalhar como técnico agrícola numa fazenda de melão irrigado em Russas, no Ceará. Em 1990, por ocasião do confisco da poupança levado a cabo pelo “Plano Collor de Melo”, tive que voltar para casa. Como era ligado à Igreja, fui enviado como missionário a trabalhar junto aos índios Potiguara no cultivo de mamão irrigado. Concentrei minhas atividades na Aldeia Galego por quase dois anos junto à família Santana, sob os cuidados de Dona Creusa<sup>12</sup>, que me hospedava em sua casa e cuidava de minhas refeições como se fosse um de seus 10 filhos. A Aldeia Galego é pródiga, pois além de ser banhada pelo mar possui um rio de água doce e uma lagoa perene que, à época, diziam que era encantada: quem tomasse banho nela desapareceria para sempre nas profundezas de suas águas tranquilas. Seria com a água proveniente dessa lagoa que montaríamos o sistema de irrigação para o mamão. O pomar ficava aos cuidados de três irmãos: João, Enoque e Jerônimo – este último era o mais velho dos 10.

O projeto de irrigação nunca funcionou completamente segundo os “padrões técnicos”; sempre faltava alguma coisa a ser feita, e eles mesmos não “faziam questão” para a sua conclusão. Para mim, isso também se tornou uma incógnita e assim permaneceu durante muito tempo até o meu ingresso no curso de Ciências Sociais, em 1991, na Universidade Federal da Paraíba, quando passei a estudar autores como: Redfield (1964 [1953])<sup>13</sup>, Lênin (1988 [1899]), Kautsky (1968 [1898]), Tepicht (1973), Chayanov (1974 [1925]), Wolf (1970 [1966]), Queiroz (1973), Candido (1979), Heredia (1979), Velho (1987), Garcia Júnior (1990), Martins (1990) e Abramovay (2007 [1992]), e muitos outros autores com os quais pude dialogar naquele período.

Compreendi, então, que o “projeto de irrigação”, até a altura em que pude montar, foi resultado de uma concessão cordial, de um respeito que eles tinham por mim como pessoa e não em função dos supostos “benefícios técnicos” que o projeto em si pudesse trazer ao cultivo de mamão, e a eles próprios. Durante o curso, sempre mantive contato com eles, e isso até hoje (2017) é assim. Eles continuam cultivando mamão, com destino ao mercado, a partir de um saber próprio do qual não se apartaram mesmo quando a mim fizeram pequenas concessões, que se tornaram uma de minhas maiores lições sobre a lógica da economia camponesa.

---

<sup>12</sup> Falecida em julho de 2012.

<sup>13</sup> Os anos em colchete indicam o período em que a obra foi originalmente publicada e, entre parênteses, a edição que está sendo utilizada.

O Programa Especial de Treinamento em Antropologia (PET), do qual participei durante os quatro anos de curso, foi uma de minhas maiores aquisições teóricas. Compreender o “outro” a partir de sua própria lógica foi a minha primeira lição, seguidas de tantas outras que puderam vir à tona desde as leituras dos antecedentes do pensamento antropológico, passando pela antropologia clássica até a antropologia moderna e a chamada pós-moderna.

Em maio de 1996 concluí o curso e, em novembro do mesmo ano, fui contratado como professor substituto a integrar o quadro do Departamento de Sociologia e Antropologia para lecionar antropologia. Nesta etapa, a experiência durou até março de 1999.

Em 2000, ingressei no Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, onde tive oportunidade de aprofundar leituras (parcialmente feitas na graduação) de autores imprescindíveis aos estudos sobre campesinato, como os supracitados. Antes de ingressar no mestrado, participava também do grupo de estudos sobre gênero, dirigido pelo professor Durval Muniz. A este grupo mantive-me ligado durante o mestrado, cuja influência levou-me a estudar a vaquejada como um espaço de reprodução de códigos de masculinidade e de regionalidade, resultando em meu trabalho de dissertação<sup>14</sup>. Paralela às discussões de gênero, eixo de minha temática, interessava-me pelas transformações ocorridas no campo, particularmente pelas transformações que levaram as antigas “fazendas de criação” a redimensionarem uma de suas práticas pastoris – a vaquejada – numa modalidade de esporte equestre tão difundida no Nordeste e também fora dele.

Desde o final do século XIX e início do século XX houve uma profunda mudança no sistema de produção da pecuária, principalmente pela introdução do gado de raça vindo da Europa. Com a introdução do gado raceado, o sistema de produção passou a ser do tipo intensivo ou semi-intensivo. Nesse contexto, a apartação como serviço de campo perdeu sua finalidade. O gado era tratado nas próprias baias, não mais no campo através da “pega do boi”, que é, por definição, a vaquejada. Os criadores de gado que não puderam introduzir gado raceado permaneceram com o sistema de criação extensiva, criando o gado solto no pasto. Essas fazendas tornaram-se os primeiros palcos onde a vaquejada passou a ser exercida desligada de sua atividade prática, sobretudo a partir da década de 1960/1970, quando os folcloristas anunciaram a sua morte. De 1990 em diante houve um considerável aumento de Fazendas do

---

<sup>14</sup> Originalmente defendida com o título “Vaquejada: uma simbólica da masculinidade?” e que, posteriormente, foi publicada em livro: BARBOSA, Eriosvaldo Lima. Valeu o Boi! O negócio da vaquejada. Teresina: EDUFPI, 2006.

Nordeste que se transformavam em parques de vaquejada. Nesse mesmo período, constatou-se também o surgimento de quatro principais elementos que passaram a dar sentido à prática da vaquejada atual: o cavalo de raça; a figura do vaqueiro desportista (diferente do vaqueiro de fazenda), o surgimento de bandas de “forró eletrônico” e a criação de parques de vaquejada modernos.

Após a conclusão do mestrado, voltei a dar aula de antropologia na Universidade Federal de Campina Grande, ainda como professor substituto. Simultaneamente, ministrei antropologia cultural para os cursos de Publicidade e Turismo na Faculdade Vale do Ipojuca, em Caruaru, durante quase dois anos.

Em 2004 fui morar no Piauí por ocasião do concurso na Universidade Federal do Piauí (UFPI) para ministrar a disciplina “Sociologia rural” no quadro do Departamento de Planejamento e Política Agrícola. Desde então, relacionei-me com pesquisadores de vários ramos do conhecimento, como agrônomos, zootecnistas, pedagogos, veterinários e, também, com representantes de movimentos sociais ligados ao campo; com eles trabalhei em temas sobre desenvolvimento rural, capital social e agricultura familiar-camponesa.

A primeira experiência com essa equipe multidisciplinar surgiu com a participação da confecção do Plano Estadual de Reforma Agrária do Piauí, em 2004<sup>15</sup> (PRRA – 2003/2010); a segunda nasceu com o Programa de Residência Agrária no período de 2005-2007<sup>16</sup>, que me possibilitou conhecer boa parte dos beneficiários do programa de reforma agrária no Norte do Piauí; e a terceira, pela oportunidade de ter participado, na função de coordenador técnico, de uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos cajucultores de duas mesorregiões do Piauí: Centro-Norte e Sudeste, realizada entre 2006-2007<sup>17</sup>. A Mesorregião do Sudeste do Estado é onde se destaca o Polo da cajucultura da Microrregião de Picos<sup>18</sup>. A pesquisa foi realizada em

---

<sup>15</sup> Este documento está disponível em: <<http://www.fetagri.org.br/novo/interna.php?id=35>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

<sup>16</sup> Projeto financiado pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<sup>17</sup> A coordenação geral foi executada pelo professor Fábio Gomes Nóbrega, do Departamento de Planejamento e Política Agrícola da Universidade Federal do Piauí. O professor José Airton, desse mesmo departamento, ficou encarregado pelo tratamento estatístico da pesquisa.

<sup>18</sup> A cidade de Picos é o segundo entroncamento rodoviário do Nordeste e o Km 0 da rodovia *Transamazônica*, composto das BR 407, BR 316, BR 230 e BR 020 (Fortaleza – Brasília); é onde, também, localiza-se a sede da Central de Cooperativas dos Cajucultores do Piauí (COCAJUPI). Os municípios com suas respectivas cooperativas que compuseram o universo da pesquisa à época foram os seguintes: no Centro-Norte, apenas o município de Altos com a sua respectiva Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores (COOAPP); no Sudeste encontram-se os demais municípios, quais sejam: Pio IX, Jaicós (COMAJ – Cooperativa Mista Agropecuária de Jaicós), Itainópolis (CAJITA – Cooperativa Agroindustrial dos Cajucultores de Itainópolis Ltda.), Campo Grande do Piauí

10 municípios produtores de caju, entre os quais o município de Altos que, em 2008, o elegeria como horizonte empírico da presente investigação que se iniciou como proposta de estudo ao ingressar no doutorado em 2009.

Estas foram, por assim dizer, as principais *raisons de hasard* de um “neto de camponês, filho de uma história” que, por meio de arranjos pessoais e profissionais, e de seu constante “cruzamento e segmentaridade” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 83), conduziram-me ao que agora coloco como objetivo da presente tese, que é estudar os elementos que caracterizam a prática da cajucultura do município de Altos, no Piauí, e em que condições ocorre a participação do agricultor-cajucultor familiar nela inserido. Neste sentido, o contexto geral de tal problemática é o que passaremos a expor na seção seguinte.

## 2. De Homens, Castanhas e Cajus: definindo o problema da pesquisa

Nos anos de 1970<sup>19</sup>, a agricultura se intensificava no Brasil, resultado das transformações ocorridas no período pós-64, como o crescimento acelerado da população e a abertura para o mercado externo. As ciências agrárias ganharam proeminência, nesse cenário, pela geração de um conhecimento que fosse capaz de reduzir a diferença entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos no país; o saber agrônômico multiplicou-se. Os centros de pesquisas estaduais, até então existentes no país, reestruturaram-se, e o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação (DNPEA) foi substituído pela Embrapa<sup>20</sup>, que passou a gerir o sistema de pesquisa agropecuária no Brasil e a promover o saber técnico-científico para o desenvolvimento agrícola do país.

---

(Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Campo Grande do Piauí), Monsenhor Hipólito (Cooperativa Mista Agroindustrial de Monsenhor Hipólito Ltda.), Ipiranga (Cooperativa Mista dos Produtores Agrícolas de Ipiranga Ltda.), Santo Antônio de Lisboa (COCASA – Cooperativa do Caju e da Castanha de Sto. Ant. de Lisboa Ltda.), Vila Nova do Piauí (COOMAVINP – Cooperativa Agropecuária e Apícola de Vila Nova do Piauí) e Francisco Santos (COOMAF – Cooperativa Mista Agroindustrial de Francisco Santos).

<sup>19</sup> Nesse período, apareceu no cenário europeu um importante trabalho de uma autora chamada Ester Boserup (1987 [1972]), que confrontou as principais teses malthusianas e neomalthusianas sobre a relação entre população e agricultura. O título original da obra em inglês é “*The conditions of agricultural growth*” (1965) a qual, cinco anos depois, foi traduzida para o francês: “*Évolution agraire et pression démographique*” (1970). Estamos utilizando nesta tese a tradução em português: “Evolução agrária e pressão demográfica”, traduzida por Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Polis/Hucitec, 1987. No Capítulo 1 teremos oportunidade de expor algumas das contribuições desta autora para os propósitos do presente trabalho.

<sup>20</sup> Através do Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, criada no âmbito do Ministério da Agricultura.

A Embrapa se espalhou pelo país através de sua lógica produto/região, dando origem a vários centros de pesquisas, tais como: Embrapa Trigo (em Passo Fundo, RS), Embrapa Arroz e Feijão (em Goiânia, GO), Embrapa Gado de Corte (em Campo Grande, MS), Embrapa Seringueira (em Manaus, AM), Embrapa Algodão (em Campina Grande, PB), etc.

Em 1987, o Centro Nacional de Pesquisa de Caju (CNPc), criado para atender, com exclusividade, o agronegócio do caju, é substituído, em 1993, pela Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza, CE), que passa a trabalhar com outros produtos além do caju, e processos demandados pela agroindústria tropical, não apenas no Ceará como igualmente no Piauí e no Rio Grande do Norte. O caju ganha proeminência político-científica através da Embrapa Agroindústria Tropical, uma vez que a sua dimensão econômica já tinha sido comprovada desde a década de 1960, principalmente pela exportação do líquido da castanha de caju (LCC)<sup>21</sup>, muito embora o parque cajuícola existente não favorecesse sua exploração em escala continuada.

O parque cajuícola, até então existente no Brasil, especialmente no Nordeste – seu maior centro produtor –, era proveniente de árvores nativas do tipo comum (conhecidas também pela literatura como caju gigante). Esse cenário começa a mudar com os incentivos fiscais do Artigo 34/18 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, posteriormente, do Decreto-Lei 1.134, bem como com o Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR) através dos seguintes fundos setoriais: Fiset-Reflorestamento, Fiset-Pesca e Fiset-Turismo, que favoreceram não apenas a formação de novos pomares (com o caju gigante) de caju, como também o aumento das atividades industriais e agrícolas com a implantação de indústrias processadoras localizadas em cidades produtoras da região, principalmente no Ceará e Piauí.

Sendo assim, através das indústrias, além do LCC, começou-se a comercializar, também, a amêndoa de castanha de caju (ACC). Os trabalhadores dessas indústrias organizam-se em sindicatos e, entre as próprias indústrias, começa a disputa cada vez maior por matéria-prima (castanha de caju). Surgem os atravessadores, e com eles toda uma estrutura de mercado

---

<sup>21</sup> Em seu contexto mais amplo, o sistema agroindustrial do caju compreende um conjunto de atividades relacionadas com o processamento da castanha, do pedúnculo e a própria venda do caju *in natura*. Do processamento da castanha em casca (fruto verdadeiro), resulta a Amêndoa de Castanha-de-Caju (ACC) e o Líquido da Castanha-de-Caju (LCC), ambos de grande valor comercial. Do pedúnculo são produzidas as bebidas (notadamente, suco, cajuína e licor e, mais raramente, vinho) e outros produtos (principalmente doces e ração animal); o caju é ainda vendido como fruto de mesa. Entretanto, de acordo com a literatura existente, estima-se que mais de 90% do pedúnculo é “desperdiçado” (aspas minhas), ou seja, é um subproduto pouco aproveitado na produção de ACC e LCC.



que torna complexo o negócio do caju em função de interesses e de atores convergentes ao longo de toda a cadeia produtiva.

A partir de 1980, o Fiset-Reflorestamento transformou-se na principal fonte de incentivo ao plantio de cajueiro para fins de reflorestamento no Brasil. A tolerância dessa planta à seca, a ocorrência de sua frutificação em meses predominantemente não chuvosos (setembro/dezembro – período de escassez de emprego e renda nas zonas rurais), seu baixo custo de produção e a possibilidade do consórcio com cultivos temporários até o quinto ano constituíram-se em fortes razões para justificar a realização do reflorestamento com o cajueiro em muitas cidades nordestinas.

A partir dos anos 2000, ou seja, quase 30 anos depois que se formaram os primeiros pomares, envelhecidos e comprometidos físico-quimicamente, aparece um novo incentivo à cultura do caju, agora proveniente do Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 2.756<sup>22</sup> (29 de junho de 2000), a qual institui o Programa de Desenvolvimento da Cajucultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Uma das exigências era que nas atividades de “substituição de copas”<sup>23</sup>, de novos plantios (em sequeiro e irrigado) e de produção de mudas fossem utilizadas variedades de cajueiro anão-precoce com o objetivo de reverter a tendência decrescente dos níveis de produção iniciados nos finais da década de 1960. Essa variedade, resultado de melhoramento genético do caju, teve seu início desde 1956 em Pacajus, no Ceará, celeiro de florescimento da pesquisa do caju no Brasil. Vale salientar, entretanto, que essa necessidade visando ao melhoramento da cadeia do caju é global, nas porções continentais onde a cultura é cultivada.

Internacionalmente, algumas instituições merecem destaque quanto a corrida para a promoção do setor do caju: *African Cashew Alliance* (Aliança Africana do Caju – ACA, nascida em 2005) que atualmente agrega mais de 180 companhias membros representando todos os aspectos da cadeia do caju, incluindo produtores, processadores, comerciantes e compradores internacionais<sup>24</sup>; *West Africa Trade Hub* (O Centro para o Comércio da África Ocidental,

---

<sup>22</sup> Resolução disponível em: <http://www.bcb.gov.br/busca.asp?consulta=resolu%E7%E3o+2756&pesquisar.x=0&pesquisar.y=0>. Acesso em: 20 jun. 2009.

<sup>23</sup> Trata-se de uma modalidade de renovação do pomar que consiste no erradicação de árvores velhas e improdutivas na altura de 70-80 cm do solo aonde serão enxertadas novas plantas, que resultarão em novo pomar.

<sup>24</sup> Informações acessíveis em: <http://www.africancashewalliance.com/pt/sobre-nos> >. Acesso em: 15 ago. 2009.

fundado pela *United States Agency for International Development - USAID*<sup>25</sup>), sediado em Gana; *African Cashew Initiative* (Iniciativa Africana do Caju – IAC), financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates, pelo Ministério Federal da Alemanha para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (BMZ) e por parceiros privados<sup>26</sup>; Associação das Indústrias do Caju (AICAJU), com sede em Moçambique; *Cashewnut Board of Tanzania* (Conselho da Castanha de Caju da Tanzânia), entidade governamental encarregada de regular o setor do caju na Tanzânia, em 2009; Instituto de Fomento do Caju (INCAJU, criado em 2009); e, A Aliança do Caju na Gâmbia (ACG) que, nascida em 2010, tem por objetivo agregar produtores, comerciantes, banqueiros, agências de remessa de cargas, ONGs e representantes do governo<sup>27</sup>.

No Brasil, merecem destaque os avanços ocorridos no campo técnico-científico para a promoção do agronegócio do caju, nos aparatos institucionais creditícios, nos constantes incentivos à implantação de novos pomares de caju, no melhoramento genético obtido com o clone de caju anão-precoce (dando origem ao acrônimo CCP), a existência de sindicatos, e muitos outros processos político-sociais desencadeados a partir de 2000, como as Câmaras Setoriais do Caju, a instalação do Instituto do Caju (Ceará), Associações de Produtores de Mudanças e Sementes (no Piauí), Blogs e Sítios na internet invocando o florescimento de um modelo de “racionalidade” (no sentido weberiano do termo, 2002, p. 46-48) produtiva, industrial e comercial que provocará, ainda, muitas disputas no âmbito da cultura do caju, concernentes as suas práticas agrícolas e sociais no Brasil e no mundo.

Apesar de estar presente no cenário brasileiro<sup>28</sup> desde a década de 1960, contexto em que predominava a exploração extrativista, a cajucultura ligada a esse modelo de racionalidade dos fatores produtivos, industriais e comerciais, garantindo assim mais organização, competitividade e lucro nos elos da cadeia do caju (produtivo, industrial e comercial), dirigida à parcela de agricultores familiares é bastante recente. Tal modelo foi pensado e implementado

---

<sup>25</sup> Os países europeus, Estados Unidos e Canadá são os maiores consumidores de amêndoas de castanhas de caju. Os Estados Unidos destacam-se, ainda, como o principal comprador de amêndoas de caju no mundo, detendo uma considerável participação e controle no comércio mundial de castanhas; a Índia é a principal processadora de amêndoas de caju do mundo, concorrendo apenas com alguns países da África, como Moçambique e Nigéria; ainda na Ásia, o Vietnã lidera como o principal país produtor (ton) do mundo.

<sup>26</sup> A Iniciativa Africana do Caju (IAC) é formada por cinco países: Gana, Côte d’Ivoire, Burkina Faso, Benin e Moçambique.

<sup>27</sup> Os dados a respeito destas instituições estão disponíveis em: <<http://www.africancashewalliance.com/pt/parcerias>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

<sup>28</sup> O processo de modernização da cadeia do caju, na Índia, já vem ocorrendo desde 1994; no Vietnã deu-se a partir de 2001.

pela *intelligentsia* da Fundação Banco do Brasil (FBB) e de seus parceiros<sup>29</sup> a partir de 2003, conforme podemos conferir no trecho abaixo, extraído do próprio Portal da FBB:

a Fundação Banco do Brasil tem atuado, em forma de programa estruturado de geração de trabalho e renda, na cadeia produtiva do caju com o objetivo de incrementar a renda e propiciar melhoria nas condições de vida das famílias envolvidas. Isso é feito por meio de iniciativas que vão desde a melhoria dos índices de produtividade, com o investimento em assistência técnica, até a agregação de valor por meio da industrialização da castanha, produzindo amêndoas em unidades de processamento de castanha de caju<sup>30</sup>.

Na verdade, foi pensado desde 2001, através do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e da criação do Banco de Tecnologias Sociais (BTS)<sup>31</sup>, por meio do qual a FBB vem priorizando ações voltadas para as áreas de educação e cultura e geração de trabalho e renda. Nesse mesmo ano, a Embrapa Agroindústria Tropical (Ceará) ganhou o concurso “Tecnologias Sociais” por ter desenvolvido um “módulo agroindustrial múltiplo de processamento e comercialização de amêndoa de castanha-de-caju”, com destaque para a operação de uma pequena unidade de beneficiamento da castanha conhecida pelo nome de “mini-fábrica de castanha-de-caju”. A FBB, aproveitando a oportunidade dessa invenção, pode materializar sua proposta, o que ocorreu no final de 2003.

Em 2004, em alguns estados (Ceará e Piauí), seu “projeto de reestruturação e modernização da cadeia do caju” já estava sendo implementado, tendo como público prioritário a agricultura familiar nas regiões da Amazônia e do Semiárido, especialmente os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia, “em consonância com as diretrizes do Programa Fome Zero do governo federal”, segundo informações de Parreiras (2007, p. 5).

---

<sup>29</sup> Segundo informações contidas no Portal da FBB: <<http://www.fbb.org.br/acoes-programas/trabalho-renda/cajucultura/>>. Em cada um dos estados produtores de caju, a FBB investiu na organização de um Comitê Gestor que congrega os principais parceiros dos empreendimentos. Além dos parceiros locais (formados principalmente pelas incubadoras, universidades, centrais de cooperativas e empresas agropecuárias estaduais públicas), conta com parcerias estratégicas, tais como: Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Companhia de Abastecimento Nacional (CONAB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Grupo de Trabalho (GT) em Cadeias Produtivas, Fome Zero, Fundação Unitrabalho, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/acoes-programas/trabalho-renda/cajucultura/>>. Acesso em: 31 maio 2012.

<sup>31</sup> O Banco de Tecnologia Social é um cadastro de soluções inovadoras para problemas sociais em áreas diversificadas.

Em linhas gerais, o modelo de reestruturação da cadeia do caju<sup>32</sup> consiste no emprego de processos de racionalização nos três elos desta cadeia, notadamente: o elo produtivo, o industrial e o comercial. Para que se dê a reestruturação destes elos é necessário ancorá-los em novos princípios organizativos, os quais podem ser sinteticamente apresentados a seguir:

1. Na organização dos produtores em cooperativas singulares;
2. Na implementação de unidades de processamento da castanha de caju, ou seja, na instalação de “mini-fábricas de castanhas de caju”; e,
3. Na estruturação de uma central de comercialização, com fins político-organizativos e de comercialização (no caso do Piauí, é a Central de Cooperativas de Cajucultores do Piauí – COCAJUPI, sediada no município de Picos).

Com exceção da Bahia que teve sete, foram escolhidos<sup>33</sup> pela *intelligentsia* da FBB e de seus parceiros 10 municípios produtores em cada um daqueles estados para se “afinarem” a esse novo modelo. No Piauí, com a instalação de “mini-fábricas de castanhas de caju” e cooperativas, os agricultores passaram a trabalhar de forma associada a uma Unidade Central de Cooperativas dos Cajucultores do Piauí (COCAJUPI), desde 2006. Essa Central de Cooperativas visa tanto o gerenciamento e o beneficiamento racionais de castanhas de caju, quanto a sua comercialização. Recentemente (2011), alguns municípios produtores deste Estado, tais como Monsenhor Hipólito, Francisco Santos, Jaicós e Ipiranga, passaram a concretizar parte desse novo modelo no elo comercial com a exportação de castanha de caju industrializada, através do *fair trade*.

Os agricultores familiares, inseridos nesse processo de modernização da cadeia do caju, estão sendo incentivados por diversos órgãos do governo a introduzir esse novo modelo em suas práticas agrícolas referentes ao cultivo do caju. Um dos elementos mais importantes que

---

<sup>32</sup> De acordo com informações retiradas do sítio da FBB e do livro “os frutos sociais do caju” (GOMES, 2010), ambos disponíveis em: <<http://www.fbb.org.br/acoes-programas/trabalho-renda/cajucultura/>>. Acesso em: 31 maio 2012.

<sup>33</sup> Municípios do Ceará: Aquiráz, Aracati, Barreira, Chorozinho, Granja, Icapuí, Jijoca de Jericoacoara, Ocara, Pacajus e Tururu; do Piauí: Altos, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Itainópolis, Ipiranga, Jaicós, Monsenhor Hipólito, Pio IX, Santo Antônio de Lisboa e Vila Nova do Piauí; do Rio Grande do Norte: Açú, Apodi, Augusto Severo, Caraúbas, Macaíba, Portalegre, Pureza, Severiano Melo, Touros e Vera Cruz; da Bahia: Banzaê, Cícero Dantas, Lamarão, Novo Triunfo, Olindina, Ribeira do Amparo e Tucano. Fundação Banco do Brasil, conforme Gomes (2010). Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/acoes-programas/trabalho-renda/cajucultura/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

caracterizam a transição para esse novo modelo diz respeito à substituição dos cajueiros tradicionais (conhecido por eles e pela literatura como caju gigante ou caju comum; os produtores o chamam, também, de caju de “raça forte”), que atingem cerca de 8 a 15 m de altura, por cajueiros oriundos de clones da espécie anão-precoce<sup>34</sup> (conhecidos por eles como “caju morredor” ou caju de “raça fraca”), que chega a medir de 2 a 4 m de altura, aproximadamente. Para essa nova espécie de caju, além de oferecer facilidade durante a colheita, a produção é dobrada, segundo pesquisas comprovadas tanto pela Embrapa Agroindústria Tropical do Ceará, quanto pela Embrapa Meio-Norte, no Piauí<sup>35</sup>.

Segundo Oliveira (2008, p. 1), a produtividade esperada por hectare, para o cajueiro-anão-precoce, sob regime de sequeiro, é cerca de mil kg de castanha e 10 mil kg de pedúnculo; para o cajueiro comum, a média é de 240 kg de castanha e 450 kg de pedúnculo. Os parâmetros técnicos são, sem dúvida, tentadores, ou seja, com o aumento da produtividade, o novo modelo tem por objetivo elevar a capacidade produtiva das famílias e, com isso, aumentar a participação destas no mercado, contribuindo assim para a redução da pobreza em áreas de baixo nível de desenvolvimento econômico e social, como é o caso do perfil regional brasileiro<sup>36</sup> onde a cajucultura é praticada: Nordeste.

Será que o problema da fome, da falta de emprego, da baixa renda e de baixos índices de desenvolvimento enfrentados pela imensa maioria dos que vivem no e do campo seriam resolvidos através da modernização de cadeias produtivas? O levantamento do histórico das políticas públicas no Brasil, criadas para resolver o problema da pobreza no campo, talvez bastasse para responder esta questão<sup>37</sup>. Além disso, segundo Sabourin (2009, p. 17), “as políticas públicas destinadas à pequena agricultura são concebidas em função de um tipo de agricultor familiar que não existe mais, ou somente de forma minoritária, ao passo que a massa

---

<sup>34</sup> Os clones de cajueiro-anão precoce mais difundidos no país são: (CCP 06, CCP 09, CCP 76 e CCP 1001). Teremos oportunidade de explicar as características de cada um desses clones na seção 4.

<sup>35</sup> Ribeiro *et al.* (2006).

<sup>36</sup> Não apenas no Brasil, como também e, especialmente, nos principais países produtores de caju. Na África, por exemplo, a cajucultura agrega 2,5 milhões de agricultores (*planteurs/farmers*) dos quais 90% são provindos de populações rurais pobres, apresentando um espaço cultivado de 0,5 a 4 hectares onde se cultivam culturas diversificadas. Disponível em: <<http://aci.africancashewalliance.com/eng/countries.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

<sup>37</sup> Para Douglas e Isherwood (1979), a pobreza não pode ser definida pela ausência de riqueza. Em seu livro tenta fazer uma aliança entre a antropologia e a ciência econômica, sugerindo uma definição de rede social de pobreza. O ponto de vista do antropólogo é de que as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que sustentam. A pobreza é culturalmente definida não por um inventário de objetos, mas por um padrão de exclusões, geralmente bastante sistemáticas. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007.

de camponeses, já marginalizada, se torna ou permanece quase invisível”, como tem sido o caso de agricultores que também vivem da cajucultura – teremos oportunidade de demonstrar.

A implementação desse novo modelo, que se assenta na profusão das inovações das forças produtivas, acaba também por impor várias mudanças nas relações de produção com base na exploração familiar, afetando substancialmente as relações de trabalho, de gestão e de produção das famílias nele inseridas. Este modelo ainda está como que “sob suspeita” por parte das famílias, as quais estão, por assim dizer, num processo de “liminaridade” (TURNER, 1974), vivendo atualmente a experiência de dois universos cognitivos paralelos: o deles mesmos e o do “outro”. Esse paralelismo, que no momento denota elementos de uma identidade transitória, tem turvado a visão daqueles que, embora presentes no processo de exaltação do modelo permanecem distantes de uma compreensão mínima das condições sociais dessas famílias.

Ora, os agricultores, que também cultivam caju, só existem indiretamente por causa das cifras produzidas em torno da cadeia do caju, na qual estão inseridos, principalmente pelo comércio de castanhas de caju<sup>38</sup>, LCC e ACC; o pedúnculo ainda não é reconhecido por eles com os mesmos valores que reconhecem a castanha. Esse “não reconhecimento” por parte dos agricultores, que denota os arranjos culturais de valores cultivados pelo próprio grupo, é interpretado pela *intelligentsia* da FBB como sendo “desperdício de matéria-prima” em função da “desqualificação dos agricultores” e da pobreza tecnológica na qual se encontram. É necessário compreender que os agricultores, além de produzir alimentos, produzem conhecimento; “existe um trabalho do saber que informa o trabalho sobre a terra”, como nos dizem Woortmann e Woortmann (1997, p. 135).

Para evitar o “desperdício” pela “falta de conhecimento”, várias receitas foram criadas visando o aproveitamento do pedúnculo na alimentação humana, estudadas e testadas pelas Universidades do Piauí e do Ceará, pela Embrapa Agroindustrial Tropical, como também pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER’s)<sup>39</sup> dos estados produtores de caju; porém, os agricultores-cajucultores ainda não classificaram o pedúnculo como sendo algo “bom para ser comido” porque o pedúnculo ainda não é “bom para ser pensado” como alimento, como diria Lévi-Strauss (1970, p. 21). Antes de satisfazer as necessidades físicas do estômago do agricultor-cajucultor, o pedúnculo teria que se tornar apetitoso para o seu pensamento e não

---

<sup>38</sup> Castanha é o verdadeiro fruto da planta de caju, e o pedúnculo, a parte comestível *in natura*, é um pseudofruto.

<sup>39</sup> Que recentemente passaram a ser chamadas de “Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural”.

o contrário. O pedúnculo está sendo avaliado pelo agricultor, mas, no momento, o seu maior valor está no valor de troca; as receitas de como “aproveitá-lo” tornam-se obsoletas e anacrônicas. É necessário compreender como pensam os agricultores para que os “verdadeiros desperdícios”, oriundos de ações do governo, sejam evitados. A *intelligentsia* da FBB carece ainda dessa compreensão, mas, em compensação, multiplicam-se as suas imposições.

Uma dessas imposições diz respeito à alta especialização do conhecimento agrícola requerido pelo modelo de reestruturação da cadeia do caju, o qual fragmenta não apenas o saber agrícola do agricultor, como também transforma este em “cajucultores”, designativo que, ao invés de fazer jus a sua experiência pluriativa (SCHNEIDER, 2003) própria do universo de exploração familiar, reduz e fragmenta esta experiência em “experiências monoativas”<sup>40</sup>, (KAGEYAMA, 1999, p. 1-54). Nesse sentido, não seria preferível o termo binomial “agricultor-cajucultor”, compatível com a natureza teórica da experiência pluriativa, ao termo “cajucultores”? Aliás, essa é a forma através da qual eles (os agricultores) mesmos se auto definem: “*eu sou agricultor, mas dependendo da época do ano, sou também cajucultor, produtor de caju... mas os lá de fora chama nós de cajucultor... (risos) eu acho errado porque nós não vive só do caju, não, nós vive de tudo que tem na roça*” (Seu Carlos, 57 anos).

Cumpra ressaltar que esse processo de especialização tem ocorrido não apenas com a cajucultura, mas também com outras atividades agropecuárias, como: mandiocultura, ovinocaprino cultura e apicultura cuja obtenção de ganhos de produtividade dão-se sempre pela incorporação de “novos fatores de produção” (SCHULTZ, 1965, p. 135), destacando-se aí o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, dos agrotóxicos, da maquinaria agrícola, dos melhoramentos genéticos, das novas cultivares, etc. Ora, em que medida a introdução de “fatores de produção” está ligada diretamente ao aumento da produtividade na agricultura em geral e, em especial, na cajucultura de exploração familiar?

Em síntese, a cajucultura, sem dúvida, tem despertado a atenção de uma boa parte de especialistas de organizações nacionais (e internacionais) ligados às instituições financeiras, de fomento à pesquisa e de promoção de políticas de desenvolvimento social e econômico como tem sido o caso, para citar algumas, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Empresa Agroindústria Tropical, da Embrapa Meio-Norte, do Instituto Brasileiro de Geografia

---

<sup>40</sup> Através deste termo, refiro-me, como a autora, a experiências contrárias a experiências pluriativas.

e Estatística (IBGE), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Embora a cajucultura tenha ocupado lugar nessas organizações e ganhado corpo em relatórios técnicos e científicos, bem como em programas de estratégias de desenvolvimento, infelizmente ainda está por se constituir como foco de preocupação de análise e pesquisa sócio-antropológica no interior de tais organizações. As análises e os estudos quando existem são enviesados por investigações que privilegiam aspectos econômicos, agronômicos, fitossanitários, entomológicos, pedológicos, edafológicos, genéticos, prospectivos, mercadológicos, etc., cujos interesses têm se voltado mais para a cultura do caju em seus desdobramentos agronômicos do que para os atores que o produz, como o produz, em que condições e com que propósitos. Nesses estudos, o caju ganha proeminência em relação ao homem que o produz.

É o caso, por exemplo, de trabalhos de natureza agronômica como os de Barros (1988; 1998; 2000), Sousa (2007) e Carvalho *et al.* (2007), em cujas pesquisas os aspectos agronômicos da cultura do caju têm se destacado e contribuído para a geração de um banco de dados em torno da cadeia do caju no tocante à produção e ao manejo; os de Paula Pessoa (1995; 2000) e de Consórcio Montor & Arthur D. Little (1973), onde a cajucultura aparece em capítulos que versam sobre o desenvolvimento da agroindústria e de seus condicionantes econômicos; os de natureza econômico-administrativo e desenvolvimento sustentável, como os de Oliveira e Rocha (2009) em cujo trabalho “Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Caju na Bahia: potencial do território de identidade no Semiárido Nordeste II” buscam identificar potenciais e gargalos para o desenvolvimento da atividade da cajucultura nos principais municípios produtores da microrregião da Bahia; os de Paiva *et al.* (2009) cujo interesse pela cajucultura destaca-se pelo estudo da cadeia produtiva do caju como modelo para o desenvolvimento sustentável em áreas de Assentamento do Estado do Ceará; os de natureza pedológica, como os de Ramos *et al.* (1993) e Parente (1972), que destacam a importância da adubação e de propriedades químicas do solo como aspectos imprescindíveis à produção do caju, bem como de seu manejo; os de abordagem higiênico-sanitária, como os de Carneiro, Muratori e Pires (2004), em que relacionam os fatores de produção de agroindústria de cajuína e de padrão de qualidade da mesma às práticas higiênico-sanitárias como um dos requisitos essenciais ligados à produção do agronegócio do caju; e, ainda, o trabalho de natureza histórico-geográfica, como o de Cunha (2006), cujo interesse ancora-se em problematizar a categoria



agricultura familiar a partir da agricultura do caju, especialmente a praticada no final dos anos 1990, na cidade de Cascavel, no Ceará, e o de Carvalho *et al.* (2009) que busca destacar o trabalho familiar no processo de beneficiamento da castanha de caju em Itabaiana, em Sergipe.

A maioria desses estudos, por se inserir no universo das Ciências Agrárias – salvo as exceções de Cunha (2006), Oliveira e Rocha (2009) e Carvalho *et al.* (2009) –, ancora-se sob a lógica do “discurso estatístico-homogêneo” que, segundo Certeau (1994, p. 15-16), esconde um universo ricamente complexo e heterogêneo que gira em torno da trama social da cajucultura, verificada desde os espaços da produção, da industrialização e do beneficiamento até os da comercialização, muitos ainda inalcançados pela abordagem sócio-antropológica. Há um universo rico e fértil criado, desenvolvido e protagonizado por uma parcela significativa de agricultores-cajucultores organizados em torno da cadeia do caju, que precisa ser desvelado.

Apesar da importância desses estudos, eles não revelam a respeito das condições de trabalho dos agricultores ou de como os diferentes atores sociais participam do processo de modernização da cadeia, ou mesmo de como eles percebem os riscos necessários à modernização da produção, da industrialização e da comercialização, ou, ainda, como a introdução de discursos e práticas modernizantes alteram as relações institucionais entre eles, afetando suas relações pessoais e familiares, bem como uma série de outras questões ligadas à cadeia produtiva que são centrifugadas por esses e outros dados dessa natureza, cujas informações, além de se encontrarem pulverizadas nas diversas instituições em formato de boletins e artigos técnicos, textos para discussão e relatórios de pesquisas, escondem o protagonismo e a cena dos principais atores inseridos, atualmente, no cenário da cajucultura de produção familiar.

Além disso, esses estudos caracterizam-se por não levar em consideração a relação da cajucultura com outras culturas agrícolas, isolando-a do resto da vida social e da importância econômica que estas culturas têm para os agricultores, como se estes vivessem apenas do cultivo do caju. Ora, se a cajucultura possui alguma importância econômica significativa para os agricultores, não seria pela relação que mantém com as demais culturas que ela poderia ser revelada? Não seria ela apenas um dos elementos de composição de renda do agricultor-cajucultor de Altos? Na Seção 3, a seguir, ocupar-me-ei com os principais elementos que me serviram de base para o desenho metodológico do presente trabalho.

### **3. De Comunidades, Castanhas e Cajus: adendos metodológicos ou de como um *survey* se transforma em estratégia de trabalho de campo**

Em 2009, quando esta pesquisa foi iniciada como proposta de tese, nosso objetivo era elaborar uma etnografia sobre a cajucultura familiar-camponesa praticada no município de Altos, no Piauí, a partir de três assentamentos, notadamente: Sobradinho, Espinheiro e Força Jovem. Contudo, entre o “projeto de qualificação de tese” (que ocorreu em maio de 2010) e a “tese que ora apresento” (2013), alguns “imponderáveis”, como diria Malinowski (1997), apareceram ao longo desse período, a partir dos quais a delimitação do universo empírico sofreu uma significativa mudança, passando a reorientar a presente pesquisa em seu aspecto metodológico e, dada a sua importância, descreverei, em seguida, como ocorreu a elaboração de seu desenho definitivo.

Iniciei o doutorado em março de 2009; em novembro do mesmo ano concluí os créditos de disciplinas obrigatórias e optativas. Em janeiro de 2010 voltei ao campo para retomar os contatos com os agricultores-cajucultores, dando continuidade à pesquisa. Neste mesmo mês recebi um e-mail da professora Lídia, minha orientadora, informando-me que o Projeto CAPES/COFECUB<sup>41</sup> fora aprovado, e isso abriria a possibilidade para os doutorandos, orientandos dos professores inseridos no Projeto, realizarem “doutorado sandwich” na França, desde que tivessem concluído os créditos do doutorado e defendido a qualificação. Nesse sentido, direcionei minhas atividades de campo para a construção do projeto e a defesa da qualificação.

Havia eleito, a princípio, três requisitos básicos para definir as comunidades produtoras de caju com as quais trabalharia: a) as comunidades precisavam ser produtoras de caju; b) deveriam apresentar níveis de inserção diferenciados de experiência com o mercado; e, c) deveriam estar inseridas no contexto de produção familiar.

Quanto aos níveis de inserção diferenciados com o mercado, parti de uma adaptação da proposta metodológica de FAO/INCRA (2006)<sup>42</sup> que consiste na operacionalização da seguinte equação:

---

<sup>41</sup> Sob o título “Interações Bioculturais e Desenvolvimento Rural Sustentável em Região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinâmicas territoriais”.

<sup>42</sup> Metodologia disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P#9>. Acesso em: 15 jan. 2010.

caso o valor total da produção tenha sido maior que zero, então o Grau de Integração ao Mercado foi obtido do resultado entre a relação: total da receita com atividade agropecuária e o valor total da produção agropecuária. Caso contrário, para o grau de integração do estabelecimento agropecuário ao mercado foi registrado valor igual a - 99,9.

Esta equação possibilita classificar os estabelecimentos agropecuários segundo o grau de integração destes ao mercado em, a partir de índices:

1. Muito integrado – caso o grau de integração ao mercado seja maior ou igual a 0,9;
2. Integrado – caso o grau de integração ao mercado seja maior ou igual a 0,5 e menor que 0,9;
3. Pouco integrado – caso o grau de integração ao mercado seja maior ou igual a zero e menor que 0,5.

Como não dispunha, naquele momento, de dados suficientes que permitissem classificar as comunidades segundo essa metodologia, tive o cuidado de adaptar seu uso segundo as minhas necessidades. Desse modo, recorri ao conhecimento de técnicos do INCRA, da EMATER e, também, de membros da Associação de Agricultores Familiares do Piauí sobre as comunidades produtoras de caju que estivessem dentro desses critérios de integração ao mercado. Assim, com base nessas informações, somada à experiência que tive em 2006-2007 com a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos cajucultores do Piauí – o que me possibilitou reunir certo conhecimento empírico sobre os agricultores-cajucultores de Altos –, estabelecemos, então, três níveis:

- 1) Alta experiência de mercado com a cajucultura, que traduz a capacidade prática da comunidade, tanto de forma coletiva quanto individual, de inserir seus produtos, principalmente os advindos da cajucultura (castanha de caju *in natura* ou processada, doces de caju, cajuína, licor, etc.)<sup>43</sup> ao mercado;
- 2) Média experiência de mercado com a cajucultura, que caracteriza a presença da comunidade no mercado, incipiente em sua forma coletiva sendo mais recorrente a forma individual de inserção; e,

---

<sup>43</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº 1, de 7 de janeiro de 2000, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), o suco de caju clarificado, ou cajuína, é uma bebida não fermentada e não diluída, obtida da parte comestível do pedúnculo do caju (*Anacardium occidentale L.*) por meio de processo tecnológico adequado.

- 3) Baixa experiência de mercado com a cajucultura representa as comunidades que ainda não estão presentes no mercado através de práticas coletivas ou individuais, senão por ocorrências ocasionais e efêmeras.

De acordo com esses critérios, baseados em minha observação, e, após longa conversa com técnicos do INCRA e da EMATER, as comunidades eleitas foram três assentamentos: Assentamento Sobradinho, Assentamento Espinheiro e Assentamento Força Jovem – os dois últimos pertencentes ao município de Altos e o primeiro ao município de Coivaras. Esses assentamentos possuem os seguintes níveis de inserção diferenciados de experiência de mercado com a cajucultura: Sobradinho tem alta inserção de experiência de mercado com a cajucultura; Espinheiro apresenta média inserção de experiência de mercado com a cajucultura; e, Força Jovem tem baixa inserção de experiência de mercado com a cajucultura. Esse era o universo empírico da pesquisa.

Uma vez que estas três comunidades apresentavam níveis diferenciados, não apenas em relação ao mercado, mas também em relação a própria prática da cajucultura, tal fato possibilitava-me realizar comparações entre elas, permitindo-me, além disso, atingir um dos objetivos da tese que foi compreender sobre o processo de rupturas e continuidades vivenciadas pelos cajucultores ao se depararem, atualmente, com um “conjunto moderno” de práticas que orientam a exploração da cajucultura. O trabalho de campo para qualificação foi realizado de janeiro a abril de 2010 e, em junho, defendi. Em agosto fui para França realizar o estágio doutoral na Universidade de Strasbourg no âmbito do Laboratório de Cultura e Sociedade na Europa.

Durante o estágio, dediquei tempo às leituras sobre a cajucultura no Brasil e no mundo, sobretudo entre os 20 maiores produtores, segundo classificação da FAO/FAOSTAT (*Food and Agriculture Organization e Food and Agriculture Organization Statistics*) em 2010<sup>44</sup>; além das leituras sobre campesinato e agricultura familiar, também dediquei tempo à observação da “agricultura parcelar francesa”, tal como a descreve Bloch (2001, p. 37), observação realizada especialmente na região da Alsácia onde vivi. Para os meus olhos, acostumados a grandes

---

<sup>44</sup> **África:** Benin, Angola, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Guiné Bissau, Guiné, Quênia, Mali, Madagascar, Moçambique, Nigéria, Senegal, Togo e Tanzânia; **Ásia:** China, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietnam; **América do Sul:** Brasil e Peru; **América Central:** República Dominicana, Honduras, México, El Salvador e Belize.

extensões de terras que caracterizam, ainda, a estrutura fundiária brasileira, as parcelas de terras agricultáveis (distintas das florestas) me lembravam, em virtude de seu tamanho reduzido, ao que no Brasil chamamos de “quintais”. Essa foi a imagem que mais me causou estímulo, a que mais ocupou espaço em minha memória sobre a realidade da *campagne française*, e que não se esgotou ao final de minha estadia naquele país, permanecendo viva, até hoje, enquanto escrevo estas linhas, e mais ainda adiante como se verá.

Nas leituras sobre os países produtores de caju dei especial atenção à compreensão de três variáveis quantitativas referentes a cajucultura, pois visava situar melhor o contexto produtivo da cajucultura no âmbito internacional: área colhida (ha), quantidade produzida (ton) e rendimento produtivo (kg/ha). Serviram-me de fonte a estas variáveis as divisões de estatísticas dos próprios países, bem como e, especialmente, a FAO/FAOSTAT um dos bancos de dados pertencentes a família FAO – órgão que recolhe e disponibiliza informações sobre a produção de alimentos no mundo em seus mais variados aspectos.

Após reunir dados referentes a estas três variáveis sobre os 20 maiores produtores de caju no mundo, pus-me a pensar sobre o contexto da cajucultura do Brasil e, mais especificamente, a de Altos, no Piauí. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de caju, sobretudo em termos de área plantada: 750 mil ha possui, ainda, um rendimento produtivo tecnicamente baixo, segundo a literatura corrente: 300 a 350 kg/ha, (dados conforme IBGE, 2010) perdendo para países como Vietnã, cuja média do rendimento produtivo (período de 1990-2010, segundo a FAO) é de 3 mil kg/ha, ou seja, 10 vezes mais do que o Brasil, embora com área colhida quase três vezes menor (340 mil ha). Estes dados são interpretados, como vimos na seção anterior, como sendo resultado da “baixa adoção de tecnologia por parte dos produtores, e tal fato se constitui em um dos maiores entraves ao desenvolvimento da cajucultura no Brasil”, segundo os principais órgãos ligados ao agronegócio.

Ora, há uma série de fatores que estão por trás desses valores, que seria demasiado discuti-los nesse momento. Sabe-se que o parque cajuícola do Vietnã constitui-se quase que exclusivamente por caju anão-precoce, enquanto no Brasil chega a 30% da área plantada (especialmente no Ceará). Isso certamente faz diferença, conforme os indicadores técnicos já mencionados referentes à produção do caju comum e à do caju anão-precoce. Contudo, além da tecnologia e do melhoramento genético como fatores de aumento de rendimento produtivo (kg/ha) (para o caso da cajucultura), os dados empíricos têm nos revelado que, *a priori*, o conjunto de tecnologias não se constitui numa “necessidade em si mesma” como “valor de uso”

para o qual recorre, sem critérios, os agricultores-cajucultores, principalmente os dos “sítios” com mínima campesinidade, conforme teremos oportunidade de explorar melhor tal assertiva nos Capítulos 1 e 4. Pelo contrário, quando ocorre de o conjunto de tecnologias assumir a condição de “valor de uso”, portanto, de “uma necessidade”, só o é na medida em que se subordina às necessidades (físicas e simbólicas) definidas pelos grupos familiares, segundo suas “intenções culturais”, pois como afirma Sahlins (2003, p. 170): “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”.

Este é um dos aspectos importantes da transformação da “agricultura tradicional” que faltou à análise (manual) de Schultz (1965, p. 135-148) ao mencionar os “fatores de produção” como sendo elementos imprescindíveis à modernização daquele tipo de agricultura, que guarda semelhanças com a agricultura praticada pelos agricultores-cajucultores de Altos. Diante desse argumento, é insustentável a perspectiva das necessidades como sendo, *a priori*, o “motor das adoções”, uma vez que as mesmas estão sujeitas ao reino do sentido, ou seja, aos imperativos das “intenções culturais”, “mãe das necessidades”, estas definidoras tanto das escolhas quanto do lugar que seu próprio sentido ocupa no interior dos grupos familiares.

Nesse contexto teórico, como situar o *modus operandi* moderno da reestruturação da cajucultura em Altos? Em que condições se encontram os agricultores nesse contexto, e como operacionalizam as novas práticas no cultivo do caju? Quais são os critérios por eles utilizados para introduzir essas novas práticas?

Foram com estas questões que retornei ao Brasil em março/abril de 2011. Como ainda não tinha estudado, com detalhes, os dados quantitativos da cajucultura de Altos, tal como fizera com os dados dos 20 maiores produtores de caju no mundo, o fiz ao retomar o trabalho de campo, a partir de maio de 2011.

Para recolher o material para a qualificação, fiquei hospedado numa pousada. Passava o dia inteiro no campo e, à noitinha, voltava. Mas com a relação que construí com eles, fui convidado a ficar hospedado na sede da Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores (Cooapp); comprei cama e colchão e eles me deram uma mesinha com cadeira. Pronto, tinha tudo que precisava para trabalhar e, à noite, descansar.

A Cooapp possui, atualmente, 36 sócios<sup>45</sup>, muitos dos quais “*botam roça*” de verão numa área reservada (em torno de 10 ha) dos 27 hectares existentes. No período de cultivo e dos tratos culturais comuns, muitos homens antes de saírem para roça, por volta das 6 horas e 30 minutos, reuniam-se durante alguns minutos para conversas informais; isso se dava em frente ao quarto que me cederam. Apesar de eu ter dificuldades em acordar tão cedo assim, essa foi uma boa oportunidade para exercitar o ajustamento de minhas limitações às condições do meu trabalho. Além disso, foi ali mesmo que consegui conhecer todos os sócios da Cooapp e encontrá-los posteriormente, em suas casas, tornou-se facilitado. Desde o dia em que fui apresentado pelo Seu Gil, presidente da Cooperativa, como o “professor que estudava sobre o caju”, passei a ser chamado de “professor” por todos, até o dia em que, finalmente, resolveram perguntar meu nome, ao que disseram: “*não, é melhor chamar de professor mesmo, seu nome é muito difícil... (risos)*”.

Com ajuda da esposa do presidente da Cooperativa, Dona Liana, iniciei as visitas às propriedades dos sócios, muitos dos quais pertenciam àqueles assentamentos, mas não cultivavam caju – apenas 10 sócios o faziam. Senti a necessidade de conhecer outros sujeitos que cultivassem caju, além dos sócios.

Durante o trajeto que fazia para as visitas aos assentamentos, passava por algumas comunidades (Paixão dos Paiva, Barcelona e Bom Jardim) cujos cajuais viam-se de longe. Adicionei essas comunidades à minha lista de visitas. Foi a partir da experiência de campo que tive com essas comunidades que me deparei, pela primeira vez, com a questão dos “quintais” enquanto “categoria de classificação nativa”, bem como com a possibilidade de explorá-la. Ao serem questionados sobre o cultivo do caju, sempre me respondiam:

*“Moço, aqui a gente tem um pouquinho de tudo, tem caju também, mas é pouquinho, não dá pra plantar muito. O caju tá espalhado pelo quintal. Aqui todo mundo tem um pouquinho de caju, mas é plantio de quintal... a terra é pouca, mas todo mundo tem (silêncio)... mas, quem tem caju mesmo é aquele pessoal de lá.” (Seu Gilson, 65 anos)*

---

<sup>45</sup> Dos quais, apenas nove produzem caju.

Em casa (na Cooapp), enquanto reexaminava os dados colhidos nessas comunidades e esse trecho da entrevista acima de um senhor de 65 anos, que me dizia que o caju é plantado no quintal e que “o quintal é terra pouca”, fui tocado pela associação que tinha feito na época do estágio doutoral, da “agricultura parcelar” como “quintais”, em função de seu “tamanho reduzido” (é claro que essa associação é apenas uma imagem que, de certa forma, inspirou-me a trabalhar, aqui, com a questão dos “quintais” sem a intenção de entrar no mérito da questão – que envolve a agricultura parcelar francesa – ao reduzi-la à minha imagem, bem como ao “seu tamanho reduzido”).

Após observar atentamente aquelas comunidades, registrei que os pomares eram ali cultivados principalmente numa pequena porção de terra, a qual eles se referem (classificam) como “*quintais*”, diferentes dos Sítios e das Fazendas a que eles se referem como “*o pessoal dali*” que possuem, segundo eles, mais caju porque tem “mais terra”. O termo “*o pessoal dali*”, naquele exato contexto, referia-se a alguns sítios de cultivo de caju próximos dali. Mesmo sendo um termo referente àquelas comunidades, guardei-a como sendo uma “*expressão nativa*”, que denota a condição da agricultura familiar-camponesa no contexto da cajucultura, mas para atestar sua recorrência e, conseqüentemente, sua legitimidade enquanto tal era necessário recorrer a outras comunidades. Agora, em termos numéricos, elas apresentavam os seguintes dados em relação aos “quintais”: Paixão dos Paiva 20 quintais, Barcelona 20 quintais e Bom Jardim 25 quintais, cuja média de plantas de caju por domicílio era de 30, algo em torno de 20 ha nas três comunidades, em dois Setores (31 e 38, conforme o MME – Mapa Municipal Estatístico de Altos em ANEXO A) e o Mapa de Setores Censitários, especialmente o Mapa de Setores Rurais (MSR) do IBGE<sup>46</sup>. Nos Setores referentes a essas mesmas comunidades, além dos quintais, observamos, ainda, a presença de 95 Sítios e de seis Fazendas que cultivavam

---

<sup>46</sup> Logo mais à frente falaremos como os Setores serão utilizados na presente pesquisa. Por enquanto, podemos adiantar que os Setores (ou Setores Censitários) são uma categoria genérica utilizada pelo IBGE, que se refere a um perímetro, seja ele urbano, seja ele rural: “é a unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios ou de estabelecimentos agropecuários previamente estipulados, cujo perímetro compreende os limites territoriais legalmente consagrados e aqueles estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos” (IBGE, 2006, p. 37). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 20 jan. 2012. O IBGE utiliza uma tipologia para caracterizar esses Setores de acordo com o seu tipo (que são nove tipos) e sua situação, está dividida entre urbana e rural com as suas subdivisões, conforme descritas nas Notas Técnicas do Censo Agropecuário 2006. Nesse sentido, para os propósitos da presente pesquisa, além do Mapa Municipal Estatístico (MME), fizemos uso também do Mapa de Setores Censitários (MSC) que se divide em Mapas de Setores Rurais (MSR) e em Mapas de Setores Urbanos (MSU). O acesso a esse material foi obtido no site do IBGE, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.



caju. Sítios e Fazendas, diferentes dos quintais, são grafados por extenso no MME e no MSR; os quintais, nesse sentido, parecem existir só para os agricultores, que vivem sob as “suas condições”.

Diante destes dados empíricos, os seguintes questionamentos impunham-se: seria o plantio de caju nos quintais “uma característica” apenas dessas comunidades (e de seus respectivos Setores), ou um “um detalhe” que se pronunciava como um dos elementos que constitui a cajucultura de Altos? Além disso, diferente dos Sítios e das Fazendas, por que os quintais não são grafados no MME?

O “detalhe” na pesquisa etnográfica é algo controverso: para alguns (especialmente para a sociologia durkheimiana) ele pode “desviar o foco” do pesquisador, que deve estar atento não às vicissitudes do objeto, mas aos seus elementos mais gerais, pois são eles que dizem respeito aos “fatos sociais” aos quais o pesquisador deve, realmente, ocupar-se e observar. Os detalhes, nessa perspectiva, são “algo sem importância” a que o pesquisador deve manter-se distante. Contrário a essa perspectiva geral, uma das características do pensamento da escola sociológica francesa de encarar o objeto sociológico como “coisas distantes e gerais”, Piette (1996, p. 14) sugere um olhar diferenciado à noção dos “detalhes” na pesquisa sociológica e etnográfica. Segundo ele, os detalhes são o “*coeur de l'angoisse du chercheur qui observe et décrit*”<sup>47</sup>; ao invés de “desviar o olhar”, os “detalhes” são convertidos numa porção realmente significativa (senão a mais significativa) da realidade social a que os olhos do pesquisador devem se deixar atrair.

Não precisávamos citar um autor tão contemporâneo para fazer alusão às sensibilidades do pesquisador quanto a importância dos “detalhes” em contexto de trabalho de campo. Para Malinowski (1997, p. 23-24), que começou a produzir depois da Primeira Grande Guerra, quanto mais problemas podemos levar para o campo, quanto mais habituado estivermos a moldar as nossas teorias aos fatos e a observar estes últimos na sua relação com a teoria, melhores condições encontraremos para trabalhar. O fato é que não podemos borrar o olhar entre aquilo que Geertz faz tanta questão de distinguir como sendo uma das capacidades (sensibilidades) do pesquisador não se deixar embaralhar, sobretudo ao fazer uma etnografia: “a diferença entre o tique nervoso e uma piscadela”, pois enquanto a primeira é uma ação involuntária, a segunda é uma ação voluntária, que possui um sentido, um valor social.

---

<sup>47</sup> “O coração da angústia do pesquisador que observa e descreve” (tradução nossa).

Diante disto, julguei pertinente investir nos “sentidos das piscadelas” e em seus “detalhes”, inscritos nas formas de “quintais, uma vez que os Sítios e as Fazendas, como dizem, já estão ali: são o “*peçoal dali*”; são visíveis, “exteriores” e, a grosso modo, formam os “fatos sociais” da cajucultura. Os quintais ainda estão “escondidos”, “excluídos”, inclusive pelo IBGE. Por quê? Busquei compreender o papel que os quintais ocupam no contexto do Censo Agropecuário, principalmente se o IBGE os qualifica pelo menos como “unidades recenseáveis” para fins estatísticos, já que eles não aparecem grafados no MME, como ocorre com os Sítios e as Fazendas.

O principal material que me serviu de consulta foi precisamente o documento “Notas Técnicas do Censo Agropecuário 2006”, do IBGE. Esse documento descreve os quintais através do termo “quintais residenciais”, que é tratado como uma unidade cujos dados não possuem valor para fins estatísticos, ou seja, não é considerado como unidade recenseável:

este universo pesquisado é composto pelos estabelecimentos agropecuários que atuaram nos segmentos de agricultura, pecuária, aquicultura, avicultura, ricultura, apicultura, sericultura, extração vegetal, silvicultura. Incluem-se os estabelecimentos independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

As produções particulares e os animais pertencentes aos empregados e ao pessoal residente no estabelecimento foram levantados nos questionários do produtor ou em outro questionário, caracterizando um estabelecimento agropecuário sem área.

Excluem-se da investigação os quintais de residências e as simples hortas domésticas<sup>48</sup> (IBGE, Notas Técnicas do Censo Agropecuário, 2006<sup>49</sup>).

Ora, se os “quintais residenciais” não são reconhecidos como “unidades recenseáveis”, portanto como “unidades de informação”, então a questão se o plantio de caju nos quintais seria “uma característica” apenas daquelas três comunidades, ou “um detalhe” que se pronunciava como um dos elementos constitutivos da cajucultura de Altos seria impossível ser confirmado se considerássemos, neste caso, os dados do IBGE expresso pela Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2010)<sup>50</sup>, referentes à produção do caju, uma vez que “os dados dos quintais” são

---

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=CA>>. Acesso em: 05 jan. 2010.  
<sup>49</sup> Texto disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/notatec\\_ica.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatec_ica.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2010.

<sup>50</sup> Os dados relativos a essas quatro variáveis, no quadro da produção de lavouras permanentes do IBGE, são disponibilizados por este órgão apenas dentro do intervalo temporal de 1990-2010. Vale salientar que esses baixos

excluídos nas quatro principais variáveis utilizadas para aferir a produção agrícola municipal. A seguir, apresento os valores relativos a 2010:

- 1) Área plantada: 580 há;
- 2) Área colhida: 580 há;
- 3) Quantidade produzida: 20 ton; e,
- 4) Rendimento produtivo: 30 kg/há.

O IBGE exclui não apenas os dados do caju, como também de toda “exploração agropecuária” que é produzida no âmbito dos quintais. Diante disso, terá mesmo Altos uma área plantada de apenas 580 ha? A partir desse momento, passei a escrever “Quintais” em maiúsculo, em oposição a “quintais”, em minúsculo.

Levando em consideração, portanto, que a população rural de Altos é de 11.434 habitantes (IBGE, 2010), algo em torno de 12 mil atualmente (2013), e que o número de domicílios particulares permanentes rurais é de 2.934, ou seja, algo em torno de 3 mil atualmente, então, partindo destes dados, se considerássemos a hipótese de haver 20 plantas de caju por domicílio, teríamos, então, 30 mil pés de caju, o que resultaria em 300 ha (considerando o espaçamento de  $10 \times 10 = 100$  plantas), isto é, algo não muito distante dos 580 ha, conforme dados do IBGE. Neste sentido, não é necessário fazer mais cálculos para saber que está “faltando caju para ser computado”, ainda mais sabendo que, de acordo com os dados obtidos até então nos assentamentos, o número médio de pés de caju é de 30 pés por domicílio, a mesma média encontrada nas três comunidades acima citadas (Paixão dos Paiva, Barcelona e Bom Jardim). Ora, levando em consideração estes dados, estaríamos diante de uma “piscadela de campo” ou diante de um “tique nervoso”?

Para testar a hipótese de que o plantio de caju nos Quintais não é “uma característica” apenas daquelas comunidades (nem de seus respectivos Setores), seria necessário pesquisar numa quantidade maior de comunidades e de Setores. Diante disso, só me restavam duas alternativas: ou deixar para lá esse “detalhe” e seguir em frente com o mesmo horizonte empírico, ou procurar sua confirmação e fundamentação num universo que fosse realmente representativo para essa finalidade.

---

valores são resultados da escassez de chuvas, que comprometeram a safra de 2010 não só em Altos como em todo o Nordeste. Em Altos, em 2009 por exemplo, o rendimento médio de produção foi de 400 kg/ha; a quantidade produzida foi de 232 ton, apesar de a área plantada ter permanecido inalterada desde 2007 (580 ha).

Resolvi, então, seguir minha intuição e a sugestão de Malinowski (1997, p. 23) para quem o “etnógrafo não tem de lançar as redes no local certo e esperar que algo caia nelas. Tem de ser um caçador ativo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até aos esconderijos mais inacessíveis”. Nessa mesma perspectiva, em “A favor da etnografia”, Peirano (1995) fala que no trabalho de campo há certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as ideias nativas.

Aprendi com Ginzburg (1989, p. 141) que “Deus está no particular” e, sendo assim, cumpria-me examinar os pormenores dessa problemática por mais negligenciáveis que pudessem ser à primeira vista. Como a natureza da verificação da hipótese acima remete a um problema de ordem estatística, somente um método de mesma natureza poderia me oferecer recursos úteis para realizar tal propósito; para este caso, o método mais apropriado seria o *survey*, e foi a ele que recorri<sup>51</sup>.

Segundo Aguiar (1978, p. 125-126), os dados oriundos da observação participante são profundos na medida em que atingem níveis de compreensão dos fatos sociais não alcançados pelo *survey*; já os dados obtidos por este último atingem um nível de mensuração que a observação participante não consegue atingir. A minha decisão “por matematizar” a pesquisa por meio do *survey* não me distanciava da linha do horizonte etnográfico expresso pelas rugosidades da vida social, às quais desejava alcançar desde 2009. Contudo, sabia que para alcançá-las era necessário encontrar o “meu próprio lugar na pesquisa”, construir “os meus próprios caminhos”, descobrindo outras possibilidades de enxergar o objeto, fazendo-lhe perguntas, testando hipóteses, costurando fios, desarticulando outros, tecendo a tese com a conjugação de dois importantes instrumentos metodológicos: a mensuração de dados propiciada pelo *survey* e a profundidade dos mesmos alcançada pela descrição etnográfica. O percurso do etnógrafo, segundo Silva (2009, p. 176),

deriva da conjunção exitosa ou atritada, isto é, pelos acordos e pelos entreveros entre a orientação que ele mesmo quer imprimir a seu itinerário e os itinerários permitidos, prescritos, previstos, aceitos pelos

---

<sup>51</sup> Para a realização do *survey* contei com o imensurável apoio de um ex-aluno do curso de Engenharia Agrônoma, o Eng. Francisco Alves Barreto, que, ao fazer levantamento de dados para o mestrado, pode dedicar-se intensivamente comigo durante toda a etapa desse trabalho. Devo, ainda, ao também Eng. Agrônomo Rosalvo Lopes Filho, a soma incalculável de seu tempo gasto comigo em questões técnicas da cajucultura, que a minha memória de técnico agrícola já não podia render com a rapidez que as condições de trabalho de campo exigiam. O roteiro que serviu de base para a realização do *survey* entre os agricultores-cajucultores dos Quintais, Sítios e Fazendas encontra-se em **Apêndice A**.

interlocutores/interagentes. Acordos que conduzem às melífluas fusões de horizontes ou a entreveros entrecortados de raios no horizonte e trovões sobre a cabeça.

As “melífluas fusões de horizontes” e os “trovões sobre a cabeça” também já foram tematizados por Magnani (2009, p. 132), que refletiu a questão da especificidade da etnografia como sendo: “um processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos. Cabe à etnografia captar esse duplo movimento”.

Não podemos esquecer que a preocupação em estabelecer a conexão entre os dados estatísticos e os dados da observação é uma das marcas do clássico trabalho de Cândido (1979, p. 18-19) ao demonstrar que a busca por essa conjugação faz parte da natureza investigativa que caracteriza o *métier* do pesquisador:

o sociólogo, porém, que a pretexto de buscar geral fareja por toda parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias, daí o apego ao qualitativo, cujo estudo sistemático foi empreendido, sobretudo pelos especialistas das sociedades primitivas.

Portanto, as principais questões que nos levaram a realizar o *survey* foram as seguintes:

- 1) O plantio de caju nos Quintais é “uma característica” apenas das três comunidades pesquisadas (Paixão dos Paiva, Barcelona e Bom Jardim, e de seus respectivos Setores), ou se constitui num dos elementos que caracteriza a cajucultura de Altos?
- 2) Os “Quintais” são uma “categoria de classificação nativa” apenas destas três comunidades e de seus respectivos Setores, ou se estende às demais comunidades, caracterizando a cajucultura de Altos?

Agora, algumas das principais questões submetidas ao *survey*, por meio das quais tentamos verificar (medir) as duas hipóteses acima, foram as seguintes:

- 1) O número de Quintais por Setores que produzem caju e a quantidade neles produzida;
- 2) O número de Sítios por Setores que produzem caju e a quantidade neles produzida;
- 3) O número de Fazendas por Setores que produzem caju e a quantidade nelas produzida;
- 4) Número de residências nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 5) Tipo de semeadura: por semente ou por mudas, nos Quintais, Sítios e Fazendas;

- 6) O tipo e quantidade de caju produzida: anão-precoce ou comum por Setores, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 7) O espaçamento do caju praticado nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 8) A quantidade (ha) de caju e de seu tipo (caju anão-precoce e caju comum), segundo os Quintais, Sítios e Fazendas;
- 9) O rendimento produtivo kg/ha de caju, segundo os Quintais, Sítios e Fazendas;
- 10) Rendimento produtivo kg/ha de castanha, segundo os Quintais, Sítios e Fazendas;
- 11) A idade do pomar, segundo os Quintais, Sítios e Fazendas;
- 12) Principais compradores de caju e castanhas, segundo os Quintais, Sítios e Fazendas;
- 13) Condição do agricultor-cajucultor em relação à terra, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 14) Idade e número de membros da família, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 15) Quantos trabalham fora da “unidade de produção familiar”, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 16) Rendimento obtido com a produção do caju, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 17) Quantos membros da família doentes, aposentados e que recebem outros auxílios do governo, nos Quintais, Sítios e Fazendas;
- 18) Idade dos membros da família que estão doentes, nos Quintais, Sítios e Fazendas.

Para a sua realização, era necessário, primeiro, que eu reunisse o material que me permitisse a sua elaboração, ou seja: dados do perfil estatístico da população em estudo para, a partir daí, determinar o volume da amostra desse universo. Como não houve nenhuma outra fonte da qual pudesse recorrer, tive que me voltar, exclusivamente, aos dados do MME do IBGE, tais como: número de Setores de Altos e número de comunidades rurais de Altos. A partir desses dois dados foi possível determinar: o número de informantes por Setores e o número de comunidades por Setores – informações imprescindíveis que resultaram na elaboração da amostra do *survey*.

Vale ressaltar que o número de comunidades existentes em cada Setor não está extensivamente informado no MME (e nem no MSR), tendo sido necessárias muitas horas de trabalho para construí-los. O que o MME informa é apenas os nomes das comunidades alocadas nos Setores e, a partir daí, coube o empenho e muita paciência para examinar atentamente no MME cada Setor e identificar os nomes das comunidades ali mencionadas para, em seguida, converter nomes em números.

Segundo o MME de Altos, há 20 Setores Censitários e um total de 288 comunidades rurais, perfazendo um total de 12 mil habitantes (número arredondado). Considerando esses universos, eu poderia ter optado por pesquisar a partir de uma amostra aleatória (10%) composta por 10 Setores e 25 comunidades, que me daria uma considerável margem para testar as hipóteses acima.

Entretanto, não foi assim que procedi. Por não conhecer suficientemente o campo cajuícola de Altos julguei pertinente determinar uma margem (de 43%) que fosse significativa (expressiva) levando em consideração o universo total de 288 comunidades registradas no MME e no MSR de Altos em relação ao universo de comunidades. Com a margem de informantes foi diferente, uma vez que pude recorrer aos dados do Censo Demográfico 2010, que me oferecia um parâmetro (estatístico) para a aplicação da margem; o número dos Setores, como o de informantes, por ser em si mesmo um parâmetro, e em menor quantidade do que o número de comunidades e de informantes considerei a margem de 100%.

As comunidades foram sendo escolhidas aleatoriamente no próprio fluxo do trabalho de campo: quando terminava o trabalho em uma comunidade, sempre perguntava a eles onde eu poderia encontrar outra comunidade que produzisse caju. Desse modo, o levantamento foi feito em 124 comunidades e nos 20 Setores, que durou 10 meses de trabalho. Esse tempo todo gasto foi uma das razões para o aproveitamento dos dados do *survey* para além da mera verificação de hipóteses que o originou, como se verá um pouco mais adiante.

A seguir, descrevei os “detalhes” de como procedi para a composição dos dados para a elaboração da amostra e realização do *survey*, e como foi possível coletar os dados acima.

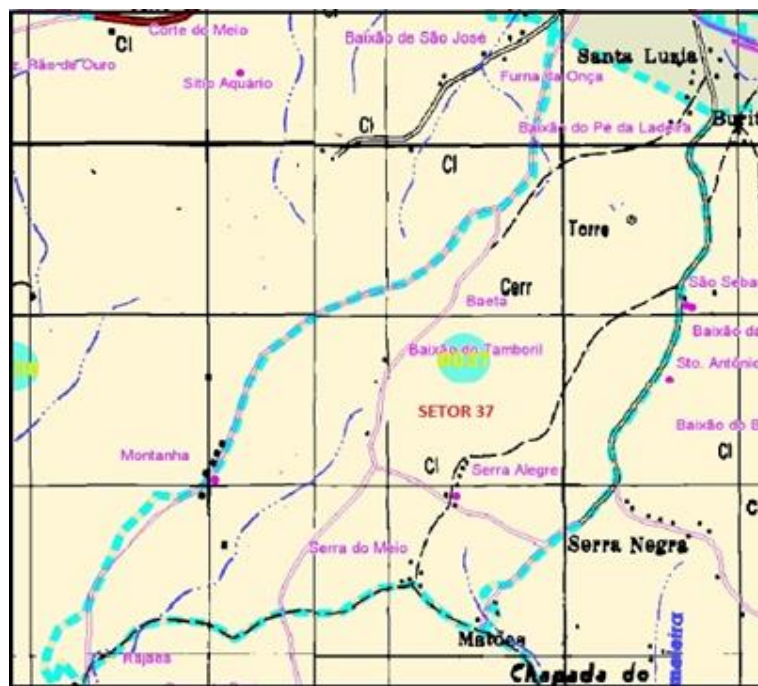
Em primeiro lugar, parti do Mapa Municipal Estatístico (MME) e do referente ao Censo Demográfico de 2010 do IBGE<sup>52</sup> para fazer o registro e a contagem das comunidades rurais existentes no município. A **Figura 01**, a seguir, é um recorte que destaca o Setor Censitário 37 do município de Altos, identificado pelas trilhas em azul claro, formando um perímetro no interior do qual se encontram as comunidades, normalmente grafadas em cor **magenta**<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

<sup>53</sup> A cor magenta nos mapas do IBGE representa levantamentos feitos por GPS e/ou Imagens de Satélites.

**Figura 01.** Destaque do Setor 37 do Mapa Municipal Estatístico de Altos.



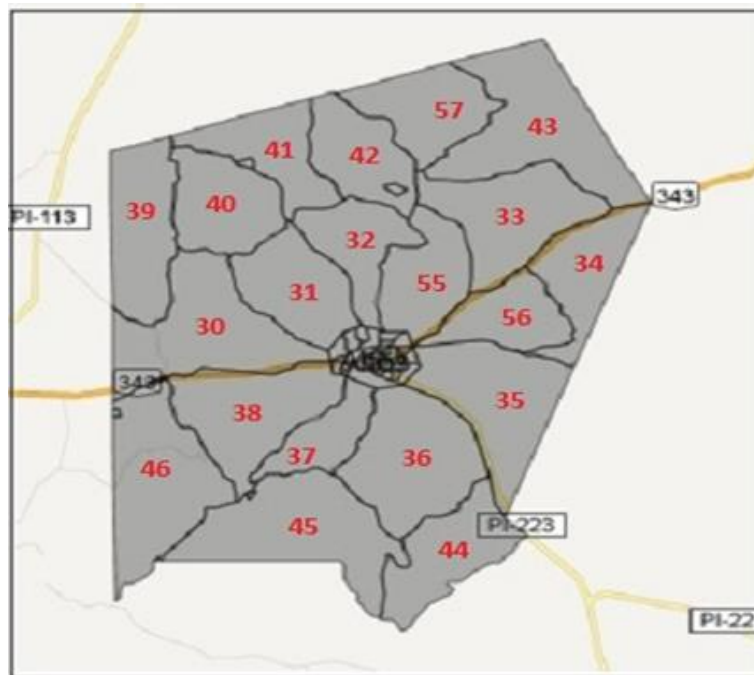
Fonte: IBGE/Mapa Municipal Estatístico de Altos/Censo Demográfico, 2010. Adaptado pelo autor. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_estatisticos/censo\\_2010/mapa\\_municipal\\_estatistico/pi](http://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pi). Acesso em: 01 jan. 2012.

Estas trilhas são estradas que dão acesso às comunidades recenseadas pelo IBGE, e que limitam os Setores entre si. A junção desses Setores forma o Mapa do município de Altos, conforme mostra a **Figura 02**, a seguir. Cada Setor é identificado, pelo IBGE, por um número e, no exemplo da **Figura 01**, é o 37 (ilegível em amarelo e que foi reescrito por mim em vermelho).

Desse modo, as comunidades, bem como os estabelecimentos nelas inseridos, são identificados pelo IBGE por cada Setor para facilitar a “gestão das informações” dos cálculos estatísticos, segundo este órgão.



**Figura 02.** Mapa Municipal de Altos com destaque dos Setores Censitários do IBGE.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010. Adaptado pelo autor.  
Disponível em:  
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>.  
Acesso em: 01 jan. 2012<sup>54</sup>.

Em segundo lugar, conforme a **Figura 01**, foram feitas a identificação e o registro das comunidades existentes no Setor 37: Furna da Onça, Baixão do Pé da Ladeira, Baêta, Baixão do Tamboril, Serra Alegre e Serra do Meio, no total de seis comunidades, escritas em cor rosa. O município de Altos possui 20 Setores Censitários e, em cada um deles, procedi dessa mesma forma, identificando e registrando as comunidades neles existentes: sempre partindo dos nomes e convertendo em números.

Neste Setor 37, por exemplo, não houve registro de Fazendas, pois é um perímetro caracterizado por pequenas propriedades, como Quintais e Sítios. Houve muitos casos em que no MME havia registros de Fazendas, mas na realidade elas já haviam sido transformadas em pequenas propriedades ou em assentamentos (como é o caso da Fazenda Tesoura, no Setor 35)<sup>55</sup>, restando apenas os seus nomes, através das quais muitas comunidades (inclusive assentamentos) continuam, até hoje, sendo conhecidas; o mesmo ocorreu com os Sítios. Quando

<sup>54</sup> Este mapa nos serviu como imagem *raster* a partir da qual pudemos desenhar a base cartográfica de Altos, conforme explicitaremos melhor no final desta seção.

<sup>55</sup> No Capítulo 1, na Seção 1, teremos oportunidade de esclarecer nossa posição sobre a transformação da terra de Altos.

chegava às comunidades e perguntava onde ficava “tal sítio”, eles me informavam que o “tal sítio” não existia mais e, num aceno de mão, me diziam: “*o sítio agora é tudo isso aqui que o Sr. tá vendo*”, ou seja, a área havia se transformado em Quintais, embora guardasse o topônimo do sítio que lhe deu origem. O IBGE não acompanha esse “movimento da terra”, apesar do MME ser referente ao Censo de 2010 (publicado em outubro de 2011, segundo o IBGE). Houve outros casos, ainda, em que não havia registro de comunidades no MME, mas na realidade elas existiam.

Fomos surpreendidos várias vezes encontrando “comunidades perdidas” aos pés das serras, nos morros e nas matas de cocais. Ao todo, encontramos 12 novas comunidades distribuídas em cinco Setores: Cana Verde (Setor 40); Boa Fé, Santa Cruz e Maratá (Setor 43); Pé da Serra (Setor 56); Faveira dos Gomes, Faveira dos Matos e Ponta da Serra (Setor 34); Mão Cheinha, Nova Alegria, São João do Leonel e Três Carnaúbas (Setor 35). Registramos, nestas comunidades, 103 ha de caju distribuídos exclusivamente entre 115 “pequenas porções de terras”, que eles chamam de “Quintais”.

Assim, ao final do registro e da contagem das comunidades entre os 20 Setores Censitários, a partir do MME e do MSR, a **Tabela 01** foi elaborada com o intuito de informar o número de comunidades por Setor e o número de comunidades pesquisadas para, a partir dela, ter-se clareza do procedimento da elaboração do universo representativo empírico do *survey*, composta pelas já citadas 124 comunidades. Essa tabela chama a atenção para três colunas, da esquerda para direita: a primeira mostra a ordem dos Setores segundo o IBGE; a segunda, o número de comunidades por Setores, conforme dados do IBGE; e, a terceira chama a atenção para o número de comunidades levantadas pelo *survey*. Desse modo, o Setor 30 apresenta 13 comunidades das quais três foram pesquisadas e, assim, procedi até o Setor 57.

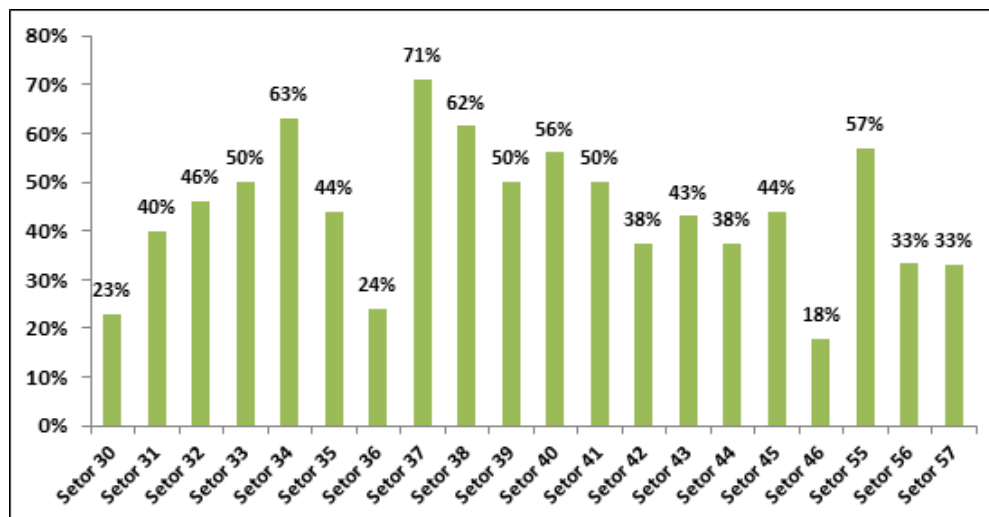
**Tabela 01.** Número de comunidades dos Setores e da pesquisa.

<u>Nº Setores</u>	<u>Nº Comunidades do Setor</u>	<u>Nº Comunidades pesquisadas</u>
30	13	3
31	15	6
32	13	6
33	22	11
34	16	10
35	32	14
36	17	4
37	6	5
38	13	8
39	8	4
40	9	5
41	12	6
42	7	3
43	24	10
44	16	6
45	16	5
46	11	2
55	14	8
56	15	5
57	9	3
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>124</b>

Fontes: IBGE/Mapa Municipal Estatístico (MME).  
Censo Demográfico 2010. Levantamento de campo (2010-2012).

Como é notório, o número de comunidades pesquisadas varia de Setor para Setor. Com algumas consegui trabalhar mais e, com outras, menos; isso ocorreu naturalmente na realização do trabalho de coleta campo. Em algumas delas tive que retornar duas ou três vezes para concluir o trabalho, sobretudo aquelas que tinham uma maior quantidade de agricultores-cajucultores, como foi o caso de alguns Setores, conforme mostra a **Tabela 02**, pouco mais adiante.

Assim, com base nos dados da **Tabela 01** pode-se encontrar o percentual de comunidades pesquisadas por cada Setor, conforme o **Gráfico 01**, a seguir.

**Gráfico 01.** Percentual das comunidades pesquisadas por Setor.

Dados: levantamento de campo (2010-2012).

Conforme mostra o **Gráfico 01**, no Setor 30, o percentual de 23% refere-se a três comunidades pesquisadas das 13 existentes, e assim procedi para encontrar os percentuais das comunidades pesquisadas dos demais Setores, ou seja, do Setor 30 ao setor 57. As comunidades pesquisadas, consoante os dados do MME e do MSR/Censo Demográfico/IBGE, equivalem a 43% das comunidades rurais existentes no município de Altos.

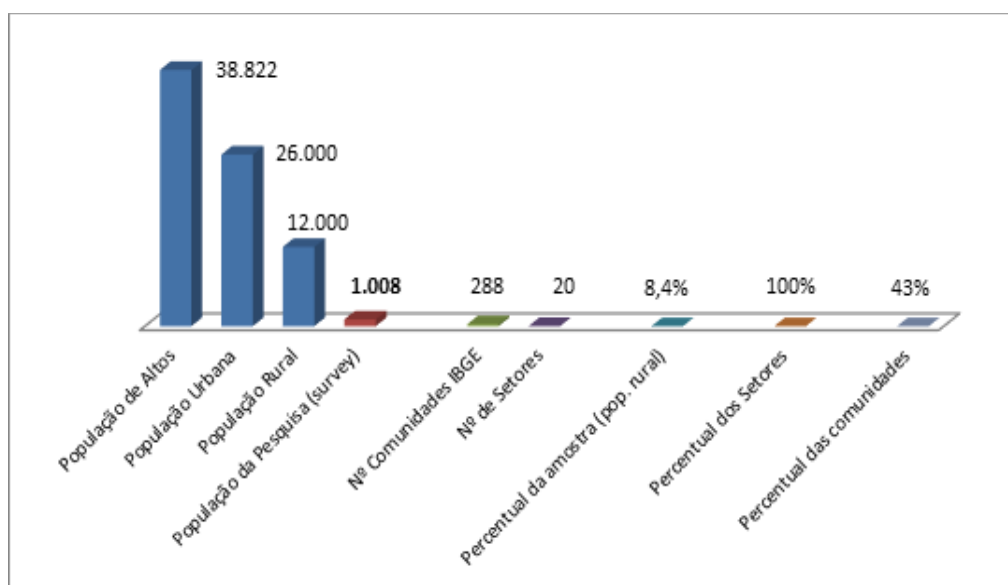
A seguir, através da **Tabela 02** demonstraremos o procedimento para elaboração da amostra de informantes. Esta tabela chama a atenção para três colunas, da esquerda para direita: a primeira coluna mostra apenas a ordem dos 20 Setores, segundo o IBGE; a segunda chama a atenção para o número de habitantes existentes por Setor, conforme dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE; e, a terceira destaca o percentual de 10% como parâmetro para determinar o número de informantes pesquisados por Setor. No Setor 30, por exemplo, o total de informantes é de 70, e atribuindo o percentual de 10% a cada número de habitante por Setor, a amostra que determina o número de informante totalizou-se em 1008.

**Tabela 02.** Composição amostral de informantes do *survey*.

Setores	Nº hab. /Censo 2010	% Amostral	Nº de informantes
Setor 30	700	10	70
Setor 31	554	10	55
Setor 32	475	10	48
Setor 33	719	10	72
Setor 34	202	10	20
Setor 35	484	10	48
Setor 36	579	10	58
Setor 37	353	10	35
Setor 38	551	10	55
Setor 39	317	10	32
Setor 40	488	10	49
Setor 41	627	10	63
Setor 42	439	10	44
Setor 43	474	10	47
Setor 44	527	10	53
Setor 45	644	10	64
Setor 46	440	10	44
Setor 55	526	10	53
Setor 56	494	10	49
Setor 57	486	10	49
<b>TOTAL</b>	<b>10.079</b>		<b>1.008</b>

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE. Dados Disponíveis em: <[www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/)>. Acesso em: 05 jan. 2010. Levantamento de campo, 2010-2012.

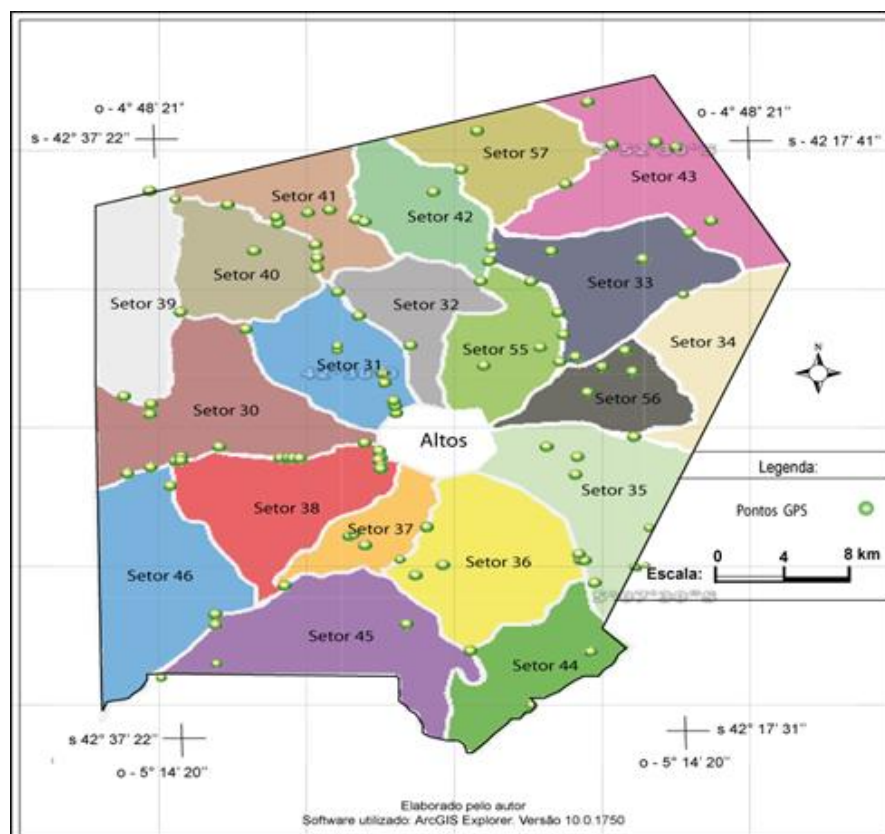
Através do **Gráfico 02**, a seguir, apresentaremos o resultado final do desenho amostral do *survey*.

**Gráfico 02.** Desenho amostral do *survey*.

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

O *survey*, portanto, foi aplicado a uma população de 1.008 agricultores-cajucultores pertencentes a 124 comunidades, nas quais coletamos informações referentes a 610 Quintais, 358 Sítios e 40 Fazendas, perfazendo um total de 2.379 famílias distribuídas entre os 20 Setores. Sendo assim, na composição total da amostra trabalhamos com três tipos de percentuais: em relação aos Setores, o percentual foi de 100% (ou seja, 20 Setores), 43% que representam 124 comunidades (no total de 288) e 8,4% que representam 1.008 informantes em relação à população rural de Altos (12 mil hab.). As 124 comunidades foram georeferenciadas com o auxílio de um Sistema de Posicionamento Global (GPS) do tipo navegador, com intuito de facilitar o acesso para realização de futuros estudos nas mesmas, bem como com o intuito de poder trabalhar com dados provenientes de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), como os que aqui utilizamos para situar e representar os pontos do GPS no mapa de Altos, conforme demonstrado na **Figura 03**, a seguir. Na verdade, são 101 pontos que representam as 124 comunidades, pois, como muitas delas eram extremamente próximas, alguns pontos foram agregados.

**Figura 03.** Mapa de Altos com destaque para as comunidades georeferenciadas, segundo os Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Os dados provenientes do *survey* foram compilados no banco de dados do Microsoft Access 2010 e na planilha do Microsoft Excel 2010.

Os questionários foram aplicados de duas maneiras: individualmente, nas residências dos informantes (agricultores-cajucultores) e, em grupo, nas sedes das associações. Particularmente, achava mais proveitosa a maneira individual, pois ali mesmo, no “lugar antropológico”, podia exercer, também, minhas observações. Contudo, embora tivesse como objetivo a obtenção de “dados quantitativos” que me possibilitassem aferir aquelas hipóteses, não pude deixar em casa a “capa do etnógrafo”.

Quando encerrava o trabalho numa residência, aproveitava para visitar o pomar e, com o auxílio de Barreto (meu assistente), tinha, em seguida, informações preciosas que ele mesmo colhia (APÊNDICE B) sobre as condições fitossanitárias do pomar, a verificação do espaçamento entre plantas, as principais frutíferas exploradas, etc. Enquanto Barreto fazia suas anotações, eu, por outro lado, continuava com a “conversa” que, em muitos contextos, transformava-se em entrevista aberta gravada. Estas preciosidades de campo não ocorriam quando as informações eram colhidas em grupo. Por outro lado, sentia que determinadas questões eram melhor respondidas em grupo, enquanto outras, eram individualmente. Mas em ambas as maneiras, havia sempre certa “resistência” a determinadas informações, sobretudo às relacionadas com a renda e as condições sobre a propriedade da terra.

A escolha por uma dessas maneiras deveu-se, principalmente, ao número de residências por comunidade. Depois de uma semana de trabalho, percebemos que até 20 residências o trabalho era mais rentável se fosse feito de maneira individual e, quando fosse maior que 20, adotaríamos a coleta de informações em grupo. As informações sobre o número de residências nas comunidades eram obtidas previamente, ou pelos agentes de saúde ou pelos presidentes das associações; quando não conseguíamos nenhuma dessas informações, recorriamos, então, à maneira individual.

Entre os Quintais, os Sítios e as Fazendas, as dificuldades em obter informações ocorreram com mais frequência nestas últimas. Entre as 40 que coletamos informações, em apenas nove delas conseguimos entrevistar os proprietários, cujos “moradores” os subsidiaram na maior parte da entrevista. Nas demais Fazendas, as informações foram colhidas exclusivamente entre os “moradores”, que já estão nessa condição há mais de 30 anos; muitos deles ficavam reticentes em nos dar informações, pois achavam que éramos “pessoas a mando

do patrão”. A esse respeito, o caso mais explícito ocorreu entre os “moradores” de uma das Fazendas do Setor 30, cujas informações só foram obtidas após conversar com a filha do casal, garantindo o sigilo de seus nomes. Depois disso, disseram-me que havia um processo na justiça, e eles temiam sair dali sem direitos.

Sinto a necessidade de fazer um adendo em relação às Fazendas, e do lugar que estas ocupam no presente trabalho. Como o nosso interesse é o de estudar a cajucultura a partir do que eu denomino de “Sistemas Produtivos” (Quintais, Sítios e Fazendas) entre os agricultores-cajucultores familiares, as Fazendas parecem ocupar uma posição ambígua, uma vez que fogem da concepção clássica de “agricultura familiar” – vista pelo IBGE – e, também, pela literatura especializada. Assim, como se justifica a sua utilização no presente trabalho?

Quando iniciei esta pesquisa, pensava que as Fazendas seriam as unidades de observação do “tipo ideal” (WEBER, 1973, p. 138-154), uma vez que expressavam o “modelo moderno de reestruturação da cajucultura” no município, ligada a racionalidade da exploração desta cultura. Contudo, com a experiência de campo, constatei que elas apresentavam as piores condições de cultivo do caju; o “sistema de produção da cajucultura” ocorre, especialmente, pelos “moradores”. Os proprietários são absenteístas e, em função disso, os cuidados com a Fazenda, bem como com o caju, ficam a cargo destes sujeitos que plantam, que cuidam e que colhem os frutos e os entregam para os seus patrões. Diante deste contexto, as Fazendas passaram a ter importância, no presente trabalho, como unidades de observação de campo, que possuem uma forma peculiar de produzir o caju, assim como uma ruralidade específica, vivida por estes sujeitos. Nesse sentido, ao me referir à produção da cajucultura nas Fazendas, estarei focando as condições vividas por estes sujeitos ao produzi-la e, também, ao se reproduzir social e economicamente neste contexto.

A partir dos dados do *survey*, portanto, foi-me possível definir importantes aspectos da pesquisa, conforme enumeraremos em seguida:

- 1) Assumo, nesta pesquisa, que o *survey* foi extrapolado em seu uso “normal”, bem como na finalidade para a qual foi originalmente elaborado, transformando-se mesmo numa estratégia de obtenção de dados primários, sem os quais a visão do geral e a profundidade do específico não teriam sido alcançadas. Além disso, não se faz um *survey* em 10 meses;



- 2) Verificar a hipótese de que o plantio de caju nos Quintais não é “uma característica” apenas daquelas três comunidades, estando presente, também, nas 124 comunidades pesquisadas;
- 3) Os dados do *survey* me proporcionaram conhecer a dimensão quantitativa relativa à exploração da cajucultura não apenas nos Quintais, como igualmente nos Sítios e nas Fazendas;
- 4) Além disso, permitiu-me identificar três condições para exercer o trabalho familiar no cultivo do caju, que sugerem formas distintas de ruralidades mesmo estando inseridas no contexto cujas práticas qualificamos como pertencentes à agricultura-familiar-camponesa, notadamente nos Quintais, nos Sítios e nas Fazendas;
- 5) Permitiu-me comprovar que os dados do PAM/IBGE de 580 ha não condizem com os dados obtidos através do *survey*. Levando em consideração os dados das 124 comunidades pesquisadas, foi encontrada uma área de 1.498 ha de caju, distribuída da seguinte forma: 601 ha nos Quintais; 864 ha nos Sítios e 33,5 ha nas Fazendas, ou seja, quase três vezes mais do que o valor apresentado pelo PAM/IBGE;
- 6) Além disso, permitiu-me compreender que o valor encontrado (de 1.498 ha) representa apenas 43% das comunidades rurais de Altos, o que nos leva a crer que esse valor poderá ser ainda bem maior. Ainda, os dados relativos aos Quintais levantaram um questionamento sobre a realidade cajuícola não apenas de Altos, como também dos demais municípios produtores de caju no Nordeste;
- 7) Os Quintais, os Sítios e as Fazendas se colocam como centro do universo empírico da presente pesquisa a partir dos quais outros dados, advindos da observação participante, tornaram-se possíveis de serem construídos. Nesse contexto, os três assentamentos (Sobradinho, Espinheiro e Força Jovem) foram adensados a este universo empírico, e não mais o foco deste, como informara no início desta seção;
- 8) Os dados do *survey* permitiram-me refinar o olhar durante a realização do trabalho de campo para obtenção de dados provenientes da observação participante. Foi na conjugação desses dois métodos, como já informei, que os imponderáveis da pesquisa foram sendo enfrentados, e no seio dos quais a presente Tese foi realizada;
- 9) Além disso, os dados do *survey* extrapolaram as expectativas iniciais de verificação de hipóteses, passando a integrar o grosso de todo o trabalho, como se verá na descrição

etnográfica. A utilização desses dados se tornou possível através do software *Philcarto*<sup>56</sup> (versão 5.6) que agrupa dados provenientes do *excell* (dados estatísticos) e de uma base cartográfica (referente a Altos), permitindo apresentar os dados através de mapas. A base cartográfica foi elaborada com o software *Phildigit*<sup>57</sup> (versão 2.38) a partir da imagem *rasterizada*<sup>58</sup> do MME de Altos no formato JPEG. A finalização do mapa, como legenda, escala e outros ajustes, foi feita com o software *Adobe Illustrator CS4*;

- 10) A partir desse universo empírico, constituíram foco da “observação participante” cinco Quintais, cinco Sítios e três Fazendas, e as questões norteadoras desta etapa da pesquisa de campo foram retiradas do próprio *survey*. Contudo, foi com a pesquisa de campo que muitos dados, sobretudo os de natureza quantitativa, passaram a fazer sentido. Minha convivência diária entre eles permitiu sempre poder comparar se determinadas práticas da cajucultura tinham recorrência no *survey*; foi assim que algumas generalizações puderam ser feitas, conforme se verá ao longo da presente Tese. Ainda, foi a partir dessa conjugação que os próprios subtítulos que constituem os Capítulos enumerados de 3 a 5 puderam ser criados e, de certa forma, permitiram-me fazer algumas comparações entre os distintos “Sistemas Produtivos” em estudo: Quintais, Sítios e Fazendas.

A discussão sobre que tipo de observação deverá ser empregada pelo investigador durante uma pesquisa é, sem dúvida, uma das discussões mais recorrentes e pródigas, como também pouco consensuais no âmbito das ciências sociais. Uma delas discute, por exemplo, se

---

<sup>56</sup> Philcarto é um programa de cartomática desenvolvido pelo geógrafo francês Philippe Waniez e está disponível em quatro idiomas: francês, inglês, espanhol e português. Ele não é um sistema de informações geográficas (SIG), sendo assim não possui sistema de georreferenciamento; é um programa gratuito que pode ser conseguido através de download no site <<http://philgeo.free.fr>>. Segundo Girard, tradutor do software para a língua portuguesa, citando Wanier, o termo cartomática foi cunhado por Brunet (1987) e agrupa cartografia e automática; refere-se “ao conjunto de procedimentos matemáticos e gráficos destinados a traduzir sobre uma base cartográfica a variação espacial de uma variável estatística” (WANIEZ, 2002, p. 47), sendo que a utilização de ferramentas da informática no trabalho com os dados estatísticos está diretamente ligada à cartomática.

<sup>57</sup> Assim como o Philcarto, o Phildigit foi desenvolvido pelo geógrafo francês Philippe Waniez. Este software permite digitalizar fundos de carta a partir de imagens raster, tais como: Gif, Jpeg, Tiff, Png e Bitmap, e está disponível gratuitamente para download no site <<http://philgeo.free.fr>>.

<sup>58</sup> Imagens **bitmap ou raster** trata-se de imagens “pixelizadas”, ou seja, um conjunto de pontos (pixéis) contidos num quadro, cada um destes pontos possuindo um ou vários valores que descrevem a sua cor. O Mapa Municipal Estatístico de Altos (MME) é disponibilizado, pelo IBGE, no formato PDF (*Portable Document Format*). Para ser utilizado com o Phildigit com o propósito de digitalizar a base cartográfica de Altos, foi necessário, primeiro, converter o MME que estava em PDF para o formato JPEG – a este processo dá-se o nome de rasterização. Isso foi feito através do Paint (presente em qualquer Sistema Operacional Windows). Após inserir o MME em PDF no Paint escolheu-se salvar como JPEG, uma das opções oferecidas pelo programa.

a observação participante é método ou simplesmente técnica de coleta de dados utilizada durante a pesquisa. Segundo Haguette (2007, p. 74), a observação participante é “mais do que uma técnica de coleta de dados, ela deve ser encarada como possuindo uma estreita vinculação com a teoria que direciona a própria prática da observação participante”. É uma das técnicas de coleta de dados mais profícuas, entre outras utilizadas em pesquisas qualitativas e empíricas, que tem por interesse enfatizar as especificidades de um determinado fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

O processo de interação que se constrói a partir da inserção do pesquisador no contexto sociocultural da pesquisa, para ser mais bem compreendido, é necessário levar a sério o papel que a técnica da observação participante exerce no contexto da observação. Schwartz e Schwartz (*apud* HAGUETTE, 2007, p. 73) apontam para quatro aspectos importantes ligados à observação participante: a) que a observação participante é uma técnica de coleta de dados; b) que o papel do pesquisador pode ou não ser revelado entre os observados; c) que o tempo de permanência entre os observados deve ser considerado para fins de realização da observação; e, d) que o pesquisador exerce um duplo papel entre os pesquisados: interfere no contexto ao mesmo tempo em que sofre influência dele.

Nessa proposta de tese, elegemos a observação participante como meio possível de garantir a minha inserção e permanência no contexto dos observados. Nenhuma técnica é suficiente em si mesma para dar conta da realidade pesquisada, mesmo porque essa realidade não pode ser capturada como num espelho. Concordamos com a perspectiva da sociologia compreensiva e da antropologia interpretativa de que, o que podemos fazer, no máximo, são leituras compreensivas ou interpretativas ao seu respeito.

Desse modo, visando ampliar a nossa leitura sobre a realidade empírica e simbólica que envolve o objeto dessa pesquisa, o uso de entrevista foi feito com o objetivo de subsidiar a observação participante, bem como para ter acesso a dados provindos de outros atores sociais envolvidos na cadeia do caju. Assim como a observação participante, a entrevista, como técnica de coleta de dados, é definida por Haguette (2007, p. 86) como

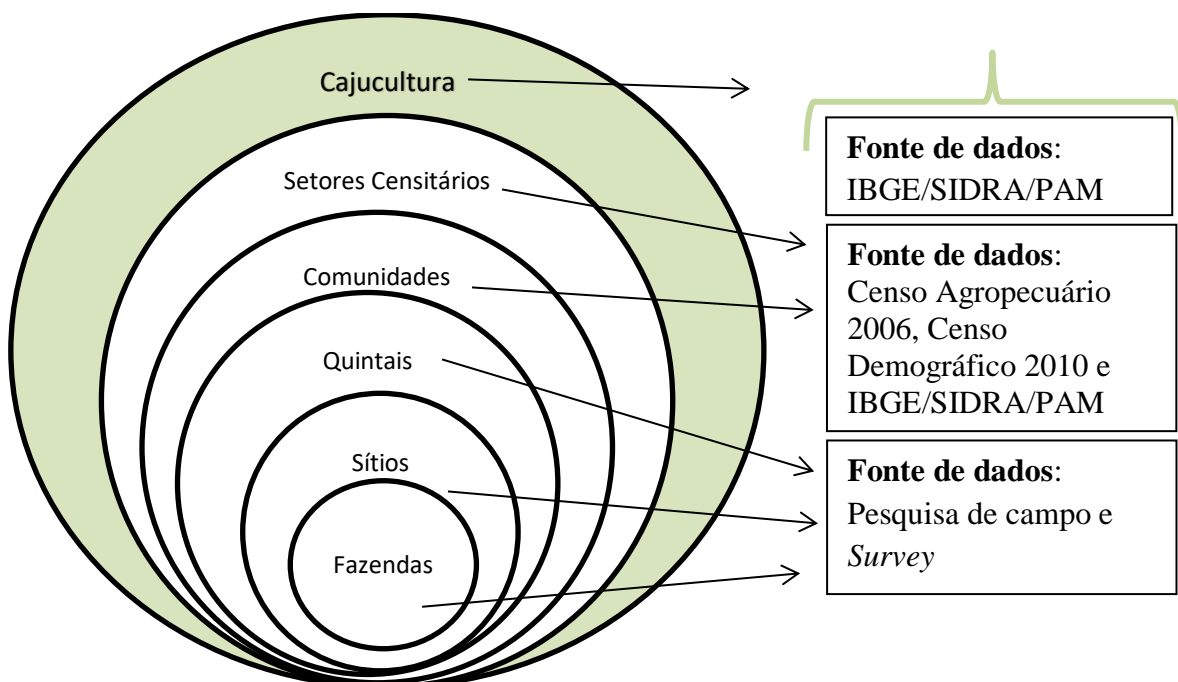
um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central e que deve ser seguida.

A partir desse sentido de entrevista postulado pela autora acima, consideramos o uso de entrevista estruturada (com a utilização de roteiro de tópicos) e semiestruturada que foram aplicadas individualmente, conforme fosse o contexto mais apropriado, ao seguinte universo de informantes:

- 1) Aos agricultores-cajucultores, sócios e não sócios da Cooapp;
- 2) Aos técnicos do governo, especialmente aos do Incra, da Emater e do Sebrae;
- 3) Aos dirigentes da COCAJUPI;
- 4) À Apsem – Associação de Produtores de Sementes do Piauí; e,
- 5) Aos pesquisadores da Embrapa Meio-Norte (PI) e da Embrapa Agroindustrial Tropical (CE) (com estes exclusivamente por e-mail), assim como a pesquisadores da UFPI (Universidade Federal do Piauí) responsáveis pelo melhoramento genético do caju e pelos processos modernos de exploração da cajucultura, em especial da fabricação de cajuína, doces, licores, etc.

Serviu-nos de fontes de dados a respeito dos elementos constitutivos da cajucultura de Altos as seguintes unidades de observação, visualizadas na **Figura 04**.

**Figura 04.** Estrutura das unidades de observação da cajucultura de Altos, Piauí.



Cada uma destas “unidades de observação” é constituída por um nível específico de generalização, que vai do maior (Altos) ao menor (formada pelos Quintais, Sítios e Fazendas). Assim, além de estas unidades terem nos servido como fontes específicas e complementares de dados, elas nos serviram, ao mesmo tempo, como “unidades analíticas”, por meio das quais construímos epistemologicamente o desenho dos elementos constitutivos da cajucultura de Altos, conforme se verá nos capítulos que se seguirão ao longo do trabalho. Ao estudar os Caipiras do Rio Bonito, Cândido (1979, p. 20) sentiu a necessidade de informar uma importante questão metodológica:

como o leitor verá, quando falo nos membros do grupo que estudei, estou, a cada momento, pensando no caipira, em geral; e, reciprocamente, quando procuro compor esta abstração metodologicamente útil, a experiência real que a comprova é, sobretudo, a do grupo que estudei.

Minha intenção, entretanto, é justamente esta: ao estudar tais unidades de observação, estarei pensando na prática da cajucultura de Altos de uma forma geral, e de como sua prática revela as condições dos sujeitos destes distintos “Sistemas Produtivos”; e, ao dar ênfase a tais “Sistemas”, estarei tentando compor o quadro que constitui as condições de vida ou o modo de vida destes sujeitos inseridos na cajucultura.

Como é de praxe num trabalho dessa natureza, os nomes de alguns informantes foram alterados ou designados sob a expressão IR (Informante Reservado) seguido da idade, como também os nomes das Fazendas e dos “Sítios” com mínima e máxima campesinidade em função de garantir o anonimato e resguardar informações de natureza financeira da vida de nossos informantes. Além disso, ficaram de fora deste procedimento instituições (Sebrae, Incra, Emater, Cocajupi, UFPI, Apsem, Embrapa) que não manifestaram interesse ou revelaram indiferença na manutenção da sua identidade no texto.

De forma geral, há pelo menos duas hipóteses que orientam a compreensão da cajucultura, atualmente em circulação:

1. A cajucultura reúne em torno de si um *modus operandi* moderno ao longo da extensão dos elos da cadeia produtiva, cujas técnicas são originadas da contribuição de especialistas e praticadas a partir de uma lógica produtivista, proveniente do capital e

do agronegócio. Empiricamente, é representada pelo predomínio de *plantations*<sup>59</sup> e da monocultura, ligando-se à *intelligentsia* do agronegócio do caju alimentada por importantes instituições de pesquisa do país e por outros órgãos de apoio do governo, em cujo contexto destaca-se um discurso comum em relação à produção do caju, qual seja: “a alta disponibilidade de conhecimento tecnológico e sua baixa adoção por parte dos produtores constituem-se em um dos maiores entraves ao desenvolvimento da cajucultura no Brasil” Ora, entraves para quem?

2. A cajucultura apresenta um *modus operandi* que se distingue do primeiro pelo predomínio de práticas semi-extrativista e extrativista, provenientes de uma lógica de produção que foge dos princípios fundamentais que orientam a hegemonia do capital, e do agronegócio, possuindo uma racionalidade própria ou uma “contra-racionalidade” para usar uma expressão de Santos (2002, p. 246), cujas técnicas de cultivo do caju raramente são originadas da contribuição de especialistas e, quando são, passam a ser redirecionadas segundo a lógica da economia camponesa. A parcela de agricultores-cajucultores familiares (sobretudo os dos Quintais e os dos “Sítios com mínima campesinidade”), inseridos na reestruturação da cadeia do caju, parece estar na contramão do desenvolvimento que caracteriza a lógica produtivista da *plantation* e da monocultura, cuja racionalidade organizativo-produtiva ainda está por ser convenientemente compreendida.

Essa segunda hipótese liga-se diretamente ao contexto teórico-empírico da presente Tese, formado por três distintos espaços (Quintais, Sítios e Fazendas) aqui denominados de “Sistemas de Produção”<sup>60</sup>, os quais caracterizam os tipos gerais de exploração da cajucultura em Altos. A seção a seguir apresenta as principais características do parque cajuícola de Altos.

#### **4. O Parque Cajuícola de Altos**

---

<sup>59</sup> Refiro-me às Fazendas cujos pomares de caju apresentam-se em extensas áreas contínuas, a exemplo da *plantation* da cana-de-açúcar e das zonas de cacau.

<sup>60</sup> Estes “Sistemas Produtivos” serão oportunamente melhor esclarecidos um pouco mais adiante, no capítulo I.

O cajueiro (*Anacardium occidentale L.*) é uma planta tropical, originária do Brasil, dispersa em quase todo o seu território. A região Nordeste, com uma área plantada superior a 700 mil hectares, responde por mais de 98% da produção nacional, sendo os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia os principais produtores.

Da castanha (fruto) e do pedúnculo (pseudofruto) são obtidos inúmeros derivados, dentre os quais se destacam: amêndoas, refrigerantes, sucos, doces, néctares, polpas, líquido da castanha (LCC), licores, cajuína, etc. O melhoramento utilizado no cajueiro anão-precoce no Brasil, conforme vimos na seção 2, teve início em 1965, no Campo Experimental de Pacajus, permitindo o lançamento comercial, em 1983, dos clones CCP 06 e CCP 76, e CCP 09 e CCP 1001, em 1987, que são ainda os principais clones comerciais disponíveis, atualmente, conforme se pode conferir no **Boxe**, a seguir.

#### Boxe 01. Principais clones comerciais de caju anão-precoce.

**Clone CCP 06** – pedúnculo de cor amarelo, com 80 g, castanha com peso médio de 6,7 g e amêndoa despeliculada com média de 1,7 g com umidade natural. A produção média esperada é 14 kg/ha de castanhas no primeiro ano, 82 kg no segundo ano, 755 kg no terceiro ano, 783 kg no quarto ano e 905 kg no quinto ano, em espaçamento de 7m x 7m ou 8m x 6m; com espaçamentos mais adensados, em que são exploradas mais plantas por hectare, estas produtividades são aumentadas dependendo do manejo a ser dado na área.

**Clone CCP 09** – pedúnculo de cor laranja que varia para amarelada e, principalmente, para avermelhada dependendo da sua posição em relação à insolação. O peso médio do pedúnculo é 78 g, a castanha é de 9,5 g e da amêndoa despeliculada de 2,5 g com umidade natural. A produção média esperada é 51 kg/ha de castanhas no primeiro ano, 184 kg no segundo ano, 367 kg no terceiro e quarto anos e 712 kg no quinto, em espaçamento de 7m x 7m ou 8m x 6m. Maiores produtividades podem ser obtidas com modificações no espaçamento.

**Clone CCP 76** – pedúnculo de cor vermelho-clara, com variação para vermelho mais intenso, com peso médio de 100 g, castanha com 9,3 g de peso médio e amêndoa despeliculada com 2,4 g com umidade natural. A produção média esperada é 31 kg/ha de castanhas no primeiro ano, 163 kg no segundo ano, 306 kg no terceiro ano, 307 kg no quarto ano e 571 kg no quinto ano, nas mesmas condições de espaçamento dos clones CCP 06 e CCP 09.

**Clone CCP 1001** – pedúnculo de cor vermelha com peso médio de 80 g, castanha com peso médio de 6,9 g, com variação de 4 g a 10 g dentro de uma mesma planta. Tal variação deve-se ao fato de ser a planta muito produtiva, com a peculiaridade de apresentar muitos frutos por panícula, ou seja, produz como em cacho, o que causa redução acentuada no peso das castanhas pela concorrência por nutrientes. Através de adubação é possível aumentar o peso das castanhas e, conseqüentemente, a produção das plantas. O peso médio da amêndoa despeliculada é de 1,8 g com umidade natural. A produção média esperada é de 65 kg/ha de castanhas no primeiro ano, 367 kg/ha no segundo ano, 557 kg/ha no terceiro ano, 1.187 kg/ha no quarto ano e 1.493 kg/ha no quinto ano, em espaçamento de 7m x 7m ou 8m x 6m.

Fonte: Barros (1993).

O potencial desses clones para exploração dentro dos modernos sistemas de cultivo fez com que grande parte do esforço despendido no melhoramento se concentrasse nas seguintes

características: maior variabilidade para os caracteres peso e qualidade do fruto e falso-fruto (pedúnculo), associada a maior capacidade produtiva individual. Dentre estes clones, o clone CCP 76 é o mais difundido nos pomares de Altos. O caju anão-precoce e o caju comum encontram-se distribuídos entre os Quintais, Sítios e Fazendas, segundo os dados da **Tabela 03**, a seguir.

**Tabela 03.** Perfil cajuícola de Altos, Piauí.

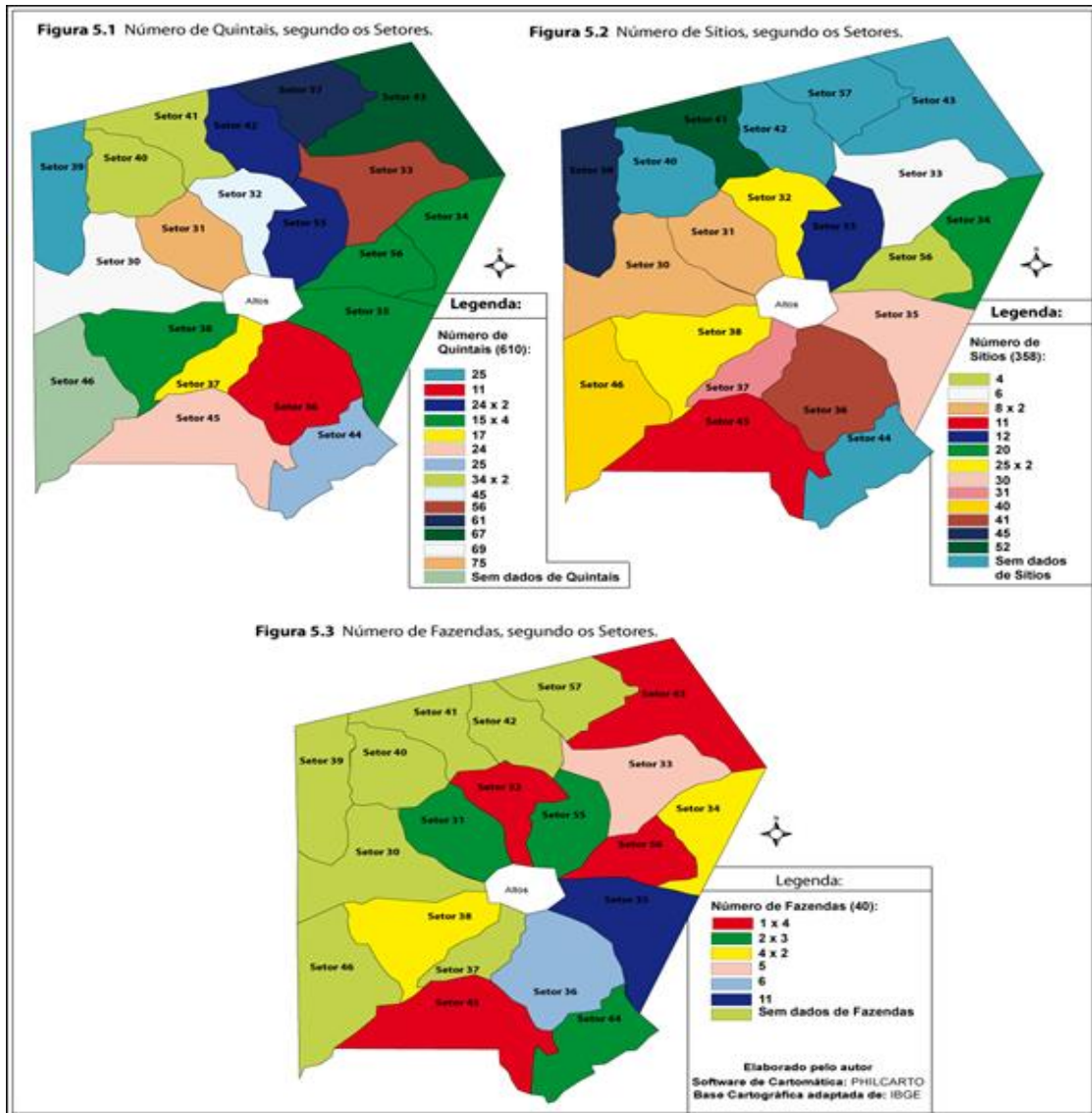
<b>Quintais</b>	<b>Sítios</b>	<b>Fazendas</b>
600 hectares	864 hectares	33,5 hectares
582 ha de caju comum	761 ha de caju comum	25,5 ha caju comum
16,41 ha de caju anão-precoce	103 ha de caju anão-precoce	8 ha de caju anão-precoce
Número de Quintais: 610	Número de Sítios: 358	Número de Fazendas: 40
Número de comunidades: 81	Número de comunidades: 36	Número de comunidades: 7

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

A tabela acima chama a atenção, ainda, para o número de comunidades, de Sítios e de Fazendas que caracterizam cada “Sistema de Produção”. Segundo os dados, o caju comum prepondera nos Quintais, Sítios e Fazendas; já o caju anão-precoce, por sua vez, representa apenas 9% da área total levantada pela pesquisa (1.498 ha), o que equivale a 127,41 ha apenas. O número de Quintais, de Sítios e de Fazendas que constam na tabela acima podem ser melhor visualizados, segundo os Setores, na figura a seguir.



**Figura 05.** Número de Quintais, Sítios e Fazendas segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Todas as possibilidades de generalização presentes neste trabalho foram feitas a partir desse universo acima informado, conforme se observará mais precisamente nos capítulos etnográficos, enumerados de 3 a 5. A seguir, podemos adiantar uma informação sobre o percentual constitutivo de caju anão-precoce e de caju comum, segundo os “Sistemas Produtivos”, através da **Tabela 04** com o intuito de nos ajudar a compreender o desenho da cajucultura de Altos.

**Tabela 04.** Percentual de caju anão-precoce e de caju comum segundo os “sistemas produtivos”.

	Quintais	Sítios	Fazendas
Caju anão-precoce	13%	81%	6%
Caju comum	43%	56%	2%

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

O caju anão-precoce predomina nos Sítios e essa predominância, como se verá no Capítulo 4, deve-se, primordialmente, a uma maior inserção dos “Sítios com mínima campesinidade” à lógica da agricultura comercial, associada a outros fatores, como a capacidade (monetária) de investimento dos agricultores-cajucultores familiares e a disposição destes em experimentar novas práticas de plantio e de manejo do caju, colocadas à disposição pelos órgãos fomentadores da “reestruturação da cadeia da cajucultura”.

Os dados da **Tabela 05**, a seguir, mostram as principais características entre o caju anão-precoce e o caju comum.

**Tabela 05.** Principais diferenças agrônômicas entre o caju anão-precoce e o caju comum.

Características	Caju anão-precoce	Caju comum
Início da produção	1º ano	3º ano
Produção econômica	3º ano em diante	8º ano em diante
Altura da planta	Até 6 metros	Até 14 metros
Envergadura da planta	8 a 10 metros	13 a 16 metros
Produção de castanha	1.300 kg/ha	250 kg/ha

Fonte: Cajueiro anão-precoce. Fôlder Embrapa – CNPAT (1993).

Todas estas diferenças são conhecidas pelos agricultores-cajucultores. Contudo, como veremos nos capítulos que se seguirão, nem sempre as vantagens do caju anão-precoce, bem como outras práticas que favoreçam o aumento produtivo do cultivo do caju, tornam-se atrativas

para eles. Levando-se em consideração a produção de 2011, o volume da produção da cajucultura<sup>61</sup> apresenta-se, distintamente, entre as quatro Mesorregiões Geográficas, no Piauí.

**Tabela 06.** *Ranking* da produção de caju segundo as Mesorregiões Geográficas do Piauí.

<b>Ranking</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Produção (ton)</b>
1º	Sudeste Piauiense	26.325
2º	Norte Piauiense	8.033
<b>3º</b>	<b>Centro Norte Piauiense</b>	<b>6.622</b>
4º	Sudoeste Piauiense	4.793

Fonte: IBGE/SIDRA (2011)<sup>62</sup>.

No Sudeste piauiense é onde se localiza os principais municípios, com exceção apenas de Altos do Centro Norte, que estão inseridos no Projeto da FBB de reestruturação da cadeia do caju e, de acordo com os dados do IBGE, é onde se localiza o maior polo produtor da cajucultura do Estado. O volume da produção de caju do Sudeste piauiense é maior do que a soma da produção das outras três Mesorregiões; contudo, diferente das outras, é nela onde há, também, a concentração de extensas áreas contínuas de exploração do caju, chamada de “exploração comercial” – segundo o discurso dos técnicos do SEBRAE –, caracterizando a *plantation* cajuícola no Estado.

Em Altos, de acordo com o levantamento de campo (2010-2012), há, atualmente, mais de 1.000 agricultores-cajucultores cultivando o caju, bem como outras culturas permanentes e temporárias em pequenas áreas como os Quintais, noutras maior como os Sítios e, embora haja exploração também em Fazendas, o volume da produção nelas é bastante inferior, conforme teremos oportunidade de mostrar no Capítulo 5. Na seção a seguir, algumas informações serão dadas sobre o município de Altos com a intenção de fundamentar melhor o contexto de nosso universo empírico, assim como a questão que ancora a realização do presente trabalho.

---

<sup>61</sup> Levando-se em consideração que o volume da produção (kg/ha) dos Quintais não entra no cálculo do IBGE, como vimos.

<sup>62</sup> Esses valores, a cada ano, sofrem alterações de acordo com as condições edafoclimáticas e dos tratos culturais. No entanto, a análise da produção referente a vários anos atesta pouca alteração quanto à disposição das Mesorregiões no *ranking* da produção da cajucultura no Piauí, conforme a tabela acima.

## 5. Aspectos Gerais do Município de Altos

Como já foi mencionado, o modelo de reestruturação da cadeia do caju é de abrangência nacional entre os principais estados produtores, tais como Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e, mais recentemente, Maranhão e Sergipe. Os demais estados não estão inseridos, muito embora alguns deles sejam produtores, como Paraíba e Pernambuco.

Altos, no Piauí, é um dos municípios alcançados por esse modelo, e é nele onde buscamos pensar a principal questão que norteia a presente tese. Algumas informações serão dadas, a seguir, sobre o Piauí, antes de nos determos sobre Altos.

Localizado na região Nordeste do Brasil, o Estado do Piauí possui uma extensão territorial de 251.577,738km<sup>2</sup>, sendo o terceiro maior Estado desse complexo regional, atrás apenas da Bahia e do Maranhão; sua área corresponde a 2,95% do território nacional. Conforme o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), o Piauí totaliza 3.118.360 habitantes distribuídos em 224 municípios (situação de 2013), e densidade demográfica de 12,40 hab./km<sup>2</sup>. Apresenta 1/4 da população total concentrada em Teresina, sua capital.

Por ser um Estado com uma vasta extensão territorial, sua vegetação também é bastante diversificada, predominando quatro classes vegetacionais: caatinga, cerrado, mata de cocais e floresta<sup>63</sup>. A vegetação predominante no Sul-Sudoeste é a dos cerrados ou savanas, constituída de elementos de pequeno porte. No trecho central ocorre uma vegetação de transição, em que se misturam elementos dos cerrados e outros sujeitos às imposições climáticas de menores volumes de chuva, associados à vegetação da caatinga, típica do semiárido. No Sudeste e Leste, com enclaves no Norte, predominam os elementos da vegetação da caatinga. Na margem do Rio Parnaíba, a partir do município de Regeneração, e se estendendo até as proximidades do município de Buriti dos Lopes, desenvolve-se vegetação mista, onde predomina o babaçu. O Semiárido piauiense, cuja área abrange 127 municípios e ocupa, aproximadamente, 150.454,2km<sup>2</sup>, corresponde a 59,8% da área total do Estado e cerca de 14,0% do semiárido brasileiro.

---

<sup>63</sup> Caatinga: tem sua ocorrência registrada no sul e sudeste do Estado, composta por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte; Cerrado: estende-se nas porções sudoeste e norte do Estado, apresentando arbustos e árvores retorcidas e algumas gramíneas cobrindo o solo; Floresta: encontrada ao longo do Vale do Parnaíba, composta por palmeiras, principalmente espécies como carnaúba, babaçu e buriti. Estas espécies também podem ser encontradas no cerrado e na mata de cocais; Mata de cocais: vegetação predominante entre a Amazônia e a caatinga nos estados do Maranhão, Piauí e norte do Tocantins. No Piauí predominam as palmeiras, babaçu e carnaúba, além do buriti.

O Município de Altos está situado na Mesorregião do Norte piauiense e na Microrregião de Teresina, no aglomerado sete do Território de Entre Rios<sup>64</sup>. No *ranking* da produção da cajucultura ocupa o 43º lugar entre os 207 municípios produtores do Piauí, dos 224 atualmente existentes (em 2013). Possui uma área territorial de 957,655km<sup>2</sup>, tendo como confrontantes ao Norte: os municípios de José de Freitas e Campo Maior; ao Sul: Beneditinos e Alto Longá; ao Leste: Coivaras e Campo Maior; e, a Oeste: os municípios de Teresina e Pau D'Arco, estando a uma distância de 40 km de Teresina, capital do Estado. Possui uma população de 39.735 habitantes, com uma densidade demográfica de 40,7 hab./km<sup>2</sup>. O IDH de 0,618 o coloca, consoante a classificação do PNUD (2003)<sup>65</sup>, numa escala de médio desenvolvimento humano.

As comunicações no município estão a cargo dos correios (ECT), que é encarregada pelo sistema de correios e telégrafos. Possui, ainda, duas emissoras de rádio AM e FM e capta os sinais de TV das emissoras Clube de Teresina, Antena 10 e Cidade Verde, retransmissoras das redes de televisão Globo, SBT e Record, respectivamente. Na telefonia fixa destaca-se a Telemar, e na móvel, a Tim e a Claro.

Cerca de 90% das ligações elétricas estão localizadas na sede do município. A zona rural está relativamente bem servida, com rede elétrica espalhada por quase todo o município, especialmente em razão dos Projetos de Reforma Agrária e do Programa Luz Para Todos.

O município dispõe de agências do Banco do Brasil, da Caixa e do Banco Postal, um correspondente do Banco Bradesco que funciona nas Agências dos Correios. Quanto à assistência técnica, o município conta com um escritório da Emater-PI, responsável pela elaboração de planos creditícios e assistência técnica a produtores rurais da região. A pesquisa conta com a Embrapa Meio-Norte e com a Universidade Federal do Piauí; contudo, não há, atualmente (2013), nenhum convênio oficial entre o município e estes últimos órgãos.

Devido a sua proximidade com Teresina (40 km), a cidade de Altos é relativamente bem servida por rodovias, com destaque para a BR-343 e pelas rodovias estaduais PI 221 e PI 223, além de várias estradas municipais. O sistema de transporte rodoviário é considerado bom e o

---

<sup>64</sup> Conforme o Portal da Cidadania, o Território de Entre Rios é composto por 30 municípios cuja população total é de 1.159.041 habitantes, dos quais 194.952 vivem na área rural, o que corresponde a 16,82% do total. Possui 32.623 agricultores familiares, 6.598 famílias assentadas e uma comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,72. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/entrieriospi/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/entrieriospi/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

<sup>65</sup> Conforme o PNUD, até a publicação do Atlas 2013, as informações de IDH-M disponíveis para referência e uso são relativas ao Atlas de Desenvolvimento Humano 2003 com base nos dados do Censo de 2000.

município possui uma frota de ônibus que transporta, diariamente, trabalhadores e estudantes para Teresina.

Existem no município<sup>66</sup> dois hospitais, sendo que um deles possui 54 leitos, conveniado com o Serviço Único de Saúde (SUS), e que presta os seguintes serviços: consultas diárias; atendimentos a gestantes; tratamentos fisioterápicos; exames cardiológicos; exames odontológicos e pequenas cirurgias. Trabalham nesse hospital: um bioquímico, cinco dentistas, dois fisioterapeutas, um nutricionista, sete médicos e um enfermeiro, além de vários auxiliares de enfermagem.

O outro hospital pertence à Fundação Nacional de Saúde, possui 16 funcionários e presta atendimento relativo a consultas e pequenas cirurgias; nele trabalham dois médicos contratados. O município dispõe, ainda, do Programa Saúde da Família e do Programa Municipal de Vigilância Sanitária, possuindo 17 unidades ambulatoriais distribuídas no perímetro da cidade.

Na pecuária, destacam-se as criações de bovinos, ovinos, caprinos, suínos (criados em áreas de fundo de pasto) e aves em regime de exploração semiextensiva e intensiva, sendo este último o caso de empresas avícolas de corte e postura, instaladas no município.

O extrativismo, no município, é caracterizado pela exploração de madeiras em pequenas toras para comercialização, para lenha e carvão vegetal. Há, ainda, a extração do pó da carnaúba, das palhas e do tronco, sendo que estes dois últimos são utilizados para a construção de casas e currais. A palha também é aproveitada para a confecção de vassouras comercializadas na feira do município, sendo dela que muitas famílias sobrevivem.

Na agricultura predomina a exploração de produtos chamados de “primeira necessidade”, como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, além de árvores frutíferas, como caju, manga, laranja e côco da bahia. A **Tabela 07**, de forma geral, demonstra a utilização das terras de Altos segundo o número, a área e o percentual de estabelecimentos agropecuários.

**Tabela 07.** Utilização das terras segundo o número, a área e o percentual dos estabelecimentos agropecuários em Altos, Piauí.

Utilização das terras	Variáveis		
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Lavouras – permanentes	337	1.342	2,78
Lavouras – temporárias	1.469	3.031	6,28

<sup>66</sup> Secretaria Municipal de Saúde de Altos e IBG.

Lavouras – área plantada com forrageiras para corte	38	444	0,92
Pastagens – naturais	279	14.716	30,48
Pastagens – plantadas degradadas	23	395	0,82
Pastagens – plantadas em boas condições	91	1.021	2,11
Matas e/ou florestas – naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	124	3.657	7,57
Matas e/ou florestas – naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	222	11.135	23,06
Sistemas agroflorestais – área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	279	11.622	24,07
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	16	24	0,05
Construções, benfeitorias ou caminhos	129	155	0,32
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	7	30	0,06
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	66	714	1,48
<b>Total</b>	<b>3.080</b>	<b>48.286</b>	<b>100</b>

Dados: Censo agropecuário (2006).

As culturas permanentes e temporárias de Altos ocupam 9,1% do total da área dos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, em relação à área total do município, que é de 95.765 ha, representa apenas 1,9%, pouco mais (1,48%) do que a área ocupada por terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.). Neste contexto, a cajucultura se insere, portanto, na pequena porção de terra utilizada com lavouras permanentes, e representa, nos cálculos do IBGE, apenas 2,78% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, excetuando-se os Quintais.

Assim posto, como escrever um trabalho cujo objetivo consiste em analisar os elementos constitutivos da cajucultura de Altos, e em que condições ocorre a participação dos agricultores-cajucultores familiares nela inseridos?

Para darmos conta desta questão, organizamos o trabalho em cinco capítulos:

O primeiro capítulo, **“De homens, castanhas e cajus: construindo o aceiramento do campo teórico”**, tem o objetivo de elaborar conceitualmente o objeto de estudo em apreço, por meio daquilo que eu prefiro chamar de “aceiro teórico”. Este capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, minha intenção é mapear teoricamente o conceito de “Sistemas Produtivos” da cajucultura, notadamente: Quintais, Sítios e Fazendas; a segunda seção tem o objetivo de situar, teoricamente, os agricultores-cajucultores em torno das discussões sobre agricultura familiar e camponesa; a terceira seção, por sua vez, tem o objetivo de entender, no âmbito teórico, o qualificativo de “sujeitos protagonistas” diante do processo de modernização

da cajucultura de Altos, sendo a quarta seção a tentativa de relacionar a cajucultura com as noções de desenvolvimento e cultura. Este capítulo, portanto, é uma primeira aproximação com o tema em estudo a partir da teoria e de dados de campo.

No segundo capítulo, **“A cajucultura no quadro das culturas permanentes e temporárias”**, o interesse maior consistiu em situar a cajucultura de Altos no quadro das culturas permanentes e temporárias cultivadas no município.

O capítulo terceiro: **“A cajucultura nos quintais”**; o quarto: **“A cajucultura nos Sítios”**; e, o quinto: **“A cajucultura nas Fazendas”** tratam, especialmente, da etnografia sobre a lógica organizativo-produtiva da cajucultura em cada um destes “Sistemas Produtivos”. O principal objetivo, em cada deles, consistiu em demonstrar a natureza da exploração da cajucultura e as bases dos arranjos sociais sobre as quais se apoiam seus traços distintivos, como também as condições que ocupam os agricultores-cajucultores em cada um deles.



## **CAPÍTULO I – De Homens, Castanhas e Cajus: construindo o aceiramento do campo teórico**

### **1.1. Os sistemas produtivos da cajucultura de Altos: Quintais, Sítios e Fazendas**

Aprendi com os agricultores-cajucultores, e também desde tenra idade, que para se construir uma roça, sobretudo quando ela está sendo aberta em “campo de mata virgem”, é necessário fazer o seu aceiramento para evitar que, após ser ateado fogo para baixar a mata picada, este não ultrapasse as roças dos vizinhos, destruindo-as.

O aceiramento é feito com instrumentos simples, como foice, machado e enxada; é uma medida de “segurança de trabalho” bastante antiga, até mesmo, talvez, da própria ideia atual de “segurança de trabalho”, criada por agricultores para minimizar os riscos de acidentes com fogo. É um caminho, um itinerário para o fogo queimar somente aquilo que deve ser queimado em uma determinada área, sendo uma circunscrição criada sob medida, a que o fogo tende a obedecer.

Já tivemos oportunidade de demonstrar que os estudos sobre a cajucultura são, primordialmente, provenientes de aportes teóricos dos quais se baseiam, especialmente, as ciências agrárias, econômicas e administrativas. Assim, levando-se em consideração a especificidade do objeto da presente tese, e dadas as limitações de conteúdo sócio-antropológico sobre a cajucultura, a necessidade de elaboração de um “aceiro teórico” tornou-se premente como condição para abrigar minhas próprias escolhas teóricas.

Para a Seção 1, em especial, tive que elaborar um “aceiro próprio” com o auxílio de instrumentos, digamos, poucos manuseados pelas ciências sociais<sup>67</sup>, como é o caso da literatura sobre cajucultura e sobre “quintais”. Entretanto, como alguns temas que gravitam sobre a cajucultura, principalmente o da agricultura familiar, o da economia camponesa e o das estratégias de reprodução camponesa, por exemplo, os “aceiros teóricos” como já se encontram acessíveis, o que fiz nesses casos foi apenas reaproveitá-los, adequando-os às necessidades do meu trabalho, como se verá nas seções enumeradas de 2 a 4.

---

<sup>67</sup> Diferentemente, por exemplo, do interesse por estudos realizados em áreas de cafezais e de canaviais, bem como de zonas cacaeiras.

Este capítulo, dividido em quatro seções, é apenas um aceiro por meio do qual proponho traçar os principais elementos teóricos que gravitam sobre a nossa principal questão, mesmo correndo o risco de que alguns deles não passem pela prova de fogo. Neste caso, o aceiramento está circunscrito numa área em que o fogo pode escapar, pois a sua superfície, a “margem de segurança”, que demarca a fronteira entre o aceiro e o fogo, é muito tênue. Nisto consiste o meu risco, próprio do *métier*.

A argumentação principal desta Seção 1, portanto, está baseada na hipótese de que a cajucultura de Altos ocorre através da presença de três “Sistemas Produtivos” coexistentes, notadamente: Quintais, Sítios e Fazendas, cujos agricultores-cajucultores neles presentes, apesar de viverem sob condições sociais e econômicas distintas, estão ligados por meio de uma das principais características da lógica de produção camponesa que é a organização familiar.

Nossa argumentação opõe-se a perspectiva representada pela *intelligentsia* da Fundação Banco do Brasil (FBB) e de seus parceiros, que asseguram o desenvolvimento da cajucultura a partir da ótica evolucionista e unilinear, classificando a diversidade de formas de cultivo como sendo expressão da desorganização da cadeia do caju e cuja mudança só se resolveria pelo foco da padronização de instrumentos de organização e de produção modernos, chamados de “fatores de produção” por Schultz (1965, p. 135) – um requisito à transformação da agricultura tradicional.

O foco nos sistemas produtivos coexistentes, pelo contrário, não só alimenta a riqueza empírica – própria da diversidade produtiva do caju –, como também traz à tona o fato de que não é a exploração e nem mesmo as mudanças ocorridas na cajucultura que transformam o agricultor-cajucultor, mas o agricultor-cajucultor que, ao “escolher em fazê-lo” (SEN, 1999), transforma e produz mudanças na cajucultura e em sua própria vida, conforme sejam as suas necessidades.

Essa argumentação inspira-se, em parte, em Boserup (1987), como também na análise de Chayanov (1981; 1974). Boserup dirigiu profundas críticas às análises malthusianas e neomalthusianas sobre a relação entre agricultura e crescimento populacional. Chayanov, por sua vez, abriu um campo fértil de investigação nas ciências sociais, inaugurando uma nova forma de analisar a organização econômica camponesa. No entanto, antes de especificar as contribuições destes dois autores, exporemos, a seguir, o foco teórico de nossa principal argumentação da Seção 1, qual seja: o que estaremos definindo como sendo Quintais, Sítios e Fazendas.

A propósito da categoria “sítio”, parto de uma perspectiva bastante sólida presente na literatura antropológica. Trata-se do texto de Ellen Woortmann (1983, p. 164) em que ela procura analisá-lo como sendo:

um sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si, sistema que se organiza, através do tempo como resposta ao processo histórico de expansão da propriedade pecuarista. Essa organização e essa resposta são informados por uma lógica, uma estratégia e um saber – ou “*know how*” – que possibilitam a reprodução da produção camponesa nesse contexto regional.<sup>68</sup>

A partir dessa paráfrase, gostaria de chamar a atenção para quatro pontos que nos interessam para o delineamento, não apenas da noção de Sítio, como igualmente da noção de Quintal e de Fazenda que utilizaremos, são eles:

- 1) O Sítio aparece na percepção da autora como constituindo um sistema de espaços;
- 2) Esses espaços são articulados entre si;
- 3) O sistema de espaços se organiza historicamente através de um saber; e,
- 4) Essa organização histórica é vista como resposta à expansão da propriedade pecuarista.

O primeiro ponto, “o Sítio como sistema de espaços”, interessa-nos em função da ideia de “sistema” que pretendemos incorporar, não apenas à noção de Sítio, como igualmente às noções de Quintais e de Fazendas (“Sistemas Produtivos”). A ideia de “sistema” permite-nos construir uma noção desses espaços mais próxima da noção de conjunto que caracteriza a percepção do agricultor-cajucultor, o qual concebe a terra dentro de uma totalidade, embora a renomeie em partes distintas, que originam outros espaços com finalidades específicas em consonância com as regras de classificação – estas operacionalizadas pelo trabalho. Conforme Woortmann e Woortmann (1997, p. 27), “o sítio é o lugar do trabalho por excelência. Mas ele é igualmente o resultado do trabalho, pois é um espaço construído”. Esta é a segunda ideia que gostaríamos de incorporar à noção de “sistema” a fim de compreender as noções de Sítio, de Quintal e de Fazenda, uma vez que as distinções desses espaços são resultantes das intervenções

---

<sup>68</sup> Segundo a autora (1983, p. 175), o termo sítio designa, porém, mais do que apenas a parcela camponesa; em seu sentido mais amplo, sítio pode designar todo um bairro rural de origem camponesa, como no caso de antigas sesmarias doadas a lavradores. Toda a sesmaria era um sítio possuído em comum pelo sesmeiro e seus descendentes.

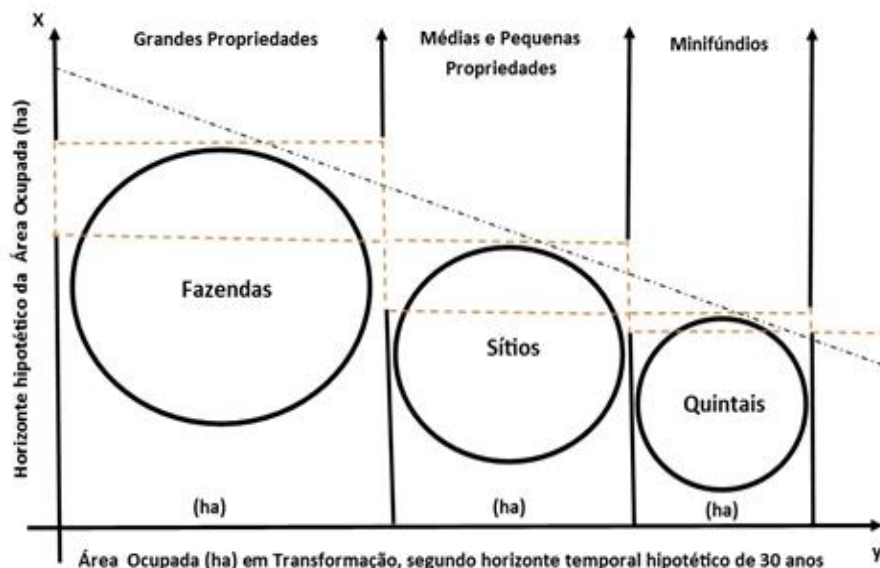
do trabalho, criadas para determinados fins sociais, e não como resultantes de uma ordem naturalmente inscrita pela natureza.

O segundo ponto acima destacado, reforça a ideia de “sistema”, que é operacionalizado a partir da interação entre outros espaços, cada um com as suas classificações próprias, assim destinadas segundo um saber não apenas agrícola ou técnico, mas de um “saber mais amplo de percepção da natureza e dos homens”, como asseguram Woortmann e Woortmann (1997, p. 7), um saber construído historicamente. Nesse sentido, os “Sistemas Produtivos” postos nos termos de Quintais, Sítios e Fazendas, são resultados de um saber histórico encarnado em práticas agrícolas, mas também em outras práticas materiais e simbólicas com fins e sentidos idiossincráticos.

No terceiro ponto, desejamos assinalar que as categorias Sítio, Quintal e Fazenda estudados por esta pesquisa tornaram-se o que hoje são através de um longo processo histórico de mudanças nas formas de relação entre os homens e destes com a terra. De acordo com depoimentos de agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Quintais, estes se situam no horizonte temporal de 30 anos; boa parte dos Quintais e dos Sítios estudados são frutos de um processo histórico em torno desta idade, conforme depoimentos coletados em campo.

Ou seja, os Sítios pesquisados resultaram de Fazendas desmembradas por morte de seus titulares, e muitos deles por decisão destes em vender enquanto viviam. Da mesma forma, muitos Quintais, atualmente, já foram espaços a que se chamavam de Sítios, pertencentes a antigos Sítios e, estes, diminuídos à condição de Quintais. Este movimento, historicamente construído, revela não apenas um problema fundiário e agrário do município, como também a persistência de famílias camponesas em assegurar sua reprodução social frente aos limites impostos pelas grandes propriedades. No gráfico a seguir, a título de ilustração, apresento hipoteticamente o movimento de transformação ocorrido entre Fazendas, Sítios e Quintais, em Altos.

**Gráfico 03.** Horizonte hipotético de transformação de terras em Altos.



Fonte: Elaboração do autor.

As linhas verticais do gráfico indicam, hipoteticamente, a área ocupada pelas grandes propriedades<sup>69</sup>: as Fazendas; pelas médias e pequenas propriedades: os Sítios; e, pelos minifúndios: os Quintais. As linhas hachuradas que formam pequenos retângulos entre as linhas verticais representam porções de áreas (ha) em transformação ao longo do horizonte temporal, nos minifúndios, nas grandes, médias e pequenas propriedades; indicam-nos, ainda, o resultado de transformações de conteúdo agrário e fundiário ocorridas por inúmeras formas que resultaram em desmembramentos de antigas Fazendas, em médias e pequenas propriedades, representadas pelos Sítios e, conseqüentemente, da transformação destes até a condição de minifúndios representados pelos Quintais; estes, apesar de constarem no ponto final do gráfico, não representam, com isto, o final do processo de transformação. Por fim, a linha hachurada

<sup>69</sup> Minifúndio é um conceito oriundo do Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que o define como o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural; por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Com o advento da Lei n. 6.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR, o módulo considerado passou a ser o módulo fiscal, estabelecido para cada município, e que contempla: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar. Já a Pequena Propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade é o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e, Grande Propriedade é o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. Disponível em: <<http://www.maurolemes.com.br/analiseestruturafundiaria.htm>>. Acesso em: 08 de maio 2009.

diagonal que cruza o gráfico de X a Y representa, justamente, a dimensão da área (ha) em transformação, segundo o horizonte temporal das Fazendas, dos Sítios e dos Quintais.

O quarto ponto, extensão e complemento do terceiro, caracteriza bem a condição empírica da presente pesquisa apresentada por esses três “Sistemas de Produção” da cajucultura, mais especialmente da relação assimetricamente estabelecida, por um lado, entre Quintais e Sítios, e, por outro, entre estes e as Fazendas.

O problema da grande propriedade enfrentado pelo camponês, como se sabe, é histórica. Segundo Woortmann e Woortmann (1997), os camponeses da região de Sergipe apresentam duas formas de classificar a terra: “terra de trabalho” e “terra de gado”. A terra de trabalho contrapõe-se a terra de gado, uma terra que não se realiza segundo a ética camponesa: ao invés de produzir riqueza, “não produz nada”; estes autores foram assertivos ao questionarem o problema da grande propriedade. Segundo eles (1997, p. 63), “a terra de gado envolve, portanto, uma contradição face ao *mundus* camponês, ordenado e estável numa troca equilibrada com a natureza, representa ameaça à sua reprodução e à dos indivíduos que nele se movem”.

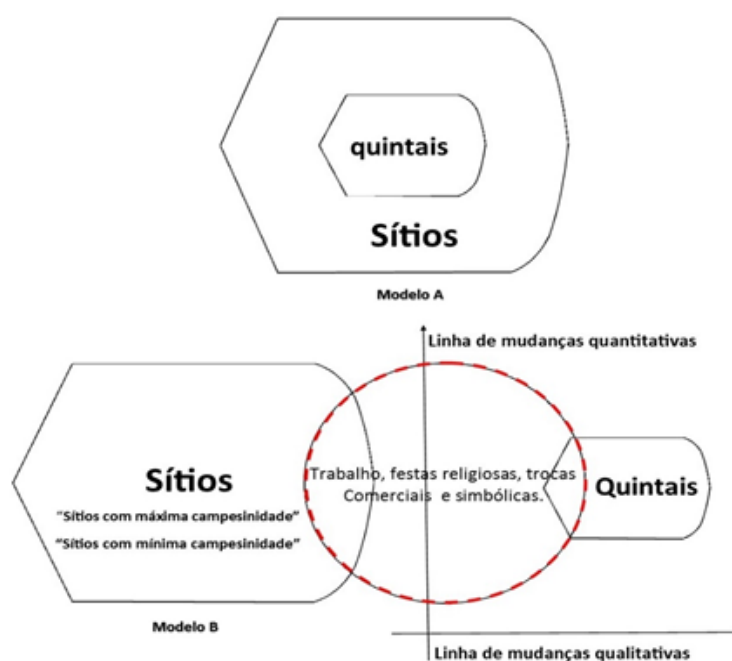
Nessa mesma linha de pensamento, afirma Ellen Woortmann (1983, p. 171): “a partir da segunda metade do século XIX, o sítio camponês se vê constantemente espremido e subordinado a propriedade criatória”. O fato é que a terra se move, bem como seus usos e suas classificações distintas, assumindo morfológicamente as convenções históricas atribuídas pelo homem. É nesse sentido descrito acima como “terra de gado”, em oposição à “terra de trabalho”, que o termo Fazenda será empregado em nossa análise, isto é, como um termo que faz referência tanto à atividade pecuarista, como à propriedade de grande extensão de terras, que se opõem a Sítios e a Quintais. Conforme Ellen Woortmann (1983, p. 170),

todas as Fazendas são, então, “de gado” ou “de criar”, tomem elas a forma de porção, posse, ou sítio, e quase todas são propriedades pró-indiviso. A expressão fazenda não significava, então, como hoje, grande extensão de terras, mas uma atividade econômica. A categoria nova que surge é a de propriedade e é este o termo que designa até hoje a grande propriedade em oposição ao sítio camponês, mesmo que este também tenha sua situação formal legalizada com a devida escritura.

Diferentemente dos Quintais e dos Sítios que são produtivos, e operam significativamente com a sua capacidade produtiva, poucas são as Fazendas que apresentam essa característica, sendo o mais comum operarem com o mínimo de sua capacidade produtiva no que diz respeito, principalmente, ao cultivo do caju.

Conforme vimos, o Sítio é um sistema diversificado de espaços articulados entre si. Para Ellen Woortmann, o Quintal (grafado pela autora em letra minúscula, “quintal”) é um desses espaços que se acha articulado com o Sítio, e que o compõe por ser um espaço mais abrangente do que aquele, conforme mostra o **Modelo A** da **Figura 06**, a seguir; contudo, os Quintais examinados pela presente tese não se enquadram inteiramente a esta perspectiva.

**Figura 06.** Dois modelos teóricos de percepção dos “quintais”.



Fonte: Elaboração do autor.

Os “Quintais” que menciono aqui não são do ponto de vista teórico-empírico, como os “quintais” descritos por Ellen Woortmann no **Modelo A**. É evidente que há quintais (em oposição a Quintais, grafados em minúsculo) nos Sítios e que, juntos, formam um sistema de espaços articulados entre si, tal como preconizado por Ellen Woortmann. No entanto, os Quintais para os quais estou chamando atenção, nesta pesquisa, são espaços que perderam essa enervação produtiva com o Sítio. Eles são uma unidade de produção autônoma e que não se articulam mais com o Sítio – pelo menos da maneira vista por Ellen Woortmann como um “espaço circunscrito na área do Sítio” – como se a este pertencesse; ele se tornou um espaço separado, independente, cercado, conforme mostra o **Modelo B**, por mim proposto. Não faz mais parte do Sítio nos termos de um “sistema”, mas possui um “sistema próprio”, por assim dizer, caracterizado, principalmente, por um tipo de lavoura principal (no caso em questão, o

caju), em articulação com lavouras temporárias, a criação de pequenos animais e o espaço da residência.

A articulação com o Sítio continua existindo, e ocorre no âmbito do “trabalho”, de “festas religiosas” e de “trocas comerciais e simbólicas”. Muitas vezes, por exemplo, o local dos Quintais continua sendo referenciado pelo topônimo de um Sítio ou de um antiga Fazenda a que tenham pertencido. Contudo, por estas relações sofrerem mudanças ao longo do tempo, fragilizando-se e tornando tênue cada vez mais o fio que as mantém, é possível que haja, também, ruptura entre Quintais e Sítios conforme demonstrada pelas linhas hachuradas em vermelho na figura acima. Conheci dezenas de Quintais que o fio destas relações já havia sido rompido há tempos e cujos agricultores-cajucultores não sabiam contar sequer a história dos Quintais com os antigos Sítios.

Para melhor compreender o **Modelo B**, em que proponho autonomia dos Quintais em relação aos Sítios, é necessário destacar, ainda, a existência de dois tipos de Sítios que se distinguem em função da natureza qualitativa de suas relações familiares e produtivas, o que nos levou a denominá-los, inspirado em Velho (1982, p. 44), de “Sítios com mínima campesinidade” e “Sítios com máxima campesinidade”; entretanto, valem alguns adendos.

Para este autor, o camponês brasileiro pode ser compreendido a partir de sua hipótese segundo a qual os “trabalhadores rurais” apresentam maior ou menor grau de campesinidade de acordo com sua trajetória de vida e de sua forma de integração à sociedade moderna capitalista, salientado que, depois da linha limítrofe da mínima campesinidade, tem-se a proletarização extrema. A própria história do campesinato brasileiro foi marcada – e ainda é – pela busca por terra, por trabalho, por autonomia. Essa autonomia tem sido conseguida ora pela integração à sociedade capitalista, através de seu modelo urbano-moderno de produção e de organização, ora pela negação e resistência a esse modelo.

A perspectiva deste autor é interessante na presente pesquisa porque me permite utilizar as categorias “de máxima e mínima campesinidade” para classificar o grau de campesinidade noutra dimensão, partindo dos “Sistemas Produtivos” para, a partir destes, situar os agricultores-cajucultores.

Todavia, diferente de Velho (1982) que associa a “mínima campesinidade” como a fronteira que separa o trabalhador rural da condição de uma “proletarização extrema”, sugiro o emprego desta categoria não para caracterizar os agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Quintais por estarem mais próximos da fronteira da “proletarização extrema”.



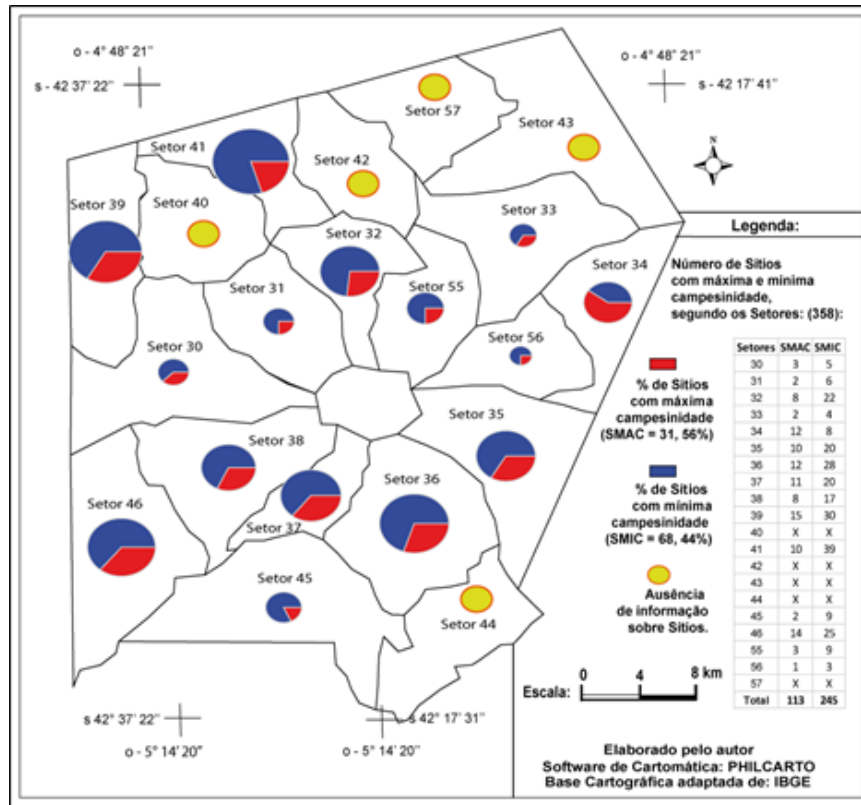
Pelo contrário, os dados de campo me mostraram que estes sujeitos, facilmente enquadrados a este desenho teórico sugerido por Velho (1982), ainda estão inseridos no contexto que cultiva os arranjos sociológicos que caracterizam a “ética camponesa”, conforme Woortmann e Woortmann (1997), praticada por “agricultores portadores de uma tradição camponesa”, segundo Wanderley (1996). Por esta razão, considero pertinente situar os Quintais e os respectivos agricultores-cajucultores como cultivadores desta “ética camponesa”, posta na categoria de “máxima campesinidade”.

Assim, os “Sítios com máxima campesinidade” são caracterizados por apresentar uma “lógica familiar-camponesa”, e os “Sítios com mínima campesinidade” por possuírem uma “lógica familiar”, porém “não camponesa”, pois concordamos com a afirmação de Lamarche (1991, p. 11-12) de que “toda exploração camponesa é familiar, mas nem toda a exploração familiar é camponesa”.

Enquanto os “Sítios com mínima campesinidade” estão inseridos diretamente na lógica do agronegócio do caju envolvendo em suas práticas agrícolas e organizacionais os elementos de “reestruturação da cadeia do caju”, os “Sítios com máxima campesinidade” ainda conseguem operar a partir de uma perspectiva que integra a lógica de produção a que Wanderley (1996) denomina de “organização familiar-camponesa”, conforme discussão apresentada na Seção 2 deste capítulo. Os “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, são justamente aqueles que, por estarem inseridos na lógica do agronegócio e por apresentarem práticas agrícolas e organizacionais alinhadas ao máximo a esta lógica, distanciam-se da lógica camponesa, mas sem, no entanto, deixarem de operar a partir da “organização familiar”.

Através da figura a seguir, destaco o número e o percentual dos Sítios com máxima e com mínima campesinidade, segundo os Setores,

**Figura 07.** Sítios com máxima e com mínima campesinidade, segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

É notória a presença de “Sítios com mínima campesinidade” em todos os Setores; entretanto, são nos “Sítios com máxima campesinidade” onde há uma maior intensidade de transformação fundiária em virtude do crescimento da família e de sua reprodução social, como já mencionamos no **Gráfico 03** acima. Estas informações nos serão úteis no Capítulo 4, onde exploraremos estas duas formas de Sítios visando compreender a operacionalização da cajucultura em cada um deles.

Deste modo, retomando o argumento dos dados da **Figura 06**, considero dois tipos de mudanças que podem forçar o desligamento (ruptura) entre Sítios (sobretudo com os “Sítios com máxima campesinidade”) e Quintais: são as “mudanças qualitativas” (horizontais) que traduzem a natureza das relações sociais vivenciadas pelos agricultores-cajucultores dos Sítios e dos Quintais, cujas relações se modificam, com o tempo, seja por mudanças ocorridas no universo das ocupações (agrícolas e não agrícolas) dos agricultores-cajucultores dos Quintais, seja pelas mudanças ocorridas na constituição familiar, nos termos das relações entre consumidores *versus* trabalhadores. A busca por “trabalho” nos Sítios diminuirá, por exemplo, na medida em que a constituição familiar dos agricultores-cajucultores dos Quintais começarem

a apresentar “menos carga” (auto exploração, para CHAYANOV, 1974, p. 73) e, em consequência, diminuirá o grau de ligação entre Quintais e Sítios, principalmente com os “Sítios com mínima campesinidade”, uma vez que são estes que mais ofertam trabalho aos agricultores-cajucultores dos Quintais.

As mudanças quantitativas (linha vertical), por sua vez, expressas, principalmente, pela pressão demográfica e pelo número de famílias nos Setores e nas comunidades que apresentam mudanças em sua constituição, tendem a reforçar, em função disso, a natureza tênue das relações que ainda existem entre Quintais e Sítios.

Entretanto, embora eu tenha constatado empiricamente esta situação de ruptura entre Quintais e Sítios em alguns Setores de Altos, pude registrar, por outro lado, formas sutis de sustentação da ligação que tende a reforçar as relações entre Quintais e Sítios, sobretudo em “Sítios com máxima campesinidade”. Na época de frutificação do caju, registrei vários casos em que os agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade” “doavam” o pedúnculo aos agricultores-cajucultores dos Quintais e estes, em contrapartida, tinham que coletar o caju, transportar até o local indicado, realizar o processo de descastanhamento e, em seguida, entregar as castanhas aos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”, com os quais tinham feito o trato. As castanhas são vendidas no comércio local, e o pedúnculo é utilizado para ser processado para o fabrico da cajuína.

Os Quintais aos quais nos referimos, portanto, dizem respeito a uma porção de terra separada do Sítio, conforme mostrado na figura acima, e que se oferece ao agricultor-cajucultor, além de espaço de moradia, como uma unidade de trabalho e consumo, um sistema articulado entre agricultura, pecuária, residência e atividades não-agrícolas.

Na literatura brasileira, especialmente nas ciências sociais, os estudos sobre os Quintais ainda são raros e, quando aparecem, são enviesados por estudos de gênero na tentativa de compreender melhor os espaços ocupados pelas mulheres no contexto do trabalho rural. Um trabalho bastante elucidativo a esse respeito é o de Heredia (1979, p. 77-103), que trata os Quintais como “espaço da mulher” em oposição ao do roçado, visto como “espaço do homem”; outro trabalho é exatamente o de Ellen Woortmann (1983).

O que há de comum nesses trabalhos é o fato de os quintais (em minúsculo) aparecerem sempre como um dos espaços menores que compõem o Sítio, espaço maior. O conhecimento que se tem sobre os quintais é atravessado pelo conhecimento que se tem sobre o Sítio, uma vez que, em nenhum desses trabalhos, os quintais possuem estatuto próprio de investigação,

como o Sítio. Ele é sempre visto pelo que é possível de ver a partir da relação que matém com o espaço maior, que é o Sítio.

Diferente do contexto das ciências sociais, os “quintais residências” urbanos têm recebido merecido destaque no âmbito de associações, ONG’s e cooperativas, mas também de profissionais provenientes de outras áreas do saber, como tem sido o caso da arquitetura. A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) é um exemplo, uma vez que tem publicado uma série de estudos sobre “quintais residenciais” e hortas comunitárias. Nesses trabalhos, o enfoque tem se voltado, também, para a compreensão dos espaços ocupados pelas mulheres no contexto de trabalho urbano, mas especialmente para o enfoque agroecológico. É o caso, por exemplo, do trabalho de Monteiro e Mendonça (2004), desenvolvido em comunidades pobres da periferia do município do Rio de Janeiro, orientado para o incentivo e fortalecimento de práticas de aproveitamento agrícola de espaços urbanos.

Na arquitetura é onde se pode encontrar, também, muitos trabalhos que põem foco nos “quintais urbanos”. Merece destaque o de Silva (2004), em cujo artigo, “Os quintais e morada brasileira”, defende a hipótese de que a existência dos quintais constitui uma característica singular das cidades brasileiras, significativamente diferentes dos pátios internos e dos fundos de lote existentes em outras cidades ocidentais.

Sendo assim, o que há de comum nesses dois últimos trabalhos é o fato de os Quintais (em maiúsculo) aparecerem como *locus* privilegiado, seja para a “intervenção social”, como é o caso da AS-PTA, seja para “reflexão teórica”, como é o de Silva (2004), que dá ao Quintal um estatuto próprio de análise e de investigação, diferente dos trabalhos de Heredia (1979) e de Ellen Woortmann (1983), onde os quintais (em minúsculo) não se destacam desta maneira. Em síntese, o que todos esses trabalhos me mostraram, guardando as suas devidas peculiaridades, é que a “questão dos Quintais”, em especial a dos “Quintais rurais”, ainda está por ser construído o seu estatuto e descoberta a sua importância empírico-teórica pelas ciências sociais. Neste caso, os Quintais seriam um “detalhe ainda sem importância”, no aguardo de um “coração ansioso que o estude”.

Assim, a partir da exposição das ideias acima, tenciono designar as noções de Sítios, de Quintais e de Fazendas como sistemas de espaços articulados entre si, resultados de um saber histórico corporificado no trabalho por meio do qual esses espaços tornam-se distintos; essa distinção, tendo origem no processo histórico de trabalho, é criada em atendimento a necessidades de várias ordens: sociais, econômicas, culturais e simbólicas. Mais ainda, esse

processo histórico de trabalho, de forma ampla, está estreitamente relacionado a duas questões principais que o condicionam: a “questão agrícola” e a “questão agrária”, ambas postuladas por Graziano da Silva (2001, p. 11) como sendo:

a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. As variáveis mais importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz e de que forma se produz. As variáveis mais importantes são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, e a produtividade das pessoas ocupadas no campo.

Os Quintais, os Sítios e as Fazendas estão inseridos no âmbito dessas duas questões, pois além de apresentarem distinções da variável quantidade produzida de caju, incorporaram igualmente distinções quanto à forma através da qual se dá a organização da produção.

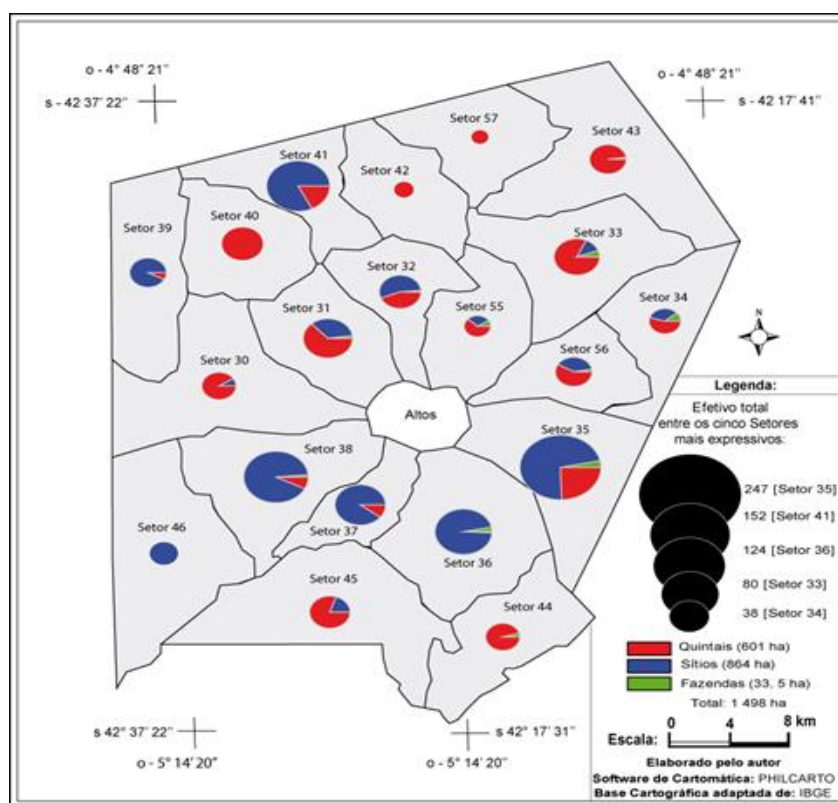
As variáveis utilizadas pelo IBGE (não apenas pelo IBGE) para aferir o volume da exploração da cajucultura são baseadas, unicamente, em parâmetros estatísticos: área plantada (ha), área colhida (ha) e rendimento produtivo (kg/ha). Percebemos estas variáveis, pelo contrário, como sendo sócio-agronomicamente interdependentes, ou seja, a quantidade da produção (ton) dependente da área plantada (ha) e do rendimento produtivo (kg/ha); a área colhida (ha) depende da área plantada; o rendimento produtivo (kg/ha) depende das duas primeiras variáveis, e todas essas variáveis dependem, simultaneamente, de duas condições fundamentais que regem a produção da cajucultura, são elas: condições naturais (edafoclimáticas, pedológicas, etc.) e condições extranaturais (culturais). A primeira condição independe da vontade do homem e de seu completo domínio sobre ela; na segunda condição, ao contrário, o homem exerce seu controle, já que deriva e depende de sua própria vontade.

Nesse sentido, tais variáveis, teoricamente pertencentes à ordem natural, são mais sociais do que imaginamos. Estão submetidas aos interesses do homem e de suas “escolhas” (SEN, 1999), podendo alterar-se de acordo com as suas intervenções determinadas culturalmente e segundo a constituição dos grupos familiares presentes nos distintos “Sistemas Produtivos”.

Assim, mesmo que haja condições naturais favoráveis para a planta de caju vegetar e frutificar, se o agricultor-cajucultor não realizar sua parte cuidando das podas de limpeza, por exemplo, ou das limpas para erradicar ervas daninhas, essa ausência de intervenção irá comprometer a quantidade produzida (ton) e o rendimento produtivo (kg/ha), bem como a área

colhida (ha), que será ‘tecnicamente’ menor em função da quantidade produzida. Já tivemos oportunidade de mostrar que, dos 1.498 ha de caju de Altos que formam a área total levantada pela presente pesquisa, 601 ha estão nos Quintais, 864 ha nos Sítios e 33,5 ha nas Fazendas. Esses valores podem, ainda, ser melhor visualizados segundo os Setores, conforme a **Figura 08**, a seguir.

**Figura 08.** Área (ha) de caju ocupada pelos Quintais, Sítios e Fazendas segundo os Setores em Altos.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Apesar de a área (ha) dos Sítios ser maior do que a dos Quintais, estes são em maior número do que aqueles; conforme já apresentamos, são 610 Quintais, 358 Sítios e 40 Fazendas. Estas, em relação aos Quintais e Sítios, são quase imperceptíveis, presentes em alguns Setores como se pode constatar na figura acima. Em compensação, juntas, elas ocupam uma área de 6.152 ha e, desse total, apenas 33,5 ha são ocupados com a exploração do caju. A quantidade de Quintais e Sítios, por ser maior, parece esconder a realidade ocupada pelas Fazendas como o nível de pressão fundiária, agindo negativamente para o desenvolvimento da cajucultura.

Para compreender melhor a influência das Fazendas, exercida na cajucultura, é necessário partirmos, inicialmente, para a exposição de alguns dados em relação à variável

tamanho médio dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas, levando em consideração a área total, além da área ocupada com o caju; entre a área total e a ocupada pelo caju há o que eles denominam de “*terra solta*” ou “*terra livre*”. O acesso a dados a respeito do tamanho da “*terra livre*”, bem como o tamanho da propriedade em si, deu-se através do termo de medida agrária nativa chamada “*linha*”, que corresponde a 0,25 ha (2.500m<sup>2</sup>), aproximadamente. Através desses dados, teremos uma visão tanto acerca do tamanho da “*terra livre*”, quanto do desenho da concentração fundiária no município por meio dos três “Sistemas de Produção” da cajucultura, notadamente: Quintais, Sítios e Fazendas.

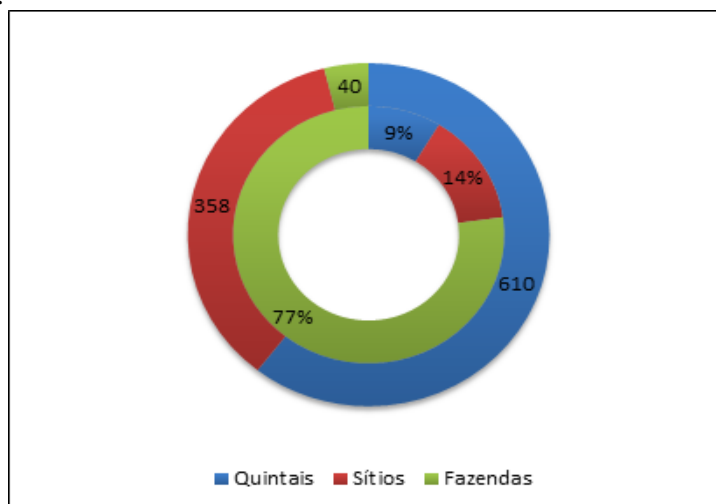
O tamanho<sup>70</sup> dos Quintais varia de 0,25 ha a 1,5 ha, apresentando uma média de 0,88 ha; o das Fazendas varia de 80 ha a 250 ha, apresentando uma média de 165 há; e, o dos Sítios varia de 2 ha a 30 ha, cuja média é de 16 há. Os Quintais estão com 85% de sua área ocupada com o cajueiro, os Sítios com 70% e as Fazendas com 0,25%. Agora, a área total dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas, a partir destes dados e incluindo a área ocupada com caju, é a seguinte: área dos Quintais é de 601 ha + 15% (da área restante) igual (=) a 691,15 ha; área dos Sítios de 864 ha + 30% (da área restante) sendo igual (=) a 1.123ha; e, a área das Fazendas é de 6.152ha – 0,25% (área ocupada com caju) igual (=) a 6.136,62 ha.

Os dados relativos às Fazendas quando comparados aos dos Quintais e aos dos Sítios revelam uma forte pressão fundiária exercida sobre os Quintais e os Sítios, comprimindo-os em pequenas porções de terras, própria das grandes propriedades, cujo predomínio têm sido responsável pelas distorções estruturais que tem definido e embasado a história da estrutura agrária brasileira. De acordo com aqueles dados, é possível perceber com mais clareza os fundamentos desta concentração fundiária e do tipo de influência que as Fazendas exercem sobre a cajucultura, que é fundamentalmente de impedir a expansão da cultura do caju nesse município, conforme demonstram os dados do **Gráfico 04**. O círculo maior indica o número de Quintais, Sítios e Fazendas; o círculo maior informa, por sua vez, a área total (ha), os percentuais dos Quintais, Sítios e Fazendas, incluindo a área não ocupada com caju.

---

<sup>70</sup> É importante destacar que estes valores apresentados não são exatos, principalmente por duas razões: a) por se constituir em questões delicadas o fato de se perguntar o tamanho da terra e o seu domínio aos informantes; b) em consequência, os informantes, no momento da pesquisa de campo, ressentiam-se em informar, dando-nos um valor daquilo que eles mesmos julgavam existir. Os números apresentados, portanto, foram extraídos desse cenário de informantes que compunham nossas principais fontes; isso se aplica, principalmente, em relação às Fazendas.

**Gráfico 04.** Elementos de concentração fundiária a partir dos Sistemas Produtivos (Quintais, Sítios e Fazendas).



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Conforme os dados, os Quintais, no círculo maior, embora sejam numericamente expressivos ocupam a menor área no círculo menor, representada apenas por 9% da área total; o número de Sítios, apesar de ser inferior ao número de Quintais, ocupa 15% da área total; já as Fazendas, por sua vez, representam 77% da área total, apesar de serem numericamente inexpressivas quando comparadas com a relevância numérica dos Quintais e dos Sítios.

Os Quintais, neste contexto, operam no limite máximo de sua capacidade produtiva, pois além de enfrentarem a escassez de terra ao longo do horizonte temporal (apenas 15% restante de área disponível), que os caracteriza de forma marcante, este percentual de reserva é normalmente destinado para o aumento do cultivo do caju, ou utilizado para o cultivo de outro tipo de lavoura, mas também e, especialmente, para servir como “*reserva de residência*”, utilizada para jovens<sup>71</sup> casais formarem novas famílias, o que é condição imprescindível para a reprodução social do grupo familiar que vive sob as condições dos Quintais, como se verá a partir de dados etnográficos no Capítulo 3.

<sup>71</sup> A terminologia “jovem rural” ou “juventude rural” constitui-se num campo amplo e fértil na pesquisa sócio-antropológica, principalmente. A presente Tese é apenas usuária de um banco de dados quase que inestimado de trabalhos feitos para este fim. Portanto, o termo “jovem”, quando aparecerá no corpo do presente trabalho, será compreendido a partir do corte etário entre 15-24 anos, adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e UNESCO. Estou consciente de que esta visão já é envelhecida e bastante criticada, mesmo assim, estou cometendo outro agravante: os jovens com os quais esta pesquisa lidou apresentam um recorte entre 15-27 anos. Para uma leitura crítica desta perspectiva ver Castro *et al.* (2010).



Assim, aos “Sítios com mínima campesinidade” resta ainda uma folga de terra de 30%, ao passo que para os “Sítios com máxima campesinidade” essa folga é de 20%. Estas terras podem ser destinadas tanto para o aumento do cultivo do caju, como para qualquer outro tipo de lavoura que seja conveniente aos grupos familiares. No entanto, os “Sítios com máxima campesinidade”, mesmo operando com esta “folga”, em determinadas condições, impõem-se limites até eles se transformarem em Quintais, dependendo do tamanho e das condições econômicas, bem como da constituição de cada família. Os “Sítios com máxima campesinidade”, portanto, dada às condições socioeconômicas que os caracterizam, estão mais suscetíveis de se transformarem em Quintais do que os “Sítios com mínima campesinidade”.

Quanto ao encolhimento de terras camponesas, sobretudo dos “Sítios com máxima campesinidade” pondo em questão a sua auto-sustentação, em condições empíricas parecidas com as descritas supracitadas, também já chamou a atenção de Woortmann e Woortmann (1997, p. 133) quando afirmam que

o fechamento das terras soltas e o crescimento demográfico da própria população camponesa (ainda que controlada, até certo ponto, por estratégias de migração e de herança) levam a como que um “encolhimento” do sítio, tendendo, provavelmente, a inviabilizar o esforço de auto sustentação da economia camponesa.

Levar em consideração o tema do “encolhimento das terras” como condição da inviabilização da economia camponesa é interessante porque nos permite compreender e analisar o movimento de transformação da terra no município de Altos, conforme vimos no Gráfico 03, e questionar se a escassez de terra, que vai dos Sítios aos Quintais, conduzem os agricultores-cajucultores dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade” ao uso de “estratégias” e de “táticas” (CERTEAU, 1994, p. 45-48) para enfrentarem este problema. Ora, até que ponto o encolhimento de terra é sinônimo de inviabilização da vida camponesa, principalmente entre os agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Sítios com máxima campesinidade e dos Quintais?

Por ora, precisamos considerar que, enquanto os Quintais enfrentam o duplo impacto advindo da pressão fundiária (exercido pelas grandes propriedades) e da pressão demográfica (exercido pela reprodução biológica e social do grupo), os Sítios, em sua maioria, estão expostos mais aos impactos fundiários do que aos Demográficos, pois, diferentemente dos Quintais, as necessidades por “reserva de residência” são mínimas e não afetam tão

incisivamente, como nos Quintais, a reprodução social do grupo familiar, principalmente os “Sítios com mínima campesinidade”, conforme se verá no Capítulo 4.

O termo “Sistemas Produtivos” aqui empregado não se restringe a “espaços físicos” em que se situam as comunidades, como um espaço naturalmente dado, um espaço inscrito na ordem natural das coisas e, sim, como um espaço resultado de operações realizadas pelos próprios sujeitos. Entretanto, muito mais do que um espaço antrópico que traz em si um sentido de uma “natureza que foi tocada”, como pré-requisito para ser vivida, penso-o como o “lugar” imperialmente humano que se revela mais como parte “naturalmente cultural” do homem e menos como algo que possui uma vida naturalmente independente deste; assim como não há homem sem espaço, não há espaço sem homem. É no espaço onde o homem encrava a sua cultura que a marca não apenas como um simples modo de ser, mas um modo de ser particular que caracteriza um “lugar”, uma época, uma passagem no tempo, uma (di)visão de mundo.

É dentro, enfim, desse contexto teórico que situamos a nossa argumentação. Ao sustentar que a produção cajucola de Altos ocorre através de três “Sistemas Produtivos” coexistentes, estamos afirmando, em outras palavras, que o desenvolvimento agrícola do caju, no caso em estudo, depende, essencialmente, da organização social dos agricultores-cajucultores, incluindo, obviamente, a organização do trabalho, necessidades da família e o tamanho desta, as técnicas e o uso da terra, por exemplo, e não apenas o uso autônomo de técnicas desdobradas em técnicas organizacionais (como as cooperativas e associações) e produtivas (novas cultivares de caju), como tem sido postuladas pela *intelligentsia* como “fatores de produção” (SCHULTZ, 1965) imprescindíveis ao desenvolvimento, neste caso, à cadeia do caju.

Com isto, de forma alguma, consideramos prescindível a importância e o valor das técnicas no processo de desenvolvimento da cajucultura. Elas são um importante elemento para qualquer sistema produtivo e, em relação a elas, Sahlins (1970, p. 27) afirma, por exemplo, que

segundo texto clássico da ciência social, todas as culturas são divisíveis em três partes: tecnologia, organização social e ideologia. A tecnologia é mais frequentemente concebida como o mais fundamental e, justamente com as relações sociais de produção, decisivo para o sistema. O resto é superestrutura.

Contudo, é necessário salientar, conforme Boserup (1987, p. 23), que as mudanças técnicas nos sistemas produtivos ocorrem quando há registro de “interdependência entre o sistema de uso da terra e a necessidade da mudança técnica”, pois

a teoria ignora o fato de que o tipo de ferramenta agrícola necessária num dado contexto depende do sistema de uso da terra: algumas mudanças técnicas materializam-se somente se o sistema de uso da terra se modifica concomitantemente, da mesma forma que outras mudanças de sistema de cultivo só são possíveis com a introdução de novas ferramentas.

É nessa linha de argumentos de Boserup que situo os Quintais, os Sítios e as Fazendas como “Sistemas de Produção” da cajucultura caracterizados por diferentes “sistemas de uso de terra”, como teremos oportunidade de explorar essa ideia nos Capítulos etnográficos enumerados de 3 a 5.

Para Boserup (1987), o problema mais vulnerável e ostensivo à análise malthusiana é o fato de pressupor que o crescimento populacional, tomado como variável dependente, é decorrente de mudanças ocorridas na produtividade agrícola vista como variável independente, cujas mudanças (na agricultura) se dão fortuitamente como se já tivessem inscritas na ordem natural das coisas, sem contar com a participação do homem. Diferentemente da análise malthusiana, que prescreve o “desaparecimento da população num determinado ponto de seu desenvolvimento”, Boserup, pelo contrário, percebe as técnicas e as invenções como meios criados pelo homem para enfrentar a demanda por alimento diante da pressão demográfica, sempre crescente.

Embora a autora não mencione, esta visão é muito familiar ao “pensamento evolucionista” que versou um dos importantes capítulos do desenvolvimento da antropologia, logo em seu início, como o de Morgan (1973, p. 16)<sup>72</sup>, por exemplo, que defendeu a tese de que o desenvolvimento da humanidade (em períodos étnicos) ocorreu a partir de invenções e de descobertas compreendidas como progressivamente naturais na ordem dos eventos, os quais dão lugar às “etapas de desenvolvimento” sem, no entanto, coexistirem. O movimento que caracteriza esse desenvolvimento, para Morgan, é particularmente de natureza materialista; o elemento principal que “marca a evolução” de um período, de uma etapa, não é o homem e nem

---

<sup>72</sup> Originalmente publicada em 1877. Os mais influentes antropólogos evolucionistas foram o americano Lewis Henry Morgan e o inglês Edward B. Tylor. Morgan publicou em 1877 seu estudo *Ancient Society* (A sociedade primitiva), no qual distinguia três etapas pelas quais passaram as sociedades humanas: selvajaria, barbárie e civilização, numa sequência obrigatória de progresso. De igual forma, estabeleceu vários estágios sucessivos para a formação da família, os quais foram da promiscuidade primitiva à família bilateral moderna de tipo europeu. O “evolucionismo materialista” de Morgan já estava sendo pensado por Friedrich Engels em 1884 na ocasião da obra “A origem da família, da propriedade privada e do estado”. Pelas datas originais destas obras, talvez possamos deduzir com certa facilidade se Morgan é que foi influenciado ou influenciou a Engels. Durante muito tempo assisti a meus mestres reclamarem que Marx e Engels é que foram influenciados, e não o contrário.

o que está nele, pelo contrário, é o que está fora dele. Os elementos de transformação e de mudança são, em sua maioria, exógenos e independem da ação cognitiva para ocorrer, com exceção, para ser fiel às ideias evolucionistas, a determinadas instituições humanas, como a família, por exemplo.

É esta visão que marca as ações da *intelligentsia* da FBB e de seus parceiros, pautada na ideia de um “desenvolvimento agrícola” (e não rural) de base materialista (exógena), encarnado nos instrumentos modernos de produção e de organização social da cajucultura, sendo a “produção agrícola e suas técnicas modernas” os elementos de maior atenção na busca do desenvolvimento da cajucultura, e não o agricultor, nem o modo de sua organização prioritariamente baseado em suas necessidades familiares e nem as necessidades de mercado.

É nessa direção, portanto, que se situa a crítica de Boserup, que lhe rendeu a obra “Evolução agrária e pressão demográfica”, contra as teses malthusianas assentando-se, justamente, na ordem inversa de causação da relação entre agricultura e população, ou melhor, entre população e oferta de alimento. Sua crítica baseia-se na suposição de que o “crescimento populacional, considerado variável independente, é o principal fator determinante de mudanças na agricultura”. Noutras palavras, para o “desenvolvimento agrícola em geral a linha dominante de causação corre das tendências da população às mudanças na agricultura, não o inverso” (BOSERUP, 1987, p. 7).

Boserup ocupa-se em demonstrar que as transformações da dinâmica do uso da terra são resultados da capacidade do homem em expandir o potencial da produtividade por meio de novas técnicas, intensificando a produção. É necessário salientar que, embora as técnicas ocupem um lugar privilegiado em sua obra, elas não ocorreriam sem a escolha dos indivíduos; elas não são autônomas, como prescreviam os evolucionistas, mas são orquestradas tanto pela pressão demográfica quanto pelo aumento da força de trabalho necessária para o cultivo mais intensivo da terra, dinâmicas estas demonstradas a partir de sua análise sobre o processo de “encurtamento do uso da terra” através de cinco tipos de pousios: pousio florestal, pousio arbustivo, pousio curto, cultivo anual e cultivos múltiplos (BOSERUP, 1987, p. 13-21). Para a autora, as estruturas sociais são de extrema importância no contexto da mudança e ocorrem em longo prazo.

A resposta, resultado do emprego de técnicas e invenções dos indivíduos, encontra-se inscrita na curvilínea da “taxa de suprimento de alimento”, que caminha paralela à linha do “crescimento da população”, com aumentos mínimos de produtividade dependendo de

condições de pressão do uso da terra. O crescimento da população é sempre acompanhado por mudanças na ordem de produção e de organização que caracterizam o uso da terra. É esta resposta dos indivíduos diante de demandas por alimentos que consiste a principal distinção entre Boserup e a perspectiva malthusiana, sendo esta, portanto, uma de suas principais contribuições para o estudo ora em apreço.

Em outro trabalho, “*Population and technological change: a study of long-term trends*” (1981), Boserup levanta o questionamento do comportamento agrícola aplicado ao desenvolvimento; suas assertivas foram espelhadas nas ideias de Chayanov, postulando, como este, que o comportamento dos “agricultores de subsistência” difere do dos “empresários agrícolas”. No seio da organização camponesa há um conjunto de estratégias técnico-gerenciais aplicadas à agricultura que são postas em prática, segundo critérios endógenos (*endogeneity*) ou, para usar a expressão de Chayanov (1974, p. 61), segundo “necessidades internas às famílias”.

Sendo assim, compreendemos que Quintais, Sítios e Fazendas não são apenas espaços onde ocorre a produção da cajucultura, mas espaços onde a produção se dá através de diferentes formas de exploração, por meio de regras específicas que caracterizam a cajucultura de Altos. Não são nesses espaços em si onde se originam essas diferentes formas de exploração da cajucultura, como se os mesmos estivessem inscritos na ordem natural das coisas, mas nas relações sociais neles engendradas e no conjunto de regras socialmente aceitas e praticadas pelos agricultores-cajucultores.

Quintais, Sítios e Fazendas criados a partir de relações sociais neles engendradas passam a ser melhor compreendidos quando os submetemos à noção de “espaços praticados”. Para compreendermos melhor essa noção, e a contribuição que julgamos haver de seu emprego à análise dos sistemas produtivos da cajucultura, vejamos, a seguir, a proposta formulada por Certeau (1994, p. 201-203), o qual informa que espaço é:

um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimento que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. Deste ponto de vista, existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas. Em suma, o espaço é um lugar praticado.

Ou seja, o espaço tomado aqui como “o lugar praticado” possibilita-nos entender a relação entre espaço e representação. Isto significa que, além dos “Sistemas Produtivos” nos quais operam distinções espaciais a partir da lógica de uso da terra e do emprego de técnicas, o espaço da produção da cajucultura (que envolve a produção agrícola do caju e suas diferentes técnicas), diferente de outros espaços como o do beneficiamento e o da comercialização, por exemplo, produz símbolos e códigos de acordo com a lógica de referência espacial, conferindo às relações neles vivenciadas os mais variados sentidos.

Estas relações vivenciadas nesses espaços, ao mesmo tempo em que os criam, são definidas pelas famílias que os exploram segundo suas necessidades, as quais são determinadas por regras de “padrões de consumo e por capacidade de trabalho” que elas dispõem (CHAYANOV, 1974, p. 56). São esses padrões que imprimem nos espaços, aqui considerados, três diferentes “Sistemas Produtivos da cajucultura”, no interior dos quais operam um conjunto “articulado e interdependente de espaços” (WOORTMANN, 1983) que dão forma à cajucultura e caracterizam a sua produção em Altos.

Para os sujeitos desta pesquisa tais termos designam mais do que uma conotação de cunho abstrato e racional; eles designam, antes, um saber rico em experiências espaciais distintas, um saber metafórico, não metonímico, isto é, um saber encarnado na práxis. Nesse sentido, entender esses espaços distintos a partir desse saber é falar das experiências desses sujeitos nesses espaços, cujas práticas estão submetidas ao emprego de diferentes “técnicas” que resultam em organizações sociais morfologicamente distintas.

Consoante Santos (2012, p. 29), as “técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. São destas “técnicas”, portanto, que provém o sentido das experiências espaciais vividas pelos sujeitos, como são através delas, também, que os termos Quintais, Sítios e Fazendas ganham sentido para os propósitos de nosso estudo.

Assim, tais espaços cumprem o papel que vai desde a satisfação de necessidades simbólicas e cognitivas que alimentam o saber, até a satisfação de necessidades propriamente físicas que ocorrem pelo cultivo da terra. Embora distintos, há várias pontos em comum entre eles; um deles e, o mais importante, é que a produção do trabalho se dá sob a orientação da organização familiar, cujo tipo de empreendimento que realizam não visa a obtenção de um valor econômico no estrito senso do termo, pois o que se busca, por meio de tal empreendimento, conforme assinala Wolf (1970, p. 14), é o sustento da família e não de uma

empresa. Tal sustento ocorre mediante a busca pelo equilíbrio da relação entre “trabalho e consumo” (CHAYANOV, 1974, p. 54-68), no seio de cada “grupo familiar” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 116)<sup>73</sup>, formado tanto por laços de sangue, quanto por laços de afinidades. Como se vislumbrará nos capítulos etnográfico, nos “Sítios com mínima campesinidade” é onde se encontram, mais claramente, os dispositivos de uma racionalidade econômica ao modelo do capital.

Ora, se os Quintais, os Sítios e as Fazendas estão sendo tomados aqui, nesta pesquisa, como diferentes “espaços praticados” em que se assentam os “Sistemas Produtivos” da cajucultura em Altos, caracterizados pelo emprego de diferentes “técnicas” que resultam em organizações sociais morfologicamente distintas, cabe esclarecer, agora, que estes diferentes sistemas são construídos, também, a partir de quatro tipos distintos de agricultores-cajucultores familiares, quais sejam: agricultores-cajucultores dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade, dos “Sítios com mínima campesinidade” e das Fazendas, os quais vivem sob diferentes condições sociais e econômicas, conforme teremos oportunidade de explicitar nos capítulos etnográficos, enumerados de 3 a 5.

Para tanto, será necessário esclarecermos, antes, o que estaremos considerando por agricultura de “organização familiar e camponesa” como condição para situar os sujeitos da presente tese, os agricultores-cajucultores, diante dos “Sistemas Produtivos” da cajucultura. É o que tentaremos demonstrar na seção, a seguir.

## **1.2. Os agricultores-cajucultores dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas e a agricultura familiar e camponesa**

O tema da agricultura familiar é tão polissêmico quanto grandioso. Uma pesquisa simples no Google Acadêmico nos oferece 148 mil ocorrências entre livros, artigos, resenhas e resumos envolvendo o tema da agricultura familiar como foco central, tudo isso apenas na língua portuguesa. Só no ano de 2013 (junho de 2013), por exemplo, já se acumularam mais de 10 mil novos resultados envolvendo esta mesma temática, isso apenas no motor de busca do Google Acadêmico. No Google Geral, o resultado é surpreendente: aproximadamente 3,8

---

<sup>73</sup> Utilizo a expressão “grupo familiar”, muito embora o seu sentido seja o mesmo que denota a expressão “grupo doméstico”, presente no trabalho de Garcia Júnior (1989).

milhões de ocorrências envolvendo o tema da agricultura familiar. Como afirma Wanderley (1996, p. 2), em seu artigo “As raízes históricas do campesinato brasileiro”, o termo “agricultura familiar” é tão genérico e diversificado quanto o é, igualmente, a tentativa de se buscar um conceito capaz de agregar sua generalidade sem perder de vista as suas especificidades.

Sendo assim, diante deste universo digital tão gigantesco quanto a “galáxia de Gutenberg”, como para não se constituir em mais uma tentativa de “desvendar algo novo” que envolve o tema da agricultura familiar, parti de alguns já consagrados e consolidados esforços intelectuais sobre a temática em apreço. Neste sentido, parece-me importante voltar à ideia do “aceiro”, posta no início deste capítulo. Nesta seção, deterei-me mais aos horizontes (aceiros) daqueles que já o fizeram, onde repousarei minhas escolhas, do que ao esforço a que me submeti na seção anterior para elaborar o “aceiro” que fundamenta o que estou qualificando como “Sistemas de Produção” da cajucultura, notadamente Quintais, Sítios e Fazendas.

Segundo Wanderley (1996, p. 2), no já citado artigo, a agricultura familiar, por ser um conceito genérico e por incorporar uma diversidade de situações específicas e muito particulares, pode assumir, em função disso, uma grande diversidade de formas sociais. Entre essas formas, destacam-se: a agricultura camponesa, a agricultura de subsistência e a pequena agricultura. A autora considera, ainda, a existência de formas de “agricultura familiar-camponesa” e outras formas de “agricultura familiar-não-camponesa”. Como para organizar melhor esse profícuo debate, a autora parte de cinco hipóteses centrais por meio das quais demonstra a diferença que julga haver entre agricultura familiar e campesinato:

- a) Agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) Ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- d) Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade; e,



- e) O campesinato brasileiro tem características particulares – em relação ao conceito clássico de camponês – que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem, atualmente, de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, com que deve se adaptar às exigências e aos condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

A partir destas hipóteses da autora, gostaria de chamar a atenção para algumas delas, e demonstrar em que, efetivamente, foram úteis para os propósitos de nosso trabalho, sobretudo para situar os agricultores-cajucultores dos “Sistemas Produtivos”.

A primeira hipótese levantada pela autora assegura que a “agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Esta assertiva nos ajudou a entender melhor as características empíricas que descrevem os sujeitos em apreço – os agricultores-cajucultores familiares – inseridos nos distintos “Sistemas Produtivos” da cajucultura. Ou seja, cada “Sistema Produtivo”, por estar inscrito em situações socioeconômicas específicas, produz em seu interior uma forma de “organização que, embora seja familiar”, apresenta-se por elementos que guardam certas singularidades que são próprias da constituição dos grupos familiares destes “Sistemas Produtivos”.

Nesse sentido, estamos considerando que os agricultores-cajucultores familiares dos Quintais possuem determinadas singularidades que os distinguem, por exemplo, dos agricultores-cajucultores familiares dos “Sítios com mínima campesinidade”, ou mesmo dos agricultores-cajucultores das Fazendas, muito embora a forma básica da organização dos modos de produzir destes sujeitos esteja, primordialmente, ancorada através da “organização do tipo familiar”, o que nos leva a discutir o segundo ponto do argumento de Wanderley (1996, p. 2), qual seja: “agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais”.

Esta assertiva nos interessa, especialmente, em parte, porque nos permite compreender as singularidades de nossos sujeitos que praticam agricultura com base na “organização familiar”, situados no “contexto moderno da cajucultura” de Altos. Contudo, ao invés de ver estes sujeitos como sendo “obrigados” (termo de Wanderley) a realizar mudanças sociais e produtivas, sobretudo nas formas tradicionais de cultivo do caju, prefiro compreender essas mudanças como sendo resultado de suas “escolhas” (SEN, 1990; GIDDENS, 2009) acionadas

ou não por agentes externos. Os agricultores-cajucultores familiares, principalmente os dos Quintais, dos “Sítios com máxima Campesinidade” e das Fazendas não estão inscritos no contexto da “obrigação de adaptar-se às condições modernas da cajucultura”.

Os dados de campo revelam, por outro lado, que os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” estão, sim, “obrigados a seguir os imperativos das mudanças da cajucultura”, muito embora estas tenham se instalado mais na área produtiva do que nas formas de organização social. Estas mudanças, se logo não a instalarem em seu meio, correm mais “risco” (BECK, 2010) do que correriam aqueles outros sujeitos por deixarem de fazê-lo. Em síntese, os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, embora abriguem a produção da cajucultura (não apenas desta) sob a forma da “organização familiar”, têm à frente um negócio a cuidar, enquanto aqueles outros sujeitos, uma família para sustentar.

Eis aqui uma distinção entre agricultura familiar-camponesa e agricultura familiar não-camponesa. Para Wanderley, entre os agricultores a que ela chama de “modernos”,

não ocorre uma ruptura total e definitiva do agricultor familiar com sua tradição camponesa: as transformações do chamado agricultor familiar moderno constituem uma resposta à necessidade de adaptar-se a novas exigências da sociedade, mas [...] uma parte significativa desta categoria social [agricultor familiar ‘moderno’], quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (WANDERLEY, 1996, p. 13).

Já em relação aos “agricultores familiares tradicionais” (camponeses) afirma que:

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 07).

Neste contexto, concebo como “agricultores familiares modernos” os agricultores-cajucultores familiares dos “Sítios com mínima campesinidade”, e de “agricultores familiares tradicionais” os agricultores-cajucultores dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade” e os das Fazendas que, embora se constatem diferenças em suas condições

socioeconômicas, eles apresentam em comum o fato de expressarem a importância aos valores da ética camponesa que orientam as formas de vida e de relacionamento intra e interfamiliar.

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Para a autora, esses pressupostos teóricos que estão na base da compreensão do campesinato encontram-se na “ética camponesa, no trabalho e na terra”. Tais pressupostos são vistos pela autora como valores morais relacionados entre si, e apresentam como princípios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade.

Para Marques (2008), que estuda o processo de recampanização de agricultores assentados em Goiás, o camponês brasileiro, embora sendo uma espécie de migrante, um ser da liminaridade, sua expropriação ao longo de sua trajetória não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante, relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem.

Esse caso, descrito por Marques (2008), aproxima-se teoricamente da realidade dos “agricultores-cajucultores familiares tradicionais”, pois são trabalhadores familiares que possuem um histórico camponês de experiência com a terra, que atualmente estão em “processo de transformação”, conforme mencionado na Seção 1 (**Figura 06**), que ocorre pela relação com o modelo moderno de produção da cajucultura e cujos resultados se assentam em novas formas de ruralidades, recriando outras expressões de ser camponês.

Compreendemos que essa inserção dos cajucultores familiares ao universo modernizante da cadeia do caju deve-se a capacidade deles em redesenhar contextos de conflitos, gerados por mudanças de ordem técnica, produtiva e organizacional a que eles estão inseridos, como também na capacidade em transformar tais contextos e conferir aos mesmos outros sentidos, outros usos, outros valores. Essa abertura, a qual Giddens (1991) chamaria de “reflexividade” – como dela falaremos mais adiante – é praticada pelos cajucultores familiares em direção à comunicação com os “padrões de ser e de fazer” inscritos na reestruturação da cadeia do caju.

A própria política pública de modernização da cajucultura no Piauí, organizada pelos já citados órgãos, elegeu como beneficiários os cajucultores familiares e não aqueles produtores cunhados pela literatura sócio-antropológica de camponeses tradicionais. Pelo menos no Piauí esse grupo não está aberto, até o momento, para inserir-se aos padrões requeridos pelo modelo

moderno de produção da cajucultura; distância, desconfiança e não acolhimento às práticas modernizantes têm sido a resposta por parte dessa parcela de cajucultores aos técnicos do governo, aos agentes de desenvolvimento rural. Em suas propriedades, o cajual ainda é aquele que seus avós ou seus pais plantaram há mais de 30 anos. Porém, a produção do cajual já não é mais a mesma; a cada ano, é notória a decadência do cajual, mas eles sorriem e dizem que, “no próximo ano, a produção de caju vai ser melhor”.

Como já vimos na Seção 1, a área (ha) dos Sítios é maior do que a dos Quintais, mas os Quintais são em maior número do que os Sítios: são 610 Quintais, 358 Sítios e 40 Fazendas. Contudo, como veremos nos capítulos etnográficos mais a frente, embora haja nível diferenciado de inserção ao modelo de reestruturação da cajucultura entre os “Sistemas Produtivos”, é nos “Sítios com máxima campesinidade” em que o modelo predomina; esta “transição ao modelo de reestruturação” encontra barreiras para a sua realização nos Quintais, nos “Sítios com máxima campesinidade” e nas Fazendas. O nível de aceite, bem como de rejeição, depende dos arranjos sociais de cada “Sistema Produtivo”; um dos elementos desses arranjos sociais está na própria lógica que rege a economia campesina, tão bem estudada em seu contexto russo pelo economista Chayanov (1974).

A lógica da economia não capitalista da família camponesa se coloca como um dos temas profícuos de Chayanov discutidos, também, na obra “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas” (1981). Conforme Abramovay (2007, p. 67), a obra “*La organización de la unidad económica campesina*” (1974) afigura-se como a mais completa tentativa de teorização a respeito do comportamento econômico camponês a que temos acesso, já que uma parcela reduzida de seus textos foi traduzida e publicada no Ocidente.

No espaço agrário russo, o campesinato compunha a maioria da população rural ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Na percepção de Chayanov, apesar do domínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países um tipo de exploração campesina cuja racionalidade não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas e das teorias modernas derivadas delas. Em função dessa constatação, ele elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa partindo da sua lógica interna baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família:

não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista,

mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade (CHAYANOV, 1981, p. 133-134).

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e de consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade; as decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada motivação individual. A quantidade do produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e de seu grau de auto exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo e não de trabalhadores). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de “diferenciação demográfica”.

Somos favoráveis, em parte, a esta ideia, pois no fundo os Quintais, os Sítios e as Fazendas apresentam diferenciações demográficas significativas, mas não que seja em função delas que se assenta a distinção dos respectivos “Sistemas Produtivos”. A demografia (que ocorre pelo crescimento das famílias) será entendida aqui como uma variável independente, como formulada por Boserup (1987). O crescimento da família é uma das variáveis que compõe a equação da economia camponesa, mas não a base que explica as distinções entre os “Sistemas Produtivos” da cajucultura.

Na economia camponesa, como se sabe, prevalece a produção de “valores de uso” para o autoconsumo, diferentemente do modo de produção capitalista que produz “valores de troca”. Porém, a produção de valores de uso, direcionados para o autoconsumo, não implica ausência de excedente produtivo que entra na esfera monetária num nível de “sistema mercantil simples”, como assegura Oliveira (2001, p. 52). Este autor, baseando-se nas teorias sobre a circulação do dinheiro de Marx (1974) e nas contribuições lançadas por Chayanov (1974), sistematizou as diferenças entre a “produção capitalista” e a “economia camponesa” no âmbito da circulação das mercadorias. Segundo o referido autor, a produção de mercadorias na agricultura camponesa só pode ser entendida do ponto de vista da simples circulação, isto é, vender para

comprar. A comercialização se destina a um fim específico, situado à margem da circulação, qual seja: a apropriação de valores de uso ou a satisfação de necessidades básicas.

A questão fundamental nos estudos sobre a produção camponesa é a distinção do *movimento* na circulação entre esta e a produção capitalista. Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula  $D-M-D$  na sua versão simples e  $D-M-D'$  na sua versão normal, ampliada, portanto. Na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula  $M-D-M$ . Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar (OLIVEIRA, 2001, p. 52).

Desta forma, o objetivo fundamental da produção camponesa é o autoconsumo, a que muitos preferem o termo “subsistência”. Isto garante a autonomia relativa do camponês na gestão das suas atividades agrárias frente ao grande proprietário e à sociedade envolvente sobre como decidir internamente o que plantar e como dispor do excedente. Assim, teremos oportunidade de mostrar nos capítulos etnográficos enumerados de 3 a 5 que, enquanto os Quintais são caracterizados, ainda, por uma economia do tipo camponesa – que põe destaque no “valor de uso” em sua forma de produção e organização familiar –, os “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, possuem uma economia que visa, com especificidade, o “valor de troca”. Os “Sítios com máxima campesinidade” e também as Fazendas estão alocados na mesma perspectiva teórica dos Quintais; os agricultores-cajucultores das Fazendas guardam uma peculiaridade a qual será melhor explorada no Capítulo 5.

Ora, se a lógica da economia camponesa é orquestrada pela relação constante entre elementos internos e externos à organização social inerente às famílias, será necessário compreender, ainda, em que termos os agricultores-cajucultores familiares em apreço (dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas) em que termos podem ser definidos como sendo “protagonistas da cajucultura moderna” de Altos, no Piauí, conforme demonstraremos na seção, a seguir.

### **1.3. Os agricultores-cajucultores-familiares dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas como protagonistas da cajucultura moderna em Altos, Piauí**

O nosso principal argumento nesta seção é assegurar que os agricultores-cajucultores familiares, apesar de viverem sob condições sociais e econômicas distintas, próprias de cada “Sistema Produtivo”, são “protagonistas da modernização da cadeia do caju”, pois conforme já tivemos oportunidade de mostrar, a reestruturação desta cadeia foi criada como política pública para atender, exclusivamente, a essa parcela de agricultores, nela inseridos. Portanto, estes sujeitos estão protagonizando, como atores que são, essa experiência que se mostra distinta em função do nível de inserção e da experiência que vão construindo no e com o modelo de reestruturação da cadeia do caju, segundo os “Sistemas Produtivos”, ou seja, conforme os Quintais, os “Sítios com máxima campesinidade”, os “Sítios com mínima campesinidade” e as Fazendas.

Para compreender esse “protagonismo”, parto da ideia de “reflexividade” de Giddens (1991). Contudo, perceber as práticas destes sujeitos e as suas experiências e redefinições do modelo de reestruturação da cadeia, a partir da ótica da “reflexividade”, só faz sentido quando essas “experiências reflexivas”, postas em práticas pelos sujeitos em apreço, são analisadas no quadro da “teoria da estruturação” de Giddens, a qual as abriga e da qual são derivadas. Nas linhas que se seguem, portanto, demonstrarei isso.

Assim, seguindo a tendência da sociologia contemporânea, Giddens procura, com sua teoria da estruturação, resolver o problema da dicotomia indivíduo e sociedade e, por conseguinte, do antagonismo teórico-metodológico daí derivado. De um lado, temos o objetivismo, postulado pelo funcionalismo e pelo estruturalismo, propondo, à semelhança das ciências naturais, leis que regem os fenômenos sociais determinando a ação dos indivíduos. Por outro lado, temos as teorias interpretativistas para as quais são os indivíduos e o sentido que estes atribuem às suas ações que interessam. Para superar tal antagonismo, Giddens propõe uma síntese teórica que julga haver entre estrutura e ação, a “teoria da estruturação”.

Nesta teoria, as ações dos indivíduos são dotadas de consciência, de intencionalidade e de sentido, embora estes não tenham domínio total das condições e das consequências dos seus atos, já que alguns resultados não são previstos. Nesse contexto, a história construída pelas atividades intencionais dos indivíduos não acontece de forma premeditada, mas resulta do desejo de buscar uma direção consciente para as ações, ainda que as consequências de uma

determinada ação possam não ser aquilo que se intencionou originalmente atingir. A vida social possui regularidades, mas não são naturais, são “regularidades reflexivas”, pois conforme afirma: “os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem” (GIDDENS, 2009, p. 5-6).

Para o autor, estrutura é definida como sendo um “conjunto de regras e recursos, recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A estrutura existe somente como traços de memória, na base orgânica da cognoscibilidade humana e como exemplificada na ação” (GIDDENS, 2009, p. 303). Nesse sentido, a estrutura tanto serve para constituir e dar sentido às ações como é por estas constituída; são inerentemente transformacionais, e de recursos utilizados na reprodução social. Tais regras são de dois tipos: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos também são classificados em duas espécies: recursos impositivos, resultantes da coordenação da atividade dos agentes, e recursos alocativos, provenientes do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material. A noção de estrutura é primordialmente processual. Diz respeito, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem práticas sociais semelhantes e, por conseguinte, recorrentes por dimensões variáveis no tempo e no espaço.

Para este autor, as tradições perdem o lugar privilegiado que tiveram em épocas pré-modernas em favor da “reflexividade institucional”. Institucional por fazer parte da atividade social na atualidade, e reflexiva porque os termos introduzidos por determinado discurso acabam por transformar a realidade na qual o próprio discurso é formado. Tal fato traz ao sujeito a possibilidade de escolher e decidir quanto aos rumos de seu cotidiano, tais como consumo e sexualidade, projetando autonomia em suas ações. Desse modo, Giddens (1991, p. 45) afirma que,

com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base de reprodução do sistema [...]. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.

O conceito de reflexividade permite-nos perceber os agricultores-cajucultores como sujeitos protagonistas, sujeitos da ação, que lidam com as estruturas, que forçam rupturas, que



fazem valer sua “vontade e escolhas” (SEN, 2000) em determinados contextos, principalmente em contexto de co-presença, marcando as relações construídas face a face; um sujeito reflexivo, que não se fecha para o mundo, mas que com ele se conecta, e se comunica para redesenhar o curso dos acontecimentos que enfrenta cotidianamente, a partir de instrumentos recriados dessa interação, advindos dessa experiência com o “outro”, sobretudo com órgãos do governo e, como veremos, no caso da cajucultura nas Fazendas, com “patrão e morador”. Esta experiência, especificamente a alocada no universo da cajucultura, vem ocorrendo entre os agricultores-cajucultores desde 2003, como já foi mencionado alhures.

O conceito de “ação social” é fundamental para esclarecer as “ações reflexivas”. Giddens caracteriza a ação social por meio de três atributos: racionalidade, reflexividade e intenção. A primeira implica que agir socialmente é agir com certo grau de racionalidade, não sendo, portanto, simples ato mecânico. A segunda, reflexividade, diz respeito à capacidade dos indivíduos de serem sujeitos e objetos de sua própria vida. Por fim, a intencionalidade é o elemento não premeditado na ação; embora a ação seja direcionada por um objetivo, há elementos da intencionalidade que acontecem de forma indireta ou não premeditada.

A dinâmica da interação social pode acontecer de dois modos: face a face, situações de co-presença, e de forma sistêmica que diz respeito às relações recíprocas entre agentes que estão fisicamente ausentes. O poder seria uma característica intrínseca da vida social, não sendo necessariamente repressivo ou opressor. Nas práticas sociais, os indivíduos são constituídos também na dimensão do poder e tais indivíduos podem agir em duas esferas: institucional ou particularmente.

Na esfera institucional, os indivíduos agem de acordo com os sistemas abstratos, não havendo exigência de uma presença física; em tal esfera, as transformações só podem ocorrer através da ação coletiva dos agentes. Nesta esfera particular de “ação coletiva” situo as Cooperativas e as Associações como instituições propiciadoras de ações coletivas entre os agricultores-cajucultores de Altos e os agentes dos governos. Estas ações são tomadas, particularmente, por líderes das comunidades, cooperativas e associações.

Na esfera particular, pelo contrário, as ações se encarnam no cotidiano e nelas ganham sentido. Nesta esfera, que ocorre em contextos de co-presença, os agentes interferem diretamente no meio social, como ocorre entre os agricultores-cajucultores familiares quando lidam com os representantes do governo, sendo por estes incentivados a praticar a “cajucultura

racional” a partir de demonstrações técnicas realizadas em suas propriedades, visando inculcar neles a importância da prática da “moderna cajucultura”.

Assim, essa “moderna cajucultura” nos leva a destacar um aspecto relevante no presente estudo que diz respeito à noção de “modernidade”. Nesse sentido, Giddens (1991, p. 143) considera que a “capacidade de desabilitação e reabilitação da vida cotidiana é uma característica básica quando se trata de modernidade”.

Os agricultores-cajucultores, sobretudo os dos “Sítios com mínima campesinidade”, têm enfrentado esse desafio de se “reabilitarem”, e o que vai medir sua capacidade produtiva e de permanência no “negócio da cajucultura” daqui para frente é o quanto eles sejam capazes de se reabilitar mais brevemente possível, do quanto eles estejam dispostos a “investir” tempo para abstrair o novo conjunto de informações necessárias ao empreendimento da cajucultura, conforme a lógica do modelo urbano-moderno de produção. Estes sujeitos, mais do que os dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade” e os das Fazendas, precisam se afinarem com os aportes desse “novo saber” inscrito no cenário da recente modernização da cadeia do caju.

Esse “novo saber”, Giddens (1991, p. 87) o denomina de “conhecimento perito”; para este autor, as instituições modernas, sob a forma de perícia, não se implantam simplesmente na vida cotidiana. “A perícia é sempre “reapropriada” por agentes leigos como parte de sua lida com sistemas abstratos”. Entendemos que esta “reapropriação do conhecimento perito”, portanto, do “modelo moderno da cajucultura” está mais presente entre as práticas dos agricultores-cajucultores dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade” e das Fazendas do que entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Entre estes, a necessidade de se reabilitarem ao novo conhecimento produtivo e organizacional da cajucultura é imprescindível, uma vez que estão mais inseridos no mercado do que aqueles demais sujeitos.

No entanto, isso não significa que não tenham de proceder através de “ações reflexivas”, assim como os demais. Como já mencionamos anteriormente, contudo, a diferença entre os sujeitos dos “Sítios com mínima campesinidade” e aqueles é que, entre estes sujeitos a aquisição do novo conhecimento da cajucultura torna-se imprescindível, enquanto para aqueles, esse conhecimento é prescindível. Entendemos, portanto, que a moderna cajucultura torna-se “escolha” (SEN, 2000) para uns e “necessidade” para outros. Em todo o caso, todos esses sujeitos estão operando através de suas “ações reflexivas”, e talvez até mesmo tendo dimensão

do “risco” entre escolher as novas práticas e o “risco” de recusá-las, em parte ou em sua totalidade.

Beck (2006, p. 28), ao analisar o “risco” no contexto da sociedade moderna, compreende a modernidade como “impulsos tecnológicos de racionalização, transformação do trabalho e da organização”. Considera, ainda, que tais impulsos produzem outras mudanças que se estabelecem nos estilos de vida, nas estruturas de influência e de poder, nas formas políticas de opressão e participação, nas concepções da realidade e nas normas cognoscitivas.

Entendemos, porém, que tais impulsos visando o aumento da produtividade sob forma, inclusive, de mudança de elementos cognoscitivos não devem ser o único critério e, talvez, nem mesmo o mais importante a inspirar a “reapropriação” e a confiança por parte dos agricultores-cajucultores, uma vez que tais tecnologias são eivadas de riscos de toda ordem.

Figueiredo e Araújo (1986, p. 91), ao estudarem a modernização da produção na visão dos trabalhadores rurais na Paraíba, constataram que “a meta única do aumento da produtividade pode levar o agricultor ao empobrecimento, à dependência do Banco ou da grande empresa, à perda da propriedade”.

Os riscos, criados no contexto da sociedade moderna, são inevitáveis e afetam tanto aqueles que os produzem como aqueles que deles se beneficiam, porém “não são um invento da sociedade moderna”, mas têm sua “origem numa sobreprodução industrial (...) são um produto global da maquinaria do progresso industrial e são agudizados sistematicamente à medida do desenvolvimento”, como sugere Beck (2006, p. 33-34). Essa “maquinaria do progresso industrial”, como já mencionamos na Seção 2 da Introdução, está presente ao longo de toda a cadeia da cajucultura, cuja noção explicitaremos logo a seguir.

Desenvolvido pela Escola Francesa de Economia Industrial, o conceito de *filière*, segundo De Bandt (1991) e Morvan (1988), pode ser determinado pela referência de três elementos indispensáveis: (I) a *filière* como sucessão de operações de transformações, dissociáveis, separáveis e ligadas entre si pelos encadeamentos de técnicas e tecnologias – “espaço de tecnologias”; (II) como conjunto de relações comerciais e financeiras que se estabelecem entre todos os estágios de transformações – “espaços de relações” orientadas pelas técnicas de mercado; e, (III) como conjunto de ações econômicas que presidem a valorização dos meios de produção – “espaços de estratégias”.

A “cadeia produtiva”, portanto, será considerada, na presente tese, como um conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e

serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais, como sugere Castro (2000). Com base nesses três elementos, proceder-se-á à análise e à descrição desses espaços seguindo-se a orientação teórica de Certeau (1994), o que nos permitirá a compreensão de uma visão a montante e a jusante do processo de modernização da cadeia do caju.

O processo de modernização da agricultura sempre traz mudanças significativas nas formas de produção e de organização no campo, redimensionando as relações familiares e as fontes de composição da renda de seus membros, visando os mais variados fins, podendo um deles ser uma estratégia de reprodução familiar, conforme demonstra a literatura especializada que trata da pluriatividade<sup>74</sup>. Há uma rica bibliografia sobre este tema, contudo não há consenso entre seus principais autores.

Schneider (2003, p. 234), por exemplo, enfatiza a “natureza estrutural e permanente da pluriatividade, sobretudo, em determinadas regiões agrárias”. Nesse sentido, podemos pensar a mesma como uma “tecnologia de gestão” de recursos materiais e de fontes de rendas em contextos razoavelmente pouco pródigos. Para este autor (2003, p.48), a pluriatividade consiste em:

um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Segundo a perspectiva desse autor, a pluriatividade é a capacidade dos membros de uma família optarem “pelo exercício de atividades diferentes, inclusive atividades não agrícolas”. Nesse sentido, a atividade pluriativa assumiria um caráter multidimensional no seio da família de trabalhadores familiares que praticam a agricultura e outras atividades, tanto dentro quanto fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. Ou seja, a prática da pluriatividade geraria um tipo de renda não-agrícola que “complementaria” a renda agrícola possibilitando, assim, que as famílias ponham em ação determinadas estratégias de reprodução camponesa, sejam representadas pela permanência delas no campo, sejam pela

---

<sup>74</sup> A professora Maria de Nazaré Wanderley, por exemplo, em palestra proferida no X Congresso Mundial de Sociologia Rural (30 de julho a 05 de agosto, no Rio de Janeiro), propõe que se trate não como “pluriatividade” e sim como “plurinserção” o processo recente de desenvolvimento agrícola que vem ocorrendo no universo rural brasileiro.

obtenção de mais capital para cuidarem de suas propriedades, tornando-as mais competitivas dentro do novo formato urbano-moderno de produção agrícola, conforme acentua Nascimento (2005, p. 8):

o termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *stricto sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, *grosso modo*, da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento.

Para Nascimento (2005, p. 1), na Comunidade Econômica Européia (CEE) a pluriatividade é, claramente, uma construção política, no sentido de que as políticas agrícolas da Comunidade criam as condições necessárias para a proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do tempo.

O objetivo explícito, desde a origem da Política Agrícola Comum (PAC), no final dos anos 1950, de preservar a estrutura agrária preexistente de caráter familiar, ao mesmo tempo em que a economia européia se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra Mundial, criou as condições para a configuração de uma verdadeira “cultura da pluriatividade” na Comunidade. No Brasil, segundo o autor, a pluriatividade só tem encontrado relativa importância entre alguns pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo tema – cuja origem remonta aos estudos dos *part-time farmers*, no contexto da modernização da agricultura na CEE e da especialização produtiva do trabalho, os quais, posteriormente, evoluíram para a noção de pluriatividade.

Entre os pesquisadores há, ainda, aqueles que consideram a pluriatividade como uma prova inconteste da falência do empreendimento do agricultor no campo. Carneiro (1996, p. 234) assim se expressa em relação à pluriatividade:

a pluriatividade só pode ser entendida num contexto de política de modernização da agricultura e da sociedade fordista, assim quando uma categoria profissional de agricultor que vivia exclusivamente da agricultura entra em crise e passa a se ajustar via estratégias não-agrícolas é que podemos denominá-lo como “pluriativo”. Portanto, a pluriatividade é produto da falência da política da especialização produtiva (agrícola).

A pluriatividade é uma categoria conceitual importante que nos ajudará a entender melhor a inserção dos cajucultores familiares no universo modernizante da cajucultura. Para alguns, esse comportamento pode representar uma estratégia de sobrevivência da família e, para outros, uma estratégia de expansão do próprio capital. De modo que será entendida como a conjugação das atividades agrícolas com outras atividades que geram ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos grupos familiares, inclusive as ocupações por conta própria – o trabalho assalariado e o não-assalariado – realizadas dentro e/ou fora das explorações dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas.

A compreensão da pluriatividade deve contemplar, portanto, não apenas a família dos produtores, mas também o contexto, já que a sua ocorrência pode ser pensada como uma das possíveis respostas “reflexivas” que as famílias procuram dar às mudanças das circunstâncias, sob as quais estão expostas. Para os agricultores-cajucultores familiares, a diversidade de fontes de “recursos” é considerada um bem em si, um patrimônio; o recurso é, sem dúvida, tão importante quanto as múltiplas maneiras de consegui-lo. Essa é a base, contudo, da pluriatividade, que é tão distinta quanto os elementos que constituem às famílias, segundo os “Sistemas Produtivos”.

Em síntese, a nossa preocupação ao longo desse capítulo foi estabelecer os “aceiros teóricos” em torno dos “Sistemas Produtivos” da cajucultura, e no interior destes como situar os agricultores-cajucultores no bojo das discussões sobre agricultura familiar e camponesa, e como estes sujeitos, concebidos aqui como sujeitos reflexivos, protagonistas da moderna cajucultura e de seu “desenvolvimento” no município de Altos, no Piauí.

#### **1.4. Cajucultura e desenvolvimento**

Segundo Favareto (2007, p. 37), “uma interrogação fundamental a ser enfrentada por qualquer trabalho que se pretenda elucidativo e que envolve a ideia de desenvolvimento é saber se é possível decantar o que há de científico e o que há de normativo, de ideológico, de meramente discursivo por detrás da ideia”. Considero-me isento desse compromisso apontado por Favareto, já que meus propósitos são menos ambiciosos, pois visa apenas a uma pequena reflexão sobre como a ideia de desenvolvimento é pensada por determinados órgãos, a exemplo

da FBB, com intuito de determinar o que estaremos pontuando como “desenvolvimento” nesta tese.

Este autor chama a atenção para quatro visões distintas que coexistem e disputam os significados da ideia de desenvolvimento, atualmente: a) a primeira toma o desenvolvimento como sendo sinônimo de crescimento; b) a segunda concebe o desenvolvimento como um mito; c) a terceira não vê qualquer validade teórica ou prática na ideia de desenvolvimento, apenas ilusão ou argumento ideológico falseador das reais intenções das políticas cunhadas a este título; e, d) a quarta são as teorias inovadoras que surgiram do confronto com o capitalismo contemporâneo, como a que concebe o “desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Sen, perspectiva que estaremos adotando ao nos referir sobre “desenvolvimento”, como se verá a seguir.

Ao realizar leituras específicas sobre a temática da cultura e a sua relação com o desenvolvimento, deparei-me com uma série de pesquisadores, boa parte deles provenientes das Ciências Sociais, mas também e, especialmente, de especialistas de organizações nacionais e internacionais ligados às instituições financeiras de fomento à pesquisa e de promoção de políticas de desenvolvimento social e econômico como tem sido o caso, para citar alguns, do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), da Comissão Econômica para a América Llatina e o Caribe (CEPAL), da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Essas leituras me confirmaram que, embora o termo cultura tenha ocupado lugar nessas organizações, e ganhado corpo em relatórios técnicos e científicos, bem como em programas de “estratégias de desenvolvimento”, infelizmente ainda está por se constituir como foco de preocupação de análise e de pesquisa no interior de tais organizações. As análises e os estudos sobre cultura, quando existem, são enviesados pelos estudos sobre o desenvolvimento que ainda têm sido pautados, primordialmente, sob a ótica da dimensão econômica que privilegiam aspectos infraestruturais e estatísticos, e a cultura, em tais estudos, fica apenas subentendida.

É o caso, por exemplo, presente no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano feito pelo PNUD (PNUD, 1996, p. 16), em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países passou a ser considerado insuficiente como medida do desenvolvimento, sendo incorporado o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (notadamente, renda, educação e longevidade) como medida complementar ao PIB. A ideia central desse índice é

que o desenvolvimento humano inclui tanto o aumento de renda e de riqueza, como de outros bens e valores, nem sempre materiais, que começam a fazer parte das aspirações das pessoas, compondo, assim, mais um modo de aferição do nível de desenvolvimento – agora baseado em parâmetros menos materiais e mais subjetivos. O desenvolvimento humano consiste, segundo esse relatório, “no processo de ampliação das escolhas das pessoas”, ficando a cultura, neste contexto, apenas subentendida que essas escolhas far-se-ão com base nela, expressa nos três indicadores do IDH: renda, educação e longevidade, servindo para caracterizá-la e informá-la.

Boisier (2005, p. 54-55), ex-diretor de Planificação e Políticas Regionais do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES), é mais ousado ao analisar a importância da cultura como uma das dimensões que favorecem o desenvolvimento. Segundo ele, há quatro estratégias para se promover o desenvolvimento endógeno, estando este ao mesmo tempo no plano político, no plano econômico, no plano científico e no plano da cultura. Ao se referir a esse último ponto, considera que o mesmo é “composto por uma matriz geradora de identidade sócio territorial”, mas para que isso ocorra é necessário que a “cultura local seja recuperada e reconstruída”, restando a nós, leitores, descobrirmos como “reconstruir e recuperar uma cultura”, assim como nos esforçarmos para abstrair o sentido da expressão “matriz geradora de identidade sócio territorial”, como requisitos para acontecer o tão esperado e desejado desenvolvimento e tudo a ele associado. O desenvolvimento, nesse contexto, é visto como algo possível de alcançar desde que se vença a armadilha posta pela cultura, já que esta se constitui no próprio obstáculo natural daquele.

A importância da dimensão da cultura como um dos pré-requisitos para compreensão da questão do desenvolvimento, infelizmente, tem sido tratado, ainda, de forma insatisfatória, tímida, superficial e retórica, e, em muitas organizações, ela sequer é mencionada em seus indicadores de desenvolvimento, como é o caso da Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que propõe um conjunto de indicadores para descrever o desenvolvimento cuja “dimensão cultural” está completamente ausente desse quadro, qual seja: 1. População e Migração; 2. Bem-estar e Equidade; 3. Estrutura e Desempenho Econômico; e, 4. Meio Ambiente e Sustentabilidade (OECD, 1996, p. 22).

O termo cultura e toda complexidade que traz em si tem aparecido em relatórios, artigos técnicos e científicos dessas organizações sempre como um termo genérico, hiper-referencial, ao mesmo tempo em que superficial, aludindo, grosso modo, aos “costumes e tradições de um povo”, “as normas de convivência”, ao “saber local”, ao “desenvolvimento humano” e, às



vezes, aparece apenas subentendido a partir de uma miscelânea de termos que o refletem como “valores”, “crenças”, “costumes”, “hábitos”, “educação”, “identidade”, “manifestação”, “participação” e etc., que servem mais para obscurecê-lo e dissolvê-lo numa espécie de redemoinho retórico do que para projetá-lo e tornar visível o papel que o mesmo ocupa nos projetos sobre as estratégias de desenvolvimento, ou mesmo nas reflexões que originam tais projetos.

É o caso presente no Relatório de Albuquerque (2004, p. 162) a respeito do projeto CEPAL/GTZ, no qual enfatiza oito elementos básicos de iniciativas de desenvolvimento econômico local, entre os quais a “*elaboración de una estrategia territorial de desarrollo*” para o qual cujas noções de identidade, de diversidade e de desenvolvimento local assumem mais uma conotação normativa (receituária) do que de meios teóricos e empíricos, estimulando a reflexão sobre o lugar que, de fato, tais conceitos venham ocupar nas estratégias de desenvolvimento local.

Neste contexto, o termo cultura tem sido marcado mais por uma situação que o coloca num nível de marginalidade teórica do que por estudos teóricos e empíricos que o privilegiem como uma dimensão (entre muitas outras) “boa para pensar” a questão do desenvolvimento.

A cultura relega um papel secundário frente a questão do desenvolvimento, como se este pertencesse, por natureza, às questões relacionadas com a dimensão econômica, estando a cultura englobada nisso, como se fosse, necessariamente, uma síndrome. Além disso, os estudos sobre crescimento – muitas vezes confundindo crescimento com desenvolvimento, conforme afirmam Buainain e Pires (2003) –, sempre receberam especial atenção de economistas em cujas abordagens os indicadores econômicos tornaram-se imprescindíveis no processo de compreensão da questão do crescimento e do desenvolvimento, ficando de fora outros elementos igualmente importantes para uma análise mais abrangente e eficaz sobre o desenvolvimento.

Este problema explica-se, em parte, porque os trabalhos baseiam-se em princípios teóricos “evolucionistas” e “difusionistas” a partir dos quais se tornou comum atribuir à cultura o bem e o mal, o progresso e a pobreza, o desenvolvimento e a incapacidade produtiva; ela passou a ser a medida de todas as coisas, a fronteira das possibilidades técnicas, científicas e intelectuais de que se servem os indivíduos para estabelecer as ditas “diferenças culturais”; ela passou a ser autoexplicativa, ou seja, passou a ser o texto e não o contexto em que todas as coisas são possíveis de ocorrer, ficando temas importantes, como “aspectos culturais do

desenvolvimento”, por exemplo, apenas subentendidos e dissolvidos dentro dessa totalidade sindrômica, mas ainda carentes de explicação.

Ora, como dar conta da dimensão cultural do desenvolvimento sem cair no erro de conceber a cultura como um termo hiper-referencial, autoexplicativo, como se fosse uma síndrome, uma totalidade impossível de ser isolada de outras dimensões? Como, igualmente, dar conta de analisar a questão do “desenvolvimento da cajucultura” sem conferir à cultura seu papel significativo?

Para entender o protagonismo dos cajucultores familiares inseridos na recente modernização da cadeia do caju, é necessário partirmos, inicialmente, da própria noção de desenvolvimento que orienta essa pesquisa. Rompendo com a ideia de desenvolvimento de economistas tradicionais, Amarthia Sen (2000, p. 10) considera o desenvolvimento como sendo essencialmente: “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais é constitutiva de desenvolvimento”.

Entender o desenvolvimento como sendo a “eliminação de privações de escolhas e oportunidades” é fundamental para compreender a situação dos cajucultores frente a questão da “modernização da cajucultura” na qual eles estão inseridos. A partir dessa perspectiva, atentar-se-á, primordialmente, para as “escolhas” dos cajucultores e o papel que eles exercem como “agentes ativos” ao se deparar com os “incentivos da implantação da reestruturação da cadeia do caju nos distintos contextos em que vivem: refiro-me aos “Sistemas Produtivos” da cajucultura.

Nesse sentido, compreende-se que o *modus operandi* dos agricultores-cajucultores diante das “escolhas individuais” e das “participações coletivas” que realizam em torno da cajucultura, principalmente aqueles inseridos em cooperativas, pode se tornar mais claro se analisado a partir da noção de desenvolvimento consoante a perspectiva de Sen (2000).

Não poderia, no entanto, concluir o presente capítulo sem chamar a atenção para a categoria “descrição densa” que orientou metodologicamente a forma etnográfica, meio pelo qual os dados foram expostos ao longo da realização desta tese. O sentido teórico que o conferimos parte da concepção daquilo que Geertz (1989) denomina de “descrição densa”, a qual se opõe à descrição do tipo superficial.

Rompendo com a forma clássica da antropologia malinowskiana, o “fazer etnográfico”, para Geertz (1989), passou a ser mais que transcrever textos, levantar genealogias, mapear

campos, manter um diário ou entrevistar informantes; este autor elabora uma nova forma de interpretar as culturas e cria uma metodologia própria para isto. A análise utilizada é a semiótica, ou seja, analisa o que se expressa através dos signos. Ainda, percebe a cultura como algo interpretativo que depende da visão do observador e de sua interpretação; para isso há a necessidade do antropólogo ter o contato direto com o objeto estudado. Fazer etnografia, nos termos deste autor, consiste, essencialmente, no “esforço intelectual do pesquisador em produzir uma descrição densa do objeto em estudo” (GEERTZ, 1989, p. 20). Produzir uma “descrição densa” é a capacidade de seguir uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em torno das quais o objeto de estudo é passível de interpretação e sentido.

A descrição densa (etnográfica) possui três características principais: ela é interpretativa, o que ela interpreta é o “discurso social” e ela objetiva fixar esse discurso para ser pesquisável. Também levanta uma quarta possibilidade que é o fato de ser microscópica, isto é, não é extensiva ou feita em grande escala, mas em um nível mais micro de análise. A interpretação antropológica rica em densidade descritiva consiste, segundo a perspectiva de Geertz (1989, p. 30-31),

em uma leitura do que se observa e na avaliação a partir da adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea.

Assim, Geertz elabora o conceito de “descrição densa” que é uma forma de análise onde se estuda o ponto de vista dos agentes envolvidos na ação que está sendo descrita, e entra nas camadas mais profundas das significações, interpretando o que é observado. É densa pelo fato de analisar em profundidade e não somente em descrever o acontecimento – como um texto jornalístico normalmente o faz – desprovido de teoria. Aqui, estão reunidos, portanto, os nossos principais “aceiros teóricos” por meio dos quais pensamos e analisamos o objeto ao qual se destina a presente tese, a respeito dos quais estaremos fazendo alusões deste ponto em diante. Antes de tratar, portanto, da descrição da cajucultura praticada nos Quintais, apresentaremos, a seguir, no **Capítulo 2**, uma breve discussão do contexto socioeconômico da cajucultura de Altos, no Piauí, e a sua relação com as demais culturas agrícolas temporárias e permanentes.

## CAPÍTULO II – A Cajucultura de Altos no Quadro das Culturas Permanentes e Temporárias

Dissemos na Seção 2 da Introdução que, apesar da importância dos estudos realizados sobre a cajucultura, eles deixam de tocar em aspectos imprescindíveis à compreensão não apenas dela mesma, como também desconsidera qualquer relação que possa existir entre ela e as outras culturas agrícolas, isolando-as do resto da vida social e econômica dos agricultores-cajucultores que vivem sob as condições de trabalho familiar, cuja economia é regida pelas máximas da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), conforme vimos no Capítulo 1.

Daí repousa o nosso principal objetivo no presente capítulo, que é o de situar a cajucultura no quadro das culturas permanentes e temporárias, cuja intenção consiste em tocar no contexto socioeconômico e agrícola de Altos visando reunir dados que nos permitam compreender melhor os elementos constitutivos da cajucultura e o que a sua prática informa a respeito das condições dos agricultores-cajucultores familiares no contexto de reestruturação da cadeia do caju, no município em apreço.

Para tanto, gostaria de começar essa discussão com a análise dos setores e sub-setores da economia que compõem o Produto Interno Bruto de Altos (PIB), pois acho que a análise desses dados pode nos apresentar, sob determinado ângulo, o perfil da economia deste município e a importância que a agropecuária ocupa neste cenário, por meio, especialmente, das culturas temporárias permanentes e, dentro destas, da própria cajucultura.

Assim, de acordo com dados do IBGE, a cidade de Altos ocupa o 16º lugar no *ranking* do PIB dentre os 224 municípios do Piauí. O Produto Interno Bruto de Altos, em ano de 2010<sup>75</sup>, foi composto pelos seguintes dados, conforme a classificação do IBGE para os setores da economia.

---

<sup>75</sup> Esses dados dizem respeito ao ano de 2006, pois não há dados recentes disponíveis no IBGE/SIDRA. Em 2007, através da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), discute-se, na administração pública, a necessidade de padronização das classificações econômicas. Segundo a CNAE, a indústria de transformação compreende as atividades que envolvem transformações física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes para obter produtos novos. Esta informação está disponível em: <<http://economyclara.wordpress.com/2010/09/09/transformacao/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

**Tabela 08.** Composição do PIB de Altos segundo os setores da economia.

Setores	R\$ (mil)	% Participação
Agropecuária	6.527	4,34
Indústria	21.800	14,5
<b>Serviços</b>	<b>113.004</b>	<b>75,15</b>
Impostos	9.048	6,01
<b>Total</b>	<b>150.379</b>	<b>100</b>

Dados: IBGE (2010).

Em sua estrutura de produção observa-se que a economia de Altos está centrada, principalmente, no setor de serviços, responsável pela geração da maior parte do PIB municipal (75,15%) e, conforme os dados da **Tabela 09**, abaixo, também pela geração de trabalho formal<sup>76</sup>.

**Tabela 09.** Perfil do setor de serviços de Altos, Piauí.

Setor	Sub-setor	Nº de estabelecimentos	Empregos formais
<b>Serviços</b>	Instituições de crédito, seguros e capitalização	4	23
	<b>Administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico</b>	24	14
	Transportes e comunicações	15	16
	<b>Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção</b>	114	25
	Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4	2
	<b>Ensino</b>	44	41
<b>Total</b>		<b>205</b>	<b>110</b>

Dados: MTE/ISPER (2011).

Neste setor, os segmentos (sub-setores) de maior destaque, por ordem de importância, são três: serviços de alojamento, ensino e administração de imóveis. Destes sub-setores, os serviços educacionais são os que mais geram empregos formais (41) por meio de seus estabelecimentos (44). Os serviços de alojamento (hotelaria), apesar de terem um maior número de estabelecimentos (114), os empregos formais neles gerados são poucos (25). De forma geral,

<sup>76</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os grupamentos e subgrupos que caracterizam as principais ocupações dos trabalhadores agrícolas são as seguintes: produtores na exploração agropecuária; trabalhadores na exploração agropecuária; pescadores, caçadores e extrativistas florestais; trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2009/notatecnica.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

os serviços no município são responsáveis pela criação de 110 empregos formais, por meio de seus 205 estabelecimentos, representando, portanto, 75,15% do PIB.

O setor da indústria, por sua vez, ocupa o segundo lugar no *ranking* de composição do PIB, com 14,5% de participação. Nesse setor, o segmento mais expressivo é o da indústria de alimentos, conforme destacados nos dados da **Tabela 10**, a seguir.

**Tabela 10.** Perfil do setor da indústria de Altos, Piauí.

Setor	Sub-setor	Nº de estabelecimentos	Empregos formais
<b>Indústria de transformação</b>	Indústria metalúrgica	3	0
	Indústria de produtos minerais não metálicos	3	25
	Indústria mecânica	1	0
	Indústria da madeira e do mobiliário	4	4
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2	0
	Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	5	2
	Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários	2	0
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	3	6
	<b>Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico</b>	<b>17</b>	<b>117</b>
	<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>154</b>

Dados: MTE/ISPER (2011).

Dentre estas indústrias de transformação há duas ligadas a atividades de beneficiamento de castanha de caju, sobre as quais gostaria de chamar a atenção: a Eurocaju<sup>77</sup>, pertencente a um grupo empresarial de Teresina, e a Mini-fábrica de castanha-de-caju, pertencente a Cooapp, como mostra a figura a seguir, através do Projeto da FBB de reestruturação da cadeia do caju, como já informamos alhures.

Atualmente (situação de 2012), a Cooapp passou por uma reforma em sua infraestrutura para se adequar ao modelo de reestruturação da cadeia do caju, especialmente para atender a fabricação de cajuína, que, aos poucos, vem substituindo o beneficiamento de castanha de caju,

<sup>77</sup> A Eurocaju pertence ao Grupo Empresarial Arrey. Sediado em Teresina, o Grupo Arrey iniciou suas atividades através da Empresa Europa Investimentos Ltda., proprietária do Hotel Fórmula Flat e sócia majoritária do Hotel Executive Flat Rio Poty, ambos em Teresina-PI. A Europa Investimentos Ltda., comandada pelo empresário e cônsul Espanhol no Estado do Piauí Manuel Arrey Oliver, com recursos adquiridos através de atividades nas áreas de construção civil, imobiliária e hoteleira, fundou junto com Josep Arrey Montmay as empresas Distribuidora Don Manuel Ltda. e Euroalimentos Ltda., fortalecendo ainda mais a atuação do Grupo Arrey no Piauí. Disponível em: <<http://www.grupoarrey.com.br/grupo-arrey>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

e tem se tornado uma das principais fontes de renda para os agricultores-cajucultores sócios, que se utilizam dos equipamentos da fábrica para a produção de cajuína, em quantidade proporcionalmente em conformidade com as necessidades de cada grupo familiar, como o tamanho desta, por exemplo.

Para os sócios da Cooapp, o beneficiamento da castanha de caju, desde há muito, deixou de apresentar interesse seja pelo custo do beneficiamento, seja pela má qualidade de matéria-prima, que é a castanha de caju. Segundo informação de Ribamar, consultor do Sebrae, um dos parceiros da *intelligentsia* da FBB:

*“a castanha, por não apresentar uniformidade quanto ao tamanho, torna-se inadequada para ser processada adequadamente pelos equipamentos com redução mínima de perdas e, além disso, a castanha é caracteristicamente pequena e furada, o que torna a atividade pouco competitiva e de alto custo para eles.”* (Seu Ribamar, 58 anos).

**Figura 09.** Perfil da castanha de caju do universo pesquisado.



**Figura10.** Máquina de corte manual de castanha de caju.



Convivi com dezenas de agricultores-cajucultores e pude constatar que, de fato, suas castanhas são como as que mostram a lâmina acima: não são uniformes quanto ao tamanho e nem quanto à coloração, de modo que, para serem processadas, é necessário que sejam selecionadas manualmente como está fazendo o Seu Gil. Esta tarefa de seleção manual consiste em um item a mais no processo de beneficiamento, elevando seu custo.

Na verdade, os equipamentos é que são inadequados para o tratamento da castanha produzida pelas condições familiares dos agricultores-cajucultores. Todavia, para Ribamar, o problema concentra-se na matéria-prima:

*“a cajucultura nordestina vem atravessando um período crítico, motivado pelos constantes decréscimos de produtividade causado pelo modelo exploratório extrativista, tipo reflorestamento. A heterogeneidade dos plantios comerciais existentes e a não adoção de uma tecnologia agrônômica orientadora mínima vêm comprometendo todo o processo de produção, com produtividade muito baixa, em torno de 220 kg/ha. Com o advento do cajueiro anão-precoce e da irrigação localizada, esta realidade começa a mudar. Com os pomares recebendo tratamento, é possível obter produtividade superior a 3.000 kg de castanha por hectare, dado a moderna fruticultura, possibilitando o aproveitamento de até 50% do caju de mesa (pedúnculo para consumo in natura), cujo mercado está se consolidando na Região Sudeste do país.”*

Contudo, os problemas da fábrica, conforme veremos mais adiante, não foram resolvidos com a sua reestruturação para atender a produção de cajuína. Atualmente (situação de 2012), boa parte dos problemas enfrentados pelos agricultores-cajucultores se concentra na inadequação dos equipamentos, sendo indispensável as manobras de “reutilização táticas” para comprometer a qualidade do produto (cajuína).

Bem, voltando aos dados da **Tabela 10**, a indústria, por meio de seu sub-setor “produtos alimentícios”, é responsável pela geração de 154 empregos formais no município e, junto a outros sub-setores, representa 14,4% do PIB.

A agropecuária, diferentemente dos outros dois setores descritos acima, é o setor da economia que menos cresce no município de Altos e, conseqüentemente, o que menos emprega. Para termos uma ideia melhor do perfil da agropecuária de Altos e de sua baixa participação na composição do PIB, partiremos, então, para alguns dados sobre empregos formais existentes no município, através da **Tabela 11**.



**Tabela 11.** Número de empregos formais em Altos segundo os setores da economia (2011).

<b>Setor</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Indústria de transformação	99	66	154
Serviços industriais de utilidade pública	11	11	22
Construção civil	231	7	238
Comércio	297	194	491
Serviços	59	51	110
Administração pública	299	780	1.079
<b>Agropecuária</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>39</b>
<b>Total</b>	<b>1.032</b>	<b>1.112</b>	<b>2.134</b>

Dados: ISPER/MTE/RAIS (2011).

Conforme os dados, a baixa participação da agropecuária em relação à indústria e aos serviços é notória. O setor da indústria ultrapassa em 30% o setor da agropecuária e, com exceção dos “serviços industriais de utilidade pública”, a agropecuária é a que menos emprega: 39 empregos formais. Por outro lado, a “administração pública”, o “comércio” e a “construção civil” são os setores da economia que mais empregam no município.

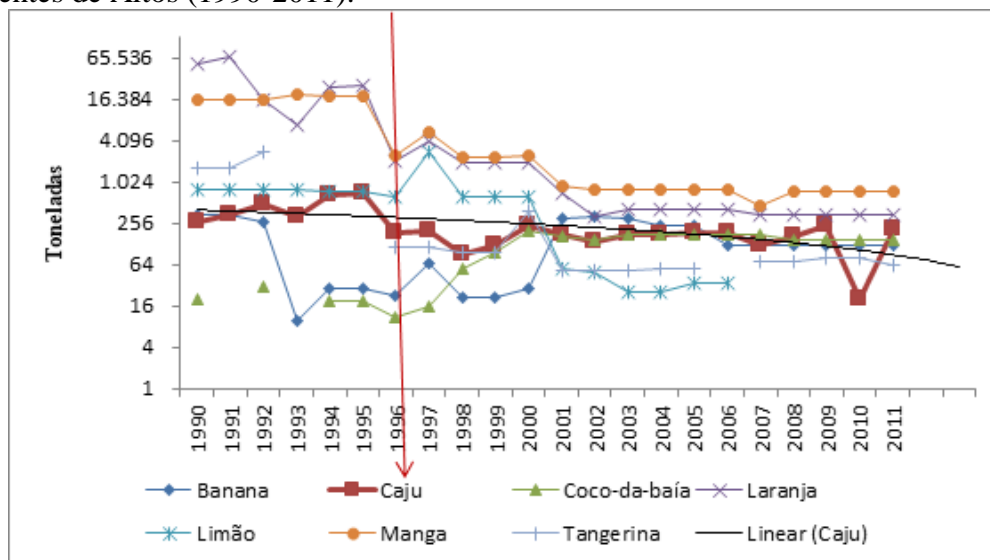
De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a flutuação de empregos formais, de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, em relação ao setor da agropecuária são os seguintes: 107 admissões e 110 demissões, restando um saldo positivo de apenas quatro empregos. Entretanto, as principais ocupações em que houve demissões foram na avicultura de corte e na avicultura de postura. De forma geral, se considerarmos os dados postos em análise, podemos concluir que a agropecuária possui uma inexpressiva participação na geração de emprego e renda no município; porém, esta não é uma realidade restrita a este município.

Como informam Schneider e Navarro (1998), um relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 1996, destaca que, mesmo nas regiões consideradas “essencialmente rurais”, os setores não-agrícolas, especialmente o setor de serviços, são os que oferecem as maiores possibilidades de emprego no meio rural, ao passo em que o emprego agrícola está em declínio.

A situação da agricultura em Altos revela, portanto, não apenas a sua baixa participação na composição do PIB, como também a presença de uma “crise agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 11) expressa pela constante diminuição da quantidade produzida (ton) de suas culturas permanentes e temporárias ao longo desses últimos 21 anos (1990-2011). Através dos

dados do **Gráfico 05**, a seguir, é possível visualizar com mais clareza o nível desta crise, que atua sobre as principais culturas permanentes cultivadas, inclusive sobre o caju.

**Gráfico 05.** Evolução da tendência da quantidade produtiva (ton) das principais culturas permanentes de Altos (1990-2011).



Dados: IBGE/PAM, 1990-2011).

Ao longo desse período, conforme mostra o gráfico, as culturas permanentes tradicionalmente cultivadas no município vêm declinando a quantidade produzida (ton) e, em consequência disso, os preços se alteram alcançando níveis de alta jamais vistos na história agrícola municipal. O urucum, a goiaba, o maracujá e o mamão não constam no gráfico porque seus valores são, realmente, insignificantes. A manga<sup>78</sup> (e a laranja também), apesar de constar no gráfico como uma das cinco culturas permanentes mais importantes na produção agrícola do município, sua decadência produtiva também é notória.

Através de dados do IBGE/PAM referentes ao período de 1990-2011 pode-se verificar, em relação à manga, que, enquanto em 1990 registrou-se uma produção de 15.975 ton, em 2011 a produção foi de 730 ton, ou seja, houve uma queda na produção na ordem de - 91% ao longo desse período. Vale salientar que a produção dessa cultura ocorre em pequenas propriedades,

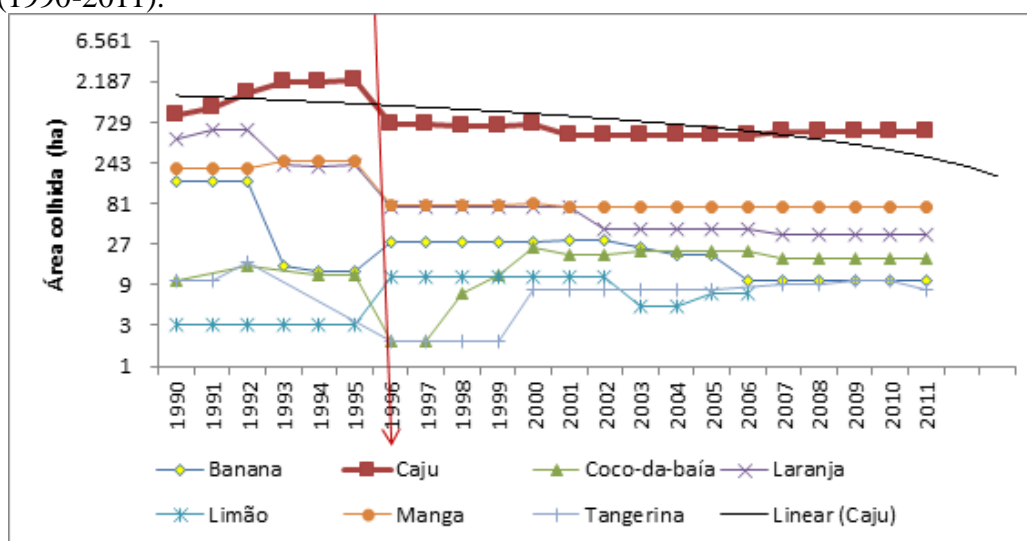
<sup>78</sup> A manga, em Altos, está a cada dia desaparecendo. Em função disso, em 2003, a Câmara dos Vereadores do município criou e aprovou a Lei nº 088/2003 de preservação dos pés de mangas na cidade. Fica proibido, de acordo com esta lei, o corte discriminatório das *Anacardiáceas* (mangueira) no município, e o seu corte na zona urbana para fins de construção só será permitido por autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Matéria disponível em: <<http://altos.pi.gov.br/?p=1432>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

especialmente em Quintais rurais e urbanos. Devido ao crescimento do setor urbano, por meio da construção civil (um dos setores que mais emprega no município), a mangueira tem sido profundamente afetada para dar lugar a novas residências criadas com apoio do Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar da lei que proíbe o corte discriminatório, este vem se justificando desde que a lei foi criada, brotando concreto ao invés de manga.

A tangerina, por sua vez, em 1990 registrou uma produção de 1.600 ton, e em 2011 a produção foi de 64 ton, apresentando uma queda na produção de - 96% no período analisado. Em 1990, a produção do limão foi de 730 ton, e em 2011 não houve registro de produção, sendo de 100% a sua redução produtiva. A banana, por sua vez, apresentou uma produção de 333 ton em 1990, e de 120 ton em 2011, registrando uma queda de - 64% na quantidade produzida.

Dentre as culturas permanentes e os seus valores apresentados acima, o caju, embora ocupe um lugar de destaque em relação a estas culturas, sua linha de tendência de previsão linear demonstra que ele está seguindo o mesmo caminho declinante das demais culturas, em relação a variável quantidade produzida (ton) ao longo do período considerado. Em 1990, a sua produção foi de 270 ton, e de 208 ton em 2011, revelando uma queda de - 23% de sua produção. Tal fato fica mais evidente quando passamos a visualizar os dados referentes a área colhida (ha), não apenas do caju, como também das demais culturas permanentes cultivadas.

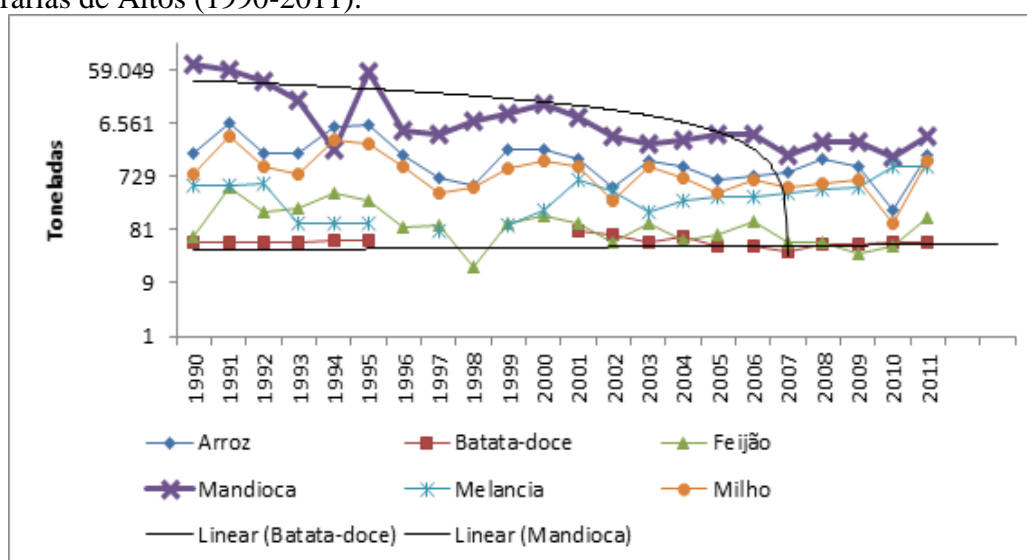
**Gráfico 05.** Evolução da tendência da área colhida (ha) das principais culturas permanentes de Altos (1990-2011).



Dados: IBGE/PAM, 1990-2011).

Conforme se pode constatar nos dois últimos gráficos, todas as culturas (representadas pela seta em **vermelho**) apresentam queda tanto em relação a área colhida (ha), quanto em relação a quantidade produzida (ton), principalmente no ano de 1996, marcado por uma seca severa. No entanto, apesar de chuvas regulares terem ocorrido em alguns dos anos seguintes, isso não serviu para alterar o quadro declinante da crise agrícola, que caracteriza a produção das principais culturas permanentes de Altos. A situação das culturas temporárias não é diferente, como se pode conferir no **Gráfico 07** abaixo.

**Gráfico 06.** Evolução da tendência da quantidade produtiva (ton) das principais culturas temporárias de Altos (1990-2011).



Dados: IBGE/PAM, 1990-2011).

Entre as principais culturas tradicionalmente cultivadas no município, responsáveis por levar alimento à mesa do agricultor-cajucultor, nota-se, ao longo do período em análise, que a quantidade produzida (ton) tem, sistematicamente, sofrido queda. A batata doce, por exemplo, passou um intervalo de cinco anos sem registro de produção, e nos anos seguintes não houve aumento algum na quantidade produzida (ton), conforme mostra sua linha de tendência de previsão linear, isto é, a cultura estagnou no tempo.

O feijão, além de ser a segunda cultura temporária que menos produz (em 2010 e 2011 registra-se um reclame dos preços altos do feijão, chegando a custar R\$7,00/kg), teve sua produção permanecendo inalterada ao longo do período analisado. O milho, por sua vez, sofreu algumas alterações em sua produção, mas só alcançou resultado positivo entre 2010 e 2011.

O arroz, principal ingrediente da culinária do município, também sofreu com registros visíveis de decadência produtiva, consoante se pode constatar em sua série produtiva ao longo do período. O registro de um agricultor-cajucultor nos ajuda a compreender o significado que essa queda teve para eles:

*“moço, a pior vergonha pra um agricultor, do homem que vive da roça é ter que comprar arroz... quando as outras lavouras ficam fracas nós se vale do arroz e acaba vendendo ele pra poder trazer outras coisas pra casa, mas lá na frente nós têm de comprar ele de volta; às vezes, o preço sobe e a gente fica sujeito a comprar de todo jeito mesmo, porque sem arroz nós não têm força pra trabalhar, não.”* (Seu José, 60 anos).

Entre as principais culturas temporárias, a mandioca destaca-se como de alto valor comercial; contudo, até mesmo essa cultura está sistematicamente perdendo sua produtividade. Em 1990, por exemplo, registrou-se uma produção de 74.880 ton de mandioca, mas a partir de 1996, conforme a linha de tendência de previsão linear, sua produção caiu para 4.793 ton, ou seja, houve uma queda de - 94%. Com relação ao cultivo da mandioca, assim se expressa o Seu José:

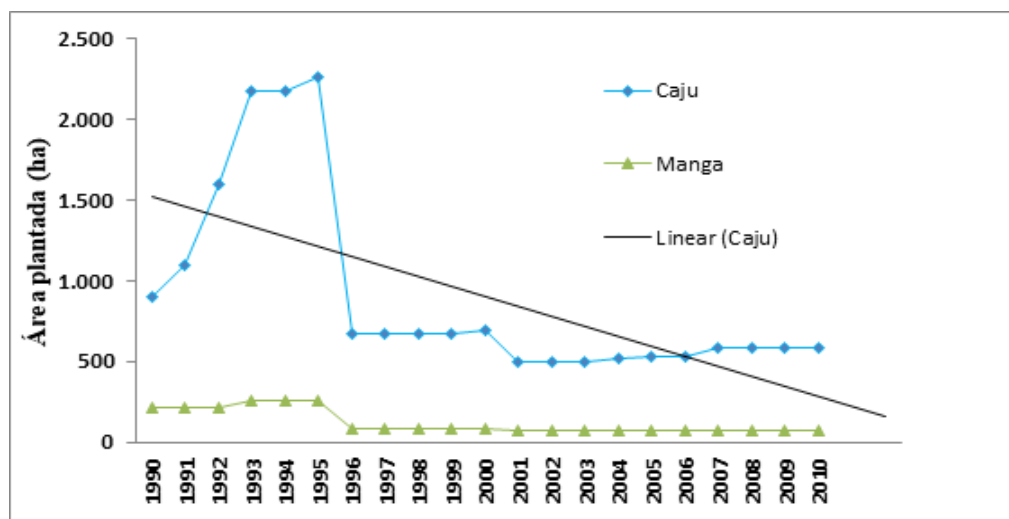
*“na época da fartura da mandioca já vi por aqui muitos marcar no chão o risco da parede de uma casa com mandioca. Ninguém dava valor, tinha mandioca demais. Mas hoje, um quilo de farinha é 5 reais. Ninguém tem mais mandioca como antigamente. Os que têm vende caro, caro não, vende pelo preço que deve ser mesmo. Mas muitos não plantam mais mandioca e têm que comprar farinha cara no mercado. O produtor, do jeito que tão as coisas, vai deixar de produzir, aí eu quero tá vivo pra ver como é que vai ser.”* (Seu José, 60 anos).

De acordo com o depoimento de Seu José sobre o arroz e a mandioca, vê-se claramente o quanto a crise agrícola destas culturas está causando impacto sobre a vida dos agricultores-cajucultores no município. Por um lado, o arroz e a mandioca assumem, neste contexto, um “valor de troca”, uma “reserva de valor” que pode ser acionada em momentos de crises, seja esta movida pela má estação de chuvas, seja pelo aumento de preços ocasionado pela pouca oferta destas culturas no mercado. O fato mais recorrente, portanto, é que a pouca oferta destas culturas é oriunda da sistemática perda de área plantada (ha) que tem a ver, também, com o interesse do agricultor-cajucultor em optar ou não pelo plantio delas.

Por outro lado, a presença destas culturas, em função de seu “valor de troca”, permite a aquisição por parte dos agricultores-cajucultores de outros gêneros alimentícios no mercado, tais como arroz, feijão, café, carne (o que eles chamam de mistura), etc. Recorrer ao mercado em busca de aquisição de bens de consumo é algo que os agricultores-cajucultores tendem evitar, pois conforme afirma o Seu Arimatéia (59 anos): “*nós têm que fazer de tudo pra evitar fazer compra (gastar dinheiro) e ter na propriedade objetos que dê resultado a nós. A gente trabalha pra não precisar*”.

Além do arroz e da mandioca que possuem um considerável “valor de troca”, dependendo das características do ano agrícola, podendo ser um ou o outro, ou mesmo os dois juntos, o caju é, entre as culturas permanentes, o que possui maior “valor de troca”, seguido da manga. Neste contexto, qual é a importância do caju para os agricultores-cajucultores familiares? Assim, antes de situarmos melhor a sua importância como cultura de “reserva de valor”, vejamos, a seguir, o **Gráfico 08** cujos dados mostram as condições do parque cajucola de Altos, levando em consideração que nestes dados não constam aqueles relativos aos Quintais, uma vez que o IBGE descarta os Quintais residenciais como unidades recenseáveis, conforme já aludimos.

**Gráfico 07.** Evolução da área plantada do caju e da manga de Altos, Piauí.

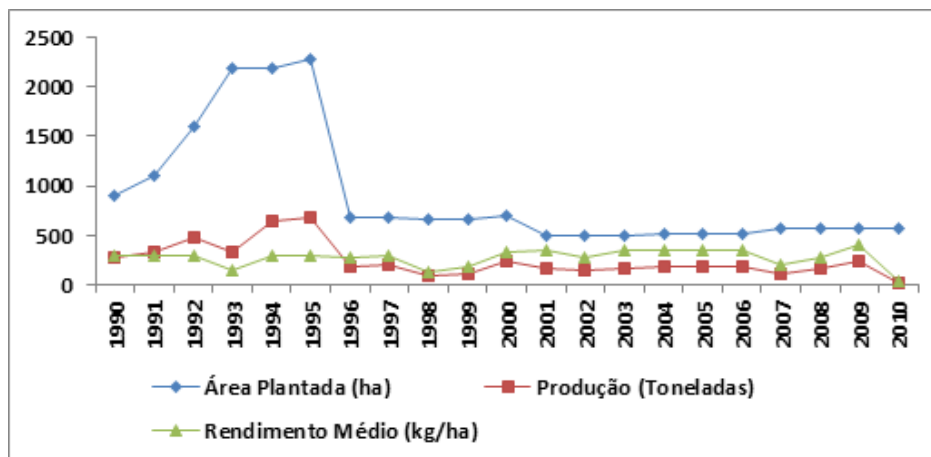


Dados: IBGE/PAM, 1990-2010.

Vimos que, no **Gráfico 08**, acima, o caju apresenta o melhor perfil de área colhida entre as demais culturas permanentes cultivadas no município. Entretanto, sua linha de tendência de previsão linear demonstra claramente uma crise agrícola expressa em seu declínio em relação

à área plantada (ha), seguida da manga. Desde 1996 nota-se que a sua área plantada vem diminuindo sistematicamente e, conseqüentemente, a sua produção (ton), bem como o seu rendimento médio produtivo (kg/ha), conforme mostram os dados do **Gráfico 09**.

**Gráfico 08.** Área plantada, produção e rendimento médio produtivo do caju em Altos, Piauí.



Dados: IBGE/PAM, 1990-2010.

Em 1990, a área plantada de caju era de 900 ha e, em 2010, caiu para 580 há, registrando uma queda de - 35%. Com relação a quantidade produzida, em 1990 era de 270 ton, e passou para 20 ton em 2010, gerando uma queda da produção na ordem de - 93%. Agora, em relação ao rendimento produtivo, em 1990 era de 300 kg/ha, e de 30 kg/ha em 2010, ocasionando, também, uma queda de - 90%, algo próximo dos 100%.

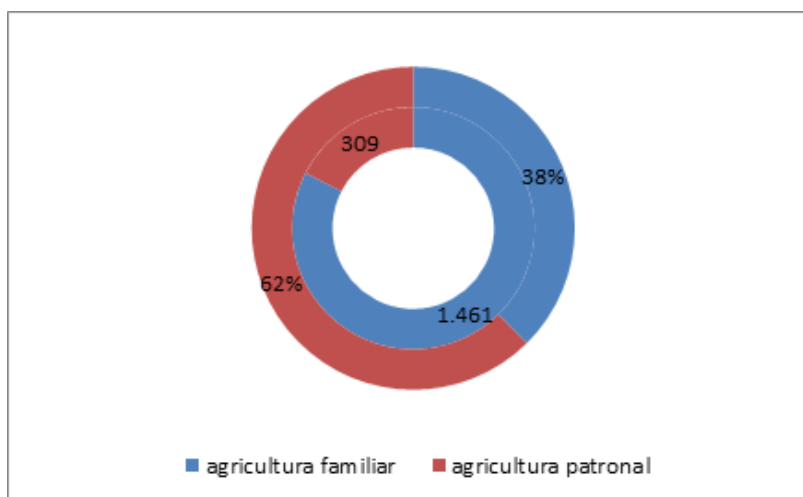
Além do caju e da manga, que mais claramente cumprem o papel de “reserva de valor” no quadro das culturas permanentes em Altos, é importante salientar que a criação de pequenos animais, tais como porcos, ovelhas, galinhas, capotes e patos, também são importantes para o agricultor-cajucultor e se oferecem ao mesmo tanto para o autoconsumo, como também para o mercado, especialmente depois da estação chuvosa, quando os animais, sobretudo os de médio porte, terão adquirido peso ideal de mercado.

Sendo assim, como já vimos nos gráficos e nas tabelas acima, dados suficientes que traduzem a magra performance da agropecuária no cenário econômico do município, levando em consideração tanto a sua participação no PIB como a sua baixa capacidade de gerar trabalho formal, é necessário, todavia, atentarmos para o fato de que esta realidade é apenas um dos lados da moeda.

Ela não diz respeito à realidade da agricultura familiar de Altos, pois a quantidade de postos de empregos formais (39) é gerada por empresas agrícolas existentes no município, ou a elas ligadas direta ou indiretamente, perfazendo um total de 36 estabelecimentos (empresas), sendo as mais expressivas as que lidam com “avicultura de corte” (15 estabelecimentos) e “avicultura de postura” (16 estabelecimentos), e, juntas, representam 86% das empresas que operam no setor da agropecuária no município.

Portanto, a capacidade da chamada “agricultura patronal” em gerar empregos é consideravelmente inferior à “agricultura familiar”, mesmo quando inserida num contexto de crise agrícola, como é o caso da agricultura (culturas temporárias e permanentes) de Altos. Além disso, como se pode conferir no gráfico a seguir, apesar de o número de estabelecimentos agrícolas da agricultura patronal ser de apenas 309, ocupa uma área de 30.126 ha, ou seja, 62% em relação a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas familiares, que é de 18.160 há (38% apenas da área ocupada), mas em compensação apresenta 1.461 estabelecimentos agrícolas, isso é, 21% a mais do que os estabelecimentos agrícolas patronais.

**Gráfico 9.** Estabelecimentos e área da agricultura familiar e patronal de Altos, Piauí.



Dados: IBGE/Censo Agropecuário (2006).

Considerando que Altos possui, aproximadamente, 95.765 ha (957,655 km<sup>2</sup>), os estabelecimentos agrícolas patronais ocupam 31% das terras do município, fato para o qual já tinha chamado a atenção no Capítulo 1, quando mencionei sobre os elementos de concentração fundiária a partir dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas.



Se essa é, portanto, a realidade dos empregos formais gerados pela “agricultura patronal” ligada ao setor da agropecuária de Altos, qual será, então, a importância da cajucultura, sobretudo, no contexto que caracteriza a produção familiar?

Segundo a Embrapa Agroindústria Tropical, a importância social do caju, no Brasil, pode ser traduzida

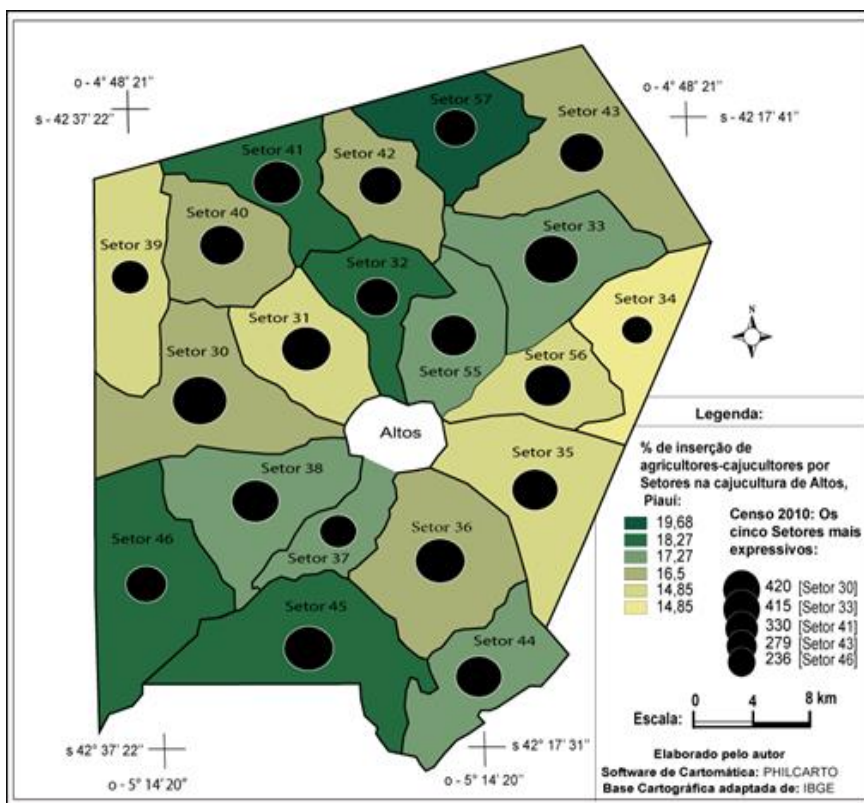
pelo número de empregos diretos que gera, dos quais 35 mil no campo e 15 mil na indústria, além de 250 mil empregos indiretos nos dois segmentos. Para o Semiárido nordestino, a importância é ainda maior, pois os empregos do campo são gerados na entressafra das culturas tradicionais como milho, feijão e algodão, reduzindo, assim, o êxodo rural. Além do aspecto econômico, os produtos derivados do caju apresentam elevada importância alimentar. O caju contém cerca de 156 mg a 38 mg de vitamina C, 14,70 mg de cálcio, 32,55 mg de fósforo e 0,575 mg de ferro por 100 ml de suco.<sup>79</sup>

Conforme vimos no Capítulo 1, por meio dos dados da **Figura 08**, que descreve sobre a “área de caju ocupada pelos Quintais, Sítios e Fazendas por Setores (Censitários) em Altos”, a atividade da cajucultura é responsável por ocupar, só nos Quintais, 610 agricultores-cajucultores e, considerando que atividade é baseada na organização do tipo familiar, então, ela envolve duas pessoas, no mínimo, dependendo do tamanho e das necessidades do grupo familiar, num período de três a quatro meses de trabalho ininterrupto, que é o período de frutificação do ciclo produtivo normal do caju nesse município.

---

79

**Figura 11.** % de ocupação com a cajucultura de Altos, segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012) e Censo Demográfico (2010).

Assim, apenas nos Quintais a atividade com a cajucultura envolve cerca de 1.200 pessoas no campo, entre homens, mulheres e jovens; nos Sítios (considerando 358 Sítios levantados pela pesquisa), a cajucultura envolve mais de 700 pessoas, e 80 nas Fazendas, perfazendo um total de 1.980 agricultores-cajucultores. Estes valores representam 34% da população formada por homens entre 18 a 64 anos de idade, cuja ocupação por Setor apresenta uma variação de 14,85% a 19,68%, conforme mostram os dados da figura acima. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, em Altos o grupo de área que mais ocupa é o que possui até 50 ha, cujos estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar são responsáveis por 118 ocupações contra 25 dos estabelecimentos agropecuários não familiares em atividades com lavouras permanentes.

É neste contexto, portanto, que o cultivo do caju (cajucultura), mesmo apresentando problemas de diminuição de área plantada (ha), problemas de queda de produção (ton) e do rendimento médio produtivo (kg/ha), conforme vimos no **Gráfico 09** um pouco acima, tem se

sobressaído em relação às demais culturas permanentes, possibilitando a geração não apenas de ocupação remunerada (trabalho), mas de formação de renda monetária por possuir um “valor de troca” que é superior ao obtido pela manga e outras culturas frutíferas cultivadas no município. A renda monetária é oriunda, especialmente, da venda *in natura* da castanha de caju e do aproveitamento do pedúnculo para a fabricação da cajuína, sendo esta, portanto, uma das importâncias do caju para os agricultores-cajucultores familiares de Altos, conforme se verá a partir do Capítulo 3.

Em síntese, a pesar dos problemas encontrados na agricultura, por meio das culturas permanentes e temporárias analisadas, elas cumprem, neste contexto (como igualmente a pecuária, por meio da criação de pequenos animais), um papel significativo não apenas para o consumo do agricultor-cajucultor, mas também e, especialmente, para subsidiar a própria cajucultura, uma vez que o agricultor-cajucultor resiste em se capitalizar a partir de propostas de crédito oferecidas pelos agentes financeiros, como o Banco do Brasil (BB) (principalmente) ou por meio de suas subsidiárias, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O depoimento de Seu Domingos é revelador quando o tema é crédito oferecido pelo governo para financiar a cajucultura:

*“nós têm que começar a coisa de pouco... aí, se nós vê que tá dando certo, nós avança mais um pouco e assim por diante. Tomar dinheiro emprestado do governo é só dor de cabeça mais tarde... prefiro crescer com o que tenho, sem contar com dinheiro de governo... se der certo tá bom, mas se não der certo, vou dormir de todo jeito porque não devo a ninguém... se eu tiver de crescer, vai ser de acordo com o meu tamanho, não é? Todo mundo tem um tamanho, não é? Então, vou seguir o meu tamanho.”* (Seu Domingos, 45 anos).

Veremos no Capítulo 3, a seguir, que esta resistência não ocorre apenas em relação à obtenção de crédito, mas também em atividades gerais relativas à cadeia do caju, como a incorporação de um conjunto de práticas modernas que envolvem o cultivo desta cultura. Começaremos pelos Quintais.

## CAPÍTULO III – A Cajucultura nos Quintais

### 3.1. A natureza das relações produtivas e organizacionais

O Quintal nasce pela edificação da casa; antes desta, o que existe é apenas um terreno, uma pequena porção de terra. Sendo assim, não é o Quintal que dimensiona a área da casa, mas o contrário: é a casa que o cria, dimensionando-o e posicionando-o em relação aos demais espaços do terreno. É pela expansão da família, que ocorre pelo casamento, que o Quintal passa a ter sentido. As regras de residência entre os jovens casados variam entre a patrilocalidade e a matrilocidade. O que vai decidir o emprego de uma dessas regras é o lado da família em que a condição econômica estiver mais favorável para o novo casal: se por parte dos pais do moço, ou se por parte dos pais da moça. Por condição econômica favorável entende-se a disponibilidade de área livre para a construção da casa (e de um “*Quintal novo*”, como veremos mais adiante), sem que haja a necessidade de comprometer a “rotina agrícola do Quintal” (ou seja, as culturas e os respectivos espaços a elas destinados), com a derrubada de algumas árvores ou a utilização de uma área, que antes estava sendo ocupada por algum tipo de “lavoura comercial” (a manga, por exemplo) ou de “lavoura para o gasto”<sup>80</sup>. É muito comum casarem-se ainda muito jovens, pois os pais não obstaculizam, preferindo que os filhos sigam o caminho do trabalho e da família, “aprendendo cedo a virar gente”, conforme dizem.

Em muitos casos, quando as condições das famílias do jovem casal são simétricas, isto é, quando a área de terra que possuem apresenta o nível idêntico de precariedade ou de disponibilidade para ambas, a transformação da rotina agrícola será realmente recorrente e inevitável<sup>81</sup>. Essa transformação só se justifica, portanto, no contexto de duas principais circunstâncias: seja pelas necessidades criadas pelo casamento, através das quais o grupo se reproduz socialmente, seja pela decisão em formar um pomar de caju como estratégia de formação de “rentabilidade necessária” – sobre a qual falarei um pouco mais adiante – em

---

<sup>80</sup> Os termos “lavoura comercial” e “lavoura para o gasto” foram amplamente empregados por Garcia Júnior (1989, p. 116) no intuito de expressar como a lógica do cálculo camponês opera as distinções entre “lavouras para o mercado” e “lavouras para o consumo”. É nesse sentido que compreendemos o caju, como “lavoura comercial” em distinção as outras “lavouras para o gasto”.

<sup>81</sup> Nos últimos dois anos, com o auxílio da política pública Minha Casa, Minha Viva do Governo Federal, as casas estão sendo construídas nos quintais através do processo de mutirão.

função da qual o grupo encontra meios objetivos adequados para se reproduzir, como também para redefinir o próprio sistema organizativo do Quintal. Essas duas dimensões, a social e a econômica, estão sempre presentes nas decisões do grupo em vários momentos de suas atividades, inclusive de forma consciente e objetiva.

Quando decidem “plantar o caju”, como dizem, é porque sabem que essa planta, mais do que qualquer outra cultura permanente que conhecem, é a que melhor se adequa à relação que eles mesmos estabelecem entre a área do Quintal – que será destinada ao cultivo – e a rentabilidade (eles não falam em produtividade, mas sim em “*botar muito*” e “*botar pouco*”) esperada em um ano agrícola, não apenas do caju, como igualmente de outras culturas cultivadas e, inclusive, da pecuária e de atividades não agrícolas comuns às práticas dos agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Quintais. Ora, como compreender a escolha pelo cultivo do caju? Será unicamente pela lógica da rentabilidade monetária, conforme prescreve o modelo de reestruturação da cadeia do caju?

Ao estudar as estratégias de reprodução camponesa e transformação social na *plantation* açucareira em cidades da Paraíba, Garcia Júnior (1989) chama atenção não apenas para o fato de que não são as lavouras que proporcionam maior rentabilidade monetária, de melhor preço, como não é este o fator que explica como certos cultivos são incorporados, reproduzidos ou rejeitados por parte das famílias camponesas, uma vez que a escolha das culturas para o cultivo, segundo Garcia Júnior (1989, p. 115-116), “não está submetida nem à busca da maior produtividade valor por hectare, nem à busca da maior produtividade valor por trabalhador”. Isso significa que os parâmetros de escolha não repousam nessas especificidades técnicas, mas repousam numa singularidade do modo de vida camponês que se expressa, e ao mesmo tempo, o caracteriza como “unidade de consumo e unidade de produção”, tal como concebe Chayanov (1974). Essa singularidade é responsável pela reprodução sociocultural do grupo, e isso implica, na perspectiva de Garcia Júnior (1989, p. 116), em “efeitos específicos” que recaem sobre as escolhas dos “grupos domésticos” na busca de seu auto sustento, guiado pelo binômio produção/consumo.

É que mesmo no cálculo da composição da produção, o fato de o grupo doméstico ter de proporcionar o necessário ao seu consumo através do produto do seu trabalho, seja diretamente, seja pela venda de produção e aquisição posterior dos bens que não produz.

Além dessa singularidade, que caracteriza a vida econômica camponesa, o autor destaca outro aspecto igualmente importante que expressa o modo de como o camponês lida com as questões ligadas às escolhas pelos tipos de cultivos e rentabilidade, assim como a sua relação com o mercado, a que ele chama de “sensibilidade à flutuação dos preços de mercado”:

não há falta de sensibilidade à flutuação dos preços de mercado: apenas a incidência desta flutuação não tem o mesmo efeito que no caso de empresas capitalistas, sendo “ponderada” pelo fato de que o grupo doméstico camponês é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 16-18).

A partir destas passagens, o que destaco como profícuo na análise de Garcia Júnior sobre a lógica da economia camponesa em área de *plantation* açucareira, e que é importante para a nossa pesquisa quanto à elucidação da lógica que ancora a escolha pelo caju e a busca de rentabilidade monetária o seguinte: apesar de chamar a atenção para duas categorias econômicas, notadamente produção e consumo, sua análise está longe de ater-se exclusivamente à teoria do *homo economicus* para explicar a natureza da economia camponesa; todavia, em consequência, através da citação acima é possível constatar sua preocupação em destacar que a compreensão da natureza da economia camponesa não seria satisfatória se não levasse em consideração a “sensibilidade do camponês diante dos preços de mercado”, sendo este, portanto, um dos componentes da lógica de produção camponesa.

Ou seja, agarrar-se a “cultura tradicional” e dela extrair explicações como caminho único que conduz à compreensão da lógica da economia camponesa é cair no mesmo erro reducionista ao querer negar que o camponês não seja “sensível às flutuações dos preços do mercado”; pelo contrário, o camponês interage, sim, de forma objetiva e consciente com o mercado, o que o auxilia a redefinir suas estratégias de escolhas de cultivos e de sua “rentabilidade necessária” ao sustento dos grupos familiares.

Há um corte teórico significativo entre “rentabilidade esperada” e “rentabilidade necessária”, pois enquanto a primeira caracteriza as atividades de uma empresa capitalista, a segunda, por sua vez, diz respeito à lógica da economia camponesa, que, diferente de uma empresa capitalista, pondera a busca da “rentabilidade” as “necessidades” de manutenção da família. Podemos descrever esse aspecto que caracteriza a natureza da economia camponesa como sendo: a rentabilidade (R) deve ser maior/igual que as necessidades (N) de cada família,

muito embora sejam as necessidades que definam, *a priori*, o volume da rentabilidade a fim de alcançar o “equilíbrio entre produção e consumo”, como afirma Chayanov (1974):  $R \geq N$ .

No caso dos agricultores-cajucultores, a “rentabilidade necessária” está relacionada a muitos aspectos da “cultura tradicional”, sendo um deles o “ano bom” ou “ano ruim” de inverno, e não a “produtividade esperada” (ton/ha) em função de características agronômicas da planta. Em se tratando do caju, vale salientar que a “rentabilidade necessária” é sempre aquela que permite às famílias obterem algum tipo de rendimento monetário pela venda de alguns de seus produtos, especialmente castanhas frescas e, mais raramente, pela venda de cajuína.

## Boxe 02. Recomendações das principais podas no cajueiro.

### Poda de formação

Nos cajueiros provenientes de substituição de copa, deve-se ter o cuidado de eliminar, constantemente, as brotações emitidas do tronco decepado e conduzir somente os enxertos formados, de modo a se obter uma planta com copa equilibrada, castanha e pedúnculo uniformes e de alto potencial produtivo. Deve-se manter cada um dos enxertos com uma única haste, deixando-se a primeira ramificação a uma altura de cerca de 0,80 m da superfície do solo. Na condução das mudas adensadas deve-se eliminar os ramos emitidos próximo e abaixo da região da enxertia, de modo a se manter a planta com uma haste única, até uma altura de cerca de 0,50 m da superfície do solo. Os ramos emitidos a partir dessa altura deverão ser conduzidos com vistas a se obter um a planta com copa em formato de guarda-chuva.

### Poda de manutenção

Consiste na eliminação anual dos ramos emitidos próximo do solo e daqueles com crescimento lateral anormal. Os ramos de crescimento vertical e aqueles com tendência a inclinarem-se em demasia para o solo devem, também, ser eliminados juntamente com os galhos praguejados e secos. A poda de manutenção deve ser realizada no início do período das chuvas, a fim de que sejam facilitadas as operações de controle das ervas daninhas, principalmente no caso da mecanização, e reduzida a incidência de pragas e doenças. Como a produção do cajueiro é periférica e mais concentrada nos ramos formados nos 2/3 inferiores da planta, deve-se evitar a eliminação excessiva destes ramos, tendo em vista que quanto mais alta for a poda maior será a perda de produção do cajueiro. A poda drástica diminui, também, o sombreamento da área sob a copa, elevando o potencial de crescimento das plantas daninhas e aumentando, conseqüentemente, o custo de manutenção da cultura.

Fonte: Oliveira (2007).

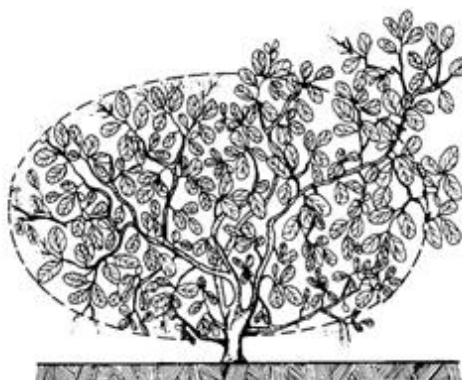
A “rentabilidade necessária”, portanto, terá que ser realmente compensatória, já que ocupará boa parte da superfície do Quintal por um período de, no mínimo, 20 anos, pois este é o período do ciclo produtivo da planta após o que se espera que se inicie um novo pomar de caju para não comprometer o ciclo reprodutivo do Quintal, uma vez que esta cultura começará a diminuir sua produtividade (kg/ha); contudo, raramente o pomar é renovado (erradicado) por um novo plantio, quando atinge aquela idade. Além disso, como os “cuidados com o caju” (tratos culturais) não são realizados conforme o padrão técnico, isso provoca diminuição da produtividade (kg/ha) e, conseqüentemente, põe em cheque aquela relação entre área do Quintal

ocupada pelo caju e a própria “rentabilidade necessária”, posta nos termos do equilíbrio entre produção (trabalho) e consumo.

As recomendações dos tratos culturais com o cajueiro, conforme o **Boxe 02**, constituem uma das maiores dificuldades da inserção da lógica produtivista no seio da produção familiar-camponesa, que pode ser vista pelo seguinte depoimento de um informante: “*moço, como é que eu vou cortar os galho do caju se é através deles que o cajueiro bota? Quanto mais galhos eu cortar, menos o caju bota... isso tá claro... eu e todo mundo daqui cuida do caju assim: nós tira os galho seco e deixa os galho bom*”.

Nem a “renovação do pomar”, nem tão pouco as “podas de formação” são praticadas em sua generalidade pelos agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Quintais. Apenas a “poda de limpeza” é realizada parcialmente, conforme demonstraremos na figura abaixo.

**Figura 9.** Exemplo de poda de formação do cajueiro.



Fonte: Barros (1993).

Esta é a forma “correta” de se realizar a poda de formação no caju que, diante dela, Luciano, como vimos acima, se questiona: “*moço, como é que eu vou cortar os galho do caju se é através deles que o cajueiro bota?*”

O ciclo reprodutivo do Quintal ocorre através de um movimento constante entre duas dimensões: o ciclo da natureza e o ciclo de reprodução social do grupo; essas duas dimensões possuem movimentos que lhes são inerentes, por isso, nem sempre o ciclo da natureza coincide com o ciclo reprodutivo do grupo, e nem o deste coincide com o daquele. Entretanto, são sempre os fatores incidentes no segundo ciclo que estão na condição de afetar e de transformar o ciclo da natureza (BOSERUP, 1970), embora seja por este de alguma maneira também afetado (pelas condições climáticas, por exemplo). O ciclo produtivo do caju é o maior (20 a 25 anos) que

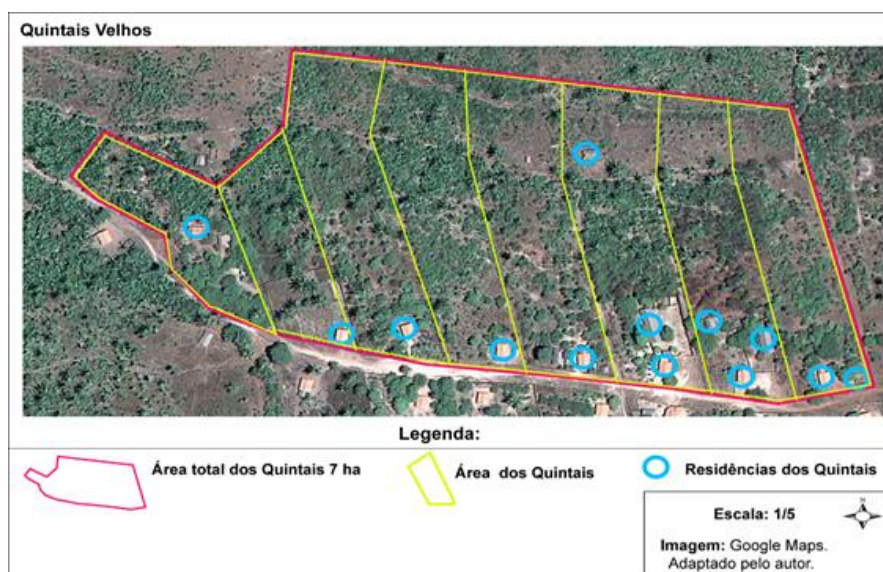


existe no Quintal, podendo sofrer alterações de acordo com a vontade e com as decisões do grupo familiar. O ciclo reprodutivo do grupo, por sua vez, é determinado por fatores internos e externos ao grupo familiar, sendo os fatores internos dois: tamanho da família e idade de seus membros, ao passo que os fatores externos são três: mercado, condições climáticas e políticas públicas.

Assim, quanto maior o grupo familiar, menor será o período a que estará sujeito o ciclo reprodutivo do Quintal; e quanto menor a idade dos membros do grupo familiar, menor também será aquele período. Esses dois fatores estão diretamente relacionados com a reprodução social do grupo, portanto estão relacionados com o casamento. O grupo familiar que possui uma maior quantidade de membros em idade de se casar terá que lidar mais vezes com o ciclo reprodutivo do Quintal, do que o grupo que não possui membros com tais características sociais e etárias. Para compreender em que medida aqueles fatores internos interferem no ciclo reprodutivo do Quintal e no próprio equilíbrio de trabalho e consumo do grupo familiar, é necessário entender, antes disso, que os agricultores-cajucultores referem-se aos Quintais como sendo de dois tipos: “*Quintal novo*” (jovem) e “*Quintal velho*” (maduro).

O exemplo na figura a seguir é da comunidade Mocambo, situada no Setor 32 e tem como objetivo demonstrar o “padrão” dos elementos presentes nos Quintais, como residência, lavoura temporária e uma cultura permanente, no caso o caju, sobretudo o “caju do tipo comum”.

**Figura 10.** Quintais velhos e o uso da terra.



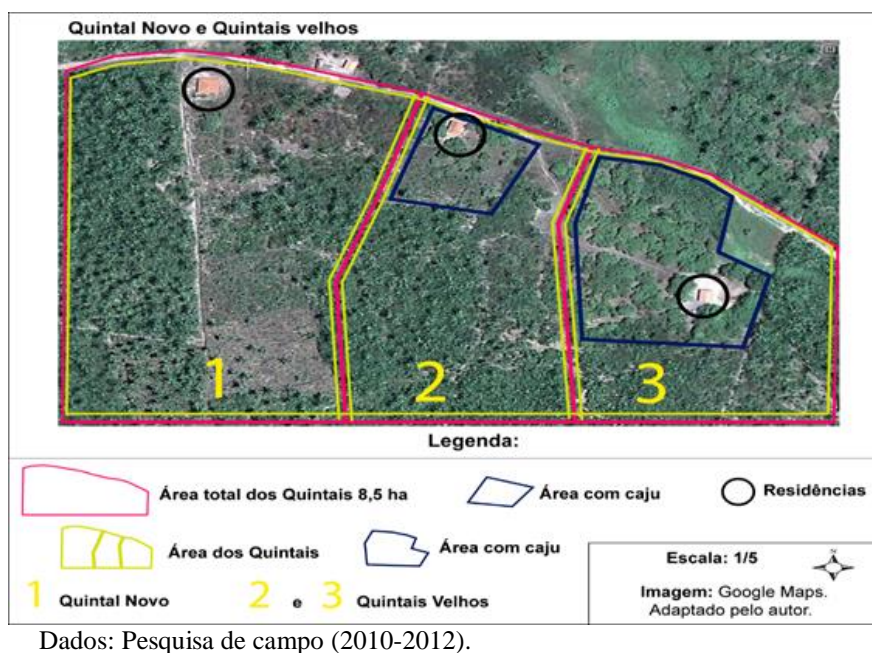
(Dados: Pesquisa de campo 2010-2012).

Com o termo “padrão” refiro-me a três principais elementos presentes nos Quintais: a casa, a lavoura permanente (no caso, o caju) e pequenas roças de lavouras temporárias; esses elementos são o resultado do uso que os sujeitos fazem da terra, caracterizando os Quintais. Esse padrão é distinto dos “Sítios com máxima e mínima campesinidade”, conforme se verá no Capítulo 4.

Neste exemplo acima, é possível encontrar mais de uma residência por Quintal e, neste caso, houve substituição de residência de pau-a-pique pela de tijolo e telha. As velhas casas passaram a servir como pequenos depósitos e abrigos para a confecção de vassouras de palhas de carnaúba, de onde vem boa parte da renda dos agricultores-cajucultores dessa região, rica dessa palmácea. Em Mocambo, ainda há “área de reserva” para uma nova residência, mas não para que uma nova família possa sobreviver da exploração do uso da terra, como a produção de lavoura. Nestes termos, não há lugar para a formação de um “*Quintal novo*”, conforme o estamos concebendo neste trabalho.

Os Quintais novos são aqueles formados pelos jovens casais através do casamento. Apesar de serem Quintais novos é possível encontrar algumas culturas plantadas em muitos deles, especialmente culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca. O jovem casal é que decidirá se pelo plantio do caju, ou se pelo plantio da manga. Essas plantas, em função de possuírem características arbustivas semelhantes, demandam uma considerável área do Quintal para o seu cultivo. Em função disso, é raro encontrá-las num mesmo Quintal e, quando se encontra, é sempre uma que predomina em termos de área plantada e em número de plantas. No caso de Mocambo, o que predomina é o caju.

**Figura 11.** Quintal Novo e Quintais Velhos.



A **Figura 14**, acima, demonstra dois Quintais velhos e um Quintal novo, localizados na comunidade Anajás, no Setor 30. Seu Amadeus (75 anos) tem quatro filhos (três homens e uma mulher), dois dos quais estão atualmente ocupando parte da área que foi objeto de negociação com o seu antigo patrão, para quem ele trabalhou durante 32 anos. Um outro filho, que é homem, está em São Paulo há cinco anos, e a filha, que é casada, mora em Altos. Diferente dos grupos familiares dos Quintais velhos de Mocambo, o grupo familiar de Seu Amadeus, por ser pequeno, ainda tem a possibilidade de formar outros Quintais novos, uma vez que a área ocupada pelos três Quintais existentes ultrapassa 2,5 ha por Quintal.

Sendo assim, dando continuidade ao raciocínio acima, a idade dos Quintais em “*novo*” e “*velho*” está diretamente relacionada com a “idade de casamento” do casal. Os agricultores-cajucultores se utilizam para a contagem desse tempo (que é “tempo social”), partindo do “tempo natural” que é representado pela idade das culturas nos Quintais, especialmente a do caju, por possuir um ciclo mais longo de vida, como exposto acima. Desse modo, conforme afirmam: “*se conhece um Quintal novo pelo tamanho da planta de caju. Quanto mais alto e frondoso for o caju, mais velho é o Quintal e, conseqüentemente, mais velho é o casal, né?*” Quintais novos e Quintais velhos, nesse contexto, expressam, portanto, uma relação profícua entre cultura e natureza, a qual o homem, em condições como estas, jamais deixará de se importar com ela, como também expressam uma singularidade na racionalização do agricultor-

cajucultor ao lidar com uma dupla questão que, embora possuam suas próprias singularidades, são entrelaçadas: a cultura da natureza e a natureza da cultura.

Com estas informações, estamos agora em condições de compreender melhor o que acima questionávamos: em que medida aqueles fatores internos interferem no ciclo reprodutivo do Quintal? Na medida em que os Quintais “envelhecem”: seja na forma do “tempo social” (representado pela idade de casamento do casal, ou pelo número e idade dos membros da família), seja na forma do “tempo natural” (representado pela idade do cajueiro).

Nesse contexto, apenas os “Quintais velhos” interferem, enquanto os “Quintais novos” são a expressão dessa realidade interferida, que, nesse ponto, coincide com a própria formação do ciclo reprodutivo do grupo familiar, evidenciando, de um lado, o encontro entre natureza e cultura e, de outro, a relação entre população e agricultura. Compreendemos, conforme Boserup (1970), que não são as transformações ocorridas na agricultura que produzem transformações demográficas, pelo contrário: são as mudanças ocorridas no seio da população (tomada, segundo a autora, como uma variável independente) que induzem e provocam transformações no âmbito da agricultura.

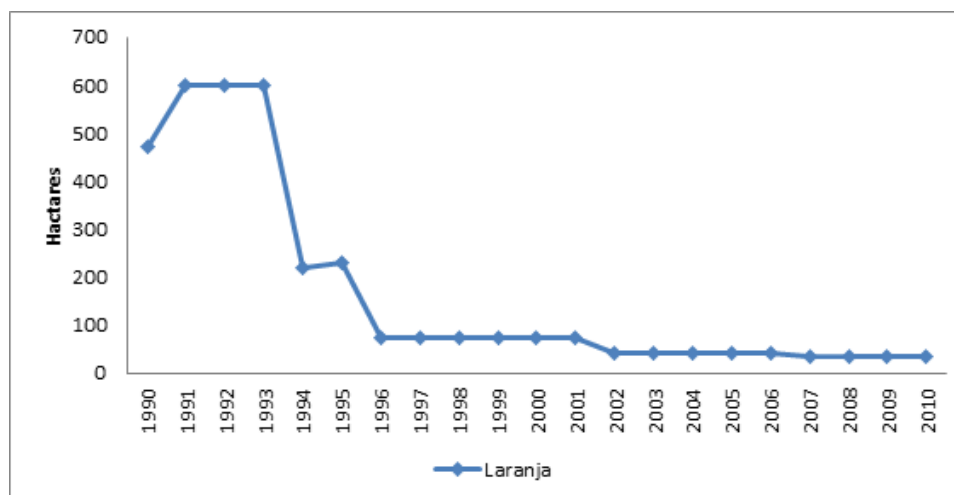
Quanto aos fatores externos – mercado, condições climáticas e políticas públicas –, não restam dúvidas da força que têm esses fatores na promoção de interferência no ciclo reprodutivo do Quintal. Os agricultores-cajucultores não plantariam caju se este não se oferecesse, ao mercado, como uma boa alternativa de obtenção de vantagem econômica; daí eles preferirem caju a qualquer outra cultura permanente (com algumas exceções, como a manga, por exemplo). Em relação a escolha pelo caju, afirmam:

*“o caju é a única planta que socorre o agricultor na seca. Ele tem duas coisas mais importante na vida: água e carne... (risos). O caju serve pra nós dar de comer os bichos; a castanha nós vende, e com o dinheiro nós compra alimento pra nós, entendeu? A roça de legume é boa, mas o caju... (silêncio) ele dá a carne e a água, ele dá vida a nós na seca.”*

As condições climáticas também são fatores que possuem uma considerável tendência em produzir interferência no ciclo reprodutivo do Quintal. Há 10 anos era possível ver nos Quintais o cultivo de algumas variedades de laranja e, muitos Sítios, inclusive, apresentavam essa cultura como sendo sua principal atividade agrícola. Contudo, em função do aparecimento de uma doença de origem fúngica, associada às mudanças climáticas, os pomares de laranja em todo o município foram esmaecendo, e os agricultores, se sentindo desestimulados frente aos

prejuízos dos pomares, desistiram de continuar cultivando a planta. Segundo dados do IBGE (Produção Agrícola Municipal de 1990 a 2010), em 1990 a área plantada de laranja era de 470 ha; em 2010, diminuiu para 35 ha conforme mostram os dados do **Gráfico 11**, a seguir.

**Gráfico 11.** Evolução da laranja no período 1990-2010 em Altos, Piauí.



Fonte: PAM/IBGE, 1990-2010.

Nesse período, registra-se uma queda da área plantada na ordem de - 92%. Esse número, por si só (sem querer ser positivista), revela a grandeza do problema, que caracteriza uma crise agrícola e agrária, simultaneamente. Em todo esse período não houve registro de nenhuma ação por parte dos órgãos competentes em favor dos agricultores que tiveram seus pomares destruídos, uma vez que o problema fitossanitário da laranja ainda existe. Em desabafo, relatou-me um ex-produtor de laranja: “*meu amigo, qualquer pessoa que plantar um pé de laranja em Altos sabe que não vai vingar... pois pode até vingar, mas... cedo ou tarde a planta adoece, as folhas secam e a laranjeira morre*”. Os produtores perderam seus negócios, e os inúmeros trabalhadores que ganhavam a vida nos pomares foram demitidos; em função disso, o que houve foi o aumento dos preços da laranja no mercado local.

No município, hoje (contexto de 2102), em função da escassez da oferta desse produto os preços tiveram aumento jamais visto. Entre os poucos produtores de laranja que restaram (incluídos entre os 35 ha) alguns deles preferem vendê-las em barracas improvisadas na beira da BR 343 a preços que variam de 0,40 a 0,60 centavos de Real por unidade, ou seja, entre 40,00 a 60,00 Reais o cento; antes da crise, porém, o valor da unidade variava de 0,05 a 0,10 centavos de Real. Considerando esses valores, verifica-se um aumento no preço do cento de

laranja na ordem de 566%<sup>82</sup>. Embora o exemplo tenha sido dado com a laranja, a lógica é aplicável a qualquer outra cultura, seja permanente, seja temporária. O fato é que, atualmente em Altos, dificilmente se vê laranja nos Quintais. De forma particular, sua ausência provocou mudanças significativas no ciclo reprodutivo dos Quintais, bem como no contexto agrícola e agrário do município, de forma geral.

Com o caju ocorreu algo bem diferente em se tratando de políticas públicas. Desde 2000, como vimos na seção “De homens, castanhas e cajus: definindo o problema da pesquisa”, a oferta de políticas públicas de incentivo ao cultivo do caju tem sido constante, principalmente entre os estados produtores (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia). O caju, diferente de outras culturas frutíferas, tanto é beneficiado, particularmente, pelas políticas de desenvolvimento aplicadas à cajucultura, quanto o é, de forma geral, pelas políticas de desenvolvimento aplicadas à fruticultura.

Através desses dois aportes de incentivos à cajucultura, os agricultores-cajucultores dificilmente permanecem refratários aos apelos de tais incentivos, ainda mais quando estes estão cada vez mais próximos daqueles, na medida em que estão organizados em cooperativas, sindicatos e associações, recebendo apoios de órgãos do governo especializados na promoção do desenvolvimento do agronegócio do caju. Cada Estado produtor possui seus próprios mecanismos de incentivos e de promoção do agronegócio do caju.

No Piauí, um desses mecanismos de incentivos é feito pela Associação Piauiense de Plantadores de Mudas e Sementes (Apsem)<sup>83</sup>, órgão regulamentado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para a produção, comercialização e distribuição de mudas e sementes. Esta Associação, por meio de contratos e convênios que foram celebrados com instituições governamentais no período de 2004 a 2010, conseguiu distribuir 7,6 milhões de mudas de caju anão-precoce (CCP 76), atendendo a 146 municípios do Piauí e beneficiando 13.487 agricultores familiares<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Resultado obtido a partir das médias aritméticas entre as duas variações de preço do cento de laranja – 1/100, ou seja, R\$40,00 e R\$60,00 (média: R\$50,00) e R\$5,00 e R\$10,00 (média: R\$7,50). Portanto:  $50/7,5 - 1 * 100 = 566$ .

<sup>83</sup> O objetivo dessa Associação é congrega os produtores e organizar a produção de sementes e mudas no Estado do Piauí, fazendo a comercialização de sementes e mudas, bem como a capacitação de produtores rurais nos diversos sistemas de produção agrícola. O formulário que foi preenchido pelo agricultor-cajucultor ao receber as mudas de caju anão-precoce pode ser visualizado no **Anexo A**.

<sup>84</sup> Informações de acordo com entrevista cedida ao Portal de Notícias AZ, em 07 de dezembro de 2010. Disponível em:

No início de 2010, participei de uma dessas distribuições. Naquela ocasião, mais de 3 mil mudas foram distribuídas em duas comunidades: Duvidosa I e Duvidosa II (localizadas no Setor 35 do MME de Altos), sendo mais de 30 agricultores-cajucultores contemplados. Segundo Márcio, agrônomo contratado pela Apsem e responsável pelos procedimentos de campo, “o objetivo dessa distribuição é que os produtores possam aumentar a área plantada do pomar com mudas de elevado potencial genético, e que propiciem, também, o aumento da produtividade e renda”. Diante de tais incentivos, será que o ciclo reprodutivo dos Quintais permanecerá inalterado?

Mesmo diante de promessas de melhoramento da produtividade e da renda, os agricultores-cajucultores não deixam de se perguntar: “por que eu tenho que plantar caju anão-precoce, se eu sei que ele é precoce pra nascer e precoce pra morrer?” Por hora, discutiremos, na seção seguinte, os elementos que formam a “roça de caju” e a sua relação com a lógica do consorciamento, que é própria da agricultura de Quintais.

### **3.2. Formação da “roça de caju” e a lógica do consorciamento**

A “roça de caju” é a expressão que eles utilizam para se referir ao pomar de caju. Ela faz parte de um sistema que agrega, ao mesmo tempo, cultura e natureza: por um lado, têm-se os grupos familiares com as suas demandas físicas e simbólicas e, por outro, a rotina agrícola dos Quintais, que devem ser atentamente observadas pelos agricultores. Desde o início, o pomar de caju é constituído a partir da lógica do consorciamento de lavouras: seja em pares, seja em trio, seja em quarteto, mas também de forma “solteira” (como é o caso do caju-anão precoce, como explicitaremos logo em seguida). Essa combinação de lavouras, umas possuindo ciclos mais curtos, outras ciclos mais longos, consiste num dos aspectos mais profícuos da lógica da “maximização do resultado” e do “mínimo esforço” praticada pelos agricultores-cajucultores. Essa é a “teoria nativa”: “a gente tem que saber aproveitar bem a terra. Olhe, quanto menor é a terra, mais a gente deve saber aproveitar melhor cada pedaço dela”. Desse modo, como o

caju está inserido no sistema de consórcio, descreverei, a seguir, o ciclo agrícola das principais culturas cultivadas nos Quintais.

Morfologicamente, os Quintais variam conforme a disposição da casa, podendo estar à direita, à esquerda, à frente ou, ainda, atrás da casa ou em toda a área ao redor da casa se esta posicionar-se no centro do terreno. Alguns podem estar cercados, dividindo-se do terreno maior, enquanto outros são abertos – mas o agricultor cria sempre uma “cerca imaginária” para calcular os seus limites. Pode encontrar Quintais cercados e não cercados, com limites físicos e imaginários. Para compreender melhor a formação do pomar de caju inserido na lógica do consorciamento, é necessário atentar para a construção das cercas que abrigam as culturas, sobretudo as que são cultivadas no inverno. Para tanto, descreverei o preparo do terreno e da cerca levando em consideração a lógica de formação de um “*Quintal novo*”, para o qual as seguintes etapas são cumpridas: broca, derrubada da vegetação, aceiramento, queima, pinica, encoivramento, construção da cerca, plantio e tratos culturais.

Vale destacar, contudo, que essas não são apenas etapas que caracterizam a formação de um *Quintal novo*, uma vez que elas caracterizam um tipo específico de agricultura, conhecido como “*roça no toco*”, bastante comum no Piauí e no Maranhão, também denominada como “*roça itinerante*” em função da exigência de rotatividade (pousio) da terra nas áreas de plantio. Nos Quintais, esse tipo de roça é feito apenas uma única vez em razão da precariedade de terra que caracteriza os Quintais não se adequar à lógica da rotatividade. Nesse contexto, os Quintais rompem com a “cultura do pousio”, um modo absolutamente particular de se fazer agricultura.

O preparo da terra para as finalidades acima expostas inicia-se com a broca, que se constitui na eliminação de cipós e de árvores pequenas através de ferramentas simples, como machado ou foice. O uso de motosserra é muito limitado, pois além do custo para a sua aquisição há custos fixos com óleo combustível e com reparos da máquina, como a troca da corrente que se desgasta com frequência. Tais custos relacionam-se a sua aquisição, principalmente se a finalidade do uso for anual ou eventual, como é o caso dos cajucultores dos Quintais<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> No entanto, há muitos que, quando decidem pela aquisição da máquina, passam a ganhar a vida como “madeireiro”; o dia de serviço atualmente custa 130 Reais. Para ser um madeireiro não basta saber usar bem a máquina, é necessária muita experiência sobre os vários tipos de madeiras, que exigem do operador o uso metucioso da força e da técnica para o corte correto da madeira. A demanda por esse tipo de serviço é tanta que os madeireiros se tornaram um tipo muito específico de “agricultor familiar”. Conheci quatro madeireiros, mas



Após a broca, toda a vegetação é derrubada e “*pinicada*”. Esta tarefa consiste em cortar (pinicar) a vegetação derrubada em pequenas toras de madeiras para facilitar a sua posterior queima. É ainda na etapa da pinica que eles reservam o material que será utilizado para a construção da cerca. O cálculo que fazem da quantidade de madeira que será utilizada na cerca impressiona, pois tudo é feito “*no olho*” sem o auxílio de nada mais. Após a retirada desse material, o que sobra é queimado para ajudar na desobstrução da área e para facilitar o plantio e, posteriormente, os tratos culturais<sup>86</sup>. Porém, antes da queima é necessário fazer o aceiramento da área, que consiste em “abrir caminho em terra limpa” nas laterais de todo o terreno para evitar que o fogo se alastre para as propriedades dos vizinhos; a queima é realizada em toda a área.

Muitas vezes, por ainda restar troncos que não foram queimados com sucesso, refazem a pinica. Após esta etapa, eles saem apanhando todos os galhos que não foram totalmente consumidos pelo fogo e os organizam em pequenas porções ao longo do terreno. Nisso consiste o encoivramento. Essas pequenas coivaras são, muitas vezes, requeimadas para o terreno ficar livre, mas os tocos permanecem no terreno a uma altura do solo que varia de 25 cm a 50 cm. Quanto mais grosso é o toco mais tende a ficar alto do solo. O terreno está quase pronto para o plantio. Agora, é a etapa da construção da cerca.

Todo o trabalho que envolve o preparo do terreno e a construção da cerca é realizado por membros do próprio grupo familiar: na falta destes, e isso ocorre com frequência, o trabalho é feito apenas por um único homem, especialmente pelo dono do Quintal. Esse trabalho dura entre 37 a 40 dias se a área não ultrapassar “*quatro linhas*” (medida nativa que equivale, aproximadamente, a 1 ha), que corresponde, basicamente, a média de tamanho dos Quintais (0,88 ha), anteriormente informada.

A cerca com arame farpado é muito rara, pois seu custo é elevado. Já a cerca, conhecida por eles como “*cerca de engano*”, é bastante utilizada. Esta forma de cerca, descartando o arame farpado, é feita com pequenos pedaços de madeira, de tamanhos variados, provenientes da limpa do terreno para a realização do cultivo de lavouras de inverno, como já mencionamos.

---

eles mesmos dizem que há cerca de 15 em Altos. Depois da máquina, nenhum desses quatro voltou a “fazer roça” (expressão nativa). Eles dizem que não há tempo para dedicar à roça, mas um deles afirmou: “*o que eu ganho é o suficiente para sustentar a família, até um motor (motocicleta) já comprei... trabalhar com a máquina é um trabalho pesado, mas a roça é pior*”.

<sup>86</sup> Sobre os tratos culturais, discutiremos ainda neste capítulo na seção “**Cuidados com o cajueiro e a lógica de produção familiar**”.

Esse tipo de cerca propicia o completo aproveitamento das sobras de madeiras, que seriam descartadas se no caso fosse feita a cerca tradicional com estaca fincada a cada 2 m com arame farpado. A “*cerca de engano*” ganhou essa alcunha por ser construída justamente através de um trançado de pequenas toras de madeiras postas horizontalmente em forma de *zigue-zague*, sustentadas por estacas fincadas verticalmente no solo até a altura destas. Como talvez não seja por muitos conhecida, julgo pertinente apresentar, em seguida, uma ilustração da mesma.

**Figura 12.** “*Cerca de engano*”.



Fonte: Acervo do autor

Ela é excepcional para evitar que pequenos animais criados soltos não a ultrapassem. A finalidade da cerca não é apenas para delimitar o Quintal do terreno maior, ela evita que a lavoura seja devorada pelos animais, especialmente por porcos e galinhas. As principais lavouras cultivadas são: milho, feijão, arroz, mandioca e caju. O feijão é “*preferencialmente*” plantado a partir do que eles denominam de “*sementes guardadas*” (sementes crioulas<sup>87</sup>); a sua produção é, particularmente, para o consumo familiar. O termo “*preferencialmente*” significa que, para eles, qualquer cultura produzida é passível de comercialização. Isso vai depender de uma série de condições que nortearão os destinos das lavouras naquele ano agrícola. Se o

---

<sup>87</sup> Semente Crioula é um termo amplamente utilizado pelos movimentos sociais dos sem-terra (principalmente pelo MST), que se refere às sementes preservadas pelas comunidades ou por famílias de agricultores que são passadas de geração em geração ou por meio de trocas solidárias e recíprocas. Em 2012, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), houve Chamada Pública (nº 008/2012) para entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares produtores de sementes crioulas e varietais. Infelizmente, a ação restringiu-se apenas à Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Disponível em <[http://www.mda.gov.br/portal/institucional/Chamamento\\_de\\_Projetos](http://www.mda.gov.br/portal/institucional/Chamamento_de_Projetos)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

inverno for bom<sup>88</sup>, então será plantado milho híbrido 1051 doado pela CONAB, ou mesmo adquirido por compra no comércio local. Essa espécie de milho é ideal para ser vendido verde no comércio. Contudo, se o inverno não for bom, plantarão milho proveniente de “*sementes guardadas*”, ideal para o provimento alimentar dos animais. As decisões passam por uma peneira de condições através da qual ocorre a gestão do empreendimento familiar, cujo objetivo é a ponderação entre trabalho e consumo, isto é, entre o nível de comprometimento de dispêndio de trabalho e o nível de necessidade de consumo da família.

Para Chayanov (1986, p. 78), essa necessidade ou o “volume de atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores”. Neste sentido, a ponderação é feita sobre o número de consumidores existentes nos grupos familiares e não sobre o número de braços aptos ao trabalho. Conforme depoimento dos próprios agricultores-cajucultores percebe-se que o dispêndio de trabalho aumenta na medida em que cresce o número de indivíduos que ainda não estão aptos ao trabalho: “*moço, quem tem família tem obrigação... o tamanho da obrigação é do tamanho daqueles que mais precisa de nós...* (silêncio) *todo mundo tem sua carga*”.

Na sentença: “*é do tamanho daqueles que mais precisa de nós*”, incluem-se crianças, velhos sem condições de trabalhar e membros doentes. Essas são as três categorias de membros que compõem o outro lado da balança: desse modo, quanto mais membros dessas categorias tiver um grupo familiar, mais trabalho será exigido dela; quanto menor for o número de membros pertencentes a essas categorias, menor será o nível de exigência de trabalho familiar; essa é a lógica do binômio trabalho e consumo. Uma vez, um amigo biólogo me disse (e isso é apenas uma ilustração) que, quando uma formiga carrega um objeto duas ou três vezes maior do que o seu próprio tamanho é porque a formiga vem de muito longe e, portanto, terá que compensar a longa distância levando uma quantidade maior de alimento para o formigueiro; o tamanho da carga está diretamente relacionado com a distância por ela percorrida. Para voltar para “casa” (formigueiro) será necessário mais energia, que terá que ser compensada pela quantidade de alimento que ela for capaz de carregar.

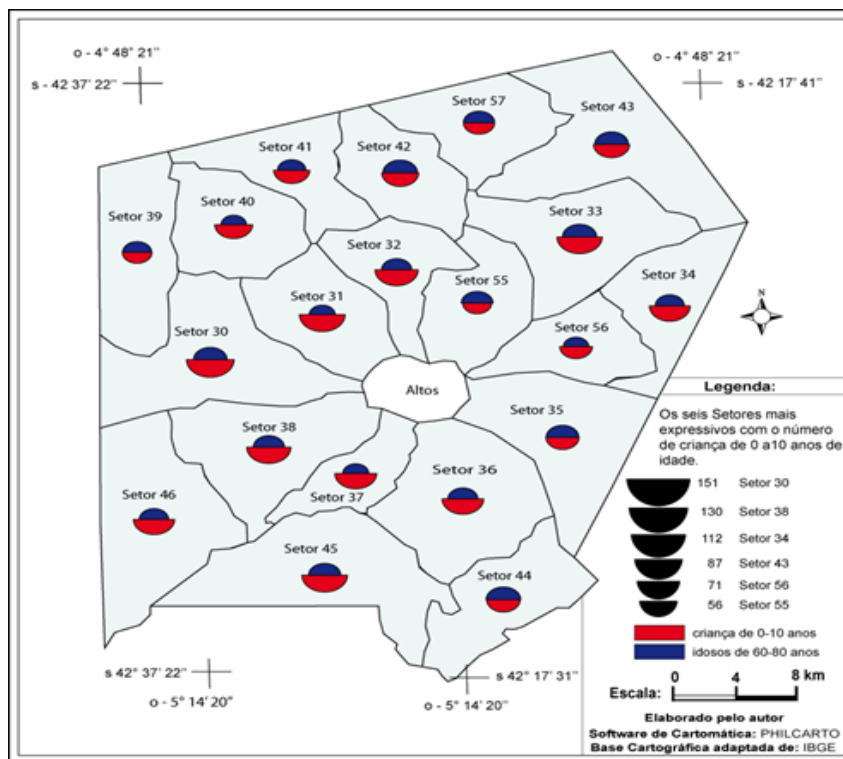
No caso dos agricultores-cajucultores, a “*carga*” é expressa pelo número daqueles que “*mais precisam deles*”. De forma geral e, segundo a recorrência de dados colhidos, crianças

---

<sup>88</sup> Através da “experiência de pedras de sal”, que é feita no dia 12 de dezembro, dia de Santa Luzia, descobrem se naquele ano haverá de ser bom ou não o inverno.

(ambos os sexos) de 0 a 10 anos e idosos (eles chamam de velhos) de 60 a 80 anos apresentam-se como as principais classes etárias que compõem essa “carga” para aqueles que trabalham. A **Figura 16** a seguir demonstra como essa “carga” se compõe através dessas duas classes etárias segundo os Setores, incluindo Quintais, Sítios e Fazendas.

**Figura 13.** Número de crianças (0-10 anos) e de idosos (60-80 anos) segundo os Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Em muitos casos (nos Setores 35, 39, 44, 55, 57), como se pode ver na **Figura 16**, o número de crianças chega a ser proporcional ao número de idosos e, nos demais Setores onde não há essa proporcionalidade, o número de criança apresenta-se superior ao de idosos. Entretanto, de forma geral, a “carga” é preponderantemente composta por crianças, sobretudo nessa faixa etária, pois conforme dizem:

*“os meninos de 12 anos já são taludos e pode ajudar seja lá em que for na roça; o que eles fazem já é uma ajuda... diminui o trabalho da gente, mas os meninos pequenos vão pra roça, mas vão pra brincar, não trabalham e nem ajudam, mas também não atrapalham (risos)... já os velhos, aqui mesmo têm dois, não trabalham mais na roça, mas pelo menos eles têm aposento, que já ajuda na compra de remédios e em alguma outra coisa que serve pra eles mesmo e, também, pra gente ... (silêncio) acaba servindo pra gente também, né? Isso já é uma ajuda pra nós.”*

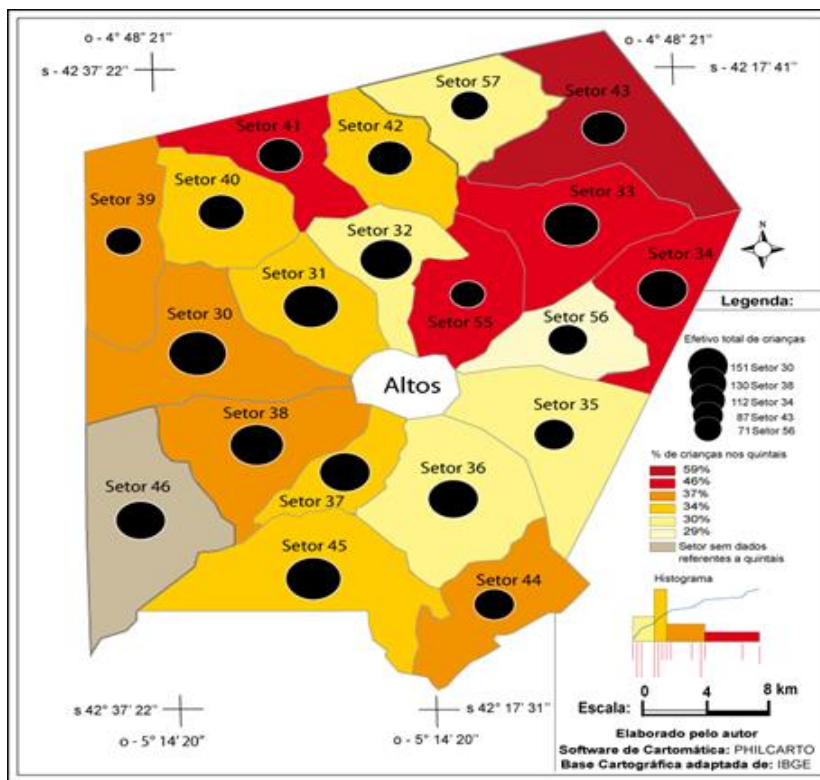
A “*carga das crianças*” parece pesar mais do que a “*carga dos idosos*”, pois estes, diferente daquelas que não trabalham ou apenas “*ajudam*” (HEREDIA, 1979, p. 78-82), possuem aposentadoria, meio pelo qual os braços são substituídos no trabalho, embora não se saiba com que intensidade – este aspecto, sem dúvida, mereceria um estudo mais aprofundado. Mas pelo menos, conforme o depoimento acima, os idosos “*tem aposento que já ajuda na compra de remédios e em alguma outra coisa que serve pra eles mesmo e, também, pra gente ... (silêncio) acaba servindo pra gente também, né?*”.

O “*tamanho da obrigação*” (“*a carga*”), portanto, é um parâmetro através do qual se é avaliada a “quantidade necessária de trabalho” que deverá ser gasta em cada grupo familiar. É através desse parâmetro que avaliam, também, a “necessidade da família” em investir em tecnologias produtivas e organizacionais. Plantar caju anão-precoce, ou se cadastrar numa cooperativa ou associação, são ações que passam, necessariamente, por esse parâmetro de avaliação. Segundo depoimento do presidente da Cooapp:

*“o produtor não tem interesse em se tornar sócio da cooperativa, ele tá preocupado em manter sua família; assim, se ele mantém a família prá que ele vai se tornar sócio? Não é por falta de conhecimento, não, pelo contrário, é por excesso dele; e o produtor não tá errado, não, ele tá certo... porque ele vai se associar se ele não precisa? Ele tá conseguindo se manter sem a cooperativa, e isso é o mais importante.”*

Os técnicos do governo, bem como os de outras instituições promotoras do desenvolvimento do agronegócio do caju parecem carecer dessa compreensão, como ainda tenho dúvidas de que eles saibam que o caju-anão precoce seja denominado de “*caju de raça fraca*” (também chamado de “*caju morredor*”) em oposição ao caju comum, chamado de “*caju de raça forte*”, como veremos na seção seguinte. Antes disso, gostaríamos de concluir esta seção através dos dados da **Figura 17** que mostram o percentual de crianças que compõe o “*tamanho da obrigação*” para os que trabalham nos Quintais em relação ao número de crianças totais.

**Figura 14.** % de crianças nos Quintais que compõe o “*tamanho da obrigação*”.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Conforme os dados desta figura, as principais comunidades que expressam um maior percentual (entre 46 e 59%) de crianças que compõe o “*tamanho da obrigação*” estão situadas nos Setores 33, 34, 41, 43 e 55; os demais Setores situam as comunidades que apresentam uma variação de 29 a 37% de crianças. De todo modo, como já havíamos afirmado um pouco acima, levando em consideração a classe de crianças (de 0-10 anos) o “*tamanho da obrigação*” nos Quintais, portanto, é tão preponderante quanto a relação entre o número de idosos e o de crianças demonstrada na **Figura 17**, e constitui-se numa realidade geral entre os agricultores-cajucultores de Altos no universo pesquisado.

### 3.3. Entre o “caju de raça fraca” e o “caju de raça forte”

De forma geral, os agricultores-cajucultores evitam o uso de sementes que não sejam as suas, sobretudo aquelas vendidas no comércio. Algumas exceções são feitas, como já foi mencionado um pouco acima, quando se trata do milho, mas também e, especialmente, do caju.

As “*sementes guardadas*” são depositadas em garrafas PET, fechadas com as próprias tampinhas plásticas; as “*sementes guardadas*” possuem idades que variam de acordo com cada grupo familiar.

Entre os grupos familiares, a idade máxima de “*sementes guardadas*” que encontrei foi de 10 anos e fazem parte do patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Uma parte delas pode até ser doado a membros de outro grupo familiar, mas nunca pode ser vendido. A doação é feita segundo a seguinte regra: é necessário que o solicitante faça o pedido diretamente ao membro de outra família; este, por sua vez, atende ao pedido e faz a doação da quantidade que pode doar, assegurando-se de que não comprometerá o estoque da família. O que recebe as sementes sabe que deverá utilizá-las realmente para o plantio e nunca para ser comida, pois se assim o fizer estará contrariando um código de honra que envolve a dádiva (MAUSS, 2003, p. 45), que é o de fazer circular, por meio das sementes, o patrimônio cultural e simbólico existente entre os grupos familiares. Além disso, ajuda a manter os laços de reciprocidade e de dependência mútua, como se com a realização da dádiva cada grupo dissesse um para o outro, através de seus representantes: “sinto-me honrado de poder te alimentar com as minhas sementes; o outro diz: muito obrigado! Também me sinto muito honrado de poder alimentar a minha família com as tuas sementes”. Nesse contexto de troca, é o solicitante quem escolhe o doador, pois sabe, por intermédio de informações intergrupais, quem verdadeiramente possui as sementes. A escolha não é cega de interesse, como também não é o fato de se sentir prestigiado ao se tornar doador.

Ora, enquanto as culturas temporárias, especialmente milho e feijão, são plantadas, preferencialmente, a partir de “*sementes guardadas*”, o caju é plantado, geralmente, a partir da “*castanha de caju*”, pois sabem que através desta semente nascerá uma planta denominada por eles de “*caju de raça forte*” (que é o caju comum), em oposição ao “*caju de raça fraca*” (que é o caju anão-precoce). Este é conhecido por eles, ainda, como “caju morredor”: “*é um caju que bota cedo, bota logo, com um ano ele já bota, mas também morre cedo, é um caju morredor*”. Já o “caju de raça forte”, ao contrário, é uma planta que não morre facilmente e, como dizem: “*é uma planta forte que nós planta pros netos ver*”.

As “*castanhas de caju*” que servirão para o plantio são obtidas através de uma rigorosa seleção. O ditado popular: “*é pelo fruto que se conhece a árvore*” é muito conhecido entre eles; não é apenas conhecido, como é seguido ao pé da letra para a seleção das “*castanhas boas para o plantio*”. A seleção começa pela observação das melhores plantas de caju, dos melhores

cajueiros: “os cajueiros precisa ser grandes, fortes e que bote castanhas grandes também; o caju tem que ser doce também, senão não presta”. A seleção é feita nos “cajuais vizinhos” (que ficam dentro da cidade), mas também nos “cajuais de fora” (que ficam fora da cidade). Seja de dentro, seja de fora da cidade, o importante é que as castanhas realmente sejam “boas para o plantio”, sendo assim consideradas quando passam pelo “teste da bacia”.

As castanhas selecionadas de cajuais preferidos são escolhidas a partir da técnica da “bacia cheia de água”. As castanhas coletadas entre os cajuais são imersas na bacia e observadas atentamente por alguns minutos: as castanhas que afundam na bacia são consideradas “castanhas boas” e são retiradas e separadas das castanhas que “boiam” (flutuam) na bacia, que são consideradas “castanhas ruins”. A lógica nativa é que, se a castanha afunda na bacia é porque ela pesa; se ela pesa é porque possui uma “castanha graúda” dentro dela (amêndoa grande). Se, ao contrário, ela flutua na bacia é porque possui uma “castanha mocha” (amêndoa mirrada) dentro dela. Assim, conforme dizem: “a ‘castanha mocha’ não presta para o plantio, porque ela vai dar frutos miúdos e mochos, sem vida, mas a castanha graúda não, ela é boa, é grande, é pesada, e é ela que nós usa pra o plantio”.

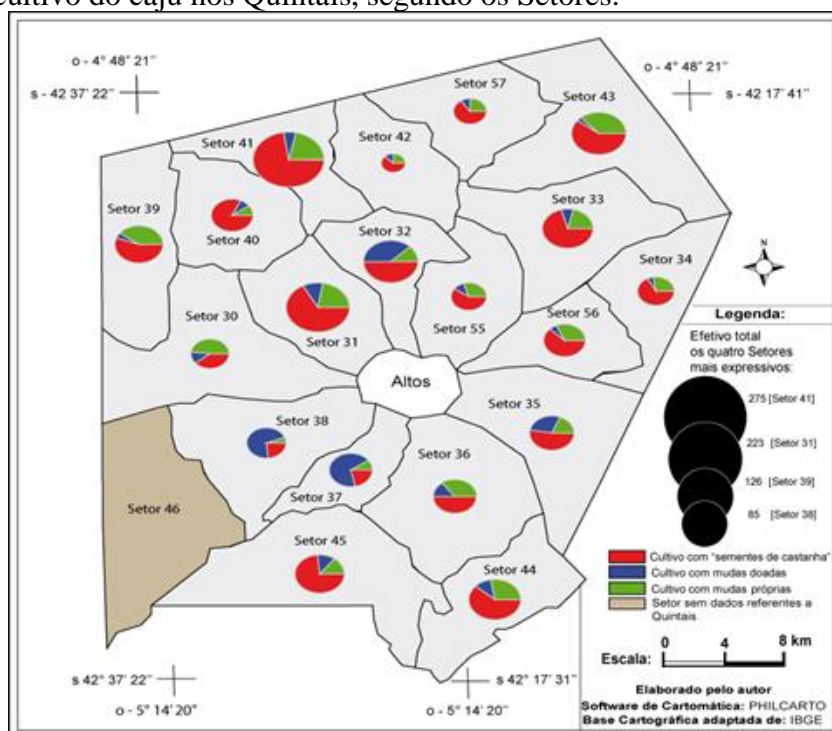
Apesar de haver uma preferência pelo “caju de raça forte”, o “caju de raça fraca” não é totalmente desprezado pelos agricultores-cajucultores, pois eles o utilizam, mas com parcimônia – para este tipo de caju é reservado apenas uma pequena área para o plantio. Não confiam muito no caju anão-precoce que é, inclusive, por muitos qualificados como “caju inventado” ou “caju de proveta”. Segundo eles: “só confio nas coisas feitas por Deus... as coisas que o homem faz sempre dá defeito, mais ainda aquelas que a gente não vê como eles fazem”. Os agricultores-cajucultores sabem que as mudas de caju anão-precoce são provenientes de melhoramentos genéticos e se referem às mesmas como “coisas de laboratório”. Contudo, por mais que haja rejeição pelas “mudas doadas”, há muitos que as adotam no cultivo, como há ainda aqueles que preferem produzir suas “próprias mudas”:

*“eles fazem as deles e nós faz a nossa... as nossa nunca morre, pelo menos até hoje nunca vi uma muda de caju que nós faz morrer... não é morredora, mas as deles, rapaz, morre demais, não vingam, parecem que falta vida nelas... aí eles querem que nós plante pra que? Pra morrer? Se fosse só isso ainda tava bom, o pior é que nós perde todo o trabalho, né? Dá trabalho e não compensa. Nós só perde.”*



As mudas feitas por eles não são provenientes das técnicas de enxertia, uma vez que eles a fazem a partir de castanhas selecionadas de cajuais preferidos utilizando a mesma técnica da “*bacia cheia de água*”. As sementes selecionadas ou são plantadas diretamente no solo, ou são plantadas em saquinhos apropriados (mudas) para após serem plantadas definitivamente no solo, no momento apropriado, normalmente em janeiro, período em que se espera o inverno. Desses dois tipos de mudas utilizadas no cultivo, as “*sementes de castanhas*” são a forma mais recorrente, dentre as outras que originam o cultivo do caju nos Quintais. A **Figura 18** a seguir demonstra a proporção destas três formas de cultivo nos Quintais, segundo os Setores.

**Figura 15.** Proporções de “sementes de castanhas”, “mudas doadas” e “mudas próprias” utilizadas no cultivo do caju nos Quintais, segundo os Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

A utilização de “*sementes de castanhas*” no cultivo do caju supera a utilização “*das mudas doadas*” e das “*mudas próprias*”. Contudo, as “*mudas próprias*” são sempre preferíveis às “*mudas doadas*” pelo mesmo princípio que orienta a escolha pelas “*sementes de castanhas*”: “*nós sabe o que tá plantando... quando nós planta com a semente de castanha ou quando nós mesmos faz as muda do caju, mas nós sabe de onde vem a planta*”. Embora ainda de forma incipiente em alguns Setores (32, 35, 37 e 38), as “*mudas doadas*” estão sendo mais utilizadas do que as “*mudas próprias*”, conforme mostram os dados da **Figura 18**. As comunidades

listadas na tabela abaixo são as que se destacam no cultivo do caju utilizando “*mudas doadas*” em detrimento às “*mudas próprias*”. No Setor 35, como já informei alhures, participei da entrega de mudas de caju anão-precoce juntamente com representantes da COOAPP e da Apsem às comunidades Duvidosa I e II. Entre o período que houve a distribuição (início de 2010) e o meu retorno às comunidades (junho de 2011), das 3 mil mudas que foram ali distribuídas, originaram pomares que preservaram pouco mais de 500 plantas do total distribuído, ou seja, houve apenas 14% de aproveitamento das “*mudas doadas*”. As comunidades listadas na **Tabela 12**, abaixo, são aquelas nas quais encontrei recorrência de uso de “*mudas doadas*” no plantio de caju.

**Tabela 12.** Comunidades por Setores que utilizam mudas doadas no plantio de caju.

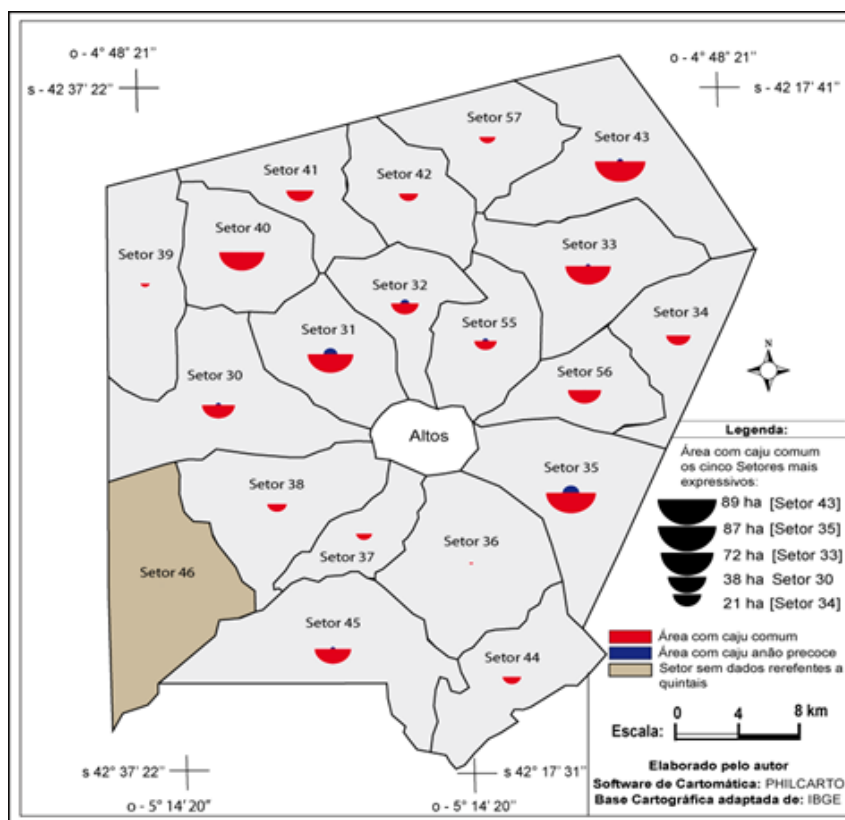
Setor 32	Setor 35	Setor 37	Setor 38
Barroquinha	Bom Passar	Baetá	Baixão de São José
Bom Gosto	Caburé	Baixa do Pé da Ladeira	Baixão dos Paiva
Mocambo	Cardoso	Baixão do Tamboril	Espírito Santo
São Bráz	Côcos	Furna da Onça	Malhada Alta
Soturno	Duvidosa I e II	Serra Alegre	Montanha
Tinguís I	Faveira		São Francisco
	Fazenda Tesoura		Espírito Santo
	Gruta		Faz. São Lourenço
	Mão Cheinha		
	Nova Alegria		
	São João do Leonel		
	São José		
	Três Carnaúbas		
	Xique-Xique		

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Quando decidem plantar o caju anão-precoce, as mudas que utilizam são doadas por órgãos do governo, associações ou cooperativas, especialmente pela Apsem, conforme já fizemos alusão um pouco acima. Para isso, é necessário que os interessados estejam cadastrados num desses órgãos, sendo que, no momento do cadastro, o número de mudas deverá ser informado. As mudas doadas são sempre de acordo com o tamanho da área disponível para o pomar; mesmo assim, apenas uma pequena parte das mudas é plantada. Na outra área do pomar

utilizam o “caju de raça forte” e, depois de algum tempo, as mudas não utilizadas acabam secando e morrendo ali mesmo, nos saquinhos, num canto qualquer do Quintal. Entre a doação da muda por parte da Apsem e o seu efetivo plantio por parte dos agricultores-cajucultores há um caminho longo a ser percorrido, pois nem sempre as “mudas doadas” são de fato cultivadas, e isso pode ser constatado através dos dados da figura abaixo, que mostram a proporção da área ocupada com caju comum e com caju anão-precoce nos Quintais, conforme os Setores.

**Figura 16.** Área (ha) com caju comum e anão-precoce nos Quintais, segundo os Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como se observa, a área plantada de caju comum prepondera em todos os Setores, inclusive entre as comunidades dos Setores 32, 35, 37 e 38 onde predominam as comunidades que receberam “mudas doadas” (de caju anão-precoce) no cultivo de caju, conforme os dados da **Tabela 12** acima. Ou seja, de acordo com os dados da **Figura 19**, como vimos, desses quatro Setores (32, 35, 37 e 38) apenas os Setores 32 e 35 estão entre as comunidades que apresentam área com caju anão-precoce. Nas demais comunidades, pelo contrário, há predominância de área com o caju comum (inclusive as comunidades que recebem “mudas doadas”). Através da

**Tabela 13**, a seguir, mostro a lista total de comunidades (por Setores) com área plantada com caju anão-precoce, inclusive nos Quintais, Sítios e Fazendas.

**Tabela 13.** Comunidades com área de caju anão precoce, segundo os Setores.

Setor 30	Setor 31	Setor 32	Setor 33	Setor 35	Setor 36
Vista Alegre Corte do Meio	Barcelona Espinheiro Força Jovem Soturno Tinguis II	Tinguis I	Brejinho Carará Poço dos Negros	Bom Passar Cardoso São José Xique- Xique Duvidosa I e II Faveira	Serra Negra
Setor 38	Setor 41	Setor 43	Setor 45	Setor 46	Setor 55
Faz. S. Lourenço Malhada Alta Montanha	Quilombo	Prata Lages	Brejo	Retiro	Baixinha
<b>Setor 56</b>	-	-	-	-	-
Estrela do Norte Afonsina	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

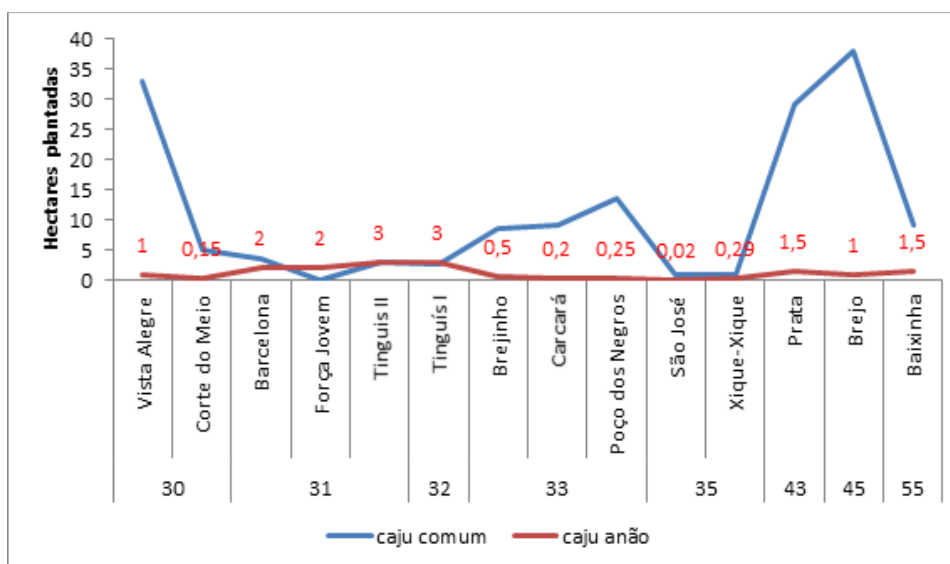
A lista desta tabela representa 23% das comunidades do universo pesquisado. Vale salientar, ainda, que sete Setores (34, 37, 39, 40, 42, 44 e 57) não apresentam registros de área com caju anão-precoce. Embora o “projeto de modernização da cadeia do caju”, como vimos, tenha iniciado em 2003, ainda é incipiente a “adoção” por parte dos agricultores-cajucultores de suas tecnologias produtivas, nesse caso, do uso de “*mudas doadas*” de caju anão-precoce, e dos cuidados para com o pomar, como veremos na seção seguinte. Entretanto, resta-nos mostrar, ainda, através da **Tabela 14** a seguir, quais destas comunidades acima estão inseridas no universo dos Quintais, já que nesta seção estamos tratando especialmente da cajucultura nos Quintais.

**Tabela 14.** Comunidades nos Quintais por Setor com área de caju anão precoce.

Setor 30	Setor 31	Setor 32	Setor 33	Setor 35	Setor 43
Vista Alegre	Barcelona	Tinguis I	Brejinho	São José	Prata
Corte do Meio	Força Jovem		Carcará	Xique-Xique	
	Tinguis II		Poço dos Negros		
Setor 45	Setor 55	-	-	-	-
Brejo	Baixinha	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Conforme os dados da **Tabela 14**, apenas 14 comunidades apresentam área com caju anão-precoce nos Quintais, o que corresponde a 11% do universo total de comunidades pesquisadas. A área plantada com caju anão-precoce é de 16,41 ha e representa 13% da área plantada, levantada pela pesquisa, incluindo Sítios e Fazendas. Entre estas comunidades, a área com caju comum é de 156 ha e representa 11% da área total plantada (1.369 ha). O **Gráfico 12**, a seguir, mostra a área plantada com caju anão-precoce e caju comum nos Quintais, segundo os Setores (30, 31, 32, 33, 35, 43, 45 e 55).

**Gráfico 12.** Área com caju anão-precoce e caju comum nos Quintais, segundo os Setores.

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Esses dados demonstram que, até o momento, apesar de mobilizações da “modernização da cadeia do caju” realizada pelos agentes da FBB e de seus parceiros, verifica-se uma reduzida presença do caju anão-precoce entre as comunidades situadas nos Quintais. Apesar da

incipiente penetração do caju anão-precoce, o pomar torna-se híbrido nos Quintais: o “caju de raça forte” e o “caju de raça fraca” dividem o mesmo solo e passam a compartilhar o mesmo espaço de produção, embora em quantidades visivelmente distintas; passam a compartilhar, também, a atenção e os cuidados do agricultor-cajucultor, muito embora a quantidade de horas dedicadas a cada um dos tipos de caju seja notoriamente distintas; gastam mais tempo com o “caju de raça forte” não simplesmente porque o “caju de raça fraca” não mereça atenção.

A atenção maior dedicada se explica em função da lógica de consorciamento (como veremos na seção a seguir), na qual o “caju de raça fraca” não faz parte, uma vez que é plantado “solteiro” (separado) na área do pomar, muito embora o plantio híbrido seja uma prática, também, bastante comum, como veremos mais adiante. Já o “caju de raça forte” é plantado no mesmo momento em que as culturas temporárias são plantadas, o que facilita o trabalho do agricultor-cajucultor, além do fato de poder economizar tempo com os tratamentos culturais, pois conforme dizem: “na roça casada é assim: quando a gente cuida de uma lavoura, cuida de todas ao mesmo tempo, mas a roça solteira dá mais trabalho”.

### **3.4. “Cuidados com o cajueiro” e a lógica de produção familiar**

Como vimos na Seção 2, a “roça de caju” é constituída a partir da lógica do consorciamento de lavouras, sendo assim os cuidados com o cajueiro, portanto, fazem parte do ciclo agrícola dos Quintais. Para descrevê-los, é necessário, antes, situarmos o ciclo agrícola praticado segundo a lógica de dois períodos: o chuvoso e o seco, a partir dos quais as culturas são cultivadas e cuidadas.

**Tabela 15.** Ciclo agrícola das principais culturas nos Quintais.

		1º ANO											
		Meses do Ano											
Culturas		Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Atividades												
Inverno	Arroz	Plantio	1ª limpa		2ª limpa	colheita							
	mandioca	Plantio	1ª limpa		2ª limpa								1ª limpa*
	Milho	Plantio	1ª limpa		2ª limpa		colheita						
	Caju	Plantio						1ª limpa					
verão	Feijão						Plantio	Plantio		colheita			
		2º ano											
		Meses do Ano											
Culturas		Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Atividades												
Inverno	FEIJÃO	Plantio	1ª limpa		2ª limpa	colheita							
	Mandioca					2ª limpa**	colheita						
	Milho	Plantio	1ª limpa		2ª limpa								
	Caju						2ª limpa						
verão	repetição do ciclo												
		* 1ª limpa isolada da mandioca											
		** 2ª limpa isolada da mandioca											

Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

No verão, especialmente a partir de junho, os agricultores-cajucultores buscam os baixões (várzeas) por serem mais úmidos e estarem mais aptos para o plantio de feijão, o qual é uma cultura de baixa exigência hídrica se comparada ao milho ou ao arroz. As espécies de feijão utilizadas por eles são sempre as que apresentam ciclos de vida mais curtos (40 a 45 dias) para coincidirem com o período de capacidade hídrica oferecido pelos baixões. Sabedores disso, os agricultores afirmam que:

*“o feijão só precisa de duas águas, uma prá nascer e outra prá cozinhar (risos)... nós não pode abusar querendo plantar duas ou três lavoura nos baixão. A água é pouca... aí acaba não dando nem pra uma coisa nem pra outra, por isso, nós só planta só o feijão porque o feijão é muito besta prá água (risos).”* (Seu Arimatéia, 59 anos).

O inverno, que normalmente inicia-se em janeiro, é o período apropriado para o plantio e as principais culturas plantadas são milho, arroz, mandioca e caju; ou feijão, milho, mandioca e manga. Nos Quintais, é comum encontrar três lavouras temporárias e até duas lavouras permanentes. Os agricultores-cajucultores possuem sua própria técnica de espaçamento, plantio e cuidados com o cajueiro, e é disso que passaremos a descrever nas páginas seguintes desta seção.

O espaçamento praticado por eles não se adequa a nenhum dos espaçamentos sugeridos no **Boxe 3**, a seguir, e nem aos “sistemas de espaçamento” recomendados pela Embrapa para o caju anão-precoce, conforme a **Figura 20**.

**Boxe 3.** Sugestões de espaçamentos para o cultivo do caju comum e anão-precoce, segundo o SEBRAE.

**RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS DO SEBRAE PARA O CULTIVO DO  
CAJUEIRO COMUM E DO ANÃO-PRECOCE:**

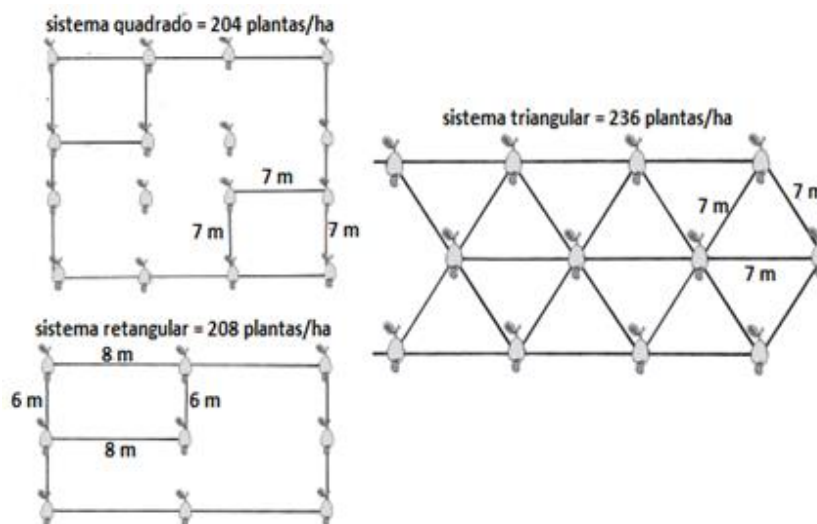
**Espaçamento/coveamento:** para cajueiro comum de 10 m x 10 m até 15 m x 15 m (este mais próprio); para cajueiro precoce 7 m x 7 m (204 plantas/ha) ou 9 m x 7 m x 7 m (178 plantas/ha). Covas com dimensões 30 cm x 30 cm x 30 cm (terrenos leves) e 40 cm x 40 cm x 40 cm (terrenos pesados); na abertura da cova separar a terra dos primeiros 10 a 15 cm de altura.

**Plantio:** deve ser feito no início do período chuvoso, em dias nublados. No plantio direto semeia-se 2 castanhas por cova a 3-6 cm de profundidade, calcando-se a terra com o pé para comprimir; 2 a 3 meses pós-germinação desbastar deixando a planta mais vigorosa. No plantio com mudas abre-se espaço na cova para o torrão, corta-se saco com canivete, coloca-se torrão no centro da cova e comprime-se a terra em volta dele. Molhar a cova com 20 litros de água e colocar capim seco (sem sementes) ou palha em volta da muda. Caso apresente-se período sem chuvas, irrigar a cova duas vezes por semana com 20 litros de água.

Fonte: Embrapa (2000, p. 16).



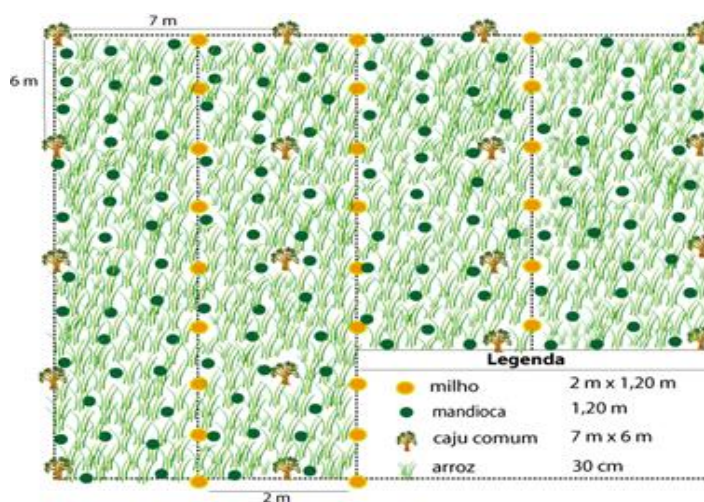
**Figura 20.** Sistemas de espaçamentos para o cultivo do caju, propostos pela Embrapa.



Fonte: Embrapa (2000). Adaptado pelo autor.

O “espaço da roça”, como notaram Woortmann e Woortmann (1997, p. 94), “é sempre ordenado pelas características das plantas”, mas também, eu acrescentaria, no caso em estudo pelas características de um tipo específico de agricultura, como já foi mencionado, conhecido como “roça no toco”; o uso daqueles “sistemas de espaçamentos” é inaplicável na “roça no toco”. O ordenamento espacial é praticado segundo critérios bem próprios desse tipo de roça, incluindo o caju, conforme a **Figura 21**, por meio da qual tentamos ilustrar a estrutura espacial que caracteriza a “roça no toco”.

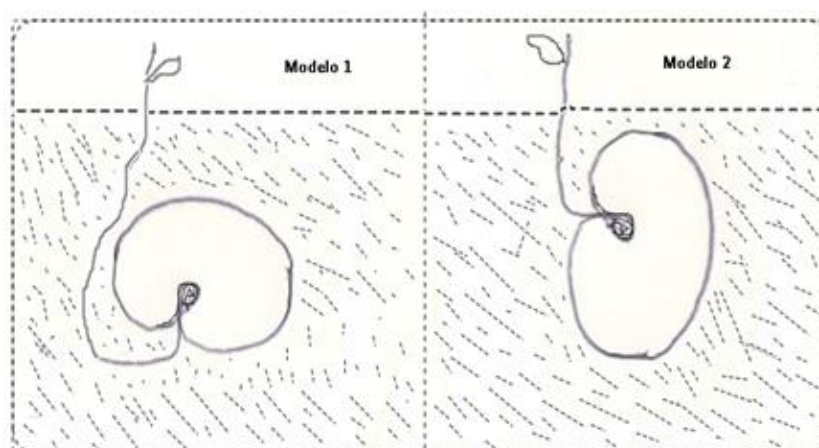
**Figura 21.** Representação da “roça no toco”.



Fonte: Elaboração do autor.

A) Primeiro, o caju (comum) é plantado no espaçamento de 7 m x 6 m – vale salientar, contudo, que esse espaçamento não se constitui medida padrão por eles adotada. O que eles buscam, na verdade, é o aproveitamento de espaço, sobretudo em relação ao caju. Como dizem: “na roça de caju, a gente aperta aqui e aperta ali pra caber mais lavoura”. Encontrei vários espaçamentos praticados por eles, embora o mais comum tenha sido o acima informado. Assim, para plantar o caju são colocadas na cova duas “sementes de castanha”, pois eles dizem que “é para o caso de uma falhar, a outra fazer o trabalho”, mas se por acaso as duas vingarem, explicam: “a gente deixa pra ver qual é o caju mais forte... porque o fraco, por ele mesmo morre”. A disposição das sementes na cova não é um aspecto menos importante durante o cultivo. A seguir, veremos, através da **Figura 22**, “dois modelos” de posicionar a castanha na cova (ou no saquinho) durante o cultivo.

**Figura 17.** Disposição das sementes de castanha de caju na cova.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012) e Embrapa 2000. Adaptado pelo autor.

O **Modelo 1** é o do agricultor-cajucultor e o **Modelo 2** é o recomendado pelos órgãos de pesquisa e extensão. No entanto, não tive oportunidade de constatar seu uso por parte do agricultor-cajucultor em nenhuma comunidade pesquisada. Seu Geraldo (81 anos), ao ser questionado sobre a disposição da castanha no solo (ou no saquinho, no caso de produção de mudas) no momento do plantio, respondeu-me sobriamente:

*“olhe bem, ninguém nasce em pé, nem mesmo os bichos... do jeito que a gente nasce a gente morre... ninguém enterra uma pessoa em pé... é contra a natureza. Por isso, quando planto caju, que hoje não planto mais, já tô velho e cansado, procuro deitar a castanha na terra, eu acho que assim ela dá um*

*pé de caju forte e sadio, conforme a natureza, conforme um ser humano quando nasce.”*

Guardei bem as palavras de Seu Geraldo (81 anos), mas elas não se repetiram no discurso de outros informantes com a mesma conotação. Segundo Seu Arimatéia (59 anos):

*“no saquinho a gente planta a castanha deitada, mas pode até ser que a gente plante a castanha em pé como os técnicos dizem. Mas na roça, com tanta cova pra plantar, a gente vai jogando a castanha e do jeito que ela cair, e ela cai sempre deitada, é o jeito que a gente planta... é prático, rápido. Se a gente fosse plantar as castanhas em pé, daria muito trabalho, porque a gente tinha que se abaixar e, com a mão, botar cada castanha na cova. Isso daí não existe. A gente ia perder muito tempo. Na roça, a lei é outra.”*

Portanto, a disposição da castanha na cova, embora inspire uma conotação religiosa presente no discurso de Seu Geraldo (81 anos), o que ela indica mesmo é uma “técnica nativa” de tornar as execuções de plantio mais práticas e com menos gasto de tempo. Já o **Modelo 2**, prescrito pelos órgãos de pesquisa e extensão, sugere um “ganho de tempo” da planta para brotar, uma vez que o seu broto percorrerá pouca distância para romper o solo, acima da castanha. O broto da castanha do **Modelo 1**, de fato, percorre uma distância maior para romper o solo e, conseqüentemente, gasta mais energia e nutrientes para isso. Contudo, para o agricultor-cajucultor, o que é relevante é “ele ganhar tempo”; para os técnicos, o relevante é a “planta ganhar tempo”; para o agricultor-cajucultor, é a pressão sobre o trabalho que determina a forma de plantio; para os técnicos, é a especificidade do comportamento fisiológico da planta que deve orientar as práticas de cultivo.

Após plantar o caju seguindo o **Modelo 2**, um piquete de 80 cm é fincado ao pé da cova para direcionar os demais plantios que serão feitos na área. Para o caju anão-precoce, utilizam também vários tipos de espaçamentos, sendo o mais comum: 6 m x 6 m, ou 5 m x 6 m, principalmente quando é plantado em pequena área a parte do caju comum. Entretanto, o mais comum, como já informamos acima, é que a “*plantação seja misturada*” (cultivo híbrido) dos dois tipos de caju numa mesma roça. Embora saibam que as mudas enxertadas de caju anão-precoce possam ser utilizadas, eles têm especial predileção pelo plantio feito com “*sementes das castanhas*”. Eles explicam: “*a muda não mostra o fruto da onde ela veio, mas a castanha que eu planto eu sei de onde ela veio, porque foi eu que escolhi*”.

B) Estando demarcada com o caju, agora prosseguem com a divisão da área em “eitos” (ruas) com espaçamento de 2 m de largura. A **Figura 22** acima traz quatro “eitos” onde serão

plantados as demais culturas: milho, mandioca e arroz. Nas extremidades dos “eitos” (nas linhas) plantam ou milho, ou mandioca, mas no exemplo da **Figura 22**, é o milho que é plantado. “O milho”, como dizem: “*é a luz da roça porquê de longe todo mundo vê... ele é a alegria do Quintal, dos bichos*”. Ele é plantado em linhas de 2 m x 1,20 m e, em cada cova, é semeado de 4 a 5 “caroços” (sementes).

C) A mandioca é plantada nos “eitos” sem linhas, no espaçamento de 1,20 m entre as covas e, como o seu plantio é feito sem linhas, o coveamento assume o formato de *zigue-zague*. Entre os espaços desse *zigue-zague* planta-se o arroz obedecendo a um espaçamento de 30 cm entre covas; o arroz é plantado, também, sem linhas, na “tora”, ou seja, em qualquer espaço do “eito” onde couber uma cova. São semeados 6 “caroços” (sementes) de arroz por cova.

D) Por fim, é necessário levar em consideração a presença e a disposição dos tocos, pois embora eles não estejam contidos na **Figura 22**, são fatores importantes que influenciam morfológicamente no ordenamento de todas as culturas na roça. Conforme dizem: “*quando nós vai plantar a roça, quem vai dizer o lugar da cova é o toco... aí nós sai plantando conforme a vontade dele, para direita, para esquerda, em frente (risos)*”.

Como se nota, o caju está inserido na lógica da “roça no toco”. Não há um espaçamento único nesse tipo de roça, pelo contrário, a roça é ordenada segundo vários tipos de espaçamentos, conforme sejam o número e as características das culturas. O ordenamento dos espaços segue a lógica da escala do maior espaço para o menor espaço: espaço do caju, espaço do milho, espaço da mandioca e espaço do arroz. Nesse caso, se fosse possível apontar um tipo de “sistema de espaçamento” existente entre eles, o mais apropriado seria o “sistema de espaçamento escalonado”, que é próprio da “roça no toco” (agricultura consorciada), e é dentro dessa lógica que os cuidados com o cajueiro e com as demais culturas são realizados.

As culturas temporárias, como o arroz, o milho e o feijão, exigem que duas limpas sejam feitas ao longo dos seus ciclos produtivos; já a mandioca, por seu ciclo ser de 18 meses, exige quatro limpas: duas “casadas” (consorciadas) e duas “solteiras” (isoladas). O feijão e o arroz não podem consorciar-se devido as suas características arbustivas serem semelhantes, provocando o “*enlinhamento*” (entrelaçamento) das plantas como dizem, além de impedir que os tratos culturais sejam nelas realizados com êxito. Sendo assim, eles preferem plantar o arroz consorciado no inverno e, no verão, plantam o feijão “solteiro”.

O caju, em seu primeiro ano de vida, da mesma forma que a mandioca, beneficia-se em função do consorciamento de culturas dos tratos culturais oferecidos às outras culturas,

especialmente a da mandioca, por esta permanecer mais tempo na roça. Em dezembro do primeiro ano, a mandioca recebe a primeira limpa “*solteira*” da qual se serve, também, o caju que já está a uns 25 cm do solo. Em maio do segundo ano, a mandioca recebe sua última limpa “*solteira*” da qual o caju também se beneficia; em junho, ainda do segundo ano, a mandioca é colhida.

Após a colheita da mandioca, o caju permanece “*solteiro*” na roça até que, com a virada do ciclo anual do período chuvoso, novas culturas o façam companhia novamente. Dependendo da variedade do caju (anão-precoce ou caju comum), bem como do espaçamento praticado entre as plantas, o processo de consorciamento com culturas temporárias ainda pode ser realizado, prática que é cessada no momento em que a copa do caju passa a “*fazer sombra*”, indicando que o período de compartilhamento de solo, água e cuidados paralelos com outras culturas chegou ao fim. Como eles praticam com os dois tipos de caju um espaçamento muito curto, o sombreamento (adensamento das copas) torna-se inevitável, podendo ocorrer em menos de cinco anos, inviabilizando o consorciamento e tornando menor a dotação de rentabilidade; contudo, essa não é a compreensão que fazem da ideia de rentabilidade/produktividade. Eles dizem que o “caju botou pouco ou muito”: caju que bota muito é “caju botador” e caju que bota pouco é “caju fraco” (consideram, também, o cajueiro que bota pouco de “caju macho”).

Conforme foi demonstrado um pouco acima, o “*tamanho da obrigação*” (“*a carga*”) é um parâmetro usado por cada grupo familiar para definir a “quantidade necessária de trabalho” que deverá ser gasta visando ao sustento da família. Vimos, ainda, que o “investimento” (no sentido de utilizar os elementos modernos da cadeia do caju) em tecnologias produtivas e organizacionais está, também, sob o comando desse parâmetro, dispositivo através do qual se avalia se as diversas formas de “investimento” são realmente necessárias.

Agora, em relação a ideia de “produktividade” não é diferente, pois toca necessariamente a questão da “satisfação familiar” e da equação  $R \geq N$  (rentabilidade maior ou igual que as necessidades). Ora, em que consiste essa satisfação e como é determinado o seu nível no interior dos grupos familiares? Para responder a estas questões é fundamental compreendermos, primeiramente, que cada grupo familiar possui sua própria constituição. Por constituição familiar refiro-me ao sexo, à idade e ao tamanho da família. É o peso dessas categorias (variáveis), presentes distintivamente nos grupos familiares, que regulam a “quantidade de trabalho”, o “nível de satisfação”, a “necessidade de investir em práticas modernas” e todas as outras ações referentes à manutenção dos grupos familiares. Embora esses elementos sejam

ambos dependentes da constituição familiar, a satisfação é sempre o resultado do trabalho e de sua intensidade.

Porém, nem sempre o resultado de um ano agrícola, proveniente do trabalho, consegue atingir o nível de satisfação de consumo da família, denominado por eles através do binômio: “*ano bom*” e “*ano ruim*”. O primeiro refere-se ao ano em que a roça supre as necessidades da família; já o segundo é caracterizado pelo desequilíbrio entre o trabalho realizado pelo grupo familiar e o seu grau de satisfação (CHAYANOV, 1974).

Como os Quintais operam quase no limite de sua produtividade, as dificuldades por terra são as que primeiro aparecem, comprometendo, em alguns casos, a consecução do referido equilíbrio, ainda mais se este se compor estritamente da equação de rendas provindas do Quintal, especialmente de lavouras temporárias (como feijão, milho, arroz e mandioca), do caju (ou da manga) e, ainda, da criação de pequenos animais, como galinhas, porcos, patos, capote (galinha da angola) e ovelhas. Nesse caso, o equilíbrio é atingido na medida em que o trabalho do grupo familiar não se restringe aos resultados alcançados pelos “*produtos da roça*”, mas isso vai depender inteiramente da constituição de cada grupo familiar.

Há grupos familiares, por exemplo, que vivem exclusivamente dos resultados obtidos na produção dos Quintais; há muitos outros, porém, que consideram necessário recorrer ao trabalho fora dos Quintais. Cada grupo familiar possui um nível de satisfação distinto, uma vez que as necessidades por eles definidas são baseadas na constituição do grupo familiar. De acordo com a perspectiva teórica de Chayanov (1974, p. 84-85), ancorada nos dados (estatísticos) da realidade camponesa russa, as “necessidades são determinadas subjetivamente”; no caso russo, pode até ter sido, mas essa não deve ser considerada uma proposição universal.

As características comuns entre os grupos familiares que buscam trabalho fora é a presença de membros familiares doentes (que perderam temporariamente a capacidade de trabalho), idosos (sobretudo os que não são aposentados) e o número elevado de crianças na faixa etária de 0-10 anos (acima de seis). Estes são, pelo menos, os principais fatores que produzem assimetria no interior do grupo familiar, a qual se expressa quando o nível de satisfação da família tende a comprometer-se, enquanto o “*tamanho da obrigação*” (carga de trabalho) só aumenta. Encontrei inúmeras famílias passando por essa “*experiência assimétrica*” de comprometimento da satisfação, a que eles se referem pelo termo “*situação difícil*”, conforme depoimento de Seu Domingos:

*“hoje, a minha situação é muito difícil. Quando pensei que já tinha terminado de criar meus filhos, aí vem os netos... aí começa tudo de novo. Minha situação era pra ter melhorado, mas ficou foi mais difícil. Antes eu tinha cinco filhos, dois homens e três mulheres. Criei eles com muita dificuldade. Os dois filhos se casaram e cada um vive sua vida, mas as filhas me arranjaram netos pra criar. Aí, é como eu já disse, as coisas voltaram, as responsabilidades só fizeram trocar de nome, porque agora eu tenho obrigação com as minhas filhas e com os meus netos. A família aumentou e a carga de trabalho acompanhou... antes eu era mais jovem, agora tô velho e não aguento fazer o que fazia antes. O trabalho da roça é puxado, mas o que eu consigo na roça já é uma ajuda muito grande, pelo menos arroz a gente come. As outras coisas, só arranjando fora mesmo, por aqui não tem jeito.” (Seu Domingos, 45 anos).*

Uma das coisas que esse depoimento demonstra, todavia, é que o “parâmetro avaliativo da *“carga de trabalho”* não é subjetivo, pelo contrário: o agricultor-cajucultor sabe a “quantidade necessária de trabalho” que deverá ser gasta em sua família em função do número daqueles que irão apenas consumir, como sabe, também, que quando *“a família aumenta, a carga de trabalho acompanha”*. Grupos familiares *“em situação difícil”* são vulneráveis aos apelos “da modernização da cadeia do caju”, mas são os que menos investem, pois as necessidades em manter a família em curto prazo superam as supostas vantagens possivelmente alcançadas pelos investimentos em longo prazo:

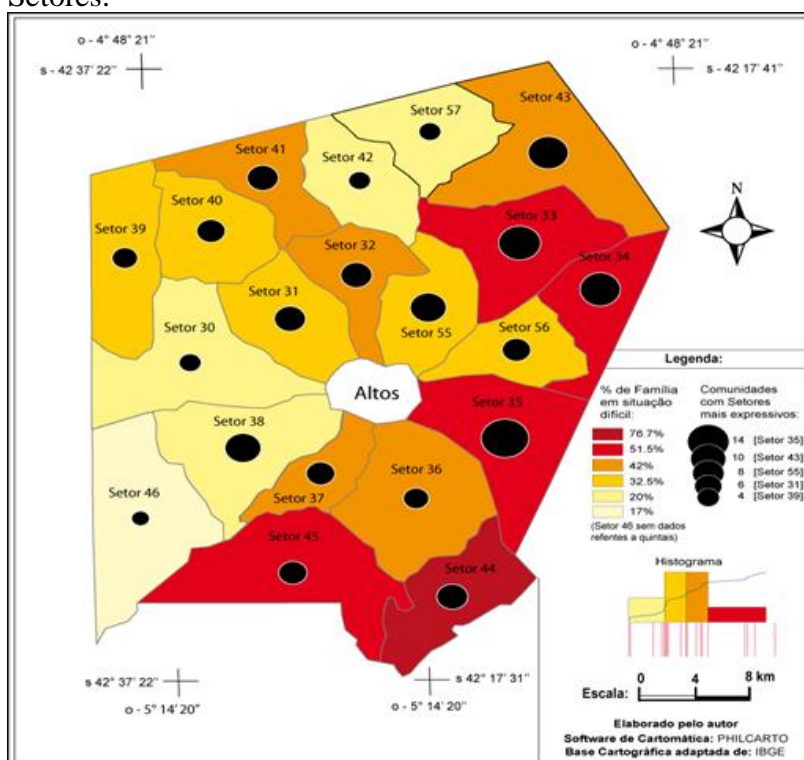
*“moço, eu tô vivendo uma situação difícil... numa situação difícil quem é que não quer ajuda? Mas quando nós vai atrás da ajuda, aí é só conversa... é coisa muito demorada. Uma vez fui na cooperativa pra ver se arrumava alguma coisa por lá, pra ver se eu trabalhava por lá, mas vi que o negócio ia demorar muito... eu fui atrás de uma diária pra dá de comer a meus quatro filhos pequenos e dois netos que o senhor tá vendo brincando no terreiro... não arrumei nada, nem um punhado de arroz pra comer. Olhe, o jeito foi sair e se socorrer com a família, que também vive em situação difícil, mas pelo menos tinha naquele dia pra me ajudar... a luta é todo dia, é essa... a cooperativa vai quem tem tempo e vive numa situação melhor, mas pra nós que precisa não têm como esperar... (silêncio) nós trabalha pelo hoje, o amanhã a Deus pertence.” (Seu Domingos, 45 anos).*

Não há nada mais objetivo e consciente do que tais depoimentos. Trata-se de uma “realidade vivida” cujas “condições objetivas da existência” (como diria Marx) são traduzidas como *“situação difícil”*. O ciclo biológico da família, ao invés de ter cessado num determinado nível, e, a partir daí, ter proporcionado uma diminuição na pressão por trabalho familiar (nível de auto exploração, como diria CHAYANOV, 1974) houve, pelo contrário, uma renovação do

ciclo biológico, realimentando, então, a “carga de trabalho”: “quando pensei que já tinha terminado de criar meus filhos, aí vêm os netos... aí começa tudo de novo”.

Estes dois depoimentos expressam as condições (difíceis) a que estão expostos os agricultores-cajucultores nos Quintais, e o quanto o problema da “modernização da agricultura tradicional” é questionável quando ancora a “pouca adoção” de recursos tecnológicos e a “falta de conhecimento” por parte dos agricultores como sendo os “verdadeiros fatores” da baixa produtividade agrícola e da pobreza no campo. Nessas mesmas condições que descrevem a experiência de Seu Domingos, encontram-se muitas outras famílias apresentando níveis diferenciados de dificuldade, conforme mostram os dados da figura a seguir.

**Figura 18.** % de família que se encontra em "situação difícil" nos Quintais, segundo as comunidades e Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Os Setores 33, 34, 35, 44 e 45 são onde se encontram os maiores percentuais de famílias que vivem em “situação difícil”, apresentando uma variação de 51,5 a 76,7%, ao passo que nos demais Setores essa variação é de 17 a 42%. Esses Setores mais afetados possuem três características comuns: são lugares onde predominam áreas de assentamento da reforma agrária, têm estradas em péssimas condições de tráfego e estão distantes dos centros comerciais do



município. O número de comunidades afetadas também varia de acordo com os Setores, mas os seis Setores que mais expressam essa realidade são os 31, 35, 39, 43, 46 e 55. Diante destes dados que expressam as condições dos agricultores-cajucultores que vivem a agricultura de Quintais, qual é o lugar da cajucultura para essas famílias e que lugar ocupa a lógica de seu cultivo? Boa parte das respostas a estas questões encontra-se no que já exploramos sobre pluriatividade (SCHNEIDER, 2003a).

Os agricultores-cajucultores dos Quintais estão em profunda transformação em seu modo de vida. A escassez de terra, o que impossibilita que a exploração agropecuária seja o suficiente para a manutenção das famílias, somada à pressão demográfica exercida pelo aumento aritmético da família ao longo dos anos, são alguns dos problemas enfrentados por estes sujeitos, que os levam à busca e à criação de outras fontes alternativas para obtenção de renda. Assim, o que há de mais comum entre estes sujeitos é a convicção de terem que “ganhar a vida lá fora”, seja enviando seus jovens para os grandes centros, seja encarando o fato de ter que “trabalhar alugado”. Essas são as alternativas, até então (dezembro de 2012), buscadas por todos aqueles que estão vivendo as condições dos Quintais.

Os dados da **Tabela 16**, abaixo, ilustram os principais fatores de composição de renda obtidos por estes sujeitos ao longo de um ano agrícola. Esses dados foram advindos tanto do *survey* quanto da observação etnográfica, o que me permitiu elaborar um desenho geral da renda proveniente das principais atividades dos agricultores-cajucultores que dizem respeito à família de Seu João, composta por quatro pessoas: o casal e dois filhos, de 2 e de 3 anos.

**Tabela 16.** Fatores de composição de renda média bruta anual de uma família de Quintal.

	Itens	Quantidade	Valor (R\$ 1,00)	Total (R\$ 1,00)	% Composição
Pecuária	Galinhas	20 cabeças	15,00	300,00	4,39
	Patos	10 cabeças	15,00	300,00	4,39
	Capotes	15 cabeças	20,00	300,00	4,39
	Porcos	100 kg	13,00	1.300,00	19,02
	Ovelhas	70 kg	16,00	1.120,00	16,39
Ana Agricultura	Milho	200 kg	1,00	200,00	2,93
	Feijão	50 kg	5,00	100,00	1,46
	Arroz	50 kg	2,50	125,00	1,83
	Mandioca	500 kg	0,30	150,00	2,19
	Castanha	200 kg	1,20	240,00	3,51
	Pedreiro	30 dias	60/dia	1.800,00	26,34
	Diária	30 dias	30/dia	900,00	13,17
<b>Total da renda média anual bruta</b>				<b>6.835,00</b>	
<b>Total da renda média mensal bruta</b>				<b>569,00</b>	<b>100,00</b>

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como se observa, a primeira coluna da esquerda para direita demonstra três principais atividades (Pecuária, Agricultura e Atividades não-agrícolas – Ana); a segunda coluna contém os itens destas atividades praticadas; a terceira coluna é a quantidade ou o volume produzido de cada uma destas atividades; a quarta é o valor (em R\$) unitário do volume produzido; a quinta coluna, por sua vez, é o valor (em R\$) que resulta da venda obtida por cada atividade produzida, ao longo do ano agrícola; e, finalmente, a sexta coluna expressa a composição percentual (%) da produção vendida, resultante de cada atividade.

Contudo, nem sempre os produtos das atividades são destinados ao mercado, muito embora estejam na tabela cumprindo essa finalidade. Assim, para que eu pudesse elaborá-la, tive que “combinar” com o Seu João que todos os produtos produzidos seriam vendidos, e que o preço de mercado seria por ele mesmo sugerido. As atividades da pecuária, por exemplo apenas porcos e ovelhas, são criadas para o mercado e especialmente abatidos; galinhas, patos e capotes acabam assumindo um “capital de reserva”, bastante utilizado para datas comemorativas e outras demandas que eventualmente possam surgir.

Com as atividades da agricultura, por outro lado, destinam ao mercado a mandioca (que dependendo das necessidades das famílias, uma parte dela pode ser destinada para o

autoconsumo) e a castanha, milho, feijão e arroz são para o autoconsumo. A família de Seu João, por exemplo, vende toda a produção de mandioca, mas nem sempre isso ocorre com as demais famílias.

Já nas atividades não-agrícolas (Ana)<sup>89</sup> destacam-se as diárias e os serviços de pedreiro. Para esta tabela, estas atividades, a de pedreiro e a de diarista, só foram realizadas durante 30 dias para cada uma delas, respectivamente. Para outras famílias, no entanto, esse período, bem como as atividades não-agrícolas podem ultrapassar o dobro desse período, e isso ocorre em função do tamanho da família, em conformidade com as suas necessidades e com as habilidades de seus membros em trabalhar com outras atividades econômicas. Esse é o desenho, portanto, do quadro geral de composição de renda da família de Seu João, tomando como pressuposto de que tudo o que ele produz será destinado ao mercado. Contudo, na prática não é assim, pois nem tudo que ele produz destina-se ao mercado.

Desse modo, subtraindo os valores obtidos pela “não venda” de galinhas, patos, capotes, milho, feijão e arroz obtém-se uma renda anual de R\$5.935,00 e uma renda mensal de R\$494,00, ou seja, menos de um salário mínimo atual (R\$678,00, em vigor desde de 01/01/2013). Diante desse contexto, a cajucultura contribui com apenas 3,51% da renda anual, os serviços de pedreiro com 26,34% e as diárias com 13,17%. Entre as atividades da pecuária, por sua vez, os agricultores-cajucultores obtêm o percentual de 19,02% de sua renda com a venda de carne de porco e de 16,39% com a venda de carne de ovelha.

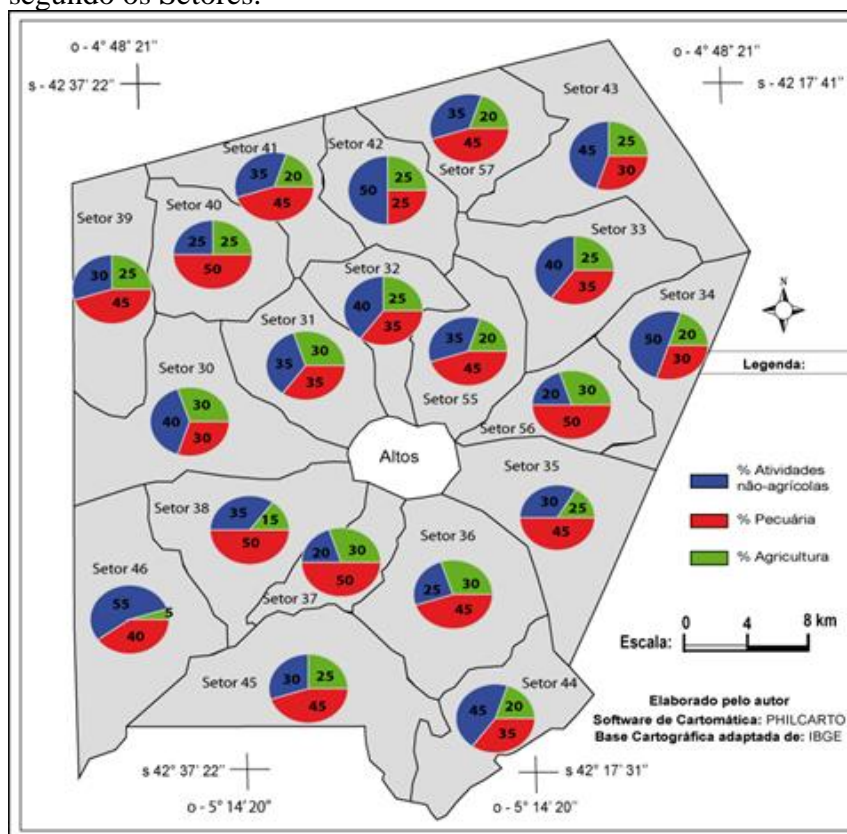
Foi com base em sua constituição familiar que o Seu João definiu os dias de pedreiro e os dias de diária que ele precisaria para dar conta do sustento da família. Esta realidade, que expressa as condições de vida da família de Seu João, não é tão diferente assim da realidade das demais famílias que vivem sob as condições dos Quintais, ou seja, a fonte de composição de renda é primorosamente pluriativa.

Neste sentido, a fim de que tenhamos uma visão geral destas condições, apresento, através da **Figura 24**, os dados da composição de renda dos agricultores-cajucultores dos Quintais, a partir da agricultura, da pecuária e das atividades não-agrícolas, segundo os Setores.

---

<sup>89</sup> A presença e a expansão de atividades ditas não-agrícolas são um fenômeno em curso em vários países do mundo. Para se ter uma ideia, cerca de 40 a 60% das explorações dos países mais industrializados obtiveram mais da metade de suas rendas fora da agricultura em 1978 (FULLER, 1984). Nos Estados Unidos, atualmente, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura (CASTLE, 1998), enquanto na América Latina o rural não-agrícola já ocupa entre 20 e 30% da população (SACHS; ABRAMOVAY, s/d.).

**Figura 19.** % da agricultura, da pecuária e de atividades não-agrícolas na composição da renda dos Quintais, segundo os Setores.



Fonte: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como se vislumbra, as atividades não-agrícolas (Ana) estão presentes em todos os Setores e, entre alguns deles, predominam, podendo, entre estes, destacar oito ocorrências: 30, 32, 33, 34, 42, 43, 44 e 46. Entre estes Setores, estas atividades são responsáveis por até 55% da composição de renda, como é o caso do Setor 46 no qual a agricultura só contribui com apenas 5% e a pecuária com 40%. As atividades da pecuária constituem a segunda maior atividade na contribuição para a composição de renda dos agricultores-cajucultores dos Quintais. Os Setores mais expressivos, cujo percentual ultrapassa 40%, apresentam 12 ocorrências: 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 55, 56 e 57.

As atividades da agricultura, por sua vez, não ultrapassam a margem de 30% de contribuição para a composição de renda em nenhum dos 20 Setores – aspecto para o qual havíamos mencionado no Capítulo 2 ao examinar a crise agrícola porque passam as culturas permanentes e temporárias de Altos, inclusive o caju. Contudo, os dados estatísticos do IBGE, como já vimos, exclui os Quintais para fins de pesquisa censitária, o que agrava ainda mais a situação da percepção da crise agrícola, pois ela é maior do que expõem os dados do IBGE, e é

através deles, infelizmente, que muitos acreditam, inclusive eu mesmo nesta tese, em seus aspectos.

Não obstante a crise agrícola de Altos, a cajucultura é uma prática por muitos ainda cultivada em função, como já mencionamos no início deste capítulo, da possibilidade do agricultor-cajucultor monetarizar-se. Para os agricultores-cajucultores, “*castanha é dinheiro*” é uma expressão muito utilizada por eles ao situar a importância econômica da exploração do caju; muitos deles, inclusive, preferem receber da “figura do atravessador” o pagamento antecipado da castanha a ter que esperar a frutificação em seu Quintal.

Como a monetarização é realmente muito difícil, então o agricultor-cajucultor vê no “acordo tácito” firmado entre ele e o comprador uma possibilidade de levar adiante seu “projeto de manter a família”, “mas já com o dinheiro na mão”. Ele confia muito no “poder de compra” proporcionado pela castanha, conforme o depoimento a seguir, de Seu João:

*“a castanha é boa pra tudo... pra comer e pra vender. Nós prefere vender, porque nós pega no dinheiro e depois com o dinheiro na mão é mais fácil pra nós calcular o que vai dar pra comprar e o que vai faltar. Aí, quando nós sabe o que vai faltar, aí nós vai correr atrás pra conseguir aquilo que tá faltando. Às vezes, nós consegue rápido, mas às vezes demora mais um pouquinho, né? Mas sempre deu certo, nós achando o de comer pra família tá bom demais. Se eu tivesse mais terra eu ia viver só do caju, porque o caju é melhor do que a lavoura. A lavoura dá mais trabalho e o ganho é pouco; o caju o trabalho é pouco e o ganho é muito. A castanha, o comprador vem aqui na minha casa comprar, não precisa eu ir pra feira, não! Mas já com os bichos não, as ovelhas, o porco nós é que têm que levar pra feira. Até nisso o caju é bom, dá menos trabalho, né? Mas nós num pode deixar de criar, deixar de botar roça porquê de tudo isso daí vem o sustento, né? Aí nós têm de fazer assim... um pouquinho daqui, um pouquinho dali... é assim que nós vai vivendo, graças a Deus num devo nada a ninguém. Não quero ter riqueza pra dever, prefiro a riqueza de não dever do que a riqueza do rico que deve.” (Seu João, 43 anos).*

A partir deste depoimento, gostaria de chamar a atenção para três pontos: a) “*se eu tivesse mais terra eu ia viver só do caju, porque o caju é melhor do que a lavoura*”; b) “*a lavoura dá mais trabalho e o ganho é pouco; com o caju o trabalho é pouco e o ganho é muito*”; e, c) “*nós num pode é deixar de criar, deixar de botar roça porquê de tudo isso daí é que vem o sustento, né?*”

O primeiro ponto acentua o nível de consciência das condições do agricultor-cajucultor em viver com a escassez de terra, própria dos Quintais. Esta é uma condição que expressa o baixo índice de participação da agricultura na composição de renda destes sujeitos, como vimos

na **Figura 24**; em função dessa condição fundiária que os impede de avançar com a lavoura (feijão, arroz, milho e mandioca), consideram que o caju é melhor do que aquela, o que nos leva ao ponto seguinte.

O segundo ponto do depoimento em análise chama a atenção para uma relação que eles fazem entre “lavoura de ganho” e “lavoura de consumo”. A lavoura de consumo é o feijão, o arroz, o milho e, até mesmo, ocorre de boa parte da mandioca ser destinada ao consumo, dependendo das necessidades das famílias; já a lavoura de ganho é o caju e a mandioca, seja esta o total da produção ou apenas parte dela. O problema da mandioca, dizem, é que ela “*aparece muito tarde*” (ela possui um ciclo médio de 12 a 15 meses). Normalmente eles esperam 17 meses para colher a mandioca, conforme já mencionamos um pouco acima sobre o “ciclo agrícola das principais culturas nos Quintais”. Esta lavoura, portanto, só entra na composição de renda a cada período desse, havendo um espaço de 6 meses, portanto, entre o ciclo da mandioca e o ciclo agrícola das demais culturas, período no qual aparece o caju, entre os meses de agosto/setembro (entressafra), cujo período de frutificação chega a se estender por até, no máximo, 4 meses na região de Altos. Ora, mas em que o caju é melhor do que a lavoura, conforme dizem os agricultores-cajucultores? É o que passaremos a expor, a seguir.

Ora, conforme vimos a partir dos dados da **Tabela 16**, elaborada com base na família de Seu João, a cajucultura representa 3,51% de sua renda anual. Entretanto, essa porcentagem diz respeito apenas a venda da castanha (200 kg), sem considerar o aproveitamento do pedúnculo que é, normalmente, fornecido aos animais como ração. Com o aproveitamento do pedúnculo como ração, Seu João consegue economizar mais de 120 kg de milho durante os quatro meses de frutificação do cajueiro, o que equivale, na prática, a quatro dias de diárias a menos que ele “precisará” ao longo do ano. Ou seja, os R\$240,00 de castanha, mais o valor embutido de R\$120,00 do pedúnculo, totalizam R\$360,00 e constituem o aporte advindo da cajucultura para a composição da renda de Seu João. De acordo com ele:

*“tem ano que o caju bota muito, aí é bom pra todos nós porque diminui o trabalho pra nós ganhar o meio de vida lá fora. Aí aparece trabalho, mas nós não precisa mais dele, não, aí todo mundo pensa que nós é preguiçoso, pensa que nós não quer trabalhar. Sou um homem trabalhador, mas quando Deus dá os objetos pra minha família viver, pra que nós ainda buscar meio de vida lá fora pra viver?”*

Um fato curioso que me chamou a atenção no depoimento acima é quando Seu João afirma: “*sou um homem trabalhador, mas quando Deus dá os objetos pra minha família viver, pra que nós ainda buscar meio de vida lá fora pra viver?*” É muito comum entre eles se referirem aos gêneros alimentícios, bem como a outros bens de consumo, como “objetos”. Ocorre que, quando ele tem o necessário para o consumo de sua família, sobretudo em relação aos gêneros alimentícios, a busca por trabalho passa a ser redefinida com base nas provisões já alcançadas. O caju, mais do que as outras culturas, consegue dar ao agricultor-cajucultor uma resposta mais imediata de suas condições para aquele ano agrícola, em função, principalmente, desta resposta a assumir a forma monetária, isto é, a forma final a partir da qual eles conseguem medir, com mais eficiência, o grau de “auto exploração” (CHAYANOV, 1974) da família e, conseqüentemente, de poder recusar ou não as ofertas de trabalho, então: “*pra que nós ainda buscar meio de vida lá fora pra viver?*”. Essa é uma questão que está presente em todo o universo de informante, porém o que é distintivo é o nível de satisfação que é determinado por cada grupo familiar, e os arranjos pelos quais ela é operacionalizada.

O conhecimento que o agricultor-cajucultor tem sobre a sua própria condição e, ao mesmo tempo, de poder “taticamente” (CERTEAU, 1994) ou “reflexivamente” (GIDDENS, 1998) organizar a sua economia doméstica, com base em suas próprias necessidades internas e não na lógica produtivista e acumulativa do capital e do agronegócio, tem gerado muito descontentamento por parte daqueles que ofertam trabalho, principalmente na forma de diária.

Entre estes sujeitos descontentes, destacam-se os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” que dizem: “*depois que o governo inventou essa coisa de bolsa disso e bolsa daquilo ninguém mais quer trabalhar por aqui. Hoje mesmo tô precisando de trabalhador e num acho um que queira vim trabalhar... como é que a gente vai prá frente assim? Tá difícil!*”. Por outro lado, estes sujeitos têm que aprender a conviver com homens na condição de Seu João que diz: “*pra que nós ainda buscar meio de vida lá fora pra viver?*”.

O terceiro ponto do depoimento de seu João que gostaria de chamar a atenção diz respeito a lógica de produtividade que opera nos Quintais, a qual está ancorada no “*tamanho da obrigação*” e não na lógica produtivista. Eles operam sua economia com base em fontes pluriativas de atividades, muito embora digam que o caju é melhor do que a lavoura e, ao mesmo tempo, reconheçam a importância dela para compor o sustento da família e, em função disso, afirma Seu João: “*nós num pode é deixar de criar, deixar de botar roça porquê é de tudo isso daí é que vem o sustento, né?*”.

Com o mesmo sentido, afirma Seu Raimundo, em relação a lógica que rege a economia familiar-camponesa nos Quintais:

*“moço, aqui nós só trabalha para arranjar o de comer, ninguém trabalha aqui para ficar rico não.. a roça não enriquece, não, ela é só alimenta, e pra quê riqueza melhor? Aqui, nós não busca essa coisa de produ... produ... produ... o que mesmo, heim? Produtividade (risos)... pois é, nós não busca essa coisa de produtividade, não, nós busca o sustento da família... e pra que produtividade melhor? Essa é a nossa riqueza!”* (Seu Raimundo, 37 anos).

O enfrentamento dessa condição apresentada pelos Quintais ocorre de forma consciente entre os membros da família. Segundo Chayanov (1974, p. 38), esse enfrentamento, nos casos por ele estudados, é feito segundo um “balanço subjetivo” entre trabalho e consumo, muito embora os fatores enfrentados sejam objetivos. A condição de vida dos agricultores-cajucultores, pelo contrário, está na soleira de sua porta; visível, eles a conhecem muito bem. Não há o que descobrir, não há novidades, não há o que discutir. Conforme eles mesmos dizem: *“a gente sabe da situação da gente, né? Então, algumas palavra basta... aí a gente resolve assim, sem muito barulho”* (Luciano, 34 anos).

É assim o sistema que opera nos Quintais, cuja cajucultura é apenas uma fração dele. No Quintal, durante os primeiros anos em que o caju ainda partilha a lógica do consórcio, os cuidados para com o cajual e para com as outras lavouras recaem sempre para o chefe da família, uma vez que aos demais membros cabe apenas uma pequena parcela de “ajuda”, para usar uma terminologia tão familiar à Heredia (1979). Contudo, quando o caju começa a frutificar, todos os membros da família passam a “tomar conta” (expressão nativa), a cuidar do cajueiro.

Nesse ponto em diante em relação aos tratos com o caju, a noção de “ajuda” perde o sentido, uma vez que todos são responsáveis, não apenas o chefe da família, conforme afirma Seu Francisco (54 anos): *“eu planto, cuido até o caju ficar pronto. Quando ele fica pronto, quando ele começa a botar, aí eu entrego pra família tomar conta dele, né? Quanto mais gente olhando ele, mais ele cresce e bota muito”*. Apesar das dificuldades encontradas nos Quintais, estes possuem uma lógica própria de reprodução social, um sistema próprio, e foi dentro deste contexto que tentamos enxergar a cajucultura.

Ora, neste aspecto, em que os Quintais se distinguem dos Sítios? Qual é o lugar da cajucultura e como esta é operacionalizada a partir da lógica dos “Sítios com mínima e máxima



campesinidade”? São estas questões que passarão a nortear o Capítulo 4, a seguir, e iniciaremos com os “Sítios com mínima campesinidade”.

## CAPÍTULO IV – A Cajucultura nos Sítios

### 4.1 A Cajucultura nos “Sítios com mínima campesinidade”: a natureza das relações produtivas e organizacionais

Conforme vimos na Seção 1 do Capítulo 1, onde discutimos, a partir de uma perspectiva teórica, sobre os “Sistemas Produtivos” da cajucultura, notadamente Quintais, Sítios e Fazendas, chamamos a atenção, ainda, para “dois tipos de Sítios” que se distinguem em função da natureza social de suas relações familiares e produtivas: “Sítios com mínima campesinidade” e “Sítios com máxima campesinidade”.

O objetivo do presente capítulo, portanto, é demonstrar como a cajucultura é operacionalizada nestes Sítios, e o que a sua prática informa sobre as condições vivenciadas pelos agricultores-cajucultores que, em função de determinados arranjos sociológicos, imprimem a especificidade e o sentido destes dois tipos de Sítios. Para a construção dos dados referentes ao presente capítulo, algumas comparações com os dados do Capítulo 3 sobre os Quintais nos foram úteis, na medida em que nos permitiram contornar a tonalidade da concepção de “Sistemas Produtivos” da cajucultura – principal fio condutor do presente trabalho.

Sendo assim, enquanto o quintal nasce pela edificação da casa e pela necessidade de expansão da família, o “Sítio com mínima campesinidade” é marcado, principalmente, pela necessidade de expansão do capital, que se inicia, no caso em apreço, pela compra da terra ou pela herança.

No Brasil, conforme dados do Censo Agropecuário 2006, as duas principais formas de obtenção de terras se dão pela compra, que representa 58,47% dos estabelecimentos agropecuários e, pela herança, que representa 36,90% dos estabelecimentos agropecuários. Em Altos, no Piauí, os estabelecimentos adquiridos pela compra representam 33,79%, e 19,87% pela herança. Há, ainda, neste município, uma terceira forma comum de aquisição de terras, que ocorre pela titulação de terras de Reforma Agrária<sup>90</sup>, a qual representa 38,68% dos

---

<sup>90</sup> Em Altos, levando em consideração apenas os 20 assentamentos do Incra (situação de 23/03/2012), eles somam uma área total de 21.473,52 ha que abrigam 944 famílias. Esta área representa cerca de 23% da área total do

estabelecimentos agropecuários nele existentes<sup>91</sup>. Neste aspecto, o que distingue os Quintais dos “Sítios com mínima campesinidade” é que estes são oriundos ou de uma escolha (pelo poder da compra) ou de uma herança (pelo poder da lei).

Dos “Sítios com mínima campesinidade” estudados, 75% foram originados pela compra e 25% pela herança. Os Quintais, pelo contrário, são oriundos de uma imposição a uma condição, não de uma “escolha” (SEN, 2000). Esta imposição é resultante de “acertos” feitos por antigos patrões com camponeses que viviam em suas propriedades na “condição de morador” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 38-58; HEREDIA, 1988, p. 116-128) e, ao passarem a viver sob as condições dos Quintais, pequenas porções destes “acertos”, passaram a protagonizar outra forma de enfrentamento com o capital na história agrária do município. As dificuldades enfrentadas para o sustento da família mudaram, não apenas de lugar, mas também de personagens. O próprio agricultor-cajucultor dos Quintais assume seu novo papel de “miniproprietário de terra”, que só é sustentável na medida em que não haja pressão do ciclo biológico da família sobre a terra, conforme já tivemos oportunidade de mostrar no Capítulo 3, “A cajucultura nos Quintais”.

Diferentemente dos Quintais, que nascem pela necessidade de reprodução social do grupo familiar, os “Sítios com mínima campesinidade”, quando são adquiridos pela compra, dificilmente residem aí uma necessidade da família em garantir sua reprodução social, mesmo quando operam no quadro que identifica seus sujeitos como agricultores familiares; em se tratando da aquisição por meio de herança, menos ainda. É muito comum entre os jovens dos “Sítios com mínima campesinidade”, ao serem incentivados pelos pais, buscarem o caminho da escola; tal fato é muito recorrente entre os “Sítios com mínima campesinidade”.

Assim, o caminho para a escola entre estes jovens é tão comum quanto o caminho para o Sul (trabalho) o é para os jovens dos Quintais. Entres estes, mesmo estando fora, continuam mantendo o projeto familiar através de envios regulares de dinheiro para os pais, enquanto que, para os pais dos jovens dos “Sítios com mínima campesinidade”, a saída dos filhos para escola é acompanhada de aumento de despesas e da escassez de mão-de-obra familiar nas atividades dos Sítios.

---

município. Estes dados do Incra podem ser consultados em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 23/03/2012.

<sup>91</sup> IBGE/SIDRA/TABELA nº 3632.

Os jovens, em função de condições econômicas mais favoráveis, decidem morar na sede do município ao se casarem. Muitos deles, porém, permanecem morando com os pais até reunirem condições para sair de casa. Os interesses que esquadrinham os “Sítios com mínima campesinidade” só atendem a voz silenciosa do capital, e não de famílias querendo produzir para o seu auto sustento, como é o caso de famílias que vivem tanto sob as condições dos Quintais – conforme veremos mais adiante –, como as famílias que vivem sob as condições dos “Sítios com máxima campesinidade”.

Enquanto os Quintais caracterizam-se pela luta de um grupo em se reproduzir através da lógica binomial trabalho/consumo (CHAYANOV, 1974) expressa, também, nos termos de “valor de uso” (MARX, 1974, p. 187); os “Sítios com mínima campesinidade”, por sua vez, se movem pela reprodução das estruturas do capital, postas nos termos de “valor de troca”. São agricultores-cajucultores, como já informamos alhures, que possuem objetivos bem definidos quanto as suas necessidades de manterem nexos permanentes com o mercado. Aquela relação binomial, portanto, não se aplica a esta categoria de agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos “Sítios com mínima campesinidade”.

Diferente da lógica da “produtividade necessária” que rege a economia dos sujeitos dos Quintais, entre os sujeitos dos “Sítios com mínima campesinidade” a “produtividade esperada” é a regra por eles buscada e desejada, em tudo que esteja sobre a terra. Qualquer coisa não só pode, como deve ser tomada como negócio no interior destes Sítios. Os “Sítios com mínima campesinidade” são oriundos (sem falar da Reforma Agrária que também facilita o seu surgimento) da grande propriedade, as chamadas Fazendas, conforme já fizemos referência sobre as transformações da terra em Altos, que ocorre pelo movimento que se inicia com as Fazendas, passando pelos Sítios e terminando com os Quintais quando, a partir destes, a terra passa a assumir a menor porção produtiva para aqueles que ainda vivem dela.

Neste sentido, como em sua origem não há necessidade de expansão da família, conseqüentemente não há regras de residência a serem cumpridas pelos jovens casais, como as que há nos Quintais (patrilocalidade e a matrilocidade), bem como nos “Sítios com máxima campesinidade”. O casamento afeta pouco o ciclo agrícola destes Sítios, por isso não se fala, neles, em “comprometimento do ciclo agrícola” em função de “reservas de residências”, como imprescindivelmente há nos Quintais e nos “Sítios com máxima campesinidade”.

Nos “Sítios com mínima campesinidade” estas regras são prescindíveis, não fazendo parte de seu universo prático e simbólico; no máximo, como vimos acima, ocorre de os jovens

casais permanecerem morando com os pais, mas sem que isso se constitua regra a que recorrem. Pelo contrário, os casamentos quando ocorrem sempre se dão pela saída dos membros das casas dos pais e isso, sim, constitui-se regra a que recorrem. Neles, as condições socioeconômicas, por serem mais favoráveis do que as condições que caracterizam os Quintais, os livram de cultivar tais regras.

Enquanto nos Quintais as duas dimensões, a social e a econômica, gravitam em torno das decisões coletivas do grupo familiar, nos “Sítios com mínima campesinidade” elas também estão presentes, mas as decisões não passam pelo crivo coletivo encarnado pelo “grupo familiar”. As decisões são tomadas, normalmente, por um único indivíduo, geralmente pelo proprietário do Sítio (chefe da família), que se auto define como “dono do negócio”.

Segundo Abramovay (2007, p. 71), o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõe a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Esta é uma das características marcantes dos “Sítios com mínima campesinidade”: a separação de interesses existente entre a família, por um lado, e o interesse do proprietário do Sítio, por outro. Diferente, como se verá, do que ocorre no seio dos “Sítios com máxima campesinidade”, cujos agricultores-cajucultores ainda conseguem operar a partir da lógica de “reprodução do conjunto familiar”, que ocorre, imprescindivelmente, pelo papel ativo da família em contextos de decisões e da simetria de interesses entre o chefe da família e os demais membros que a compõem.

Contudo, entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, os interesses nem sempre são convergentes entre as decisões tomadas por este e o apoio dado por parte de outros membros da família, principalmente da mulher e dos filhos. Como o proprietário concebe o Sítio como sendo o “seu negócio”, a responsabilidade de administrar e de tomar as decisões são feitas unicamente por ele, sendo que o papel da família fica restrito apenas em “apoiar” e “ajudar”, não se ampliando em contexto de tomadas de decisões, conforme se pode conferir no depoimento do Seu IR (51 anos):

*“quem sabe das coisas da roça sou eu... não posso esperar que filho ou mulher me diga o que fazer, não. Um dia em que eu não puder administrar minha casa e meus negócios, podem me enterrar que já estou morto. Agora, é lógico que eles me ajudam no que podem. Não tô dizendo que faço tudo, não! Tô dizendo que sou eu que decido e eles me ajudam pra botar pra frente os negócios da gente aqui no Sítio. Às vezes, a mulher se zanga porque quando vem saber das coisas que faço, aqui no sítio, não tem mais nem graça. Já fiz e pronto (risos).”*

O discurso de Seu IR (51 anos) parece alimentado por suas concepções de gênero ao dividir, prontamente, os “papéis que homens e mulheres” devem cumprir em seu universo simbólico, que caracteriza as relações práticas de ser “homem” e de ser “mulher” no cotidiano. Assim, seja em função desta concepção, assentada num nível mais reduzido que configura as relações familiares, seja no nível mais abrangente, que orienta as ações com base nas noções de negócio, o fato é que, entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, este é um traço que caracteriza bem a natureza de suas relações, expresso pela divergência de interesse entre o chefe da família e os demais membros que a compõem.

Este traço, todavia, não tem dado lugar apenas a descontentamentos por parte dos demais membros da família, uma vez que tem provocado, além disso, problemas que extrapolam a circunscrição familiar. As decisões, unívocas dos chefes das famílias, têm sido a principal causa de endividamento com bancos, apontada, inclusive, pelos demais membros da família como sendo um dos piores problemas por eles já enfrentados.

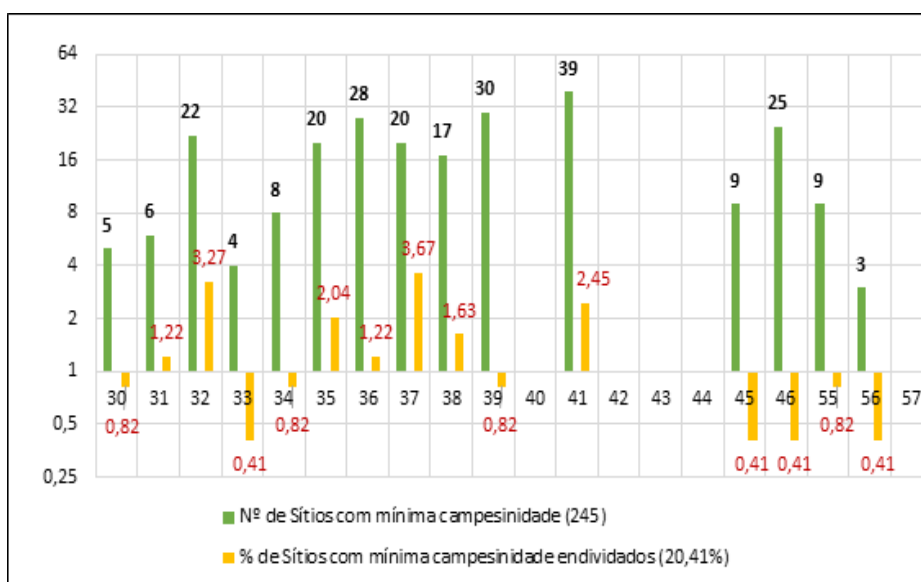
Ora, enquanto as famílias dos agricultores-cajucultores dos Quintais vivenciam problemas, por eles mesmos classificados como sendo uma “situação difícil”, enfrentados a partir de um contexto de coesão por parte dos demais membros da família, para os demais membros das famílias dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, o problema de endividamento tem sido encarado como um “problema dele” (do chefe da família), embora atinja a todos eles, conforme veremos no depoimento de Dona IR(43 anos) que, como o seu marido (Seu IR, 51 anos), aceitou em dar entrevista como Informantes Reservados (IR). Assim, Dona IR (43 anos) desabafa:

*“desde que a gente comprou esse pedaço de terra aqui meu marido tem tentado botar o sítio pra frente, mas até hoje não vi resultado nenhum. Ele faz as coisas sozinho, não pergunta a opinião de ninguém, nem a minha (risos). Eu tenho um sobrinho que é técnico agrícola, mas ele nunca perguntou nada a meu sobrinho. Aí, ele decidiu botar uma roça de melancia, entrou num financiamento com o Banco do Nordeste, mas houve um problema com a melancia... ela começou a estourar. O técnico da Emater veio até aqui, porque é amigo da gente, mas já era tarde demais. A melancia foi toda perdida. Ele, agora, o meu marido, anda preocupado pra resolver o problema com o Banco. Se ele tivesse combinado com nós, com o meu sobrinho, talvez nós não tivesse perdido. Na hora de decidir ele faz as coisas sozinho, mas na hora do apertado ele sabe envolver todo mundo. Aí, a gente fica de mão atadas. Ajudar como? De onde a gente vai tirar o dinheiro? A gente tá esperando o caju chegar pra fazer cajuína, mas pra fazer a cajuína, tem muito gasto, aí, a gente vai ver o que vai fazer. O alívio é esse, né? Mas isso não resolve, não (risos).”*

No dia em que fiz a entrevista com o Seu IR (51 anos), notei que a Dona IR (43 anos) fazia gestos de protestos enquanto falávamos debaixo da sombra de uma mangueira. Naquele mesmo dia, perguntei, na presença do esposo, se eu poderia voltar para fazer uma entrevista com ela, pois era assim que estava fazendo com todos os donos de Sítios – entrevistando o casal um por vez. O Seu IR (51 anos) sorriu e me disse: “*se ela tiver mais alguma coisa pra falar, quem sabe é ela*”. Dona IR (43 anos) também sorriu e disse que, sim, que iria me ajudar; seu IR (51 anos) não mencionou nada a respeito de dívidas, apesar de ter sido questionado.

O problema com endividamento tem afetado muitas famílias de agricultores-cajucultores, em Altos, não apenas a de Seu IR (51 anos). Para termos uma ideia melhor do volume de “Sítios com mínima campesinidade” que apresentam esse problema vejamos, a seguir, o percentual de Sítios endividados, segundo os Setores.

**Gráfico 10.** Percentual de “Sítios com mínima campesinidade” endividados.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como se vê, o índice de endividamento varia de 0,41 a 3,67%, segundo os Setores. O número de Sítios com mais endividamento está localizado nos Setores 32 (com oito ocorrências), 37 (com nove ocorrências) e 41 (com seis ocorrências). Dos 20 Setores existentes, com exceção dos Setores (40, 42, 43, 44 e 57) que não possuímos dados a respeito de Sítios, todos os demais apresentam algum índice de endividamento. Ou seja, dos 245 “Sítios com mínima campesinidade”, 50 (20,41%) deles enfrentam este problema entre os Setores. A fonte

de endividamento varia desde empréstimos feitos diretos aos Bancos até Programas de Políticas Públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Apesar de o índice (20,41%) ser relativamente baixo, minha intenção em apresentá-lo deveu-se em função da possibilidade de reunir elementos empíricos que me permitissem distinguir os “Sítios com mínima campesinidade” dos demais “Sistemas Produtivos”. A “situação difícil” dos agricultores-cajucultores dos Quintais, por exemplo, não é a mesma dificuldade porque passa os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, como também não são os mesmos dispositivos por eles acionados a fim de resolver seus conflitos.

Vale salientar, entretanto, que a cajucultura não está arrolada entre os investimentos que originaram a dívida; pelo contrário, a implantação de um pomar de caju tem sido até facilitada em função do “programa de reestruturação da cajucultura” por meio de órgãos (parceiros) que o representam. As mudas de caju anão-precoce, por exemplo, têm sido doadas pela Associação Piauiense dos Produtores de Sementes e Mudanças (Apsem) aos agricultores-cajucultores, conforme vimos em relação aos Quintais.

Em virtude dessa facilidade, entre os “Sítios com mínima campesinidade” não registrei ocorrências de que seus proprietários tenham sido beneficiados, de alguma forma, pelo programa de reestruturação da cajucultura, inclusive pela doação de mudas de caju anão-precoce. Isso se dá pela própria escolha deles de não quererem se envolver com “coisas de associação” e “projetos de governo”, como assim eles se referem. Um traço comum entre eles é manter-se distantes destes “programas populares”, preferindo lidar diretamente com bancos, quando houver necessidade.

Nos “Sítios com mínima campesinidade” as etapas de preparo da terra (broca, derrubada da vegetação, aceiramento, queima, pinica, encoivramento, construção da cerca, plantio e tratamentos culturais) estão dissociadas da lógica de expansão e de formação de uma nova família, e da ligação desta com o uso da terra. O casamento, neste contexto, por não possuir ligação com o ciclo agrícola dos Sítios, já nasce divorciado com a terra. O grupo se reproduz social e biologicamente, mas sem contar com elementos do “*ethos* camponês” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), que tão visivelmente ancora as relações estabelecidas entre casamento e uso da terra, presentes nos Quintais e, também, nos “Sítios com máxima campesinidade”. Na seção a seguir, veremos como ocorre a formação da roça de caju.



### 4.1.1 Formação da roça de caju

Entre os Quintais, como vimos no Capítulo 3, a roça de caju é constituída a partir da lógica do consorciamento de lavouras, e os cuidados (tratos culturais) que eles têm com o cajueiro fazem parte do ciclo agrícola dos Quintais. Por isso que, para compreendermos os tratos culturais, foi-nos necessário, antes, situarmos o ciclo agrícola praticado segundo a lógica de dois períodos: o chuvoso e o seco, a partir dos quais as culturas são cultivadas e cuidadas; esta lógica, operante nos Quintais como vimos, é pluriativa.

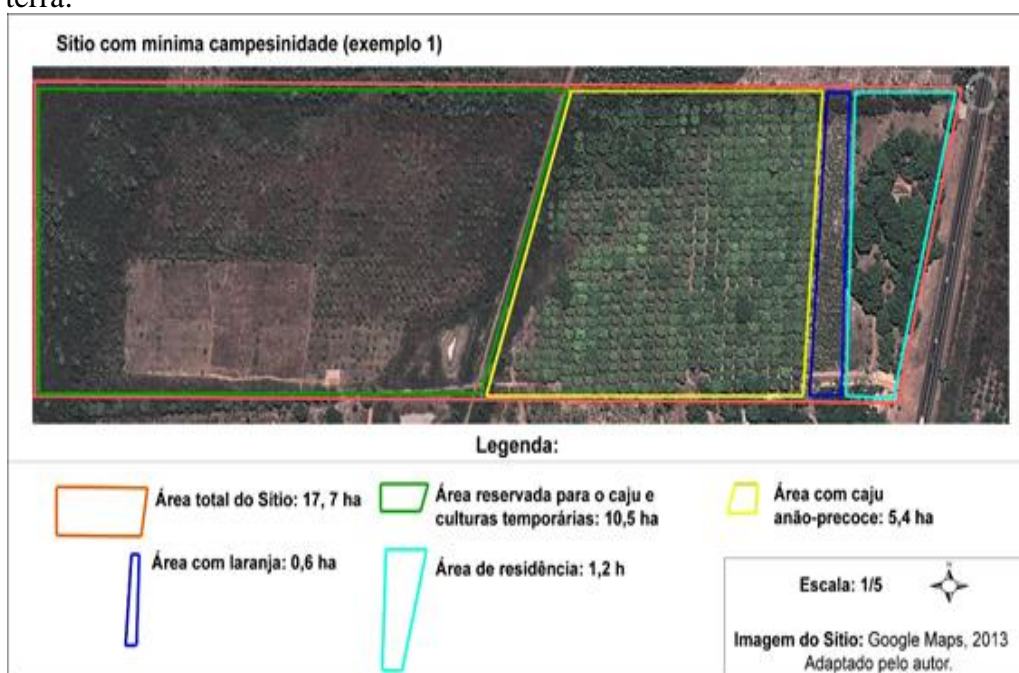
O sistema de formação da roça de caju nos “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, não está diretamente ligado ao ciclo agrícola destes Sítios, pois, por disporem de aportes financeiros que são mais favoráveis do que os Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”, o caju pode ser plantado a qualquer época do ano através do uso de irrigação; 45% deles utilizaram a irrigação na formação da roça de caju. Entre os “Sítios com mínima campesinidade”, diferentes daqueles outros “Sistemas Produtivos”, há uma tendência de ocuparem a terra com a produção de monoculturas, como o caju por exemplo, em função de seu potencial comercial e, por isso mesmo, em muitos Sítios, a terra ocupada com o caju chega a ultrapassar 60% de sua área total. As práticas pluriativas que são vitais nos Quintais, entre os “Sítios com mínima campesinidade”, também são importantes, mas não são vitais. Elas são até prescindíveis em muitos casos, já que o interesse se concentra na exploração de culturas comerciais.

Nos “Sítios com mínima campesinidade” não pude registrar a presença dos mesmos arranjos sociais que dão origem aos Quintais, ligados diretamente ao uso e preparo da terra, em íntima associação à lógica que rege a expansão da família, a qual nos revela um tipo singular de ruralidade vivenciada por agricultores-cajucultores que, por diversas razões, continuam, assim, se auto definindo, apesar de as condições socioeconômicas apontarem para o contrário, impondo limites precisos na fronteira que os separa, ainda, de trabalhadores assalariados do município:

*“moço, eu ainda sou agricultor, não como antes, que eu trabalhava só com a terra. Hoje, tenho que trabalhar de tudo um pouco para dar conta da família. Se não fosse a família, muita coisa que eu faço fora da roça eu ia deixar de fazer. Só faço porque é o jeito mesmo. Mas mesmo assim, sou agricultor até o dia que morrer.” (Seu Domingos, 45 anos).*

Diferentes dos Quintais que não utilizam nenhum daqueles “sistemas de espaçamento” propostos como vimos no Capítulo 3, entre os “Sítios com mínima campesinidade” é comum o uso do “sistema quadrado”. Entretanto, isso não significa dizer que não haja variação de espaçamentos praticados entre os “Sítios com mínima campesinidade”. O espaçamento de 7 m x 7 m, próprio do sistema, não é exatamente seguido por todos os agricultores-cajucultores destes Sítios. O emprego do sistema quadrado pode ser verificado nas figuras abaixo, de “Sítios com mínima campesinidade”, ambos localizados no Setor 37.

**Figura 20.** Sítio com mínima campesinidade, com destaque para o ordenamento dos espaços e uso da terra.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

**Figura 21.** Sítio com mínima campesinidade, com destaques para o sistema quadrado de espaçamento e exploração do caju.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Além de nos mostrar o uso do sistema quadrado de espaçamento, a exploração e o uso da terra expressam, também, a presença de determinados elementos que se tornam um “padrão de uso da terra” entre os “Sítios com mínima campesinidade”, que difere do padrão dos Quintais e, como veremos, os difere, também, dos “Sítios com máxima campesinidade”, os quais são: a) área ocupada com culturas temporárias para fins comerciais, como mandioca, feijão e milho; b) área de reserva para o caju e para outras culturas permanentes, como a manga e a laranja; c) área ocupada com caju anão-precoce (sobretudo do tipo CCP 76); e d) área de residência e lazer. A área ocupada com o caju anão-precoce é de 35 a 36% da área total destes Sítios, constituindo-se padrão do uso da terra pelo caju entre os “Sítios com mínima campesinidade”.

Em Altos, conforme já tivemos oportunidade de mostrar, não se planta mais manga e as poucas árvores que ainda existem estão sendo erradicadas, como já informamos. Nos dois exemplos acima, a manga está localizada justamente nos quintais dos Sítios, mais especificamente, na “área de residência e lazer” ou próximo a esta. Nos “Sítios com mínima

campesinidade” o caju do tipo comum é raro e, cada vez mais como a manga no município, está sendo erradicado e substituído pelo caju anão-precoce.

A formação da roça de caju, portanto, ocorre através de mudas de caju do tipo CCP 76. Não se usam “sementes de castanhas” como nos Quintais, e nem de árvores híbridas obtidas a partir do cruzamento entre o caju anão-precoce e o caju comum, como nos “Sítios com máxima campesinidade”. As mudas utilizadas nos “Sítios com mínima campesinidade” são oriundas pela compra e pelas viveiristas credenciadas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão regulador da produção, distribuição e comércio de mudas.

Assim, ao serem questionados sobre o porquê de optarem pela compra de mudas de caju anão-precoce diretamente de viveiristas, a resposta sempre foi uma só: *“se quisermos começar certo, é necessário ter um produto de boa qualidade genética, que só encontramos no caju anão-precoce, pois com dinheiro não se brinca”*. Esta percepção do caju anão-precoce está associada, de certa forma, ao nível de escolaridade dos agricultores-cajucultores. O capital humano entre eles é bem superior ao dos sujeitos dos Quintais e, como se verá, dos “Sítios com máxima campesinidade”.

Nos Quintais, a média de escolaridade varia entre quatro e cinco anos de estudo, enquanto que nos “Sítios com mínima campesinidade” a média de anos de estudo é de seis a 10 anos, havendo muitos casos, inclusive, de agricultores-cajucultores com curso superior. Nestes casos, compreendo que há uma relação direta entre nível de escolaridade e disposição do agricultor-cajucultor em empregar em seus Sítios métodos e técnicas agrícolas consideradas modernas; mas essa não seria a única causa que explicaria essa disposição. O fato de possuir condições econômicas favoráveis torna-se outro elemento igualmente importante à utilização de aportes técnico-organizacionais modernos pelos sujeitos dos “Sítios com mínima campesinidade”.

A área da roça de caju é preparada com trator. Não se usa cerca de engano para plantar lavoura temporária, como é feita nos Quintais. Nestes Sítios, os animais são presos e a lavoura é livre. Nos Quintais, num determinado período do ano como vimos, a lavoura é presa para não ser devorada pelos animais, criados soltos. Os tratores utilizados no preparo da terra, 25% são de propriedade dos próprios agricultores-cajucultores e os demais que não possuem, contratam esse serviço ao preço de R\$150,00/hora.

Há casos, porém, que, para baratear o custo de preparo da área destinada ao caju, é realizada uma parceria entre o agricultor-cajucultor proprietário do trator e o agricultor-

cajucultor que não o possui, mas que sabe operá-lo. Assim, este, ao invés de pagar em espécie as horas de serviços do trator ao proprietário, paga com horas trabalhadas, preparando a terra do proprietário. Em seguida, prepara a sua própria terra, tendo apenas que se responsabilizar em colocar o combustível e, caso haja necessidade de reparo de peças, também as reporá – esse é o acordo.

Essa parceria não ocorre com todos os agricultores-cajucultores, sendo uma prática restrita a um grupo de “antigos amigos”, assim como eles dizem. Na verdade, essa foi a única prática de reciprocidade que pude registrar entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Uma prática que não encerra em si mesma o propósito da barganha, senão o interesse por economizar dinheiro em espécie que, caso contrário, seria gasto pelos serviços de preparo da terra. Talvez, a barganha não esteja tão distante assim se levarmos em consideração que o propósito da parceria se justifica mais “pela ação de evitar a geração de despesas”, o que traduziria o papel que a monetarização ocupa entre os “Sítios com máxima campesinidade”, do que pela ação da reciprocidade em si, como ocorre com a doação de “sementes guardadas” entre os agricultores-cajucultores dos Quintais, conforme vimos. A ação de evitar despesas torna-se mais clara quando eles afirmam que, se um dia esse acordo, por alguma razão, não vir a ser cumprido, acaba-se ali mesmo qualquer outra tentativa de se levar adiante a parceria noutra situação, mesmo sendo com um amigo:

*“aprendi, desde menino, quando vivia na roça com meu pai, que amizade é uma coisa e negócio, outra. Então, a parceria só existe enquanto haver benefício para ambos. Se só um ganha, então aí alguém já tá no prejuízo. É por isso que esse tipo de coisa a gente só faz com quem a gente realmente confia, com gente da gente, com gente que a gente considera de casa. Mas se um dia a gente perceber que essa pessoa de dentro da casa da gente deixa de cumprir com as responsabilidades, com os acordos, então acabou-se, não faço mais.”* (Seu IR, 51 anos – proprietário do Sítio do **Exemplo 2**).

Assim, em função da finalidade da formação da roça de caju, e levando em consideração a lógica da “produção esperada” que rege a economia dos “Sítios com mínima campesinidade”, como se verá melhor na Seção 4.1.4, em contraposição a produção necessária que organiza a economia dos Quintais, o processo de erradicação de árvores de caju antigas se dá de forma muito mais fácil entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” do que entre os agricultores-cajucultores dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”. O caju comum, por não possuir o mesmo prestígio do caju anão-precoce entre os “Sítios com

mínima campesinidade”, em função da lógica da “produção esperada”, tem sua substituição como uma regra a que todos recorrem sob pena de “perderem tempo e dinheiro”, conforme dizem. No lugar do caju comum cultiva-se uma planta de caju a que eles costumam qualificar de “moderna” – como veremos na seção a seguir – em detrimento do caju comum, chamado por eles mesmos de “antigo”.

#### 4.1.2 Entre o “caju moderno” e o “caju antigo”

O caju comum, sinônimo de “antigo”, não é bem-vindo entre eles. A sentença: “é necessário cultivar um caju que seja mais produtivo e que traga mais retorno em curto prazo” é bastante comum entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Diferente dos Quintais em que os sujeitos celebram o caju comum e o tem como “forte” (gigante) em contraposição ao caju anão-precoce, que é “fraco” (anão), nos “Sítios com mínima campesinidade” o caju comum é sinônimo de atraso, conforme podemos constatar no depoimento de Seu IR (54 anos), proprietário do Sítio do **Exemplo 1**:

*“olhe, não posso investir num caju que só vai me dar retorno daqui há 6 ou 7 anos, como acontece com o caju comum. Um caju desse tipo não traz vantagem nenhuma para nós. Pelo contrário, a gente só tem despesas com ele. O retorno é pouco e não vale a pena perder terra, dinheiro e tempo com ele. Os pés que ainda tinha aqui eu cortei tudo e plantei o caju anão-precoce CCP 76. Esse tipo de caju, diferente do outro, a gente não precisa esperar a vida toda pra ter retorno. Ele começa a botar já no segundo ano. Então, se eu continuo cultivando o caju comum, estou andando pra trás. Vou ficar atrasado, ultrapassado. Então, começar plantando o caju anão-precoce é começar bem, melhor do que o caju comum, isto é certo. Caju comum é coisa antiga, caju anão é moderno, e a gente tem que caminhar pra frente e não pra traz. A roça de caju anão é uma roça pura, sem mistura, porque o caju anão é puro, é melhorado. Isso tudo tem um preço, né? Tudo tem um preço, né? E eu não tô falando só em dinheiro, não... tô falando em responsabilidade, compromisso, e isso já é um peso grande.”*

O depoimento de Seu IR (54 anos), que possui o segundo grau completo e uma série de cursos de curta duração na área de agropecuária e gestão de negócios, feitos no SEBRAE, demonstra-nos que a cajucultura é resultado de um saber, de uma forma de “conhecimento adquirido de fora”. É justamente esse “saber de fora” contra o “saber de dentro”, operante nos Quintais e nos “Sítios com máxima campesinidade”, que aqui consideramos conveniente denominá-lo de “conhecimento perito” (GIDDENS, 1991, p. 87). Contudo, é necessário entender que, enquanto o “conhecimento perito” é uma ferramenta cognitiva “reapropriada” pelos sujeitos dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”, entre os sujeitos dos

“Sítios com mínima campesinidade” ela é uma condição *sine qua non* para os negócios dos Sítios e, em especial, para a cajucultura.

Ou seja, como já informado no Capítulo 1, entendemos que esta “reapropriação do conhecimento perito”, portanto, do “modelo moderno da cajucultura” está mais presente entre as práticas dos agricultores-cajucultores dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade” e das Fazendas do que entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Entre estes, o emprego do “conhecimento perito” é uma necessidade, enquanto para aqueles é uma possibilidade, uma escolha.

O “conhecimento de dentro” (o tradicional) é o que norteia as práticas agrícolas e organizacionais entre os agricultores-cajucultores dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”. Contudo, o embate “reapropriativo” do “conhecimento que pulsa de fora” está ali, também, cada vez mais tomando assento através das escolhas e das tomadas de decisões dos agricultores-cajucultores dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”. Neste aspecto, poderíamos afirmar que os Quintais e os “Sítios com máxima campesinidade” estão numa transição, numa passagem lenta e perspicaz de avaliação do “conjunto de tecnologias organizacionais e produtivas” presente na reestruturação da cajucultura, segundo o modelo proposto pela Fundação Banco do Brasil (FBB), ao passo que, para os “Sítios com mínima campesinidade”, o processo de transição já ocorreu; eles representam o próprio desenvolvimento do capital no campo, papel que havia pensado, no início da pesquisa, ser desempenhado pelas Fazendas, como ocorre em outras cidades produtoras do caju, especialmente no sudeste do Piauí.

Já tivemos oportunidade de esclarecer, na Seção 3 da Introdução, que, quando ocorre de o conjunto de tecnologias assumir a condição de “valor de uso”, portanto, de “uma necessidade”, só o é na medida em que se subordina às necessidades (físicas e simbólicas) definidas pelos grupos familiares, segundo suas “intenções culturais”, seus propósitos. Vimos, com Sahlins (2003, p. 170), que “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”. É neste sentido, então, que afirmo que o emprego do “conhecimento perito” (conjunto de tecnologias) é uma necessidade para os “Sítios com mínima campesinidade”, ao passo que para os sujeitos dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”, no máximo, é uma possibilidade, uma escolha.

Ou seja, como já informamos no Capítulo 1, entendemos que esta “reapropriação do conhecimento perito”, portanto, do “modelo moderno da cajucultura” está mais presente entre as práticas dos agricultores-cajucultores dos Quintais, dos “Sítios com máxima campesinidade” e das Fazendas do que entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Entre estes, o emprego do “conhecimento perito” é uma necessidade, enquanto para aqueles é uma possibilidade, uma escolha.

Entre os “Sítios com mínima campesinidade” as necessidades de se afinarem com as práticas agrícolas modernas são uma regra. Dar conta desse imperativo constitui-se na “carga” que os sujeitos destes Sítios terão que carregar, conforme nos diz o depoimento de Seu IR (54 anos): “*olhe, não posso investir num caju que só vai me dar retorno daqui há 6 ou 7 anos, como acontece com o caju comum... então, se eu continuo cultivando o caju comum, estou andando pra trás*”. Andar para trás certamente não é o lugar para aonde estes sujeitos desejam caminhar, porém andar para frente possui um preço, um peso, uma carga; a carga dos Quintais, como vimos, é de outra natureza.

A engenhosidade dos sujeitos em assumir essas diferentes cargas é o que torna os Quintais e os “Sítios com mínima campesinidade” espaços tão distintos um do outro, como distintos são os elementos que dão sentido às ruralidades construídas e vividas por estes sujeitos no interior destes “Sistemas Produtivos”. O que nos chama a atenção nestes “Sistemas” é como os sujeitos enxergam essas dificuldades e como eles as encaram, a partir de distintas ferramentas, tanto físicas como simbólicas, compondo feições empíricas de si mesmos em torno dos espaços onde vivem, oferecendo-nos, em função disso, elementos significativos a partir dos quais continuamos a compor o quadro daquilo que a academia postula de ruralidade.

Assim, retomando a ideia do início do parágrafo precedente, a perspectiva das necessidades como sendo, *a priori*, o “motor das adoções” às práticas agrícolas assumem um lugar de destaque entre estes Sítios, uma vez que são definidoras de suas escolhas e do lugar que ocupam no interior dos grupos familiares, construindo a realidade destes Sítios. Será com base nessa discussão que a lógica de produtividade da cajucultura passará a ser compreendida na seção a seguir



### 4.1.3 A cajucultura e a lógica de produtividade

Gostaria de começar esta seção com os dados da tabela a seguir que, inclusive, já a utilizamos na Seção 4 da Introdução, que diz respeito às principais características agronômicas entre o caju anão-precoce e o caju comum.

**Tabela 17.** Principais características agronômicas entre o caju anão-precoce e o caju comum.

Características	Caju anão-precoce	Caju comum
Início da produção	1º ano	3º ano
Produção econômica	3º ano em diante	8º ano em diante
Altura da planta	Até 6 metros	Até 14 metros
Envergadura da planta	8 a 10 metros	13 a 16 metros
Produção de castanha	1.300 kg/ha	250 kg/ha

Fonte: Cajueiro anão-precoce. Folder, Embrapa (CNPAT, 1993).

Ora, se entre os “Sítios com mínima campesinidade” o conjunto de tecnologias se afigura como uma necessidade dos sujeitos para construir a realidade na qual estão inseridos, então, neste contexto, entendemos que o “negócio da cajucultura” é fruto dessa necessidade.

Ao ocupar parte significativa da terra com o caju anão-precoce para formar a roça de caju (cuja média é de 30 a 45% da área total dos Sítios), conforme vimos nos **Exemplos 1 e 2**, acima, os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” o fazem a partir de um cálculo sobre as vantagens produtivas e do retorno de seu emprego, como nos demonstra o depoimento de Seu IR (54 anos), que afirma que não pode investir no caju comum porque o seu retorno produtivo só ocorre a longo prazo, o que ele traduz como sendo: “andar pra traz”; além disso, o “caju comum é coisa antiga”.

A tabela acima nos mostra que a estabilização econômica e produtiva do caju anão-precoce ocorre a partir do terceiro ano, enquanto que para o caju comum se dá a partir do 8º ano. A pergunta que fazem diante destes dados é: “por que não cultivar o caju anão-precoce?” Nos Quintais, conforme vimos no Capítulo 3, a escolha por não plantar unicamente o caju anão-precoce é porque sabem que ele é “morredor, frágil”. Ao serem questionados sobre o fato de o caju anão-precoce ser “morredor”, os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” respondiam que “isso era comum”, conforme se pode constatar no depoimento de Seu IR (54 anos):

*“uma coisa substitui a outra, pois se ele começa a produzir cedo, é natural que ele também pare de produzir mais cedo, morra mais cedo, não é? Mas isso não é uma desvantagem do caju anão-precoce, não. Pelo contrário, é uma vantagem, mas isso só pra quem sabe cultivar ele, porque não é todo mundo que sabe cultivar ele, não, viu? Ele tem uns segredinhos que o caju comum não tem. O pessoal tá acostumado só com o caju comum. Um dia eles vão ficar pra traz, sem dúvida.”*

A separação que realizam entre “passado e futuro”, “antigo e moderno”, não o fazem apenas no âmbito do discurso, mas também nas próprias práticas agrícolas que constituem as atividades que envolvem a cajucultura. Este é, também, um traço distintivo dos sujeitos dos “Sítios com mínima campesinidade”: suas práticas estão sempre em simetria com “novas formas de fazer” atualizadas.

Ainda levando em consideração os dados da tabela, a produtividade da castanha de caju anão-precoce é cinco vezes mais do que a produção do caju comum, ou seja, algo próximo a 20% a mais. A “produtividade esperada” de castanha para os **Exemplos 1 e 2**, acima, levando em consideração 204 plantas/ha, conforme o sistema quadrado de espaçamento, é de 13.650 kg e de 15.873kg, respectivamente.

As roças de caju utilizadas nestes **Exemplos** já possuem mais de quatro anos de idade. Isso significa que a produtividade pode ser ainda maior, dependendo dos tratos culturais nelas realizados, como podas de limpeza feitas anualmente depois do período de frutificação, capinas e aplicação de adubos; todos estes tratos culturais são feitos nestes Sítios. Entretanto, entre estes tratos culturais, apenas a aplicação de adubos não é comum, pois dizem que encarece muito a produção. Driblam a aplicação da adubação até verem, realmente, que estão próximos a terem maiores perdas.

Os dados da **Tabela 18**, abaixo, ilustram os principais fatores de composição de renda obtida ao longo de um ano agrícola, da família de Seu IR (54 anos), composta por quatro pessoas: o casal e dois filhos, de 16 e de 23 anos. Procurei elaborar os dados desta tabela seguindo os mesmos itens que nos serviram para ilustrar a composição de renda dos Quintais.

**Tabela 18.** Principais fatores de composição de renda bruta anual de uma família de “Sítio com mínima campesinidade”.

	Itens	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)	% Composição
Pecuária	Galinhas	100 cabeças	25,00	2.500,00	6,56
	Patos	35 cabeças	20,00	700,00	1,84
	Capotes	125 cabeças	35,00	4.375,00	11,48
	Porcos	300 kg	13,00	3.900,00	10,23
	Ovelhas	250 kg	16,00	4.000,00	10,50
Agricultura	Milho	1.000 kg	1,00	1.000,00	2,62
	Feijão	500 kg	5,00	2.500,00	6,56
	Arroz	500 kg	2,50	1.250,00	3,28
	Mandioca	5.000 kg	0,30	1.500,00	3,94
	Castanha	13.650 kg	1,20	16.380,00	42,99
<b>Total da renda média anual bruta</b>				<b>38.105,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total da renda média mensal bruta</b>				<b>3.175,00</b>	

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Diferente dos Quintais, os “Sítios com mínima campesinidade”, como se vê, apresentam apenas duas principais atividades: a pecuária e a agricultura, ou seja, não possuem outras atividades, as quais caracterizamos como sendo Atividades não-agrícolas (Ana). Na composição de renda, alguns itens ficaram de fora, como manga, laranja e peixe.

Neste exemplo, a cajucultura é responsável por 42,99% da composição de renda de Seu IR (54 anos), levando em consideração apenas a castanha e alguns itens que ficaram de fora da tabela, como já informamos acima. Esse é o perfil que prevalece entre os “Sítios com mínima campesinidade”, segundo os Setores, havendo pequenas alterações na composição da cajucultura em seus rendimentos totais, já que há muitos deles que fabricam cajuína<sup>92</sup>, e essa atividade ajuda a elevar consideravelmente o resultado dos rendimentos anuais. Para se ter uma ideia, em 1 hectare de caju é possível produzir 2.800 garrafas de cajuína e, com a sua venda, obter um adicional de R\$ 6.160,00, cujo custo médio da produção é de R\$ 1,20.

<sup>92</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº 1, de 7 de janeiro de 2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o suco de caju clarificado, ou cajuína, é uma bebida não fermentada e não diluída, obtida da parte comestível do pedúnculo do caju (*Anacardium occidentale*, L.) por meio de processo tecnológico adequado.

Assim, se considerarmos os 5,4 ha de caju do **Exemplo 1**, como vimos, isso resultará no total de R\$ 33.264,00 que equivale quase ao resultado de todo o rendimento obtido no ano agrícola, mostrado na tabela. Se, porém, o caju fosse do tipo comum, que possui pedúnculos menores e, conseqüentemente, menos polpa, esse resultado sofreria uma queda em torno de 25%, como teremos oportunidade de mostrar na seção dedicada aos “Sítios com máxima campesinidade”.

Todavia, a produção da cajuína, em Altos, é marcadamente feita pelos “Sítios com máxima campesinidade”; sua produção exige muita mão-de-obra, e os “Sítios com mínima campesinidade”, por não conseguirem baratear o custo da produção em virtude da escassez de mão-de-obra familiar (as famílias são bem menores), acabam sempre adiando a inserção na produção de cajuína, cumprindo o papel de fornecedor de matéria prima (pedúnculo) para quem a produz. Além disso, como já informamos, os “Sítios com mínima campesinidade” não estão organizados em associações ou cooperativas.

No período de produção do caju (de 3 a 4 meses), os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” empregam muitos trabalhadores para a apanha da castanha. Estes trabalhadores-apanhadores são justamente os agricultores-cajucultores dos Quintais. O trabalho desses apanhadores, chega a ser remunerado até por duas maneiras: com a própria castanha, que após pode ser vendida aos comerciantes do município, ou com dinheiro em espécie, correspondendo a uma diária (R\$ 30,00). Contudo, isso só ocorre quando a safra é boa e cuja produção consegue devolver ao agricultor-cajucultor dos “Sítios com mínima campesinidade” o investimento em mão-de-obra. Mesmo a safra sendo boa, os agricultores-cajucultores ainda ficam de fora da produção de cajuína, contrário aos “Sítios com máxima campesinidade”, como veremos a seguir.

Assim, em função de dispor de mão-de-obra familiar suficiente, por esta não entrar na contabilização do custo efetivo da produção da cajuína e por estarem organizados, juntamente com os Quintais, na Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores de Altos (COOAPP), os “Sítios com máxima campesinidade” têm, por isso, encontrado condições institucionais, organizacionais e produtivas ideais para se destacar na produção de cajuína neste município. Se por um lado os “Sítios com mínima campesinidade” são a porta de entrada do capital em sua forma geral, na produção da cajucultura de Altos os “Sítios com máxima campesinidade”, por outro, cumprem o papel de acelerar o processo da indústria de transformação do município, expressa pela produção da cajuína.

Neste sentido, a renda anual bruta obtida (apresentada acima) representa 457% a mais da renda obtida pelos agricultores-cajucultores dos Quintais, ou seja, quase cinco vezes a mais, assim como a renda mensal. Nos Quintais, em sua lógica de produção e consumo, apesar de apresentarem baixa remuneração das atividades agrícolas e não-agrícolas anuais, não há despesas a serem subtraídas como as que há nos “Sítios com mínima campesinidade”. Isto é, nestes Sítios, apesar de apresentarem remuneração consideravelmente alta das atividades agrícolas, o valor obtido terá que ser ainda subtraído pelas despesas que tiveram ao longo do ano para, a partir daí, poderem visualizar o chamado lucro. É justamente este elemento que mobiliza as atividades produtivas e organizacionais da cajucultura nos “Sítios com mínima campesinidade”; o valor de troca se impõe ao valor de uso. A preocupação é para manter o “negócio funcionando” e, mesmo com a utilização de mão-de-obra majoritariamente familiar, o objetivo não é manter a família, da mesma forma como o é nos Quintais, muito embora nestes não descartamos a oportunidade de informar que o desejo de seus sujeitos seja, também, o de um dia poderem fazer mais do que isto.

Distinta da lógica dos Quintais, tudo que é produzido nestes Sítios é destinado ao mercado; alguns itens, como galinhas, patos e capotes apresentaram valores de venda bem distintos dos Quintais. Os sujeitos dos “Sítios com mínima campesinidade”, ao serem questionados sobre a razão de tais itens serem vendidos por eles “mais caros” do que nos Quintais, responderam sempre a mesma coisa: “não é que seja mais cara, é porque o nosso produto é melhor do que o deles”. Ora, se o valor de troca tem mais realce do que o valor de uso, será esta também a lógica que mobiliza as atividades produtivas e organizacionais nos “Sítios com máxima campesinidade”? É o que veremos na seção a seguir.

#### **4.2A Cajucultura nos “Sítios com máxima campesinidade”: a natureza das relações produtivas e organizacionais**

Até o presente, vimos, em relação aos “Sistemas Produtivos” (Quintais e “Sítios com mínima campesinidade”), que, enquanto o Quintal nasce pela edificação da casa e pela necessidade de expansão da família, e o “Sítio com mínima campesinidade” pela necessidade de expansão do capital, o “Sítio com máxima campesinidade”, por sua vez, opera tanto a partir de dispositivos que visam a expansão da família, quanto a partir de dispositivos que são próprios

do capital. Em função desta característica, é um dos “Sistemas Produtivos” que mais apresenta mudanças em sua forma de produção e organização.

Talvez fosse o caso de os concebermos como “Sistemas de Produção Híbridos” pela capacidade de seus sujeitos em conseguir reproduzir-se através da circulação de determinados dispositivos que são, ao mesmo tempo, comuns aos Quintais e aos “Sítios com mínima campesinidade”, bem como ao conjunto de valores que os caracterizam. Esses dispositivos aos quais me refiro são aqueles conjuntos de tecnologias produtivas e organizacionais presentes na proposta de reestruturação da cadeia do caju, como já informamos.

Ao longo desta seção, tentaremos demonstrar quais são esses elementos comuns e quais são aqueles que os tornam distintos daqueles outros “Sistemas Produtivos”. Primeiro, gostaria de explorar melhor a ideia de tomar os “Sítios com máxima campesinidade” e os seus sujeitos como sendo construtores de uma “forma híbrida de produção e organização social”. É claro que o termo “híbrido” ou “hibridação” (CANCLINI, 2000) é muito caro às Ciências Sociais; não pretendo, no entanto, discutir aqui os seus pormenores, mas tão somente apontar (nomear) o “aceiro” a partir do qual estou falando. Ao submeter a noção em apreço à análise de Canclini, é possível sintetizá-la nos seguintes termos:

processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas puras (CANCLINI, 2000, p. 14).

A partir desta assertiva, e para os propósitos que desejo alcançar na presente seção, refiro-me ao termo “híbrido” não ao resultado de uma simples mistura de elementos coexistentes, mas a uma maneira especial de composição social, a partir da escolha (SEN, 2000; GIDDENS, 1991) dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”, por “determinados dispositivos sociais” que dão sentido à realidade que estão construindo ou que desejam construir, sendo o seu resultado mais do que a soma ou mistura destes dispositivos, mas o fruto de suas elaborações práticas e simbólicas que são expressas em seu movimento, em sua transição.

Assim, ao invés de seguir *ipsis litteris* a sugestão de Canclini na paráfrase acima, prefiro referir-me ao termo em questão como saberes que se combinam a partir de escolhas para gerar

outras possibilidades de práticas, no caso em questão, de práticas produtivas e organizacionais dos agricultores-cajucultores inseridos no contexto de reestruturação da cadeia do caju.

Com esta capacidade de combinar formas de saberes, que poderíamos chamá-la de “capacidade reflexiva” (GIDDENS, 1991), os sujeitos dos “Sítios com máxima campesinidade” dão um sentido mais elástico à natureza do tecido social, expressa pelo seu movimento de transitar cognitivamente de um universo a outro, ora aproximando-se, ora afastando-se, conforme sejam as suas escolhas e os níveis de suas exigências e necessidades. Ou seja, os “Sítios com máxima campesinidade”, neste particular, são mais institucionalmente articulados do que os “representantes do capital”, os “Sítios com mínima campesinidade”.

Igualmente aos “Sítios com mínima campesinidade”, os “Sítios com máxima campesinidade” são oriundos ou de uma escolha (pelo poder da compra) ou de uma herança (pelo poder da lei). Dos “Sítios com máxima campesinidade” estudados, 70% foram originados pela herança e 30% pela compra. Apesar destas duas diferentes formas de aquisição, não consegui visualizar nenhuma distinção de natureza social que fosse significativa explorarmos.

Isso porque, diferentemente dos “Sítios com mínima campesinidade”, caracterizados pela dissociação das necessidades da família e de sua reprodução social, os “Sítios com máxima campesinidade”, além de estarem firmes no propósito de manter e reproduzir a família, como nos Quintais, o fazem tocando sempre no capital; neles, não há apenas o interesse, mas também as condições que os permitem manter-se na fronteira entre família e capital. Na fase de coleta de material de campo, encontrei algumas dificuldades para compreender estes Sítios e os seus sujeitos sociais em função dessa característica que possuem de transitar por universos tão distintos, combinando saberes e valores, e, nestas ações, elaborando suas feições próprias, singularizando-se dos demais “Sistemas Produtivos”, também, em relação aos dispositivos culturais constitutivos de sua ruralidade.

Ora, enquanto os jovens dos “Sítios com mínima campesinidade” são incentivados pelos pais a buscarem o caminho da escola, e os jovens dos Quintais o caminho do trabalho, nos “Sítios com máxima campesinidade” os jovens estão divididos entre a escola e o trabalho. Entre os Sítios pesquisados, apenas 40% buscaram a escola, sendo que os demais preferiram dar continuidade ao trabalho do pai, seguindo o caminho do Sítio.

Os interesses que esquadriham os “Sítios com máxima campesinidade”, contudo, só são visíveis na elasticidade de seu tecido social: não atendem apenas a voz silenciosa do capital, mas também da reprodução social e econômica das famílias. Não produzem apenas para o auto

sustento (valor de uso), como também para o mercado (valor de troca). Isto é, estes Sítios operam tanto com a lógica binomial trabalho/consumo (CHAYANOV, 1974), quanto pela reprodução de estruturas do capital, como a busca pelo excedente e pelo lucro. A “produtividade esperada” é a regra por eles buscada e desejada, como nos “Sítios com mínima campesinidade”, conforme demonstraremos depois desta seção.

Assim como os “Sítios com mínima campesinidade”, os “Sítios com máxima campesinidade” são oriundos da grande propriedade, sendo sua origem marcada pela necessidade de expansão da família, como nos Quintais. Nestes Sítios, como nos Quintais, as regras de residência são cumpridas pelos jovens casais. O casamento está em sincronia com o ciclo agrícola destes Sítios e, por essa razão, as “reservas de residências”, bem como as regras de residência, são convenientemente cultivadas entre eles.

Como nos Quintais, as duas dimensões, a social e a econômica, gravitam em torno das decisões coletivas do grupo familiar e, diferente dos “Sítios com mínima campesinidade”, a figura do proprietário do Sítio não se auto define como “dono do negócio”, mas como o chefe da família. Por isso mesmo, não há separação de interesses existentes entre a família, por um lado, e o do proprietário do Sítio, por outro, como há nos “Sítios com mínima campesinidade”.

Em função desta característica entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”, em que os interesses entre os chefes de famílias e os demais membros são convergentes, as decisões tomadas, a partir do grupo, parecem funcionar como inibidoras de conflitos gerenciais entre eles. Neste contexto, diferentemente dos “Sítios com mínima campesinidade”, o papel da família é fundamental em contextos de tomadas de decisões, conforme se pode conferir no depoimento do Seu Arimatéia (59 anos):

*“ninguém sabe de tudo. Tem coisas que só a mulher faz porque ela sabe fazer e o homem não sabe. As coisas de casa, quem toma conta é a mulher e os filhos. Eu só ajudo, quando posso. As coisas da roça, da propriedade já sou eu que enfrento e eles me ajudam, quando podem. Tenho quatro filhos, dois homens que são casados, e um casal de filhos que ainda são solteiros e moram comigo. Na roça, quem me ajuda mesmo é o meu irmão, que mora na propriedade. Mas na hora de fazer a cajuína, toda a família se junta pra fazer, porque senão, não consegue dar conta. É muita coisa que tem pra fazer. Como é que vou dizer que a família não é importante? É importante em tudo, né?”*

O discurso de Seu Arimatéia (59 anos), como o de Seu IR (51 anos), também é eivado por suas concepções de gênero; entretanto, diferente de Seu IR (51 anos), atribui um papel significativamente ativo aos membros da família. Esta característica, todavia, não tem dado



lugar a descontentamentos por parte dos demais membros da família, e nem provocado problemas que extrapolem a circunscrição familiar, como o endividamento pessoal por exemplo. Ao contrário dos “Sítios com mínima campesinidade”, não registrei nenhum caso de endividamento por parte dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”. Contudo, como boa parte dos agricultores-cajucultores destes Sítios são sócios da Cooapp e, como esta cooperativa apresenta, atualmente, pendências com bancos, os sócios acabaram, também, caindo no cadinho. Vale salientar, ainda, que a cajucultura está arrolada entre os investimentos que originaram a dívida da Cooapp.

Nos “Sítios com máxima campesinidade” as etapas de preparo da terra (broca, derrubada da vegetação, aceiramento, queima, pinica, encoivramento, construção da cerca, plantio e tratamentos culturais) estão, como os Quintais, em simetria com a lógica de expansão e de formação de uma nova família, e da ligação desta com o uso da terra. O casamento, diferentemente nos “Sítios com mínima campesinidade”, está ligado ao ciclo agrícola dos Sítios. O grupo se reproduz social e biologicamente a partir de elementos como sendo pertencentes ao universo cultural camponês, mas também, como já fizemos alusão, a partir de dispositivos do capital, como nos “Sítios com mínima campesinidade”. Será com base na natureza dessas relações que passaremos a compreender melhor como a cajucultura é operacionalizada do ponto de vista prático e organizacional nos “Sítios com máxima campesinidade”. Na seção a seguir, veremos como ocorre a formação da roça de caju.

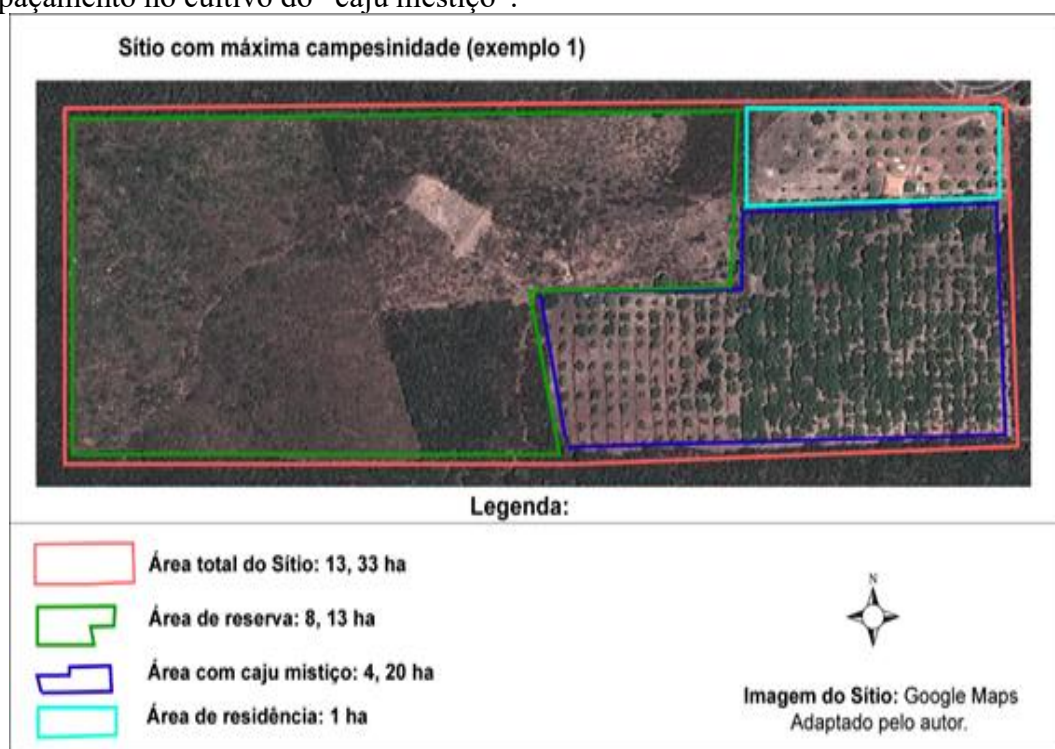
#### **4.2.1 Formação da roça de caju**

As práticas que orientam a formação da roça de caju entre os “Sítios com máxima campesinidade” em nada se distinguem da maneira como é feita nos “Sítios com mínima campesinidade”, mas também ela apresenta determinadas práticas que são comuns aos Quintais, como o consorciamento de lavouras.

O sistema de formação da roça de caju nos “Sítios com máxima campesinidade” está diretamente ligado ao ciclo agrícola destes Sítios, contudo, não dispõem de aportes financeiros suficientes para plantar o caju a qualquer época do ano, como ocorre com os “Sítios com mínima campesinidade”; sendo assim, aproveitam o período chuvoso para fazê-lo. O caju, portanto, nasce casado com outras lavouras, plantadas na estação chuvosa, como nos Quintais. O preparo da terra, como nestes, está em íntima associação com a lógica que rege a expansão da família, isto é, o uso e o movimento da terra está diretamente relacionado ao crescimento da família,

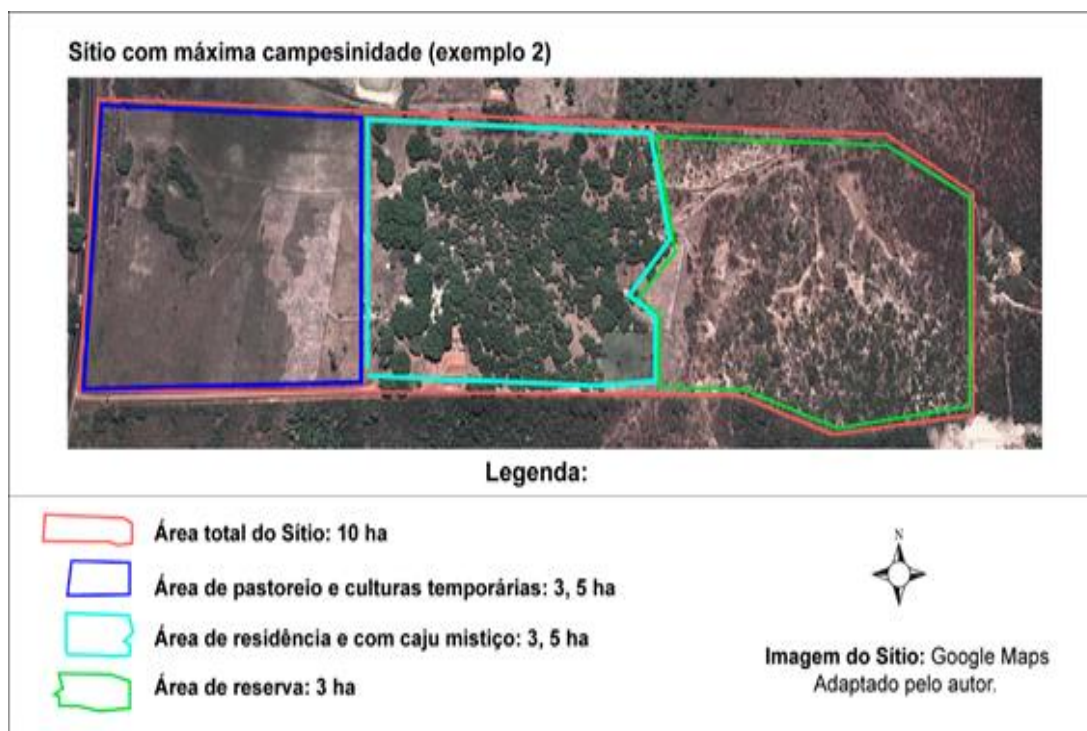
que ocorre pelo casamento, cujo movimento está condicionado ao tamanho do grupo familiar e à natureza de sua composição. Como já informamos, isso significa que a divisão do Sítio em porções de terra menores é proporcional ao número de seus membros, sobretudo para os filhos que escolhem seguir o caminho do Sítio. Os agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”, entretanto, não tardarão em enfrentar o problema de escassez de terra – assemelhando-se cada vez mais aos Quintais –, apesar de apresentarem condições econômicas mais favoráveis do que estes, no presente momento (contexto de 2012). A seguir, veremos como se dá o padrão de uso da terra entre estes “Sítios.

**Figura 22.** “Sítio com máxima campesinidade” com destaque para o uso do sistema quadrado de espaçamento no cultivo do “caju mestiço”.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

**Figura 23.** “Sítio com máxima campesinidade” com destaque para o uso da terra com o caju.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Através do **Exemplo 1**, é possível constatar o emprego do “sistema quadrado” de espaçamento e, no **Exemplo 2**, o espaçamento de outro tipo, que lembra a exploração da “*roça no toco*”, confirmada por Seu Geraldo (81 anos), proprietário do Sítio, que me informou que a roça de caju na época (20 anos atrás) foi feita em consórcio com a “*roça no toco*”, por isso mesmo o espaçamento entre plantas e entre linhas não segue, a rigor, uma forma única. Isso dá para ser percebido no arranjo espacial das copas do cajueiro, conforme mostra a Figura do **Exemplo 2**.

Os **Exemplos 1 e 2** informam, ainda, uma peculiaridade do tipo de caju que é utilizado na formação da roça de caju. Além disso, expressam, também, a presença de determinados elementos que se tornam um “padrão de uso da terra” entre os “Sítios com máxima campesinidade” que difere do padrão dos Quintais, mas que se aproxima do padrão dos “Sítios com mínima campesinidade”, são eles:

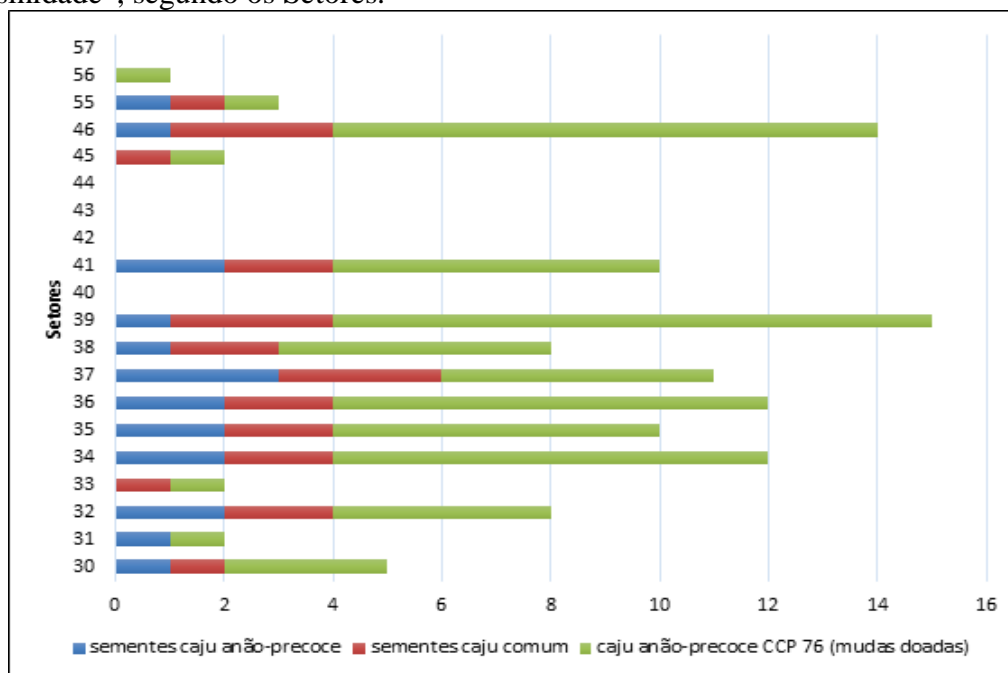
- 1) Área ocupada com culturas temporárias para fins comerciais, como mandioca, feijão e milho;

- 2) Área de reserva para o caju e para outras culturas permanentes – nestes dois exemplos, apenas a manga. No entanto, como já tivemos oportunidade de mostrar, a laranja (e a manga também), desde há muito, deixou de ser cultivada em Altos pelas razões que já expomos;
- 3) Área ocupada com caju;
- 4) Área de residência. Não foi encontrada área de lazer, como nos “Sítios com mínima campesinidade” que inclui piscina, churrasqueira e banheiros anexos. Com exceção do **Exemplo 2**, que possui um campo de futebol que serve de lazer para os filhos e parentes; e,
- 5) Área de reserva de residência. No **Exemplo 2**, tanto a área de reserva de residência, quanto a área de ampliação da roça de caju permanecem inalteradas há mais de 10 anos em função da constituição do grupo familiar e das condições econômicas favoráveis. Seu Geraldo já tem 81 anos e não pretende aumentar a roça de caju porque não tem condições de cuidar; os filhos, por terem estudado, preferiram seguir o caminho fora da propriedade.

Nos **Exemplo 1**, a roça de caju ocupa 32% da área total do Sítio e, no **Exemplo 2**, 35%, o que, como já informamos, é um padrão existente tanto nos “Sítios com mínima campesinidade”, quanto nos “Sítios com máxima campesinidade”. O foco econômico destes Sítios recai sobre o cultivo do caju, sendo que as outras culturas e atividades desenvolvidas atuam como complementos de renda.

Para a formação da roça de caju, os “Sítios com máxima campesinidade” utilizam tanto o caju anão-precoce do tipo CCP 76, como o caju comum. A roça de caju é resultado da combinação de árvores oriundas, portanto, de “sementes guardadas de caju anão-precoce”, de mudas doadas da Apsem e, ainda, de “sementes guardadas de caju comum”, de acordo com o que se pode verificar no gráfico a seguir, segundo os Setores.

**Gráfico 11.** Heterogeneidade na formação da roça de caju entre os “Sítios com máxima campesinidade”, segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Levando em consideração os 113 “Sítios com máxima campesinidade” estudados, com exceção dos Setores (40, 42, 43, 44 e 57) de que não dispomos de dados referentes a Sítios, todos os demais apresentaram esta combinação de conhecimentos e práticas que originaram as roças de caju, as quais eles chamam de “caju mestiço” ou de “roça de caju mestiça”. Como se observa no gráfico acima, é preponderante a utilização do caju anão-precoce CCP 76 (mudas doadas) para a formação da roça de caju; as “sementes guardadas de caju comum”, bem como as de “caju anão-precoce” também fazem parte destas escolhas por parte dos agricultores-cajucultores ao formarem suas roças de caju. Ao serem questionados sobre o porquê de utilizarem todas estas maneiras de formar a roça de caju, as respostas sempre foram no sentido de mostrar a importância de que a roça deve ser feita a partir da combinação desses elementos, conforme podemos verificar no depoimento a seguir:

*“a gente tem que aproveitar de tudo um pouco. O caju comum, o nosso caju verdadeiro, que muitos agora tão rejeitando, tem muito ainda pra oferecer a nós. A gente não pode simplesmente esquecer dele, só porque apareceu o falso caju anão, que dizem que é melhor do que ele. Eu ainda não sei em que ele é tão bom assim, mas tô aprendendo e vendo que ele bota mais cedo, é melhor pra nós tratar, e qualquer menino pode tirar um caju dele, porque ele é menor*

*do que o caju comum. Mas nem por isso vou deixar de plantar o meu caju comum, que eu conheço desde quando era menino, pra passar a plantar só o caju anão, não! Nós aqui, na comunidade, os outros que também lidam com caju, faz assim. Nós estamos aproveitando o que cada um tem de bom pra oferecer a nós. Sabemos de uma coisa: o caju anão-precoce não é bom pra fazer cajuína, não possui o doce e a cor do caju comum. O caju anão é bom pra nós porque ele bota cedo e aí nós vende a castanha e ele bota muito... é um caju bonito, isso aí eu não posso negar. Por isso minha roça é feita deles todos, e eu me aproveito da bondade de cada um... (risos).” (Seu Arimatéia, 59 anos).*

Os elementos constantes neste depoimento nos convidam a revisitar o que, até pouco tempo atrás, falávamos sobre a capacidade destes agricultores-cajucultores em se permitir experimentar o sabor de compor uma roça com base nessa combinação de espécies agronômicas, nas quais eles conseguem enxergar o que cada uma tem de melhor e de positivo para lhes oferecer, sem mencionar, contudo, a necessidade do descarte do caju comum, como fazem os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, que veem neste tipo de caju o atraso da cajucultura.

Contrário a esta percepção, o depoimento de Seu Arimatéia revela que, embora o caju comum e o caju anão-precoce sejam importantes por “*possuírem coisas boas para oferecer*”, faz questão de afirmar a identidade de cada uma dessas espécies, o valor e o sentido que estas ocupam em seu universo prático e simbólico: o caju comum é “verdadeiro”, mas o caju anão-precoce é “falso”. Esta oposição binária traduz, em parte, a “natureza híbrida” a partir da qual é formada os arranjos sociais, produtivos e organizacionais que caracterizam os “Sítios com máxima campesinidade”, os quais, neste sentido, são distintos dos “Sítios com mínima campesinidade”, e da natureza que rege o seu sistema de ordem e classificação social. Sobre isso já nos falou Lévi-Strauss (1970), ao afirmar que as espécies botânicas são descobertas não por serem úteis em si mesmas, mas por cumprirem um papel importante na instauração da ordem e classificação social, permitindo aos sujeitos pensarem a sua própria existência a partir delas.

Como ocorre, por exemplo, entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade” e de suas escolhas que privilegiam o caju anão-precoce em detrimento do caju comum, revelando-nos, por meio daquelas, a natureza da constituição social que eles mesmos constroem a partir da maneira como enxergam o mundo em sua volta, atravessada pelos dispositivos do capital realçados em suas escolhas. A diferença, portanto, é que entre os “Sítios com máxima campesinidade” a cajucultura é feita através da combinação de múltiplos

universos (*bricoleur*), que realça mais a natureza híbrida de sua formação social do que a unilinearidade dos dispositivos do capital, muito embora o hibridismo não os deixa de fora, pois conforme afirma Arimatéia: “*nós estamos aproveitando o que cada um tem de bom pra oferecer a nós*”.

A área da roça de caju, então, não é preparada com trator, uma vez que o trabalho envolve a utilização de ferramentas comuns, como foice, machado e motosserra. Em função do ciclo agrícola ser dependente do período chuvoso, a utilização da cerca de engano para plantar lavoura temporária também é feita como nos Quintais. Galinhas, patos e capotes são criados soltos nos quintais, mas animais de médio porte, como porco, ovelha e bode, por exemplo, são criados em piquetes de pastagens. Só depois do inverno, e quando a colheita de culturas temporárias é realizada, passam a ser criados soltos junto com os outros animais. Ainda, no período de preparo da terra é normal a contratação de trabalhadores temporários, os quais são os agricultores-cajucultores dos Quintais, sendo o pagamento feito em espécie, ao final do dia de trabalho.

Como nos “Sítios com mínima campesinidade”, cuja lógica econômica é baseada nos índices agronômicos do caju anão-precoce CCP 76, a que denomino de “produção esperada”, entre os “Sítios com máxima campesinidade” a lógica que rege suas economias é uma combinação entre a lógica da “produção esperada” e a da “produção necessária”. Em função da roça de caju ser “mestiça”, como eles mesmos a denominam, a noção do volume da produtividade, então, é obtida mais pela experiência do comportamento da roça como um todo, do que pela expectativa dos índices agronômicos, de acordo com o que podemos constatar no depoimento de Seu Erisvaldo (42 anos), proprietário do Sítio do **Exemplo 1**, quando afirma que:

*“eu não planto caju pra tá o tempo todo fazendo conta do quanto ele vai botar... é lógico que nós planta pra ter retorno, e isso serve pra tudo que é plantado na roça, mas quem sabe mesmo que cada um vai botar, é só Deus. Nós trabalha, faz a nossa parte, planta o caju comum que nós já conhece, planta também esse novo aí, o caju anão... aí cabe a nós, depois de plantar, esperar a bondade da terra em devolver pra nós o que a gente merece, né? Eu conheço muito bem a minha roça, sei a idade de tudo que planto, mas às vezes a roça engana, porque pode aparecer uma chuvinha pouca que pode mudar tudo. Assim, não tem como ficar preocupado com isso, não! É bom quando vem pouco, mas é melhor quando vem muito, não é mesmo? Olhe, pra ser sincero, nós acaba esperando mais daquilo que nós conhece, que é o caju comum, o nosso caju verdadeiro, mas o caju anão, que o pessoal chama de falso, a gente ainda tá aprendendo ele, mas já deu pra aprender um pouco*

*que ele quando começa a botar, ele bota muito. Aí, é melhor ter os dois na roça, ter uma roça mestiça, do que ter só um, porque um vai compensando o outro e, assim, nós sempre vai ter caju botando na roça.”*

Sendo assim, o caju comum possui um prestígio superior ao do caju anão-precoce por ser, tradicionalmente, conhecido entre eles, e esse conhecimento que têm sobre a planta e o seu comportamento agrônômico é traduzido por eles como sendo o “caju verdadeiro”, em oposição ao pouco conhecimento que possuem sobre o caju anão-precoce, o qual recebe a alcunha de “caju falso” – nesse contexto, não possui o mesmo sentido e prestígio do caju comum. Embora distintos, ambos continuam inseridos na roça compondo a lógica que rege a economia dos “Sítios com máxima campesinidade”, como veremos na seção a seguir.

#### **4.2.2 Entre o “caju verdadeiro” e o “caju falso”**

O caju comum não é sinônimo de “antigo” e nem de “atrasado”, como o concebem os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Entre os “Sítios com máxima campesinidade”, pelo contrário, o caju comum ainda ocupa um lugar especial não apenas no imaginário dos agricultores-cajucultores destes Sítios, como também no espaço da roça, embora seja um espaço menor, conforme vimos no gráfico acima. Por que ele é “caju verdadeiro”? Perguntava-me sempre. A resposta era sempre dada pela oposição entre as coisas que Deus cria e as coisas criadas pelo homem, conforme veremos no depoimento a seguir:

*“ele é verdadeiro porque foi criado por Deus, não pelos homens.. .professor, o senhor é um homem de letra, mas sabe que aquilo que não é criado por Deus é falso. Quem vai confiar 100% numa roça feita com o caju que nós sabe que foi feito pelos homens? Aqui, todo mundo sabe que foi os pesquisadores da Universidade e da Embrapa que inventaram o caju anão-precoce. É por isso que ele morre mais cedo, né? O homem não sabe fazer a vida. Nós cultiva a planta, mas quem faz nascer é Deus. Por isso nós confia mais no caju comum, porque esse, sim, é obra da natureza, é verdadeiro.”*  
(Seu Carlos, 57 anos).

O caju anão-precoce, portanto, está no limiar, na fronteira cuja identidade agrônômica passa a ser construída a partir de uma série de pares de oposição, tais como: “conhecido/desconhecido”; “coisas do homem/coisas de Deus”; “caju fraco/caju forte”; “caju anão/caju gigante”; “caju verdadeiro/caju falso”; e, “caju mestiço/caju puro”. Os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, como vimos, também classificam o caju comum, situando-o num nível inferior, através de predicados como: “caju do atraso”, “caju



antigo”, “caju do prejuízo”, em oposição ao caju anão-precoce que é o “caju do retorno financeiro”, “caju moderno”, “caju do futuro”, “caju puro”, “caju sem mistura”.

A diferença entre estas duas formas de classificação presentes entre estes dois “Sistemas Produtivos” está no fato de que, enquanto entre os “Sítios com máxima campesinidade” há uma combinação desses dois tipos de caju – muito embora ocupando posições de destaques distintas no imaginário coletivo, pois conforme afirma Seu Erisvaldo: *“é melhor ter os dois na roça, ter uma roça mestiça, do que ter só um, porque um vai compensando o outro e, assim, nós sempre vai ter caju botando na roça”* – nos “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, não há uma combinação, mas uma exclusão de um dos tipos de caju, conforme afirma Seu IR (54 anos): *“um caju desse tipo não traz vantagem nenhuma para nós, pelo contrário, a gente só tem despesas com ele”*. Neste sentido, enquanto por um lado tem-se a noção do tipo de “roça mestiça”, por outro prevalece a do tipo de “roça pura”: *“roça de caju anão é uma roça pura, sem mistura, porque o caju anão é puro, é melhorado”* (Seu IR 54 anos). Tais discursos e práticas são a ossatura que expressa duas ruralidades distintas, dois modos de vida, duas formas de saberes que estão ligados, contudo, a um só tipo de “Sistema Produtivo”, que denominamos de Sítios.

O conhecimento que opera no interior dos “Sítios com máxima campesinidade”, como já informamos um pouco acima, não provém daquilo que denominamos de “conhecimento perito” e, sim, de um tipo de saber que combina o conhecimento tradicional e o conhecimento moderno. É nesse hibridismo, então, que se dão as escolhas e que as práticas agrícolas e organizacionais ganham sentido. Embate no sentido de que o uso do conhecimento perito não é simplesmente absorvido pelos agricultores-cajucultores, mas por eles reapropriado consoante os valores tradicionais operantes no interior destes Sítios. Será com base nessa discussão que a lógica de produtividade da cajucultura passará a ser compreendida na seção a seguir, onde discutiremos a cajucultura e a lógica de produtividade que se operam entre estes Sítios.

### **4.2.3 A cajucultura e a lógica de produtividade**

Ora, se o conhecimento perito e as necessidades por práticas modernas de produção definem a lógica de exploração da cajucultura no interior dos “Sítios com mínima campesinidade”, entre os “Sítios com máxima campesinidade a lógica de produtividade se define pelos mesmos dispositivos que dão origem à roça mestiça de caju. Ou seja, pela combinação, de um lado, do caju anão-precoce e, por outro, do caju comum conforme o

depoimento de Seu Arimatéia (59 anos): “o caju anão é bom pra nós porque ele bota cedo e aí nós vende a castanha e ele bota muito... é um caju bonito, isso aí eu não posso negar! Por isso minha roça é feita deles todos, e eu me aproveito da bondade de cada um... (risos)”. Agora, vejamos parte, também, do depoimento de Seu Erisvaldo que utilizamos um pouco acima, ao afirmar que:

*“olhe, pra ser sincero, nós acaba esperando mais daquilo que nós conhece, que é o caju comum, o nosso caju verdadeiro, mas o caju anão, que o pessoal chama de falso, a gente ainda tá aprendendo ele, mas já deu pra aprender um pouco que ele quando começa a botar, ele bota muito. Aí, é melhor ter os dois na roça, ter uma roça mestiça, do que ter só um, porque um vai compensando o outro e, assim, nós sempre vai ter caju botando na roça.”*

Estes dois discursos nos mostram que a natureza dos arranjos sociais presentes na formação da roça de caju é a mesma natureza sociológica que orienta a construção de práticas em torno da noção de produtividade. Os dados da **Tabela 18**, acima, que trata sobre as características agrônômicas do caju anão-precoce e do caju comum, não servem como orientação única das práticas dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”, pois ao formar suas roças, não as fazem a partir de um cálculo racional visando a obtenção de máximas vantagens produtivas, como ocorre entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”; neste sentido, aproximam-se dos agricultores-cajucultores dos Quintais.

No entanto, o interesse, o desejo e a espera em obter vantagens na produção existe, obviamente, mas os parâmetros não repousam no cálculo: “eu não planto caju pra tá o tempo todo fazendo conta do quanto ele vai botar... é lógico que nós planta pra ter retorno, e isso serve pra tudo que é plantado na roça, mas quem sabe mesmo que cada um vai botar, é só Deus” (Seu Erisvaldo). A noção de produtividade que pude registrar, após longas conversas, entrevistas e observação entre eles, é que a lógica do cálculo ainda não se implantou completamente na ordem e classificação social dos “Sítios com máxima campesinidade” e, por esta razão, eles conseguem operar tocando na lógica da “produtividade esperada”, mas ainda com os pés fixos à lógica da “produtividade necessária”, o solo do conhecimento que informa que o mais importante é ter alguma coisa para colher na roça, como afirma o Seu Erisvaldo: “é bom quando vem pouco, mas é melhor quando vem muito, não é mesmo?”.

Ora, conforme os **Exemplos 1 e 2**, nos “Sítios com máxima campesinidade” são utilizados mais de 35% da área total com o cultivo do caju, e, levando em consideração o **Gráfico 14**, conforme vimos um pouco acima, em todos estes Sítios há predominância do caju anão-precoce. Assim, a necessidade de substituírem o caju comum pelo caju anão-precoce e passarem a produzir uma “roça pura”, em detrimento da “roça mestiça”, ainda não os abraçou completamente, mas está em processo, institucionalizando-se, criando feição e sentido cada vez mais entre eles. Seria, então, demasiado apontar isso como sendo fruto de sua natureza social híbrida?

A propósito, as castanhas produzidas nos “Sítios com máxima campesinidade” possuem baixo valor comercial justamente por serem oriundas de uma roça mestiça, cuja castanha e pedúnculos são heterogêneos quanto ao tamanho, a cor e ao peso. Após a apanha da castanha, se quiserem obter um valor diferenciado terão que trabalhar um pouco mais, classificando-as em grandes, médias e pequenas, o que muitos o fazem; outros, porém, preferem vendê-las sem tal classificação. Os maiores compradores, como já informei, são os comerciantes do próprio município.

Gostaria de concluir o presente capítulo através da tabela abaixo, que trata dos principais fatores de composição de renda obtida ao longo de um ano agrícola. Para tanto, tomarei como exemplo a família de Seu Erisvaldo (42 anos), que é formada pelo casal, por quatro filhos (três homens e uma mulher) e por um sobrinho, sendo que o único que não trabalha é o bebê de três aninhos. Todos são solteiros e trabalham com o pai, dois deles estudam e moram em casa. Procurei elaborar os dados desta tabela seguindo os mesmos itens que nos serviram para ilustrar a composição de renda nos outros “Sistemas Produtivos”.

**Tabela 19.** Principais fatores de composição de renda bruta anual de uma família de “Sítio com máxima campesinidade”.

	Itens	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)	% Composição
Pecuária	Galinhas	40 cabeças	25,00	1.000,00	2,13
	Patos	20 cabeças	20,00	400,00	0,85
	Capotes	10 cabeças	35,00	350,00	0,74
	Porcos	150 kg	13,00	1.950,00	4,15
	Ovelhas	200 kg	16,00	3.200,00	6,80
Agricoltura	Milho	2.000 kg	1,00	2.000,00	4,25
	Feijão	500 kg	5,00	2.500,00	5,31
	Arroz	2.000 kg	2,50	5.000,00	10,63

	Mandioca	10.000 kg	0,30	3.000,00	6,38
	Castanha	2.500 kg	1,20	3.000,00	6,38
	Cajuína	11.200 garrafas	2,20	24.640,00	52,38
<b>Total da renda média anual bruta</b>				<b>47.040,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total da renda mensal bruta</b>				<b>3.920,00</b>	

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como os “Sítios com mínima campesinidade”, os dados desta tabela mostram que a composição de renda ocorre, também, a partir de duas principais atividades: a pecuária e a agricultura. Contudo, não podemos afirmar que as Atividades não-agrícolas (Ana) não estejam presentes na composição de renda dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”; elas estão presentes, sim, mas não mais do que nos Quintais. Entre as principais, destacam-se: venda de combustível (gasolina), aluguel de motosserra e fretes. Na composição de renda, alguns itens ficaram de fora, como manga, laranja, goma e carvão.

Durante a crise agrícola da mandioca, que começou desde a grande seca de 1996, como já tivemos oportunidade de demonstrar no Capítulo 2, Seu Erisvaldo aproveitou a oportunidade para investir na mandiocultura. Em suas próprias terras a produção era limitada para suprir a demanda do mercado por mandioca e goma fresca. Assim, através de arrendamentos de terras, conseguiu ampliar a área plantada de mandioca e manter-se no mercado como o seu principal fornecedor e, em função disso, recebeu a alcunha de o “Rei da Goma”.

Neste exemplo, a cajucultura, incluindo a castanha e a cajuína, é responsável por 58,76% da composição de renda, levando em consideração a área de caju de 4,20 ha, conforme o **Exemplo 1** do “Sítio com máxima campesinidade” de propriedade de Seu Erisvaldo.

Esse é o perfil, portanto, que prevalece entre os “Sítios com máxima campesinidade”, segundo os Setores, havendo pequenas alterações na composição da cajucultura em seus rendimentos totais, que ocorrem em função do tipo de caju que é cultivado e de sua área plantada, de acordo com o que vimos no **Exemplo 2** do “Sítio com mínima campesinidade” de Seu IR (54) que, com 5,4 há, obtém um resultado 25% a mais do que o resultado obtido pelo Seu Erisvaldo (42 anos, numa área de 4,20 há). Ou seja, há uma diferença de apenas 1,20 ha, mas o resultado desta diferença está, mesmo, no tipo da roça de caju: Seu IR (54 anos) possui uma “roça pura” e o Seu Erisvaldo (42 anos), uma “roça mestiça”.

Mesmo assim, como já mencionamos, a cajuína é amplamente produzida entre os “Sítios com máxima campesinidade”, feita a partir da “roça mestiça” que, aos poucos, está sendo

reestruturada, repensada, modificada e, conforme afirma Seu Erisvaldo: “*é bom quando vem pouco, mas é melhor quando vem muito, não é mesmo?*”.

Não se trata, ainda, de terem os olhos fixos na quantidade produzida, mas no desejo de mudança que acelera, inevitavelmente, a qualidade das relações, modificando, então, sua “natureza social híbrida” para o tipo de “natureza social pura”, assim com a roça que qualifica os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, conforme vimos. Diante disso, como qualificar os agricultores-cajucultores que vivem sob as condições das Fazendas? Qual é a natureza que qualifica suas relações sociais no interior destas? Como é produzida a cajucultura no contexto das Fazendas, e qual é o papel econômico que ela exerce entre estes agricultores-cajucultores? São com estas questões que passaremos para o capítulo seguinte, em que discutiremos a cajucultura nas Fazendas.

## CAPÍTULO V – A Cajucultura nas Fazendas

### 5.1 A Natureza das Relações Produtivas e Organizacionais

O objetivo do presente capítulo é demonstrar como a cajucultura é operacionalizada no contexto das Fazendas, e o que a sua prática informa sobre as condições vivenciadas pelos agricultores-cajucultores que, neste caso particular, assumem a condição de “moradores”. Além do fato de o agricultor-cajucultor-morador estar inserido em uma estrutura de relação subserviente, o que torna a prática da cajucultura ser tão distinta dos demais “Sistemas Produtivos” em estudo? Neste caso, em que medida a “condição de morador” determina a organização da produção da cajucultura no contexto das Fazendas?

Aprendi, através dos livros didáticos, que o termo Fazenda<sup>93</sup> era sinônimo de opulência (ANTONIL, 1982) e de onde era retirada a maior parte da riqueza do país. Seus donos, por serem homens de grande importância à economia e à política do país, tornaram-se conhecidos pelo título honorífico de Coronéis. Todos os assuntos de importância do país eram discutidos nas casas desses homens e eles tinham autoridade que ninguém poderia questionar, sendo que essa autoridade lhes dava autonomia para terem ao seu lado a própria polícia que lhes protegeria e lhes respeitava. Nisto, porém, consistia meu “senso comum” sobre Fazendas e, inclusive, reforçado pela própria literatura científica especializada no assunto como, só para citar dois clássicos brasileiros: Garcia Júnior (1989) e Heredia (1988; 1979). Estes autores desenvolveram boa parte de seus estudos em zonas da agroindústria canavieira do Nordeste, onde predominam as Fazendas de cana-de-açúcar; o primeiro na Paraíba, e a segunda em Alagoas e Pernambuco.

O termo Fazenda, portanto, aparece em ambas obras carregado daquele sentido que nutria o meu “senso comum”, que havia aprendido desde os livros didáticos como sendo o lugar da opulência, da prodigalidade, lugar onde opera a “racionalidade econômica” (GODELIER, s/d, p. 17), traduzida através de seus predicados, tais como: eficácia, eficiência, rentabilidade, rendimento, produtividade, minimização dos custos, lucro máximo, satisfação máxima, cálculo,

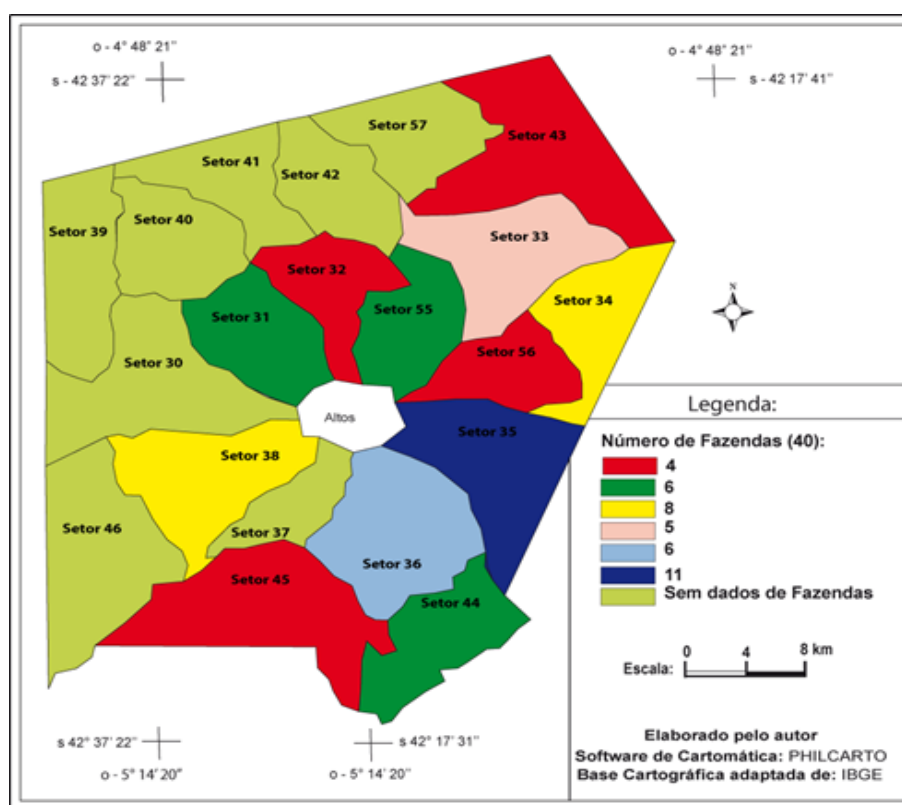
---

<sup>93</sup> Como as “Fazendas de gado”, “Fazendas de engenho” e as recentes “Fazendas de vaquejada” que começaram a aparecer no Nordeste a partir dos anos de 1990, conforme Barbosa (2006).

previsão, progresso, etc. Foi com este “aceiro teórico” que fui ao campo, e que se tornou as lentes através das quais eu enxergava as Fazendas, cujo sentido parecia-me, até então, inquestionável.

Assim, ao iniciar, de fato, os estudos da cajucultura no contexto das Fazendas de Altos, conforme mostra a figura abaixo, o número e os Setores pesquisados, cheguei realmente a pensar que elas representassem o “modelo moderno de reestruturação da cajucultura” no município, ligada ao sentido da racionalidade econômica, técnica, produtiva e organizacional da exploração do caju. Considerei, inclusive, que elas poderiam servir como referencial empírico ideal que me permitisse pensar os outros “Sistemas Produtivos”.

**Figura 24.** Número e localização das Fazendas, segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Outrossim, os dados de campo (tanto os do *survey* quanto os da observação participante) colhidos entre as Fazendas, fizeram-me repensar o sentido que estas tinham, até então, ocupado em meu espírito. Diante disto, duas principais hipóteses passaram a orientar minha compreensão sobre elas. Em primeiro lugar, nem sempre as Fazendas, na vida real, estão

associadas aos sinônimos de opulência, de racionalidade e de produtividade, como denota o seu próprio termo.

Em segundo, entre as Fazendas estudadas predomina uma forma de “exploração de caju” que oscila entre o que poderíamos classificar de extrativista e semi-extrativista, opondo-se, por exemplo, tanto à realidade das Fazendas produtoras de caju situadas, principalmente, em cidades do sudeste do Piauí – conforme já tivemos oportunidade de informar na Seção 4 da Introdução –, quanto contrapõem-se à perspectiva da *intelligentsia* da FBB e de seus parceiros quando relacionam as formas extrativistas e semi-xstrativistas da exploração da cajucultura ligadas, exclusivamente, às práticas dos “pequenos produtores”, ficando de fora, portanto, as Fazendas.

As Fazendas do sudeste do Piauí desenvolvem uma cajucultura que reúne em torno de si um *modus operandi* moderno ao longo da extensão dos elos da cadeia produtiva, cujas técnicas são originadas da contribuição de especialistas e praticadas a partir de uma lógica produtivista proveniente do capital e do agronegócio. Estas, sim, poderíamos dizer, que estão em pura simetria com relação aos predicados que definem a “racionalidade econômica” da cajucultura, como aqui estamos compreendendo.

As Fazendas de Altos, então, ao explorarem a cajucultura a partir daqueles dois tipos (extrativista e semi-extrativista), acabam apresentando as piores condições da cajucultura desde o aspecto técnico, produtivo e organizacional, colocando-se abaixo, inclusive, dos Quintais que, pelo contrário, destacam-se positivamente quanto a estes aspectos justamente por apresentarem um “Sistema Produtivo” que incorpora todo o ciclo agrícola, e as lavouras neles cultivadas, às atividades previstas pelos grupos familiares a serem desenvolvidas durante o ano agrícola, conforme vimos no Capítulo 3.

Os trabalhadores das Fazendas mantêm, com os seus patrões, uma relação de trabalho que os definem como “moradores” (GARCIA JÚNIOR, 1989; HEREDIA, 1988), consoante podemos conferir no depoimento de Seu José (65 anos), morador de umas das Fazendas localizada no Setor 34, que, também, se auto define assim:

*“o homem é aquilo que ele faz... se ele trabalha com gado é vaqueiro, se trabalha com a terra é agricultor. Aqui eu mexo com tudo um pouco, depende da estação do ano. Eu sou agricultor desde quando me entendo de gente. Sou trabalhador dessas terras há mais 35 anos. Os primeiros donos já morreram. Meu pai trabalhava pra eles. Agora sou eu que trabalho pra os herdeiros, né, os que ficaram sendo dono. Tem muita gente, moço, que é dono dessas terras.*



*Meu pai morreu aqui e nunca acertaram as contas com ele. Na época era até mais fácil porque tinha poucos donos. Agora tá cada vez mais difícil. Eu tô indo pelo mesmo caminho do meu pai. Quando nós vai falar com os ‘cabeças’ pra acertar as contas, eles descaminham a conversa. Não querem, não! Nós num vê nem a cor do dinheiro deles. Aí, nós vai se virando, criando um bichinho, fazendo uma roça... tomando conta, também, das coisas da gente (risos). Eu sou morador, tomo conta de tudo aqui, mas tomo conta das minhas também. Ah, eles demoram vim aqui. Eles vêm aqui mês em mês, às vezes nem vem... passam lá no mercado pra pegar o dinheiro do leite que vai pra cidade todo santo dia. O rapaz vem buscar numa moto. Aí, por lá mesmo, eles acertam tudo, né? É assim... o sistema de trabalho aqui é assim.”*

Woortmann e Woortmann (1997, p. 7-8) afirmam que o “significado simbólico do trabalho e o modelo de saber dos produtores não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos”. E que, ainda, o “saber do produtor, é muito mais do que um conhecimento especializado para construir roçados: ele é parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens”. Nesse sentido, acrescentam os autores: “o saber-fazer camponês, globalizado, distingue-se radicalmente do processo de trabalho operário sob o capital, fragmentado, em que o trabalhador se assemelha, no dizer de Marx, à abelha”.

É esta lógica camponesa que orienta e que constitui a própria dimensão do trabalho, ou seja, embora esteja inserido num universo cujas relações de trabalho o definem como “morador”, portanto, fragmentado, especializado, é o seu saber camponês criativo e reflexivo que acaba prevalecendo, como totalidade, à forma restrita do ser “morador”. Assumir essa condição é apenas um detalhe da condição do ser camponês neste universo que dele exige várias performances: agricultor, cajucultor, extrativista, morador, etc., tornando-o um sujeito multifacetado em função de suas várias máscaras sociais. Desvendar o sentido de morador é condição imprescindível para a compreensão de seu papel de agricultor-cajucultor.

Aliás, para Bosi (1992, p. 11), palavras como cultura, culto e colonização são derivadas do latim *colo*, que significa eu moro, eu ocupo a terra, ou, ainda, eu trabalho, eu cultivo o campo. Para este autor, há uma distinção semântica entre habitante (*incola*) e residente (*inquilinus*): o habitante é o herdeiro, aquele que cultiva a terra, que mora, que trabalha, já o residente é aquele que reside em terra alheia. Entretanto, entre as Fazendas estudadas, o morador, ao cumprir o papel de inquilino, passa a ser obrigado a realizar as tarefas que, por definição, pertencem ao herdeiro, como trabalhar, ocupar, cultivar, morar. O morador, como uma espécie de hóspede (aquele que está de passagem), por não ter como interromper a sua estadia na terra do herdeiro, vai se submetendo ao papel de inquilino, vai morando, cultivando,

vivendo o papel de herdeiro, mas sendo inquilino. É este o seu direito: morar, cultivar e trabalhar, que não é diferente daquilo que se define como o seu dever, o trabalho; eis o que é ser morador-agricultor-cajucultor.

Das Fazendas estudadas, 100% foram originadas pela herança, a qual se define muito mais por uma cultura agrária que se encrava na terra e na alma de seus moradores do que pela simples posse de terras. Ao terem que trabalhar para alimentar as necessidades dos patrões, cultivam, ao mesmo tempo, a esperança de um dia poderem ser donos de sua própria porção de terra, senhores de seu tempo, de suas necessidades e de suas escolhas. Não se trata de herdar terras, pois estas constituem apenas um dos dispositivos que dão sentido às relações agrárias, travadas entre estes dois personagens: o patrão e o morador. As terras são o volume mais visível dessas relações que revitalizam o ciclo da desigualdade no campo, vivenciadas pelos moradores e suas gerações, conforme esclarece o depoimento de Seu José (65 anos): *“eu tô indo pelo mesmo caminho do meu pai. Quando nós vai falar com os ‘cabeças’ pra acertar as contas, eles descaminham a conversa. Não querem, não!”*.

Uma característica comum destas Fazendas é o fato delas serem pouco produtivas, seja em função da própria constituição natural dos solos, inapropriados para a exploração de determinadas culturas agrícolas, seja por ausência mesmo de interesse por parte dos próprios proprietários. Conforme já informamos, das 40 Fazendas estudadas, em apenas nove delas conseguimos entrevistar seus proprietários. Ao serem questionados sobre o interesse que tinham em realizar projetos produtivos nas Fazendas, as respostas foram sempre recorrentes: *“não, eu tenho interesse em investir, porque as coisas só andam com o dono por perto. Entregar um negócio nas mãos de morador não é um bom sinal para o início do negócio”* (expressão muito ríspida – Seu IR, 52 anos).

Como Seu IR (52 anos), que é médico e proprietário da Fazenda localizada no Setor 38, os demais proprietários são juizes, advogados, médicos, comerciantes, coronel do exército, professores, políticos, etc., cujos rendimentos não são provenientes e nem dependentes das Fazendas. O gado bovino criado em muitas delas (em apenas 21) não ultrapassa 50 cabeças, uma vez que estas Fazendas, conforme já mencionamos no Capítulo 1, são constituídas por grandes extensões de terras ocupadas, ainda, por pastagens e florestas naturais. As pastagens são utilizadas, principalmente, para engorda de gado de corte em regime extensivo. As florestas abrigam uma rica variedade faunística e florística, da qual se servem os moradores para extração

de mel de abelha, de côco de babaçu, de palhas de carnaúba (para extração do pó)<sup>94</sup>, de “madeira de lei” (principalmente o cedro) e de pequenas toras de madeiras para a fabricação de carvão. Além disso, aproveitam-na, ainda, para caçar, principalmente, veado, cutia, jacu e outras espécies de aves dependendo da época do ano.

É neste contexto que a cajucultura é praticada. O caju, nas Fazendas, é uma “planta da mata”, tal como uma carnaubeira, um babaçueiro, um cedreiro, que dispensam cuidados especiais para produzirem. O caju, como estas árvores, é apenas coletado, retirado, extraído da mata. Ele não recebe nenhuma forma de tratamento para produzir, tais como podas, capinas, retiradas de galhos secos e improdutivos. Como entender esta completa ausência de tratamentos culturais para com o cajueiro comum? Desprezo inconsequente? Atos gratuitos? Ou uma “ação reflexiva”?

Por hora, é importante saber que entre tais recursos florestais, o que possui maior valor de troca é o cedro. Uma árvore desta pode ser vendida por até R\$5.000,00, dependendo de seu porte, e sua venda não é feita com frequência. Ela ocorre, principalmente, na ocasião de doença ou para ajudar um membro da família (filho) que deseja migrar. O cedro funciona como uma espécie de reserva de valor, uma poupança. Isso é feito a partir de um trato entre o morador e o comprador, já que o patrão não pode saber:

*“nós só faz isso porque não têm de onde mais tirar... aqui tem muito cedro, é uma madeira boa pra vender... aí quando nós se acha numa precisão, nós se socorre somente a ele, ao cedro, é, ao cedro... mas o patrão não ajuda, não, numa hora de precisão... ele passa até de dois meses sem vim aqui. Aí, quando nós cai numa doença e as coisas ficam difícil, o cedro socorre a nós... ano passado meu filho precisou viajar lá pras bandas do Sul, porque aqui ele tava parado, o ganho aqui é pouco, ele tem família pra criar, aí, nós vendeu um cedro e, graças a Deus, deu tudo certo. Até agora? Até agora já fiz isso umas quatro vez (risos)... moço, até agora não recebi nenhuma reclamação, não! Ele nem anda na mata. É difícil descobrir, só se a pessoa que comprou falar, mas ele não fala, não, porque sabe que vai perder, né?” (Seu José, 65 anos).*

Os demais recursos extraídos, como palhas de carnaúba que servem tanto para a fabricação de vassouras, quanto para a extração do pó para o preparo da cera de carnaúba, e as

---

<sup>94</sup> Há dois tipos de pó: pó-olho e pó-palha. O pó-olho é o mais caro, pois o seu rendimento é superior ao obtido por meio do pó-palha, conseqüentemente obtém-se maior valor de mercado dependendo da demanda e da qualidade do pó. O preço de venda para o mercado local varia de R\$1,20 a R\$2,00. A extração do pó da carnaúba pode ser feita; as etapas do processo de extração do pó de carnaúba são corte da palha, secagem, batção (retirada do pó) e ensacamento.

toras de madeiras para a fabricação de carvão, são atividades realizadas durante todo o ano agrícola. O mel é uma atividade sazonal, pois a sua produção depende da florada e esta, por sua vez, da estação das chuvas. A caça é por muitos utilizada como suprimento de carne para a família. Os produtos fabricados e extraídos (como o mel) são levados por eles mesmos à feira para o seu comércio. O grau de utilização de tais recursos vai depender das necessidades de cada família constituída pelos moradores das fazendas. Os patrões são, muitas vezes, “presenteados” com mel ou com o resultado de uma caça e, muito raramente, com cera de carnaúba, pois esta possui alto valor comercial, assim como o cedro.

*“Aqui e ali nós gosta de fazer um agrado ao patrão. Aí nós dar um litro ou dois litro de mel, uma caça, um pedaço de um veado, uma cutia, que eu sei que ele gosta... não, com cera de carnaúba, não. Dá muito trabalho pra fazer, e eu sei que ele não precisa, não, já é rico (risos).” (Seu José, 65 anos).*

Estes sujeitos, além de cumprirem estas atividades extrativistas responsáveis pela maior parte da composição de suas rendas, têm que cuidar, também, das “coisas do patrão”, como: cuidar do gado, fazer roça de arroz, de feijão, de milho, de melancia, cuidar de outros pequenos animais do patrão, como ovelhas, galinhas, patos e porcos: “*eu sou morador, tomo conta de tudo aqui... mas tomo conta das minhas também*”, como nos diz Seu José (65 anos).

Os filhos destes moradores, diferentes dos jovens dos Quintais e dos “Sítios com mínima e máxima campesinidade”, poucos conseguiram construir suas vidas no município, sendo o mais comum a busca pelo “caminho de fora”, “o caminho do Sul”. No período da entressafra é bastante comum o processo de migração para várias cidades do país, mas o destino que predomina ainda é São Paulo. Todos os sábados, em Altos, partem para aquela cidade entre 10 e 15 jovens de ambos os sexos, com idade de 20 e 25 anos. Tive a oportunidade de conversar com alguns desses jovens no dia da partida e, a seguir, podemos constatar o sentimento do jovem Francisco (23 anos) ao ter que migrar, deixando a casa do pai:

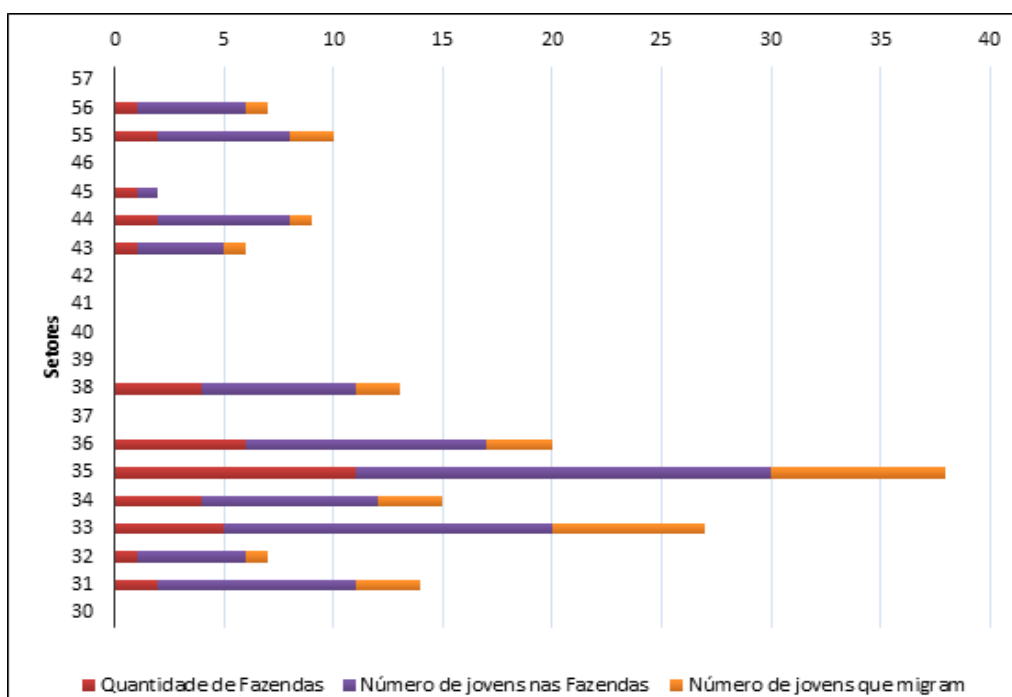
*“a vida de nós aqui é difícil. Eu não quero seguir a profissão de meu pai, não, que sofreu a vida inteira pra criar nós. Trabalhou a vida inteira em terra do patrão. O patrão não tá nem aí pra nós. Ele já tem o dele e nós, tem o quê? Eu tenho 23 anos, já era pra mim ter ido, mas fiquei adiando pra ver se conseguia alguma coisa por aqui... e também por que meu pai tá velho e precisa de ajuda. Ficando aqui eu não vou poder ajudar ele em nada. Neste ônibus que o senhor tá vendo tem dois irmão (de 27 anos) que também tão indo pras bandas do Sul. O povo diz que lá a vida é difícil, mas para quem foi*

*criado no mato, matando cobra, o que pode ser pior do que isso, né? Tenho fé em Deus que já vou poder ajudar meu pai e, um dia, voltar pra ficar.”*

Conforme o depoimento acima, a migração não é desistir da casa do pai, mas a possibilidade de ficar, de permanecer; é um sentimento de revolta e, ao mesmo tempo, de recriação de valores e de identidades, pois conforme Cardel (2008, p. 4), migrar consiste em uma

estratégia fundamental de reprodução do grupo. A grande maioria dos filhos dos núcleos domésticos migra para sempre, ao passo que outros, inclusive os herdeiros, realizam migrações temporárias que podem durar dias, meses ou muitos anos, dependendo da estratégia adotada pelo grupo e da história traçada pelo indivíduo migrante. Entretanto, o ato de migrar, apesar de envolver sempre o grupo social, é para o indivíduo algo único, uma mudança de rumo, de norte, uma desconstrução em direção a uma reconstrução infindável frente ao novo, ao porvir.

Procurei identificar a Fazenda que a família de Francisco vive, conversei com o seu pai, Seu Jerônimo (71 anos), morador de uma das Fazendas localizada no Setor 43; no momento da entrevista, chorava ao me contar sobre a partida de seus dois filhos. É muito comum entre os filhos dos agricultores-cajucultores moradores das Fazendas buscarem o “caminho do Sul”, de acordo com o que se pode conferir no gráfico a seguir, segundo os Setores, e conforme o número de Fazendas pesquisadas.

**Gráfico 12.** Número de jovens de Fazendas que migram, segundo os Setores.

Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Com exceção dos Setores (30, 37, 39, 40, 41, 42, 46 e 57) de que não dispomos de dados sobre Fazendas, e do Setor 45 onde há um bom número de famílias assentadas<sup>95</sup>, todos os demais Setores apresentaram recorrências de jovens migrantes. Para o efeito desta análise, estou considerando a categoria “jovem” aquela constituída por rapazes e moças com idades entre 15 e 27 anos. Da mesma forma que ocorre a “herança de terra” entre os “novos donos” das Fazendas, ocorre também a “herança de trabalho” entre as gerações dos moradores, servindo para alimentar, desta forma, o ciclo de reprodução da desigualdade entre morador e patrão. Tal reprodução tem sido comumente negada, principalmente, pelos jovens, filhos dos moradores, conforme nos afirma Francisco (23 anos): *“eu não quero seguir a profissão de meu pai, não, que sofreu a vida inteira pra criar nós. Trabalhou a vida inteira em terra do patrão. O patrão não tá nem aí pra nós. Ele já tem o dele e nós, tem o quê?”*.

<sup>95</sup> Neste Setor há dois Projetos de Assentamento: Barrinha e São Benedito que, juntos, somam mais de 230 famílias numa área de 8.552 hectares. São os dois maiores assentamentos existentes em Altos, representando 9% da área total do município – talvez merecesse descobrir se as áreas de assentamento servem para inibir o fluxo de migração entre jovens.

Esse ciclo parece ter o seu fim, ou pelo menos o início de um novo começo, no momento em que o patrão resolve acertar as contas através das pequenas porções de terras a que denominamos de Quintais, que são “doadas” aos moradores como “forma de pagamento” pelos anos de trabalho. Quando isso ocorre, a família do morador já se multiplicou o suficiente para recomeçar a nova vida, tendo que enfrentar outras dificuldades como a escassez de terra, por exemplo, que acaba dando origem a necessidade por trabalho fora dos Quintais, e a praticarem o que aqui compreendemos por “pluriatividade” (SCHNEIDER, 2003, p. 48). Podemos constatar, no entanto, a presença desta dificuldade a partir do depoimento de Seu Campêlo (45 anos), proprietário de um Quintal (1 ha), fruto do acerto feito entre seu pai e o seu antigo patrão:

*“meu pai sempre dizia a mim e a meu irmão que antes de morrer, morreria em seu próprio pedaço de terra. E foi assim que ocorreu... depois de anos de trabalho, fez um acerto lá com o patrão dele e, depois disso, deu pra ele comprar esse pedaço de terra aqui que você tá vendo. Ela é pequena, é um quintal de 1 ha. Meu irmão tá em São Paulo, e eu fiquei por aqui. A casa foi construída com o dinheiro que meu irmão mandou. Meu dinheiro ainda é curto pra isso (risos). Meu pai morreu e fez o que pode fazer pra não deixar nós dois morando em terra de patrão... mas a terra é pouca... por isso meu irmão teve que ir para São Paulo.”*

O grau de dificuldade, neste caso, está relacionado com a constituição familiar, ou seja, com o tamanho da família, conforme vimos no Capítulo 3 quando tratamos dos Quintais e das dificuldades de seus sujeitos em se reproduzir.

Voltando ao raciocínio da migração, podemos afirmar, então, que esta é tão comum entre os jovens que vivem nas Fazendas na condição de filhos de morador quanto o é o caminho para a escola entre os jovens dos “Sítios com mínima campesinidade”. Como ocorre entre os jovens dos Quintais, os jovens das Fazendas continuam mantendo o projeto familiar através de envios regulares de “ajuda” (dinheiro) para os pais que, temporariamente, os deixaram para traz. Estes jovens, em função de condições econômicas muito desfavoráveis, decidem migrar como uma estratégia apoiada pelo grupo familiar em dar continuidade a sua expansão social e biológica, mesmo que sendo fora da terra e dos afazeres ligados a esta, como ocorreu com o irmão de Seu Campêlo (45 anos) que resolveu a migrar há 10 anos.

Assemelham-se, em muitos aspectos, às condições de vida dos agricultores-cajucultores das Fazendas e dos Quintais; a diferença marcante é o fato de que, nos Quintais, as condições de vida dos agricultores-cajucultores já são o resultado de acertos feitos por antigos patrões e, nas Fazendas, pelo contrário, eles permanecem aguardando a “boa vontade dos patrões” para

fazê-los. Nas Fazendas, eles são “moradores de patrões”, enquanto que, nos Quintais, são “moradores da vida” (HEREDIA, 1979). As Fazendas, conforme já mencionamos na Seção 1.1 do Capítulo 1, são o princípio do desencadeamento fundiário e agrário e das relações que os marcam, originando os Sítios e os Quintais – embora o surgimento destes esteja mais ligado às Fazendas do que aos Sítios propriamente ditos.

Um outro aspecto que assemelha a natureza das relações produtivas e organizacionais entre Quintais e Fazendas é que, em ambos, as famílias caracterizam-se pela luta de um grupo em se reproduzir através da lógica binomial trabalho/consumo (CHAYANOV, 1974). Também não podemos deixar de considerar o fato de que, tanto nas Fazendas quanto nos Quintais, a lógica é a da “produtividade necessária” que rege a economia dos agricultores-cajucultores destes Sistemas. Ou seja, as duas dimensões – a social e a econômica – gravitam em torno das decisões coletivas do grupo familiar, comuns aos agricultores-cajucultores dos Quintais e das Fazendas, como também dos agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”. Entretanto, com uma ressalva: o caju está excluído da lógica da “produtividade necessária” pelas razões que ainda haveremos de descrever nas seções seguintes. Ora, será que a formação da roça de caju, nas Fazendas, também guarda alguma semelhança com os demais “Sistemas Produtivos” estudados? Isso é o que se verá na seção a seguir.

### **5.1.1 Formação da Roça de Caju**

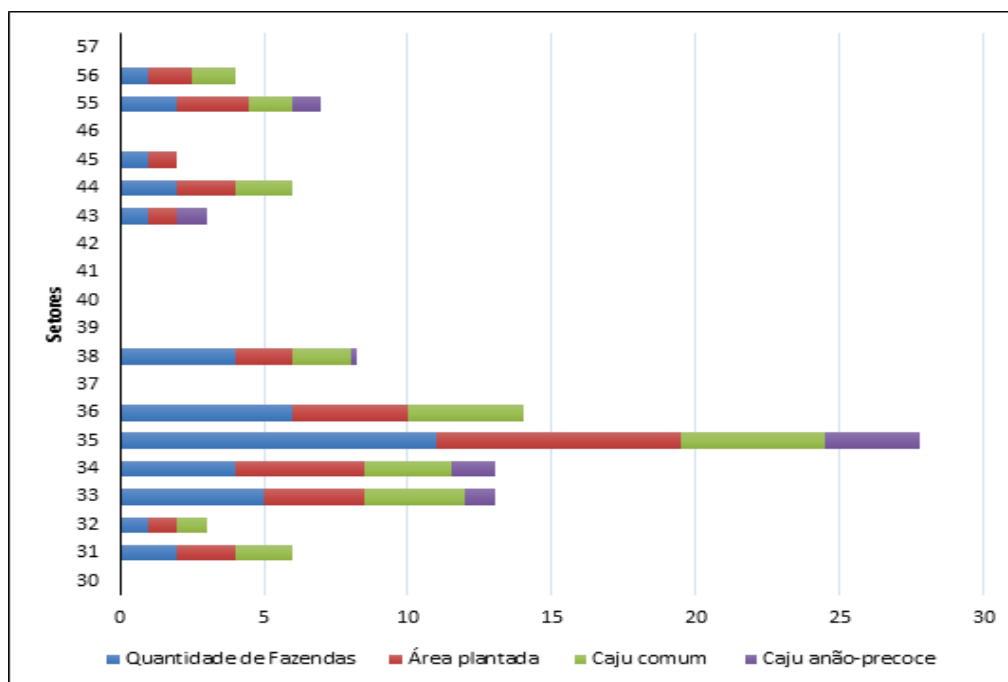
Um pouco acima afirmamos que, entre as Fazendas estudadas, há duas formas que caracterizam a “exploração do caju”: a forma extrativista e a semi-extrativista. Para que possamos compreender melhor este aspecto, que caracteriza a exploração da cajucultura nas Fazendas, é necessário retomarmos a discussão da Seção 2, vista na Introdução.

Como vimos, a formação do parque cajuícola no Brasil nas décadas de 1960/1970 deu-se, essencialmente, através de árvores de caju nativas do tipo comum. Esse cenário começa a mudar com os incentivos fiscais do Artigo 34/18 da SUDENE e, posteriormente, do Decreto-Lei 1.134, bem como com o Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR) através dos seguintes fundos setoriais: Fiset-Reflorestamento, Fiset-Pesca e Fiset-Turismo, que favoreceram à formação de novos pomares de caju. Depois disso, a partir de 1980, o Fiset-Reflorestamento transformou-se a principal fonte de incentivo ao plantio de cajueiro para fins de reflorestamento no Brasil. Os pequenos pomares existentes nas Fazendas estudadas, portanto, foram oriundos justamente desse período, deste contexto e, então, os cajueiros são velhos e já comprometidos



físico-quimicamente. Através do gráfico a seguir, podemos conferir o perfil cajuícola das Fazendas, segundo os Setores, e de acordo com o número delas pesquisadas.

**Gráfico 13.** Perfil cajuícola das Fazendas, segundo os Setores.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como já tivemos oportunidade de informar no Capítulo 1, a área total de caju entre as Fazendas é de apenas 33,5 há e, juntas, elas representam 2% apenas da área plantada (ha), levantada por esta pesquisa. Em 27 delas registramos a presença do caju anão-precoce CCP 76, localizadas entre seis Setores (33, 34, 35, 38, 43 e 55). Contudo, a soma da área plantada de caju anão-precoce é de apenas 8 ha, e de 25,5 ha de caju comum, o que significa uma média de 50 pés de caju anão-precoce por Fazenda, originando pequenas roças de caju. Estas são formadas, principalmente, pelos jovens das Fazendas, filhos dos moradores. As mudas que servem para o plantio são comumente originadas de doações da Apsem, conforme podemos conferir no depoimento de Everaldo (19 anos):

*“eu mesmo que plantei as mudas que vieram dessa Apsem. Rapaz, nós que trabalha em terra alheia num pode fazer quase nada, né? Eu ganhei 100 mudas e plantei todas, mas só vingou a metade. Plantei num capão de terra lá pra baixo. O capão é bom plantar nele porque ele é molhado, é rodeado pela mata que ajuda a esconder o caju dos bicho comer e do dono vê (risos). É... eu acho que o dono nunca viu, não é, se viu, nunca me disse nada... (silêncio seguido de risos). Todo mundo diz que esse caju é botador aí, como*

*eu ganhei, fiz o teste aqui pra ver se ele bota mesmo. Tem uns aqui que já tão botando com menos de dois anos, mas eles dizem que é pra nós arrancar as vingas do caju pra ele não parar de crescer... mas ele não é anão? Se fosse pra crescer nós plantava era o caju gigante, não é mesmo? Eu sei que a terra é do patrão... de nós aqui só pertence a vida e alguns bichinhos que nós cria... aí, de uns anos pra cá, nós tá aproveitando pra plantar o caju anão porque o caju comum, o caju gigante, que tem aqui nessas terras já é muito velho, não bota mais quase nada.”*

A roça de caju nas Fazendas, diferentemente dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”, não é constituída a partir da lógica do consorciamento de lavouras, e nem leva em consideração aqueles “sistemas de espaçamentos” (quadrado, retangular e triangular). Os cuidados (tratos culturais) que eles têm com o cajueiro não fazem parte do ciclo agrícola, conforme ocorre nos Quintais, muito embora o período do plantio seja convenientemente feito durante a estação chuvosa, ligando-se, neste aspecto, ao ciclo agrícola desenvolvido nas Fazendas.

As pequenas roças de caju anão-precocce existentes não podem ser feitas em qualquer espaço da Fazenda, devendo ser feitas, como afirma Everaldo (19 anos), nos “*capões de terra*”, que são pequenas porções de terra nos baixios úmidos da Fazenda que, além de serem úteis ao caju, servem, também, para despistá-los dos animais e, principalmente, dos olhos gordos dos donos da terra: “*o capão é bom plantar nele porque ele é molhado, é rodeado pela mata que ajuda a esconder o caju dos bicho comer e do dono vê (risos)*”, conforme mostra a **Figura 30** a seguir.

**Figura 30.** Exemplo de roça de caju anão-precoce, com destaque para a roça de caju comum envelhecido.



Dados: Pesquisa de campo (2010-2012).

Como se pode verificar na figura, ambas as roças de caju se localizam no que eles chamam de mata. A roça de caju anão-precoce, deste exemplo, fica a 3 km da casa sede da Fazenda, no sentido sul da figura. A roça possui três anos, e a do caju comum, 22 anos. O caju, ao nascer escondido, protegido pela mata, nasce de uma escolha: uma escolha em driblar as estruturas sociais que caracterizam a natureza das relações entre a família do morador e a do patrão, uma escolha “tática”. A tática, segundo Certeau (1994, p. 236), descreve indivíduos ou grupos que são fragmentados em termos de espaço e que não mantêm nenhuma base específica de operações, mas que são capazes de realizar um agrupamento de forma ágil para responder a um conjunto de necessidade que possa surgir.

Portanto, são as necessidades, as urgências e as contingências que acionam os indivíduos a operarem taticamente com o objetivo de enfrentar, de resistir e de produzir respostas não convencionais. As táticas, nesse sentido, não visam dominar, mas produzir maneiras para não se deixar dominar, uma vez que essas maneiras táticas não fazem enfrentamentos abertos, pelo contrário, tentam preencher suas necessidades no silêncio imperceptível das aparências táticas.

Ora, a “ausência completa de tratos culturais para com o cajueiro comum”, da qual falamos um pouco acima, não seria desprezo inconsequente e nem atos gratuitos; seria, sim, uma “ação reflexiva”, uma maneira de não se deixar dominar, uma forma “cotidiana de resistência camponesa”, como diria Scott (2002, p. 11-12)<sup>96</sup>. Este autor, embora não deixe de concordar com as teorias clássicas que tratam sobre o campesinato que privilegiam as greves, rebeliões, ações contra o Estado como espaços de expressão política dos camponeses, considera que essa perspectiva está mal colocada. Sua proposta é que a resistência deve ser entendida a partir do que ele denomina de “formas cotidianas de resistência camponesa: “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”, podendo mesmo ser “individuais” (assim como “ação social” para WEBER, 1973, p. 419), como fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza”.

Acrescentaríamos à lista, ainda: “ausência de tratos culturais para com o cajueiro comum”; *“fazer roça de caju anão-precoce nos baixios úmidos”*; *“esconder esta roça do patrão”*; *“aproveitar o máximo dos recursos florestais”*; *“oferecer pequenos agrados (presentes) ao patrão”*; e, *“esconder deste as transações feitas com o cedro e com os demais recursos florestais explorados”*. Com relação a prática desta forma de “resistência cotidiana”, informa-nos Seu Raimundo (61 anos), morador de uma das Fazendas do Setor 35: *“às vezes ele pergunta se eu tenho feito carvão. Aí, eu respondo que fiz, né? Mas fiz bem pouquinho, eu digo... fiz só uns 10 sacos. Mas lá na mata eu tenho 30 sacos (risos)”*.

Segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 12-13), ao se pensar sobre a lógica do trabalho camponês, devemos compreender que o processo de trabalho é consciente, diferente do trabalhador industrial que, além de estar separado dos meios de produção, seu domínio sobre o processo produtivo é apenas parcial. A lógica do trabalho camponês, pelo contrário, é o lugar onde a consciência do processo produtivo, o conhecimento técnico e a força de trabalho operam simetricamente.

A terra para o cultivo do caju anão-precoce, por parte dos jovens, filhos dos moradores, nesse cenário de condições, parece consistir em um certo “adiantamento de direitos fundiários”, negados, ao serem adiados, ao longo de gerações. Formar a roça de caju nestes termos consiste

---

<sup>96</sup> James Scott (2002) amplia a noção de “economia moral” desenvolvida por Thompson (2008), incluindo os princípios de reciprocidade e de subsistência ligados a um conjunto de deveres e de obrigações mútuas que servem para orientar as diversas formas de resistências cotidianas do campesinato frente aos mais “fortes”.

mais do que uma espécie de “levante” e de “motim”<sup>97</sup> – termo considerado normalmente como ações inconsequentes, isoladas, estéreis e espasmódicas, como nos diria Thompson (2008, p. 152-153). Consiste, sim, numa espécie de “economia moral” que fundamenta a formação da roça de caju anão-precoce, por extrapolar o próprio conteúdo econômico que assegura e justifica o seu cultivo nos demais “Sistemas Produtivos”, conforme vimos nos Quintais e nos “Sítios com máxima campesinidade”. As condições para o caju anão-precoce crescer no contexto das Fazendas são limitadas, assim como são as condições do morador, particularmente, ao exercer suas atividades de agricultor-cajucultor. Além dos jovens, as pequenas roças de caju anão-precoce são as únicas “coisas novas” que existem nas Fazendas.

Estas pequenas roças, plantadas sob tais condições, parecem revelar os artifícios de uma ruralidade elaborada a partir de pares de oposição, denotando os principais arranjos sociológicos dos grupos familiares dos moradores ao construírem suas vidas nos contextos das Fazendas, tais como: novo/velho; caju velho/caju novo; mata/lavoura; protegido/sem proteção.

O caju comum está para a “natureza” (mata), assim como o caju anão-precoce está para a “cultura”, embora protegido pela mata. Ambas espécies de caju marcam dois períodos distintos, duas gerações, dois *modus operandi*: o tempo do pai e o tempo do filho, o velho e o novo, o passado e o futuro. Enquanto o pai apenas explora (extrai) o caju comum nas matas, o filho aproveita-se da mata (capões) para cultivar o caju anão-precoce.

Sendo assim, com base neste conjunto de informações sobre a natureza das relações produtivas e organizacionais vivenciadas pelos moradores, podemos afirmar que a cajucultura nas Fazendas ocorre, simultaneamente, tanto pelo extrativismo (trabalho que é feito pelo pai) quanto pelo cultivo (trabalho que é feito pelo filho).

### 5.1.2 Entre o caju comum, a mata e a fazenda

O caju anão-precoce parece anunciar a chegada de uma nova era, pois representa o “novo” em detrimento do caju comum, que representa o “velho”. Por esta razão, o seu cultivo não é mais desejado pelos pais (moradores), embora seja por eles mesmos reconhecidos como

---

<sup>97</sup> Aliás, a palavra “motim” para o próprio Thompson (2008, p. 153) é demasiado pequena para abarcar a realidade vivida pelos camponeses ingleses no século XVIII. Preferiu interpretar o comportamento dos camponeses pobres desse período a partir daquilo que denominou de “economia moral”, sendo resultado de pressupostos éticos e morais, referendados nos costumes, na tradição e, em um consenso popular, que, ao serem desrespeitados pelos sujeitos da nascente economia do “livre mercado”, geravam indignações e ações diretas no intuito de controlar os preços dos alimentos. Refuta contundentemente a ideia de conceber o “motim” como sendo estéril e sem sentido.

sendo um caju “gigante”, “forte”. Contudo, o caju comum é tão velho como a Fazenda e tão gigante como esta: velho, estéril, não produz mais, conforme podemos conferir no depoimento de Everaldo (19 anos): “*o caju gigante, que tem aqui nessas terras, já é muito velho, não bota mais quase nada, não... é sem futuro*”. Neste sentido, por não possuir o mesmo prestígio social do caju anão-precoce, e por saberem que o “caju comum não bota mais como antes”, os cuidados (tratos culturais) para com o caju não só não são feitos, como são desnecessários, conforme o depoimento de Seu Jerônimo (71 anos), pai de Everaldo:

*“moço, eu até que cuidava do caju, mas isso era há 20 anos atrás, quando tinha muitos pés de caju, ele botava muito... mas hoje em dia, o caju tá fraco, muitos já morreram de velhos... aí, mesmo que nós vá lá e dê uma limpa nele, ele não vai mais botar como antes, não. Ele tá no meio da mata... é até difícil apanhar as poucas castanhas que caem... os bichos comem... (silêncio)... mas se o caju fosse meu eu não tinha deixado ficar desse jeito, não! Porque faz pena vê eles morrer ali, na mata. Aí, muita gente também vem de fora e se danam mata a dentro pra apanhar castanha, mas é muito trabalho, muito arriscado ser mordido por cobra por causa da mata, as castanhas ficam debaixo das folhas secas, aí fica mais difícil, né? É muito trabalho pra coisa pouca, né? Meu filho, Francisco, aquele que o senhor conheceu, andou plantando um tipo de caju anão-precoce que o povo diz que é muito bom... mas nós planta aqui mais pra ajudar o meu filho, pra incentivar ele, porque eu digo a ele que plantar caju em terra alêia é enterrar dinheiro vivo que vai servir só pros donos... e pra eles eu não vou deixar nada, não! Basta o meu suor pela vida inteira (silêncio). O patrão não deixa nós crescer.”*

Diante desta mesma questão dos cuidados para o caju comum, assim se refere Everaldo (19 anos):

*“como eu já disse ao senhor, o caju comum é muito sem futuro, nós ter que cuidar dele... ele já tá muito velho e não bota mais como antes. Eu acho que passou o tempo dele, né? Toda planta é assim como nós, um dia fica velho, deixa de trabalhar e morre... é uma lei, a lei na natureza... então, eu mesmo não cuido mais do caju por isso, só eu não, todo mundo aqui da comunidade que eu conheço... cuidar de caju velho é perder tempo, né? Lá em casa mesmo nós ainda cuida daqueles pés que tão ali nos quintais, mais pertinho... mas lá na mata, não.”*

Segundo o depoimento de Seu Jerônimo (71 anos), os tratos culturais do caju comum não são feitos por duas razões: porque o caju é velho e porque o caju não é dele. No depoimento de Everaldo (19 anos), por sua vez, a ausência de tratos culturais justifica-se, também, por dois motivos: porque o cajueiro está velho e porque é perda de tempo. No entanto, é relevante no

depoimento de seu Jerônimo um dado que afirma que tais justificativas, que tentam explicar a ausência de tratos culturais para com o cajueiro comum, poderiam nem existir se o “cajueiro fosse dele”: “*mas se o caju fosse meu eu não tinha deixado ficar desse jeito, não!*”.

Sendo assim, a “falta de interesse”, a “perda de tempo”, a “velhice do cajueiro”, o “muito trabalho para pouca coisa” perderiam o sentido se, além do “caju”, a “terra” também lhe pertencesse, pois, conforme Seu Jerônimo (71 anos), “*plantar caju em terra alêia é enterrar dinheiro vivo, que vai servir só pros donos... e pra eles eu não vou deixar nada, não! Basta o meu suor pela vida inteira* (silêncio)”. O problema da ausência de tratos culturais, todavia, não se encontra em tais justificativas, mas no que elas são capazes de nos revelar; elas são, de fato, apenas justificativas, embora não seja justo negar que as condições fitossanitárias e produtivas do cajueiro sejam, realmente, decadentes e desencorajadoras.

Segundo Barros (1993, p. 40-43), as plantas de cajueiro com copa do “tipo eucalipto” são plantas cujas copas assemelham-se bastante às do eucalipto, sendo esgalhadas e pouco encorpadas; as plantas com copa constituída por folhas do tipo “orelha de onça” são folhas anormalmente reduzidas e com formato característico que lembra uma orelha de onça, razão da sua denominação; são fáceis de ser identificadas na roça de caju por se destacarem das demais plantas que possuem folhas normais. Plantas com copa do “tipo castanhola”, por sua vez, são plantas com copas muito similares às da castanhola ou amendoeira, sendo pouco encorpadas e formam extratos como na castanhola. São os principais tipos de cajueiros improdutivos encontrados nas Fazendas, conforme a figura a seguir.

**Figura 31.** Principais tipos de cajueiros improdutivos presentes nas Fazendas.



Fonte: Acervo fo autor.

Mas esta decadência não foi apenas o resultado de condições naturais, conforme informa Everaldo (19 anos): *“toda planta é assim como nós, um dia fica velha, deixa de trabalhar e morre... é uma lei, a lei na natureza”*; compreendemos que ela foi, e continua sendo, fruto de uma escolha, de uma intenção, de um boicote, de uma maneira de resistir a subserviência, a falta de pagamento; de dar o troco ao patrão e uma maneira de fazê-lo perder, de mexer com os brios do capital. Ou seja, uma maneira de gritar sem fazer barulho, gritar na mata, mas só na mata, pois esta é o único lugar da Fazenda onde se pode fazer isso e muitas outras coisas sem ser visto ou ouvido, sem a necessidade de enfrentamentos de confrontos abertos.

Menezes (2002, p. 34), comentando as formas cotidianas de resistência camponesa proposta por Scott, afirma que esse autor propõe entendê-la como uma “transição oculta”, que é um discurso que acontece fora do palco, para além da observação direta de detentores do poder. A resistência camponesa praticada nas cenas silenciosas do cotidiano, sem palco e sem público, é o “lugar” dos desdobramentos, da vicissitude, do imprevisto e da perda, mas também da consciência e do ganho. A mata, portanto, é cúmplice; ela é o cenário privilegiado onde a terra, o patrão e a Fazenda são enfrentados. É como se as “coisas da cultura” tivessem encontrado na “natureza” um lugar ideal para acontecer o que, fora delas, seria impossível:



possibilitar ao inquilino viver a experiência de herdeiro, pois a “mata é sua”, de onde retira boa parte de seu sustento, como veremos na seção a seguir.

### 5.1.3 A cajucultura e a lógica de produtividade

Os dados da **Tabela 20**, abaixo, como as demais de mesma natureza, ilustram os principais fatores de composição de renda obtidos por estes sujeitos ao longo de um ano agrícola. Ela diz respeito a um desenho geral da renda proveniente das principais atividades dos agricultores-cajucultores-moradores das Fazendas.

**Tabela 20.** Fatores de composição de renda média bruta anual de uma família de moradores de Fazenda.

	Itens	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)	% Composição
Pecuária	Galinhas	20 cabeças	15,00	300,00	4,34
	Patos	4 cabeças	15,00	60,00	0,87
	Capotes	10 cabeças	20,00	200,00	2,90
	Porcos	60 kg	13,00	780,00	11,30
	Ovelhas	zero	zero	zero	zero
Agricultura	Milho	100 kg	1,00	100,00	1,45
	Feijão	50 kg	5,00	250,00	3,62
	Arroz	50 kg	2,50	125,00	1,81
	Mandioca	100 kg	0,30	30,00	0,43
	Castanha	100 kg	1,20	120,00	1,74
Extratvismo	Carvão	250 sc.	15,00	3.750,00	54,31
	Mel	20 L	20,00	400,00	5,79
	Cedro	zero	zero	zero	zero
	Pó-camaúba	60 kg	1,50	90,00	1,30
	Óleo babaçu	20 L	35,00	700,00	10,14
<b>Total da renda anual</b>				<b>6.905,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total da renda mensal</b>				<b>575,00</b>	

Dados: Pesquisa de campo: (2010-2012).

O exemplo é da família de Seu Lourenço (63 anos), composta por cinco pessoas, o casal e três filhos: Lúcio (23 anos), Lourival (35 anos) e Laércio (40 anos). Lourival está em São Paulo há oito anos com esposa e dois filhos. Laércio também está em São Paulo há pouco mais de quatro anos com esposa e um filho. Lúcio, soube recentemente (março de 2013), está casado e trabalhando num posto de combustível em Altos, morando na Fazenda com o pai, mas em casas separadas, ainda não tendo filho. A Fazenda onde mora está localizada no Setor 33 e dista 25 km da sede do município. Seu trajeto casa-trabalho-trabalho-casa é feito de motocicleta.

Em 2010, quando houve a última distribuição de mudas de caju anão-precoce pela Apsem, em Altos, Lúcio obteve 100 mudas e as plantou, como Everaldo (19 anos), em um capão localizado a 2 km da sede da Fazenda; destas, apenas 45 conseguiram sobreviver. Sua pequena roça de caju anão-precoce já está produzindo, mas é insuficiente para manter sua família. Lúcio, juntamente com Everaldo e outros jovens que vivem na condição de filhos de moradores de Fazendas, estão se organizando para a obtenção de terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para plantar caju anão-precoce. Segundo Lúcio (23), caju é melhor do que a roça tradicional, como feijão, arroz, mandioca, porque dá mais resultado com menos trabalho:

*“rapaz, nós aqui ainda faz roça porque é o jeito, mas a roça é trabalhosa demais e o resultado é pouco. O caju, o resultado é muito e o trabalho é pouco. O caju, no tope do meu, só precisa de uma limpa e uma poda por ano, mas a roça, não... a roça precisa de três limpas e, se o ano for chuvoso, pode ser até quatro limpas. No fim, nós acaba trabalhando muito, mas o resultado é pouco pra muito trabalho, entende? O problema é que nós não têm como crescer aqui... em terra alheia nós sempre vai ser anão (risos)... aqui nós nunca vai crescer.”*

Este discurso é recorrente entre os jovens. Tal como ocorre entre os “Sítios com mínima campesinidade”, e em parte com os “Sítios com máxima campesinidade”, a lógica da “produtividade esperada” (baseada nos aspectos agrônômicos da planta, como já vimos) é que orienta as pequenas roças de caju anão-precoce. Como o Seu Jerônimo (71 anos) que afirma que o “patrão não deixa nós crescer”, Lúcio também carrega esta consciência: “o problema é que nós não têm como crescer aqui... em terra alheia nós sempre vai ser anão (risos)... aqui nós nunca vai crescer”. Esta é a condição vivida por estes sujeitos que imprime o sentido e acaba por determinar a organização da produção da cajucultura nas Fazendas; uma cajucultura operacionalizada na mata, feita por “anões” enfrentando “gigantes”.

Assim, voltando aos dados da tabela, a atividade da pecuária é responsável por 19,41%, quase 40% inferior à renda obtida nesta mesma atividade nos Quintais. O Seu Lourenço não cria ovelha porque o seu patrão não deixa: “ele (o patrão) diz que se ele que é o dono não cria, porque eu, como morador, vou criar? Não dá certo não, Lourenço! É assim que ele me diz, e nós têm que aceitar, né?”.

A atividade da agricultura é responsável por apenas 9% da renda, 3% a menos da renda obtida nesta mesma atividade verificada nos Quintais. O rendimento obtido com a castanha

representa 1,74% da renda total, enquanto nos Quintais representa 3,51%, embora com área plantada menor, em muitos casos; nesse sentido, os Quintais são mais produtivos do que as Fazendas. Devemos levar em consideração de que a apanha da castanha, por se realizar na mata, é uma condição que dificulta o agricultor-cajucultor-morador das Fazendas de obter melhores resultados. Há muitas perdas de castanhas em função de estarem sob densa folhagem da mata e do próprio cajueiro e, mesmo assim, eles conseguem apanhar em média 100 kg/ano. Segundo Seu Lourenço (63), houve época (há 15 anos) que ele chegou a apanhar até 1.500 kg:

*“o problema era esse... quando nós apanhava as castanhas e trazia pra casa, o patrão já tava lá esperando nós pra levar a castanha todinha pra Teresina... nós ficava com cara de besta e tinha que entregar a castanha pra ele, porque ele era o dono. Daí pra cá, nós foi se distanciando mais do cajueiro, porque era trabalhoso e nós não tinha nem o prazer de fazer um assado de castanha, aqui no quintal de casa. Aí, depois veio as secas, aí o patrão perguntava: Lourenço, esse ano a castanha deu muito pouca, não foi? Aí eu respondia: foi a seca, homem! Esse ano todo mundo perdeu caju! Só que nós continuou apanhando castanha, uma parte nós trazia, e a outra nós deixava lá na mata. Aí, quando ele ia embora nós ia lá buscar e vendia (risos)... aí, nós foi aprendendo a não ser mais besta. Daí pra cá, o patrão nem pergunta mais, porque sabe que o caju tá velho mesmo... mas nós continua apanhando e, às vezes, nós é que dá a ele um saquinho pra ele levar pra casa pra comer assada... (risos)”.*

A tabela contém uma atividade, o “extrativismo”, que em nenhum outro “Sistema Produtivo” houve registro dela, nem nos “Sítios com mínima e máxima campesinidade” e nem nos Quintais. Esta atividade é responsável por 72% da composição total da renda, sendo os itens em destaque a produção de carvão e o óleo de babaçu. Este último é feito, normalmente, por mulheres, inclusive a apanha do côco nos babaçuais. Para a extração do coco são necessárias força e habilidade, pois além das mãos, utilizam-se um dos pés para apoiar o machado cuja lâmina fica apontada para cima, para receber o coco que é golpeado com o auxílio de um pequeno bastão. Como talvez esta tarefa não seja por muitos conhecida, permito-me esclarecê-la melhor por meio da figura abaixo.

**Figura 25.** Quebradeira de côco de babaçu.



Fonte: Acervo do autor.

A extração do côco e a fabricação do óleo são tarefas que demandam tempo. Dona Carminha (57 anos), esposa de Seu Lourenço, na figura acima, leva um ano para produzir 20 litros de óleo; ou seja, uma média de 1,6 L/mês. Por mês, ela obtém uma renda média de R\$ 68,00, trabalhando 4 horas/dia. Seu trabalho é responsável por 10,14% da renda total obtida pela família.

O carvão, por sua vez, é responsável por 54,31% da composição de renda da família de Seu Lourenço. O cedro não entrou no cálculo da renda porque, durante o período da pesquisa (2010-2012), não houve registro de seu uso por esta família. O cedro foi utilizado em 2009 para propiciar a viagem de Laércio à São Paulo. Dona Carminha diz que Laércio manda R\$ 100,00 por mês para ela: *“mas às vezes ele se aperta por lá e passa de 2 a 3 mês sem mandar, mas depois continua mandando... é assim”*.

Nas condições das Fazendas, a cajucultura responde por muito pouco do orçamento da família, como já mencionamos. Sua operacionalização, portanto, é resultado das condições limitadas vividas pelos agricultores-cajucultores-moradores, que se somam às condições naturais do cajueiro, sobretudo o caju comum. O caju anão-precoce aponta para uma perspectiva futura a ser concretizada pelos jovens que, por enquanto, vivenciam, junto com os seus pais, a “experiência de herdeiro”, no “reinado da mata” onde tudo parece que está sendo incubado, testado, preparado, mas acima de tudo, vivido, vivido nestas condições. Nas

condições de um “Sistema Produtivo” que torna o camponês tão pequeno a ponto deles mesmos se conceberem “anões”, impedidos de crescer, de expandir, dada a condição de *inquilinus* que, teoricamente, deveria ser uma condição resultante de uma escolha, de uma opção, de uma passagem. Tem-se definido, então, na realidade destes sujeitos, como uma imposição, uma prisão, não restando outra opção a não ser a de serem criativos, resistentes, exímios atores com suas máscaras e seu reinado: a mata de onde comandam taticamente o “gigante” (a Fazenda, a terra alheia, o patrão), fazendo com que prevaleça a sua e não a vontade dele; um jogo, sem dúvidas, absorvente.

A partir de tudo que já foi discutido até o presente capítulo, como poderíamos, ainda, chamar a atenção para determinados pontos que nos servissem para uma conclusão a respeito de nosso estudo? Aliás, como concluir um trabalho desta natureza? Esta consistirá, portanto, em minha última tarefa, reservada para o capítulo a seguir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos organizar um conjunto de dados que nos permitissem responder um questionamento que lhe deu origem: o que é a cajucultura de Altos e o que a sua prática informa sobre as condições dos agricultores-cajucultores familiares nela inseridos?

De uma forma geral, Quintais, Sítios e Fazendas são termos tão bem conhecidos pelo imaginário popular que, a respeito dos quais, dificilmente se terá dúvidas quanto ao que eles possam se referir. Contudo, o que não está óbvio para o imaginário popular são as bases sociológicas sobre as quais tais distinções espaciais ganham sentido, por meio das práticas dos seus indivíduos. Por esta razão, achamos conveniente termos considerado tais espaços como organizados a partir de “Sistemas Produtivos” que, no interior dos quais, operam formas distintas caracterizando a prática da cajucultura de Altos, no Piauí.

Em cada um destes “Sistemas Produtivos” há um conjunto de relações agrárias e fundiárias que determinam a forma e o uso da terra, sendo a cajucultura, portanto, resultado de distintas “naturezas sociais” vividas pelos agricultores-cajucultores dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas, cujas práticas, enriquecidas pelo fazer humano, fazem com que tais espaços ganhem uma tonalidade, uma singularidade e sejam reconhecidos por suas distintas ruralidades.

A cajucultura é responsável por 3,51% da composição de renda dos agricultores-cajucultores que vivem sob as condições dos Quintais, mas está fortemente presente, não apenas na vida econômica de seus sujeitos, encontrando-se, também, na vida social e cultural. Nos Quintais, a formação da roça de caju é simétrica ao ciclo de reprodução social de seus sujeitos, constituindo-se numa árvore que marca o início de uma nova família, assim como ajuda a definir as famílias mais antigas. Seu cultivo é feito, ainda, segundo o estoque de conhecimento do grupo familiar, sem recorrer, necessariamente, à forma de conhecimentos vindos de fora, principalmente por agentes do governo e de associações, multiplicadores da reestruturação da cadeia do caju no município, como ocorre, por exemplo, entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”. Apesar de plantarem o caju anão-precoce, o caju comum, a que eles chamam de “caju de raça forte”, é preponderante nos Quintais.

Nos Quintais e nos “Sítios com máxima campesinidade” o processo de escolha porque passa uma lavoura antes de ser plantada, como o caju anão-precoce, por exemplo, é uma forma deles submeterem o conhecimento do “outro” sob certo controle, sob certos limites impostos pela capacidade que possuem de julgar, de criar critérios, de “jogar”, para usar uma expressão de Bourdieu (2002, p. 23), de “resistir”, conforme diria Scott (2002).

Entre os Quintais, imaginei, muitas vezes, que a resistência ao caju anão-precoce fosse fruto da escassez de terra. No entanto, a convivência com eles me revelou que, embora Quintal seja espaço de terra pouca, não é esse o dispositivo que orienta as práticas de resistência, parcial ou total, às ofertas de mudanças propostas pela reestruturação da cadeia do caju.

A resistência é fruto do embate entre o “novo” e o “velho”; do embate de saberes: “saberes de dentro” e “saberes de fora”. A resistência é parte do posicionamento que adotam no contexto deste embate; resistência é uma forma de ganhar, e não de perder. Resistir não significa rejeitar, não significa negar. Resistir não é desistir do “novo”, do “outro”, mas conservar-se no contexto do embate, do jogo, do encontro com o “outro”. Resistir é troca e não apenas “troco”, no sentido que Scott (2002) daria a este termo. Os agricultores-cajucultores dos Quintais são sujeitos que não desperdiçam a experiência da arte de resistir, obtida sob os arranjos sociais próprios do universo das Fazendas aos quais permaneceram ligados durante boa parte de suas vidas, inclusive mais do que os agricultores-cajucultores dos “Sítios com máxima campesinidade”.

Ora, se levarmos em consideração Berger e Brigitte Berger (2004, p. 163-168), a realidade é concebida como um ser independente de nossa própria vontade; possui uma exterioridade. Embora o indivíduo conviva com múltiplas realidades, há uma que se apresenta como realidade por excelência: a realidade da vida cotidiana. Tal realidade é constituída por um conjunto de objetos que, designados no passado, são transmitidos e dotados de sentido às novas gerações por meio da linguagem (objetivação). É na linguagem que uma instituição tem seu nascedouro, fundando os padrões de controle e organização social.

As evidências empíricas mostram, portanto, que as tecnologias (produtivas e organizacionais) advindas do modelo de reestruturação da cadeia do caju, por não estarem inscritas no conjunto de objetos que compõem a vida cotidiana destes sujeitos, acabaram sendo encaradas como não fazendo parte da realidade deles. Essas tecnologias são desprovidas de uma historicidade que a torna minimamente familiar, podendo ser transmitida e dotada de sentido às novas gerações por meio da linguagem. As tecnologias podem estar fisicamente na comunidade,

mas para os agricultores-cajucultores dos Quintais, é como se elas ainda não existissem; elas são um texto sem sentido, com apenas linhas e rabiscos, escrito numa linguagem ainda não convencional. Os saquinhos de mudas doadas pela Apsem “esquecidos” às sombras dos “cajueiros gigantes”, são bons exemplos disto.

É inaceitável para os agricultores-cajucultores dos Quintais terem que erradicar um cajueiro gigante de 12 metros de altura para, em seu lugar, plantar uma espécie que chega a frutificar em menos de três anos e cuja copa não ultrapassa os três metros de altura. Além de eles não terem, ainda, a certeza do funcionamento dessa nova espécie, erradicar uma árvore que possui uma história para eles é exigir demais de seus esforços em experimentar o “novo”, travestido no “moderno”. A que preço? Com que terra?

Entre os “Sítios com mínima campesinidade”, por exemplo, a erradicação de cajueiros gigantes é um fato e, não a fazer, custa caro. As resistências são mínimas ou quase inexistentes frente ao modelo de reestruturação da cadeia do caju; porém, há determinadas escolhas que são feitas que “descartam” o seu emprego total, por exemplo: a prática da adubação sofre resistência, pois conforme dizem “*encarece a produção*”.

Segundo Giddens (1991), a mudança é inevitável, porém não deve ser confundida com a mudança do tipo unilinear, ou seja, uma continuidade entre o tradicional e o moderno. Mesmo entre os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, em que o “novo” constitui-se numa necessidade, ele não é simplesmente aplicado; ele, o “novo”, é manipulado, reapropriado, é escolhido. Adubar o caju anão-precoce parcialmente é uma tentativa de adequar-se mais próximo possível daquilo que parece ser o melhor que há no universo do “outro”, a fim de que se possa saber como melhor preservar-se no ambiente das mudanças impostas pelas exigências do capital.

É neste exato contexto em que se coloca a questão da necessidade urgente de um saber baseado no “conhecimento perito”, preconizado pelo modelo urbano-moderno da cajucultura, que se choca com o saber tradicional do modelo rural-camponês daqueles que vivem sob as condições dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade”.

Para os agricultores-cajucultores dos “Sítios com mínima campesinidade”, pelo contrário, não se figura em choque, mas numa necessidade, num encontro imprescindível com o capital e com a sua lógica produtivista. Estes Sítios, por meio da cajucultura, representam a penetração do capital no campo em seu sentido vertical, pois são os maiores fornecedores de matéria-prima (castanha) às indústrias de transformação, tanto pelo volume da produção quanto



pela qualidade da castanha (homogênea) oriunda de pomares de caju anão-precoce – diferentemente da castanha dos Quintais e dos “Sítios com máxima campesinidade” cujas castanhas são heterogêneas, provenientes de pomares híbridos.

Ora, o que talvez sirva para promover o sucesso ou não da aceitação do conjunto moderno da reestruturação da cadeia do caju é o quanto de significação esse modelo possa ter para os agricultores-cajucultores e não na tecnologia ou na inovação em si. Tal reestruturação teria que estar amparada nos “vetores de sentido”, uma vez que a aceitação passa, necessariamente, pelo sentido dado pelos sujeitos, e não pela utilidade que os “elementos modernos” possam desempenhar em suas vidas, mesmo que as intenções sejam positivas, como o aumento de produtividade, o aumento de renda, a penetração no mercado, etc. Há uma espécie de “política privada”, criada como mecanismo para encarar a “política pública” posta nos termos da reestruturação da cadeia do caju; todavia, o modo como é operacionalizada muda de acordo com cada “Sistema Produtivo”.

A distinção quanto ao nível socioeconômico do agricultor-cajucultor destes “Sistemas Produtivos” não é resultado de sua inserção na cajucultura, mas dos arranjos sociológicos operacionalizados em cada um deles. São estes arranjos que compõem essas distinções, e não a prática da cajucultura, como pretende a *intelligentsia* da Fundação Banco do Brasil (FBB) e de seus parceiros, pois, conforme vimos, não é a agricultura que transforma o homem, mas o homem que transforma a agricultura, como diria Boserup (1987), segundo as condições técnicas e o grau de suas necessidades, tais como pudemos analisar entre os Quintais, os Sítios e as Fazendas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Diferenciação ou identidade: quando os sacos de batatas param em pé. In: ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 2007.

AGUIAR, Neuma. Observação participante e survey: uma experiência de conjugação. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desarrollo econômico local y descentralización en América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 82, p. 157-171, abr. 2004.

ANDRADE, Manuel de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Itatiaia, 1982.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papirus, 1994.

BARROS, L. de M. Melhoramento. In: LIMA, V. P. M. S. (ed.). **A cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: BNB/ETENE. 1988a. p. 321-356.

BARROS, L. de M.; J. R. de; CAVALCANTI, J. J. V. **Cajueiro anão precoce**. Brasília, n. 6, p. 18-21, 1998b.

BARROS, L. M. et al. **Desempenho de clones de cajueiro anão em condições de sequeiro**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2000c.

\_\_\_\_\_. **Recomendações técnicas para a cultura do cajueiro anão precoce**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria tropical, 1993d.

BARROS, L. M. *et al.* **Recomendações técnicas para a cultura do cajueiro-anão-precoce**. Fortaleza: EMBRAPA-CNPAT, 1993.

BARBOSA, Eriosvaldo Lima. **Valeu boi**: o negócio da vaquejada. Teresina: EDUFPI, 2006.

BECK, Ulrich. Sobre el volcán civilizatorio: los contornos de la sociedad del riesgo (primeira parte). In: BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BERGER, P.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. p. 163-168.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

BOISIER, Sergio. Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, n. 86, p. 47-62, 2005.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Trad. Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Editora Polis/Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Population and technological change**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUAINAIN, Antônio; PIRES, Daniela. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. **Migração, liminaridade e memória: um estudo sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades**. São Paulo: 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Territorialidade, liminaridade e memória: um estudo de caso sobre choque entre imaginário e (re)construção de identidades. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 3, ano 2, maio 2008.

CARNEIRO, J. G. M.; MURATORI, M. C. S.; PIRES, P. S. S. Avaliação Higiênico-sanitária das Agroindústrias de Cajuína. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Diagnóstico do setor de agroindústrias de cajuína no Piauí**. Universidade Federal do Piauí; Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Estado do Piauí; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 89-105, out. 1996.

CARVALHO, Diana Mendonça de et al. **O trabalho familiar no processo de beneficiamento da castanha de caju em Sergipe**: o caso do município de Itabaiana. Relatório de Pesquisa. São Cristóvão, Sergipe, 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=O%20TRABALHO%20FAMILIAR%20NO%20PROCESSO%20DE%20BENEFICIAMENTO%20DA%20CASTANHA%20DE%20CAJU%20EM%20SERGIPE%3A%20O%20CASO%20DO%20MUNIC%20C3%8DPPIO%20DE%20ITABAIANA&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&source=hp&channel=np>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

CARVALHO, D. M. de C. *et al.* Caracterização morfológica de castanhas de cajueiros anão-precoce e comum In: 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE MELHORAMENTO DE PLANTAS, 2007, São Lourenço. **Anais...** Londrina, PR: Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas, 2007.

CASTLE, Emery N. A Conceptual framework for the study of rural places. **American Journal of Agriculture Economics**, v. 80, n. 3, p. 621-631, ago. 1998.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. **Análise da competitividade de cadeias produtivas**. Manaus: Embrapa, 2000.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político – contribuições para um estado da arte. In: ALVARADO, Sara Victoria; VOMMARO, Pablo A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina**: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias e lecturas 1960/2000. Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALOULT, Yves. Uma das contradições da Nova República: o projeto Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 271-304, maio/ago. 1985. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9240/0>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, V. (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONSÓRCIO MONTOR & ARTHUR D. LITTLE. **Projeto de desenvolvimento de agroindústrias no Nordeste brasileiro**. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

CUNHA, Maria Soares da. Sobre quintas, Fazendas e plantadores de cajú: estado e agricultura familiar na produção da região do caju cearense. **Revista de Geografia**, Recife, v. 23, n. 3, P. 4-25, jul./dez. 2006.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

DE BANDT, J. La Filière comme mezo-système. In: ARENA, Richard *et al.* **Traité d'économie industrielle**. 2. ed. Paris: Economica, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. C. **The world of goods**. New York: Basic Books, 1979.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal Fluminense, 1984.

EMBRAPA. **Embrapa Meio Ambiente**. Disponível em: : <http://www.cnpma.embrapa.br/public/index.php3?it=p&func=todas>. Acesso em: 03 fev. 2011.

EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL. **Sistema de produção I**. Versão Eletrônica, jan. 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Caju/CultivodoCajueiro/index.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FAO/INCRA. **Dados sobre agricultura familiar**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-fao-incra>. Acesso em: 20 mar. 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. v. 1. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FIGUEIREDO, V.; ARAÚJO, C. E. A modernização da produção na visão dos trabalhadores sindicalizados. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 1, 17 p., 1986.

FULLER, Anthony M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARWLLER, H. (ed.). **Research in "Rural Sociology and Development"**. Press Inc. Inglaterra, 1984.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento regional sustentável**. Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. v. 4. Brasília, 2010.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. Universidade de Brasília/MCf-CNPq, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Aplicada, 1989.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Trad. Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOMES, Jeter (org.). **Os frutos sociais do caju**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/acoes-programas/trabalho-renda/cajucultura>>. Acesso em: 30 maio 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero/Brasília: MTC/CNPq, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas Técnicas do Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=CA>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. PAM/IBGE. **Culturas Temporárias e Permanentes 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/>. Acesso em: 20 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. IBGE/SIDRA. **Produção Agrícola Municipal – 2016**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 20 out. 2016.

KAGEYAMA, Ângela. **Uma tipologia dos domicílios agrícolas no Brasil em 1995**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 70, maio 1999.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. Trad. C. Ipiroig. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

LAMARCHE, Hugues. **L'Agriculture familiale I: une réalité polymorphe**. Paris: L'Harmattan, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora Nacional/Ed. USP, 1970.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MALINOVSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental – introdução: objeto, método e alcance desta investigação. **Ethnologia**, n. 6-8, p. 17-37, 1997.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINELLI, Bruno. **Entre systématique et empathie**: réflexion sur la démarche ethnologique. Aix-en-Provence: Université de Provence, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. **Os pensadores**: manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção por José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MAUSS, M. [1924]. **Ensaio sobre a dádiva**. Sociologia e Antropologia. Edição Brasileira, São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Revista Raízes**, v. 21, n. 01, p. 32-44, 2002.

MONTEIRO, Denis; MENDONÇA, Márcio Mattos de. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, v. 1, n. 0, p. 29-31, set. 2004.

MORGAN, Lewis H. **A sociedade primitiva I**. Lisboa: Presença, 1973.

MORVAN, Y. Filière de production. In: MORVAN, Yves. **Fondements d`économie industrielle**. 2. ed. Paris: Econômica, 1988.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas: 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

OCDE. Organisation de Coopération et Développement Économiques. **Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development**. Paris: OECD, 1996.



OLIVEIRA, Francisco Nelsieudes Sombra. **Sistema de produção para manejo do cajueiro comum e recuperação de pomares improdutivo**s. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007.

OLIVEIRA, Vitor. Hugo de. Cajucultura. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbf/v30n1/01.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

OLIVEIRA, Eriovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001.

PAIVA, Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. Diário do Povo, 1977.

PAIVA, Francisco Fábio de Assis *et al.* A Cadeia produtiva do caju como modelo para o desenvolvimento sustentável no assentamento Che Guevara, Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 286-289, nov. 2009.

PARENTE, J. I. G.; ALBUQUERQUE, J. J. L. de Adubação mineral do cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) em Pacajus, no litoral cearense. **Ciência e Cultura**, v. 24, p. 372-375, 1972.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IPEA/ANPEC/Fundação Banco do Brasil, 2007.

PAULA PESSOA, P. F. A *et al.* Situação atual e perspectivas da agroindústria do caju. In: ARAÚJO, J. P. P.; SILVA, V. V. da (eds.). **Cajucultura: modernas técnicas de produção**. Fortaleza: Embrapa-CNPAT, 1995. p. 24-42.

\_\_\_\_\_. Análise da viabilidade econômica do cultivo do cajueiro irrigado e sob sequeiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 178-187, 2000.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PIETTE, Albert. **Etnographie de l'Action: L'observation des Details**. Paris: Éditions Métailé, 1996.

PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996**. Brasília, IPEA.

PRRA. **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí**. Disponível em: <<http://www.fetagpi.org.br/novo/interna.php?id=35>>. Acesso em: 30 maio 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, A. D. *et al.* **Recomendações para correção do solo e adubação do cajueiro**. Fortaleza: Embrapa-CNPAT, 1993.

REDFIELD, Robert. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: USAID, 1964.

RIBEIRO, José Lopes *et al.* **Recomendações de clone de cajueiro-anão-precoce para a região Meio-Norte do Brasil**. Teresina: Embrapa Meio Norte, 2006.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy; ABRAMOVAY, Ricardo. **Laços rural-urbano**: da oposição à sinergia. (s. d.) (mimeo).

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SANTOS, Milton. Espaços da Racionalidade. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio; NAVARRO, Zander. Agricultura e as novas formas de ocupação no meio rural (um estudo sobre as tendências recentes). In: XXXVI ENCONTRO DA SOBER. **Anais...** Poços de Caldas, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003a.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 5, p. 99-121, 2003b.

SCHULTZ, T. **Transformando a agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1999.

SILVA, Hélio R. S. A Situação Etnográfica: Andar e Ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, Luís Octávio da. Os Quintais e a morada Brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

SOUSA, Larissa Barbosa de *et al.* Aspectos de biologia floral de cajueiros anão-precoce e comum. **Ciência Rural**, v. 37, p. 882-885, 2007.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture**: Le Paysan Polonais. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. **Anais...** Caxambu, out., 1996. 34 p.

WANIEZ, Philippe. Les donneés et le territoire au Brésil. In: WANIEZ, Philippe. **Sociedade, Meio-Ambiente e Território no Brasil**. Paris: IRD, 2002. CD-ROM.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metodologias das ciências sociais** – Parte 1. São Paulo: Cortez Editora, 1973.

\_\_\_\_\_. **Metodologias das ciências sociais** – Parte 2. São Paulo: Cortez Editora, 1973.

WOLF, Eric. [1966]. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: WOORTMANN, Klaas. **Anuário Antropológico/87**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

WOORTMANN, Klaas. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: UNB, 1995.

\_\_\_\_\_. O sítio camponês. In: WOORTMANN, Klaas. **Anuário Antropológico 81**. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições da UFC/Tempo Brasileiro, 1983. p. 164-203.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** — Roteiro que orientou a realização do *Survey* entre os agricultores-cajucultores dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas

Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sistemas Produtivos:  Quintais  Sítios  Fazendas

### I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome: \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_

2. Endereço: a) Setor \_\_\_\_\_ b) Comunidade \_\_\_\_\_

3. Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Local de nascimento: \_\_\_\_\_

4. Sexo:  Masculino  Feminino

5. Estado Civil:  casado  separado  divorciado  solteiro Outros:

6. Nome do Cônjuge: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

### II. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

7. Dependentes do Grupo Familiar:

Nome	Data de Nascimento	Escolaridade	Parentesco
	/ /		
	/ /		
	/ /		
	/ /		

8. Todos moram aqui? (em casa)  Sim  Não

9. Quantos moram fora do município? \_\_\_\_\_

10. Quantas pessoas dependem de sua renda? \_\_\_\_\_

11. Quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_

12. Tem pessoas doentes em casa?  Sim  Não Quantas? \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

13. Quantas horas o Sr. trabalha por dia? \_\_\_\_\_

14. Principais atividades agrícolas desenvolvidas, segundo o mês do ano:

J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

15. Quantas pessoas da família estão envolvidas nestas atividades? \_\_\_\_\_

16. Quantas pessoas de fora (contratadas) estão envolvidas nestas atividades? \_\_\_\_

17. Exerce outras atividades além da cajucultura?  Sim  Não / se SIM, apontar as opções na Tabela abaixo:

TIPOS DE ATIVIDADES				
Pecuária	Total	Agrícola	Total	Não agrícolas
<input type="checkbox"/> Ovino/cabeças		<input type="checkbox"/> Feijão/kg		
<input type="checkbox"/> Caprino/cabeças		<input type="checkbox"/> Milho/kg		
<input type="checkbox"/> Bovino/cabeças		<input type="checkbox"/> Arroz /kg		
<input type="checkbox"/> Suíno/cabeças		<input type="checkbox"/> Mandioca/kg		
<input type="checkbox"/> Galinhas/cabeças		<input type="checkbox"/> Caju/kg		
<input type="checkbox"/> Patos/ cabeças		<input type="checkbox"/> Outros		
<input type="checkbox"/> Capotes/cabeças				
<input type="checkbox"/> Outros				

18. Situação do agricultor-cajucultor em relação aos bens de consumo duráveis existentes em sua casa:

- Liquidificador
- Geladeira
- Televisão
- Antena parabólica
- Aparelho de Som
- DVD
- Outros:

19. Condição do agricultor-cajucultor em relação aos meios de transporte que utiliza:

- Carro  Moto  Bicicleta  Montaria  Outros

20. Quais são as condições de moradia?  Alvenaria  Taipa  Outros

21. O Sr. fez empréstimo para a cajucultura?  Sim  Não

a) Citar nome da fonte credora: \_\_\_\_\_ Valor R\$: \_\_\_\_\_

b) Está quitado?  Sim  Não Saldo devedor R\$: \_\_\_\_\_

22. O Sr. possui outro tipo de empréstimo?  Sim  Não

a) Citar nome da fonte credora: \_\_\_\_\_ Valor R\$: \_\_\_\_\_

b) Finalidade do empréstimo: \_\_\_\_\_

c) Está quitado?  Sim  Não Saldo devedor R\$: \_\_\_\_\_

23. O Sr. possui algum tipo de restrição ao crédito (impedimento)?

- Sim  Não

24. Renda anual bruta da cajucultura? R\$: \_\_\_\_\_

25. Renda anual bruta das demais atividades? R\$: \_\_\_\_\_

26. Possui outras fontes de renda?  Sim  Não

- Aposentadoria
- Bolsa Família
- Ajuda de parentes ausentes
- Outros: \_\_\_\_\_

27. Renda familiar mensal? R\$: \_\_\_\_\_

28. Condições do agricultor-cajucultor em relação à propriedade:

Condições	Área (ha)	Produzindo Caju (ha)
<input type="checkbox"/> Própria		
<input type="checkbox"/> Arrendada		
<input type="checkbox"/> Cedida		
<input type="checkbox"/> Posseiro		
<input type="checkbox"/> Morador		
<input type="checkbox"/> Outra		

29. Condições do agricultor-cajucultor em relação às formas de aquisição do imóvel:

Condições	Área (ha)	Produzindo Caju (ha)
<input type="checkbox"/> Compra		
<input type="checkbox"/> Herança		
<input type="checkbox"/> Outras		

30. Quais são as condições de abastecimento de água na propriedade?

- a)  Serviço Público  Particular
- b)  Canalização  Caixa d' água  Poços  Outros:
- c) Condições da água?  Tratada  Não Tratada

31. A propriedade possui energia elétrica?  Sim  Não

Que tipo?  Monofásica  Trifásica

### III. ASSISTÊNCIA TÉCNICA “INFLUÊNCIA DE FORA”

32. O Sr. recebe algum tipo de assistência técnica?

Sim  Não Se sim, qual a periodicidade? \_\_\_\_\_

Qual a duração da visita na propriedade? \_\_\_\_\_

33. Tipo de assistência técnica:  Individual  Coletivo

34. Qual o órgão que os atende?



Sebrae  Emater  Embrapa  Senar  UFPI  Outros \_\_\_\_\_

35. Tipo de assistência técnica que o Sr. recebe:

Comum (se trata somente da técnica de plantio da cultura, produção, etc)

Diferencial (fala de questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável)

36. O Sr. está satisfeito com a assistência?  Sim  Não

Por quê? \_\_\_\_\_

#### IV. EXPERIÊNCIA DE “DENTRO” COM A CAJUCULTURA

37. Há quanto tempo o Sr. está na cajucultura?

menos de 1ano  1 ano  2 anos  mais de 2 anos  Outros\_\_

38. Qual é a topografia da área plantada na propriedade?

Acidentada  Plana  Lajeiro  Outros: \_\_\_\_\_

39. Qual é a área implantada na propriedade em relação ao caju gigante e ao caju precoce?

Caju Gigante	Ha	QTDE de plantas	Caju precoce	Ha	QTDE de plantas
0 a 03 anos			0 a 03 anos		
Maior que 03 anos			Maior que 03 anos		

a) Área futuramente a ser implantada com a cultura? \_\_\_\_\_

b) Área total da propriedade? \_\_\_\_\_

40. Qual foi a produção da cajucultura obtida na última safra em relação aos tópicos a seguir?

Variedades	Produção de Castanha (kg)	Produção de pedúnculo (kg)	Produção de Mudas (Unidades)
Precoce			

<b>Gigante</b>			
----------------	--	--	--

41. Qual é o custo da produção da cajucultura em relação aos tópicos a seguir?

Preparo do Solo:

- Aração/ Mecanizada - custo R\$: \_\_\_\_\_
- Aração/ Animal - custo R\$: \_\_\_\_\_
- Manual - custo R\$: \_\_\_\_\_
- Adubação:  Química - custo R\$: \_\_\_\_\_  Orgânica - custo R\$: \_\_\_\_\_

42. Que tipo de manejo realiza com a cajucultura em relação aos tópicos a seguir?

- Limpa R\$: \_\_\_\_\_  Insumos R\$: \_\_\_\_\_
- Poda R\$: \_\_\_\_\_  Outros R\$: \_\_\_\_\_

43. Que tipo de mão-de-obra emprega na cajucultura? (por safra)

- a)  Familiar: Qtde \_\_\_\_\_
- b)  Contratada: Qtde \_\_\_\_\_ custo/pessoa R\$: \_\_\_\_\_

44. Que fatores influenciaram o Sr. a escolher a cajucultura como atividade profissional?

- Falta de outra alternativa
- Preço da safra anterior
- Aptidão da cultura ao tipo de solo
- Aptidão pessoal
- Disponibilidade de crédito
- Vocação regional
- Outros. \_\_\_\_\_

## V. EXPERIÊNCIA COMERCIAL

45. Principais canais de comercialização da cajucultura?

- Cooperativa/ Associação

- Intermediários/ Feiras
- Mercarias/ Depósitos
- Outros:

46. Principais canais de comercialização de todos os outros produtos da roça (milho, feijão, mandioca, arroz, galinhas, capotes, patos, ovelhas, porcos, etc.

- Cooperativa/ Associação
- Intermediários/ Feiras
- Mercarias/ Depósitos
- Outros:

47. Qual é o destino da produção de pedúnculo?

Destino	Unid	Qtde	Valor Unit R\$
Extração de Suco			
Polpa			
Cajuína			
Ração Animal			
Caju para mesa			
Outros			

48. Qual é o destino da produção de castanha?

IN NATURA				BENEFICIADA		
Destino	Unid	Qtde	R\$/Unid	Unid	Qtde	R\$/Unid
Venda Antecipada						
Consumo Próprio						
Comercialização <b>direta</b> no próprio município						
Comercialização <b>indireta</b> no próprio município						
Comercialização <b>direta</b> em outro município						
Comercialização <b>indireta</b> em outro município						
Outros destinos:						

49. Na região há unidades de processamento?  Sim  Não Quantas?: \_\_\_\_

50. O Sr. realiza práticas de queimadas na sua propriedade?  Sim  Não

51. Qual é o tipo de vegetação existente na sua propriedade?

Eventos	Marcar com x		Se participou de eventos das instituições citadas, marcar com x o grau de aplicabilidade								
	SIM	NÃO	SEBRAE	UFPI	EMBRPA	FBB	SDR	COCAJUPI	EMATER	PREFEITURAS	OUTROS
Palestras/seminários											
Cursos											
Missões											
Consultorias técnicas											
Outros											
<b>GRAU DE APLICABILIDADE: 1. Muito Aplicável 2. Aplicável 3. Pouco Aplicável</b>											

52. Qual é o tipo de fauna existente na propriedade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

53. Em relação aos tópicos a seguir, quais são recursos hídricos existentes na sua propriedade?

Lagoas  Olho d'água

Açudes  Riacho

Outros \_\_\_\_\_

54. Usa irrigação para a cajucultura?   
Sim  Não

56. O Sr. Faz parte de alguma associação ou cooperativa?  SIM  NÃO

Se **Sim**, como se sente em relação aos itens abaixo:

Muito satisfeito  Satisfeito

Insatisfeito  Muito insatisfeito

## VI. EXPERIENCIA “LÁ FORA”

55- Participações do agricultor-cajucultor em eventos:

Se **Não**, Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B** — Formulário de visita técnica que orientou a realização do diagnóstico técnico dos pomares entre os agricultores-cajucultores dos Quintais, dos Sítios e das Fazendas.

DATA: \_\_\_\_\_

### RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Identificação do responsável:

Nome: Francisco das Chagas Alves Barreto
Cargo / Função: Engenheiro Agrônomo/ Assistente de Pesquisa
Título da Pesquisa: Quintais, Sítios e Fazendas: por uma etnografia da cajucultura em Atos, Piauí.
Setor: _____ Comunidade: _____
Nome do agricultor-cajucultor:
Sistemas Produtivos: Quintais ( ) Sítios ( ) Fazendas ( )

Diagnóstico do pomar de caju:

--

Recomendações Técnicas:

--

Francisco das Chagas Alves Barreto

----Engenheiro Agrônomo----

CREA:

## **ANEXOS**



**ANEXO B** – Termo de compromisso que deverá ser preenchido pelo agricultor-cajucultor ao receber mudas de caju anão-precoce, distribuídas pela Apsem



**ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DOS PRODUTORES  
DE SEMENTES E MUDAS – APSEM**

ENDEREÇO: Av. José dos Santos e Silva nº 1769 Ed. Talismã - 2º andar Sala 306 -  
Centro Teresina -PI – CEP: 64.001-300

CNPJ sob o nº 01.300.261/0001-90 – Fone: (086) 226.5207 – (89) 9985 1353

**TERMO DE COMPROMISSO**

Termo de compromisso que entre si celebram a APSEM, e o produtor rural \_\_\_\_\_, de RG n.º \_\_\_\_\_,

CPF n.º \_\_\_\_\_, selecionado e habilitado a receber mudas de caju. Através do presente instrumento, se estabelece a responsabilidade de, após cadastro e qualificação a plantá-las e manejar seu cultivo dentro das exigências técnicas que foram apresentadas, para que no final de 180 dias, contados do efetivo recebimento das mesmas seja verificado pela equipe responsável pelo programa a plena adequação de prazo, quantidade e forma estabelecidos.

Em caso de constatação pela equipe responsável de qualquer desvio de conduta das especificações apresentadas fica desde já acertada multa de descumprimento no valor de uma muda de caju, para cada muda não localizada em campo.

Não recairá sobre o produtor qualquer responsabilidade que decorra de fato alheio a sua vontade, caso fortuito e força maior, tais como intempéries climáticas, ataque severo de pragas ou doenças às mudas. A exceção de responsabilidade se dará na condição de que sejam comunicados imediatamente após o acontecimento do fato os responsáveis pelo programa.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante da **APSEM**

\_\_\_\_\_  
Produtor Rural

\_\_\_\_\_  
Visto do Coordenador